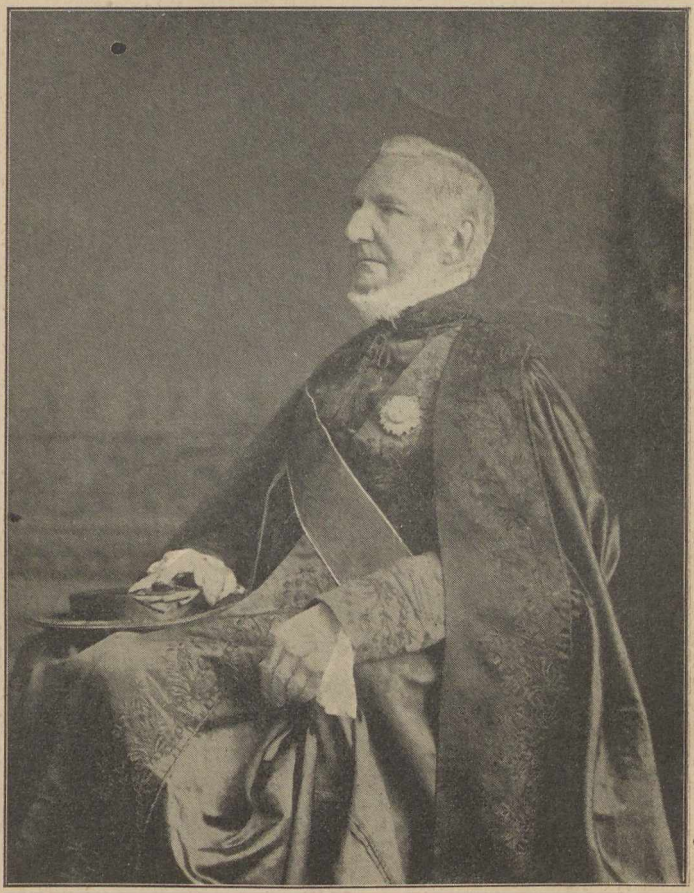


Conselheiro Albino José Barbosa de Oliveira — Presidente do Supremo Tribunal de Justiça — Grã-Cruz da Ordem de Cristo

(Quadro a óleo de Papf)

Série 3.ª ★ BRASILIANA ★ *Vol. 231*
BIBLIOTECA PEDAGÓGICA BRASILEIRA

CONS. ALBINO JOSÉ BARBOSA DE OLIVEIRA

Memórias de um Magistrado do Império

Revistas e anotadas por
AMÉRICO JACOBINA LACOMBE

★

1943
COMPANHIA EDITORA NACIONAL
São Paulo - Rio de Janeiro - Belo Horizonte - Recife - Baía - Porto Alegre

PCRB - BIBLIOTECA
COMPRA
0078132307/09
PD
0 09230
EX. 2
PDI
1869

EXPLICAÇÃO PRÉVIA

DO ANOTADOR

O Cons°. Albino José Barbosa de Oliveira (1809--1889) deixou, entre os seus papeis, alguns cadernos de almasso com suas memórias, em forma de cartas dirigidas aos filhos. A primeira, porém, destina-se à mulher, D. Isabel Augusta de Sousa Queiroz. Foram todas escritas no correr do ano de 1882, iniciando-se a primeira a 8 de Janeiro, na Fazenda do Rio das Pedras e encerrando-se a última a 16 de Dezembro, no Rio de Janeiro.

A publicação atual segue, tanto quanto possivel, a ordem dos originais, salvo quanto à carta de 3 de Março (correspondente ao cap. VI) que, referindo-se à família da mulher, julgou-se mais conveniente colocar após a narrativa do casamento.

Não foram feitas alterações no texto original, mas algumas supressões, aliás poucas.

A ortografia é a oficial, salvo em alguns documentos transcritos, em que ela podia apresentar algum interesse.

A finalidade e a natureza do manuscrito explicam o tom íntimo da narrativa e o predomínio do interesse pela vida particular sobre a pública. Por isso mesmo envolve todo o texto da narrativa uma tal atmosfera de fidelidade e singelesa que alguns estudiosos que a leram

insta am vivamente pela sua publicação, como documento valioso para o estudo da família brasileira. Apraz-me mencionar especialmente as excelentes referências de Gilberto Freyre, em dois artigos no Correio da Manhã, *e de Wanderley Pinho no seu belo livro* Salões e Damas do Segundo Reinado.

E' atendendo a este apelo que aqui o divulgamos, limitando-nos a esclarecer os pontos que a condição dos destinatários primitivos dispensava aprofundar.

A. J. L.

MEMÓRIAS

DE UM

MAGISTRADO DO IMPÉRIO

CAPÍTULO PRIMEIRO

A FAMÍLIA BARBOSA DE OLIVEIRA, NA BAÍA. O CAPITÃO DE MAR E GUERRA ANTÔNIO BARBOSA DE OLIVEIRA. O DR. JOSÉ BARBOSA DE OLIVEIRA E O DESEMBARGADOR LUIZ ANTÔNIO BARBOSA DE OLIVEIRA. A FAMÍLIA FERREIRA, DE PORTUGAL.

Rio das Pedras, 8 de Janeiro de 1882

Minha Isabelinha do coração:

Acho conveniente escrever certas tradições de família, que atualmente só eu sei, e que, se eu morrer, ficarão ignoradas de todo o mundo, pois meus filhos não teem vivido comigo e não tenho tido ocasião de comunicar-lhes.

Meu bisavô, natural do Porto, foi o fundador da minha família na Baía. Foi ele o Snr. Sargento-mór de Ordenanças *Antônio Barbosa de Oliveira*, filho legítimo do Snr. Capitão de Mar e Guerra João Barbosa de Oliveira. De todos eles fala o pergaminho obtido por meu avô em Lisboa, em 1776, para usar das armas dos Barbosas de Oliveira. (1) Saltou meu bisavô na Baía já com sua casaca e trouxe boas cartas de recomendações. (2)

---

(1) V. nota I, no fim do Capítulo.

(2) O Cons. Albino não refere quando chegou à Baía o Sargt.º Mór Antônio Barbosa de Oliveira. Nem nos foi possivel obter esta data. Apenas verifica-se que em 1756 já toma ele parte em uma assembléia convocada para a eleição dos procuradores do povo para conferirem o quanto se devia concorrer para o reparo da cidade de Lisboa, destruida pelo terremoto.

Casou-se com a filha do Snr. Antônio de Sousa e Castro (3), pessoa estabelecida e bem conceituada na Baía. Este tinha duas filhas; duma descendemos nós. Da outra descenderam: a Abadessa da Lapa, que foi assassinada na Baía em 20 de Fevereiro de 1822, quando os Lusitanos, soldados do General Inácio Luiz Madeira de Melo, que disputava o comando das Armas ao Brigadeiro Manuel Pedro de Freitas Guimarães, brasileiro, quiseram entrar no convento da Lapa, de cuja torre desconfiavam ser-lhes o fogo dirigido (4); José, Monge Beneditino, muito ilustrado que foi Abade de S. Bento, no Rio de Janeiro (5); seus irmãos, Joaquim Inácio da Silva Pereira, João Nuno Alvares Pereira; D. Cecília, casada com o Comendador Manuel José de Melo, que foi tesoureiro da Junta da Fazenda da Baía, pais da prima D. Lucrécia que conhecí já viuva do Boccaciari, Militar muito conhecido. (6)

(*Inventário dos Documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, de Lisboa.* — in Anais da Bib. Nac. — Rio — 1913 — vol. I, pg. 142).

(3) A carta de Brasão d'Armas fala em *Manuel*, como se vê da transcrição.

(4) Madre Joana Angélica de Jesus era filha de José Tavares de Almeida e de D. Catarina Maria da Silva, como consta de seu termo de falecimento citado pelo Dr. Bernardino José de Sousa na sua interessante "Memória" publicada no IX volume dos *Anais do I Congresso de História da América.* — Rio — 1930 pg. 24.

(5) Vide Nota II, no fim do capítulo.

(6) Brigadeiro José Tomaz Boccaciari, atirou-se ao mar ao chegar em Lisboa para onde fora remetido preso durante as lutas da independência. (V. Accioli — *Memórias Históricas e Políticas da Baía.* Ed. revista por Braz do Amaral. Vol. III, Baía, 1931, pg. 292; Braz do Amaral — *História da Independência na Baía* — Baía — 1923, pg. 53). O Coronel Laurênio Lago — (*Brigadeiros e Generais de D. João VI e de D. Pedro I no Brasil.* — Rio — 1938, pg. 104) dá a biografia de Boccaciari.

Meu bisavô, segundo o estado da Baía naquele tempo, era um homem abastado. Possuia uma fazenda em Itaparica; e quando o Marquês de Pombal extinguiu a Companhia dos Jesuitas, e os bens destes foram vendidos em hasta pública, arrematou a grande casa defronte do Aljube, com fundos para ladeira acima; nesse palacete nasceu meu pai. Essa casa foi depois do Barão de Itaparica, e quando em seu andar térreo estava estabelecida a tipografia da "Aurora", se bem me lembro, ardeu toda. Foi comprada por meu bisavô por seis contos de réis, que naquele tempo era forte quantia.

Sob o governo da Snra. D. Maria I, foi à praça um *Ofício de Tabelião Judicial e Notas*, e ele comprou esse ofício, encartou-se nele, gastando vinte e seis mil cruzados. A 2.ª via dessa Carta Patente existe entre os meus papeis velhos (7). Por morte de meu bisavô, (8) entendendo meu avô, que o Ofício lhe pertencia por direito de primogenitura, o cunhado dele Domingos Tavares lhe propoz pleito judicial que venceu: meu

---

(7) A arrematação da propriedade hereditária do ofício de Tabelião público do judicial e notas na Baía foi a 19 de Fevereiro de 1762 pela quantia de 10:400$000 rs. ou sejam 26.000 cruzados. (*Invent.* cit. Vol. II pgs. 19 e 498).

Alem de possuir esse cartório exerceu ainda Antônio Barbosa de Oliveira o cargo de escrivão da receita do Tesouro do Depósito Geral, prestando declarações sobre os seus vencimentos nesta qualidade em 29 de novembro de 1778 (*Invent.* cit. Vol. II, pg. 418).

(8) Tambem não consta a data do falecimento do Sargento-Mor Antônio. Deve ter sido, porém, por volta de 1783 pois a 15 de Abril de 1784 expedia o governador D. Rodrigo José de Menezes, uma carta-patente nomeando Caetano da Costa Brandão para o lugar de Sargento-Mor de Ordenanças *"na vaga do falecido Antônio Barbosa de Oliveira"*. (Invent. cit. Vol. IV pg. 193 — doc. 19.882).

avô deu efetivamente partilhas do valor do ofício de tabelião a todos os seus irmãos, mas ficou ele senhor do Ofício, que nunca serviu, pois teve sempre serventuário. O primeiro foi tio Antônio, avô de Caetaninho (9) e depois foi meu tio João Carneiro, genro de meu avô. Meu pai alegando ser filho mais velho e único varão, pediu ao Governo d'El Rei a sobrevivência, que obteve: por morte de meu avô quiseram os cunhados propor-lhe ação para a divisão do valor do Ofício, mas não se animaram pois as circunstâncias eram dificeis e a razão podia mais que o interesse: ameaçaram muito, chegaram a seduzir o filho natural, coherdeiro da terça, mas este desistiu da demanda, que começara a ser proposta. Depois em 1838, eu, como procurador de meu pai, renunciei a este Ofício na pessoa do Bacharel Frederico Miguel de Almeida pela quantia de seis contos de réis, dinheiro que remeti logo em letras para o Rio de Janeiro. Enquanto meu pai foi proprietário do ofício teve por serventuário Antônio Lopes de Miranda, que depois, por um falso pretexto foi expulso pelo Presidente, para dar-se a serventia do ofício a José Fernandes de Oliveira, que nada pagava ao proprietário, mas só por mal entendida proteção, por ser ele casado com uma filha do Francisco Antônio de Ataíde Seixas. A minha intervenção fez

---

(9) Caetano Vicente d'Almeida, casado com D. Luiza, filha de Antônio Barbosa de Oliveira. Pai do Dr. Caetano Vicente d'Almeida (Barão de Mucuri), Ministro do Supremo Tribunal de Justiça) e avô do Dr. Caetano Silvestre de Almeida, que é aí chamado Caetaninho. Para todas as referências ao parentesco nestas *Memórias* veja-se a *Genealogia dos Barbosas de Oliveira* por nós publicada no *Anuário Genealógico Brasileiro.* (Publicação do *Instituto Genealógico Brasileiro.* — S. Paulo — Ano II, p. 290), bem como os *Aditamentos e Correções* à mesma Genealogia, publicados na *Revista Genealógica Brasileira.* (Ano II. 1.º semestre de 1941).

acabar essa pepineira, e o Dr. Frederico Miguel tomou conta do seu ofício.

Criou meu bisavô dez filhos, a saber: D. Rita, que depois casou com o Dr. Quadrado, que não teve filhos e não foi feliz, pois morreu e todos os irmãos ficaram mal com o cunhado.

O segundo foi o Dr. *José Barbosa de Oliveira*, de quem depois falarei.

A terceira foi a tia D. Maria que faleceu solteira e criou as sobrinhas, que por isso a chamavam "titia-mamãe".

O quarto foi o tio *Antônio Barbosa de Oliveira*, que se casou com a snra. D. Inácia Soares Serpa; deste casamento nasceram Antônio (10), Ildefonso, que não deixaram filhos, e a prima D. Luiza, mãe de Gertrudes, Conselheiro Caetano, Desembargador Luiz Antônio, Chefe de Divisão Hermenegildo, Maria Adélia, mãe de Rui, Luiza viúva do Gravatá, Dr. Bernardino e meu afilhado Albino, que morreram sem filhos, e Leopoldina, casada com o Snr. Joaquim José Guedes de Carvalho, que vivem ambos na Baía e teem quatro filhos.

A quinta foi a tia D. *Ana*, que casou com o Sr. Domingos Tavares de Almeida (11) que morou sempre

---

(10) *Antônio Barbosa de Oliveira* — Na Representação contra a posse de Madeira no comando das armas da Baía, aparecem dois Antônios Barbosa de Oliveira, sendo um como *porta-bandeira*. (Braz do Amaral — *"Independência da Baía"*, Baía 1923 — pg. 74.

Há várias provisões do Vice-Rei, mantendo em Antônio Barbosa de Oliveira a serventia do ofício em 1796-97 e 98 (Bib. Nac. Codice D.C. XII — 2713).

(11) *Domingos Tavares da Silva e Almeida* — Era oficial da Secretaria da Junta da Real Fazenda da Baía e alem disso, Capitão agregado do Regimento da Nobreza como consta de uma fé de ofício passada em 19 de Dezembro de 1788 — Era filho do Capitão José Tavares de Almeida. (*Invent. cit.* Vol. IV, 316 — doc. 21.339).

à "Rua de Baixo" na Baía: teve duas filhas, Antônia e Joana (que se casaram, e não sei, se tiveram filhos) e dois filhos: Domingos, casado com D. Úrsula, que tiveram uma filha, casada com um militar, cujo nome nunca soube, e de quem nada sei, e um filho chamado Genésio; era muito exquisito, tinha bens herdados do pai, e se casou com uma prima, filha de D. Antônia, (agora me lembro, que a Prima Antônia teve essa filha e que o casamento foi promovido pelo Antônio José, marido da prima Antônia e tutor dele) e nunca mais soube notícias dessa gente.

O sexto foi o tio *Agostinho* (12), que se casou, teve um filho, que morreu sem prole, e depois de viúvo morreu em casa de meu avô.

A sétima foi a tia *Joana*, que se casou, teve só a prima Felícia que casou com José Herculano Pereira Lisboa da Cunha: deste casal nasceram, José, Amália e Maria Luiza, que morreram sem prole e Antônio Augusto (13) hoje Desembargador em Porto Alegre e pai do Carlos, Manuel etc.

O oitavo foi *Rodrigo* pai de João José e Antônio Américo e avô de Rui, Brites, Antônio Augusto, José Felix, Dr. Rodrigo, Américo, Luiz Carlos, Adolfo e suas irmãs.

A nona foi tia D. *Leonor* que faleceu solteira, e o último foi o tio *Estanislau*, que deixou um filho natural, que foi militar e faleceu sem filhos. Chamava-se Leôncio e era Tenente ou Capitão.

---

(12) V. nota III, no fim do capítulo.

(13) *Antônio Augusto Pereira da Cunha* — foi Desembargador na Relação do Rio Grande do Sul, de 1874 a 1882, quando assumiu a sua presidência. (*A Justiça de Segunda Instância no Rio Grande do Sul* — Leonardo Macedônia. Rev. do Inst. Hist. Rio Grande, 1931, II Trimestre).

A Prima Felícia, que foi muito amiga de minha mãe, e era casada com o Snr. José Herculano Pereira Lisboa da Cunha, alem dos filhos acima declarados, e do Desembargador Antônio Augusto, que vive, e foi Presidente de Goiaz e Vice-Presidente do Rio Grande do Sul em exercício (e remeteu para o Paraguai o 3º Corpo do Exército, comandado pelo Osório) teve tambem outro filho, Herculano Antônio Pereira da Cunha que foi magistrado, Vice-Presidente em exercício do Ceará, onde ganhou a amisade do Conselheiro Saraiva, e morreu de febre, sendo Juiz de Direito de Abrantes. Era viúvo da prima Ana Apolônia, filha da prima Lucrécia Boccaciari, de quem já falei, a qual morreu sendo ele Juiz de Direito de Anadía, nas Alagoas, e deixou filhos, cuja sorte ignoro: sei sómente que um deles era casado com uma filha do meu condiscípulo em Lógica, Antônio José de Lima, irmão do Dr. Francisco José de Lima, Secretário da Polícia do Rio de Janeiro.

Já disse que o segundo filho, mas primeiro varão, de meu bisavô, foi o Snr. Dr. José Barbosa de Oliveira: dele falarei mais miudamente, porque é ele meu avô e dele descendo. Como filho mais velho foi escolhido para estudar na Universidade de Coimbra, e formar-se em Cânones, pois seus pais o destinavam à carreira eclesiástica. Nasceu ele provavelmente em 1749; foi para Coimbra talvez com 18 anos; quando já tinha sido aprovado no 1º e 2º ano de Direito, teve de repeti-lo porque a Reforma da Universidade muito afamada, do tempo do Marquês de Pombal, a isso o obrigou. Foi contemporâneo do Dr. Inácio Francisco Silveira da Mota, avô do Senador José Inácio, que nada teve que repetir, pois já tinha passado do 3º ano. Sei que em 1776 já era *Bacharel Formado*, pois nesse ano obteve ele a *Carta de Fôro, Nobreza e Cota d'Armas*, que conservo, e na qual veem consignados os nomes de todos os meus as-

cendentes até os avós de meu avô. Ou por não ter disposição para as ordens, ou enamorado dos lindos olhos de minha avó, a Snra. D. Felícia Maria da Penha de França de Morais, filha legítima de um honrado negociante da rua Augusta, com ela se casou. Não conheci essa família, mas sei que o irmão dela José Maria de Morais, era Consul de Portugal em Cadiz. Meu avô teve em Lisboa um filho, de nome Francisco, que morreu depois na Baía, em menor idade. Receioso da desaprovação de meu bisavô, que, como disse, o destinava à vida eclesiástica, deixou minha avó em Lisboa e veiu só para a Baía. Despachado Juiz de Fóra de Angola, desgostou-se da carreira, não aceitou e preferiu fundar na Baía sua Banca de Advogado, na qual, seja dito de passagem, ganhou muito dinheiro: achei e li os seus assentos: num ano ganhou 14 mil cruzados, e acrescentava sempre: "Louvado seja Deus"! E com efeito, isto, num tempo, em que ele pagava oitenta mil réis anuais pelo alugel dum sobrado de dois andares, no qual morava à "rua Pão-de-ló", era alguma cousa. (14) Não foi meu avô muito ativo em mandar buscar minha avó a Portugal, pelo que lhe mandou ela de Lisboa, o retrato, dizendo na carta que o acompanhou, "com os olhos vermelhos de chorarem por você". Esse retrato, que estava muito estragado, serviu de modelo para, sobre ele, tirar-se o atual que existe. Em 1781 ou 1782 veiu minha avó para a Baía e a 14 de Outubro de 1784 nasceu meu Pai. (15) Em 1786 e 1788 nasceram minhas tias D. Maria Felícia, que casou com o Snr. João Carneiro da Silva Rego, e D. Gertrudes Sebastiana, que casou com o Snr. Inácio Joaquim Ferreira Lisboa, que

(14) Vide nota IV.
(15) Vide nota V.

na época da independência mudou o nome para Pitombo, (16) foi Tenente Coronel etc., mas nunca teve filhos: por tanto a respeito da tia Gertrudes direi sómente que era muito formosa. Foram essas as sobrinhas que a tia D. Maria criou e por isso a chamavam "Mamãe-titia". Em 1790 minha avó não pode dar a luz e morreu. Meu pai tinha seis anos!

Meu avô conservou-se viuvo até Setembro de 1809. Então, sendo Arcebispo da Baía D. Frei José de Santa Escolástica, tomou ordens sacras, (17) foi Cônego da Sé, Vigário Geral, Tesoureiro Mor, e quando morreu, a 20 de Novembro de 1824, era Vigário Capitular e Governador do Arcebispado, (18) *Séde vacante*. Depois da sua viuvez e antes de tomar ordens sacras, teve um

---

(16) No poema épico PARAGUASSÚ, de Ladislau dos Santos Titara, estão consagrados aos feitos de Pitombo os seguintes versos:

"...PITOMBO, que incansavel
Impulso magno dera, conjurado
Firmes varões Patriótas, com que aumenta
O Impávido Esquadrão, que a cena abrira."

E ao mesmo dedica o poeta da luta pela Independência na Baía a seguinte nota: "O Tenente-Coronel *Inácio Joaquim Pitombo*, que foi Capitão da Companhia de *Belona*, e depois da 1.ª Companhia do Batalhão de *Pitanga*, foi um dos mais ativos colaboradores, dando até, logo que rompeu a revolução, o donativo de 200$000, fardando a muitos dos soldados da dita companhia, que o elegera comandante, e armando alguns." (*Revista do Inst. Geogr. e Hist. da Baía*. 1923, n.º 48, pg. 213). Note-se que o Cons. Albino foi um dos subscritores da 1.ª edição do poema de Titara.

(17) Em 17 de Outubro de 1805 escrevia o Arcebispo ao Visconde de Anadía, Ministro da Marinha, referindo-se à falta de sacerdotes para as igrejas e pedindo o seu interesse pelo requerimento do Dr. José Barbosa de Oliveira que pretendia ordenar-se. (*Invent. cit.* Vol. V doc. 27.485).

(18) V. nota no fim do capítulo.

filho natural de nome Francisco José Barbosa de Oliveira, mais velho 5 ou 6 anos do que eu, que depois se casou, contra a vontade da família e teve os seguintes filhos, a saber: o Dr. Antônio José, "o cético", o pobre Luiz Antônio, que faleceu desastradamente, Júlio e Mariana, que vivem e V. conhece, e outra filha que era afilhada de meu pai, e que não conheço.

Em 1800 seguiu meu pai para Coimbra para formar-se, só com o preparatório de grámatica latina: dois ou tres anos depois, podia ele habilitar-se à matrícula na Universidade, mas muito joven, seduzido pelos falsos amigos e talvez pelos olhos de alguma mulher bonita perdeu alguns anos. Meu avô rigoroso, suspendeu-lhe as mesadas; mas o Snr. Conselheiro José de Oliveira Pinto Botelho e Mosqueira, filho de Minas Gerais, Desembargador muito respeitado em Lisboa, amigo de meu avô, lhas continuou por intermédio de seu irmão, Geral de Santa Cruz, talvez de inteligência secreta com meu avô. (19) Em 1806, matriculou-se meu Pai no primeiro ano de Direito: só existe uma carta dele a meu avô, de 1807, assim como existem cartas do Snr. Mosqueira, nome, que sempre era repetido por meu Pai com toda a veneração.

Em 1807, fugiu o Príncipe Regente de Portugal para o Brasil com toda a sua corte: o Snr. Mosqueira veiu com Ele. Meu pai, abandonado, sem pão, cheio de brio, e não querendo voltar a sua Pátria sem posição, casou-se em 17 de Agosto de 1808 com minha mãe, a Snra. D. Maria Rosemunda, filha legítima do Snr. João Teotônio da Mata Ferreira e da Snra. D. Quitéria Avelina de Morais: tinha minha mãe 21 anos e já era viúva do Dr. Antônio Inácio Gonçalves Forte, lente de Medicina da Universidade de Coimbra, com o qual fora

(19) V. nota no fim do capítulo.

só casada seis meses. Meu pai era muito bom estudante; meu avô materno conhecia muito meu avô paterno, por isso com facilidade consentiu no casamento. As cartas, que provam esses fatos ainda existem e eu as tenho aqui. A propósito, antes que me esqueça, direi, que o Snr. Mosqueira foi Procurador da Coroa no Rio de Janeiro, e foi ele que deu o luminoso parecer para que o Brasil fosse elevado à categoria de Reino, unido com Portugal e Algarves. A casa dele ainda existe no Rio de Janeiro na rua de Santa Teresa: nela morou o Desembargador Lopes Gama, depois Visconde de Maranguape, e hoje está reformada, pertence ao Barão de Mesquita (20) e nela morava e creio que ainda móra, o Gonçalves Roque, hoje Visconde do Rio Vaz. A travessa, que da rua das Mangueiras, hoje Ladeira de Maranguape, segue para a de Santa Teresa, na qual é sita e faz esquina a sua casa, ainda se chama travessa do Mosqueira. (21)

Daquele feliz consórcio fui eu o primeiro fruto. Nasci em 1 de Julho de 1809; meu pai tinha acabado o terceiro ano de Direito; era então soldado do Corpo Acadêmico, do qual foi Major o Dr. José Bonifácio de Andrada e Silva, e tambem soldado José Clemente Pereira. Em 1810 tomou o grau de bacharel, mas a Universidade fechou-se, e ele não poude continuar. Em 1811 viemos para a Figueira e daí para Lisboa, onde embarcamos no "*Grão Careta*" para a Baía: aí chegamos no 1.º de Maio de 1811 e a 15 de Junho seguinte nasceu meu irmão José. Meu pai seguiu para o Rio de Janeiro, onde com o Desembargador Luiz Pedreira do Couto Ferraz, pai de meu amigo Visconde de Bom Retiro, seu condiscípulo e amigo, e outros, requereu a

(20) Jerônimo José de Mesquita, 1.º Barão, depois Visconde e Conde de Mesquita.

(21) Até hoje conserva o nome.

dispensa do 5.º ano, a leitura no Desembargo do Paço e um cargo de Magistratura. (22) Com a proteção do Snr. Mosqueira tudo obteve. Perdigão Malheiros (23) foi Juiz de Fóra de Santos; Luiz Pedreira, (24) da Ilha Grande, creio eu, e meu Pai *Juiz do Crime e Provedor de Capelas e Resíduos e Auditor da Gente de Guerra* da Baía, de que tomou posse em Novembro de 1813.

A 25 de Julho de 1813 nasceram meus irmãos gêmeos Luiz Antônio e Maria Isabel; ela morreu de bexigas sete meses depois; e ele muito bom menino morreu a 22 de Maio de 1820 na vila do Penedo, próximo das Alagoas, onde meu pai era então o primeiro Juiz de Fóra, creador desse logar. Foram seus sucessores Caetano Maria Lopes Gama, Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja e Antônio Inácio de Azevedo, que todos chegaram ao Supremo Tribunal de Justiça.

Em 1822 fomos para a cidade das Alagoas, onde meu pai já estava, e em Fevereiro para Maceió, donde saímos pela Barra de Jaraguá para a Baía, a Bordo do Brigue Inglês "*Swift*" (velocidade) e chegamos a 22 de Fevereiro, logo depois do combate entre as tropas lusitanas de Madeira e as brasileiras de Manuel Pedro. Tinha meu Pai sido despachado desembargador da Relação da Baía, por ter ido fazer a primeira banca no Penedo

---

(22) No quarto ano da Faculdade, recebiam os estudantes o grau de *bacharel;* no quinto, o de *bacharel-formado.* As *Ordenações* exigiam ainda, para advogar em certas comarcas, um exame prestado perante os desembargadores do Paço (Liv. I, Tit. XLVIII), a que vulgarmente se chamava — *"Leitura no Desembargo do Paço".*

(23) Agostinho Marques Perdigão Malheiro, fidalgo português, casou-se com D. Urbana de Resende, prima do Marquês de Valença. Seu filho, do mesmo nome foi tambem magistrado e jurista de relevo.

(24) Chegou a desembargador da Casa de Suplicação. Foi tambem deputado à primeira Constituinte.

(25) mas o estado das coisas exigia prudência e reclusão. Sofremos na Baía o cerco das tropas Brasileiras, a peste e a fome, fome acerba, até que no dia 2 de Julho de 1823, Madeira deixou a cidade e os brasileiros entraram. Nunca vi espetáculo mais esplêndido, do que a esquadra portuguesa, acompanhada de cincoenta navios, saindo da linda Baía, e levando a seu bordo tropas portuguesas e todas as que não aderiram à Independência do Brasil! Isso unido ao prazer, que todos nós sentiamos vendo vitoriosa nossa parcialidade, tornava imenso o meu prazer! Como o Snr. Dom Pedro I tinha declarado revalidar todas as Mercês e despachos, feitos por Seu Augusto Pai, obteve meu Pai as suas cartas de Desembargador da Baía, tomou posse e entrou em exercício. Durante o cerco da Baía teve minha mãe a última filha, que meu avô batizou "*in articulo mortis*" com o nome de Felícia. E com efeito faleceu no mesmo dia, e foi enterrada na Igreja de Nossa Senhora da Ajuda, em cuja rua morávamos.

Em fins de 1823 ou princípios de 1824 chegaram as cartas de meu Pai, que tomou posse do logar de Desembargador da Relação da Baía e Procurador da Coroa onde ganhou grandes inimisades com o Presidente Francisco Vicente Viana, depois Barão do Rio das Contas, porque, como Procurador da Coroa, exigiu que não fossem abonadas a Pedro Ferreira Bandeira, (26) as contas que este apresentava no valor de cerca de 150:000$ como tesoureiro do exército pacificador, das despesas feitas com este desde o cerco da Baía e guerra de independência, sem serem previamente examinadas. Assim é o mundo! Bastou isso para o Ministro da Justiça Clemente Ferreira França, depois

(25) Chama-se *banca* o primeiro posto da magistratura.
(26) Parente de Vicente Viana.

Marquês de Nazaré, demitisse meu Pai de Procurador da Coroa. França alem de muita amisade a Francisco Vicente, tinha queixas de meu Pai: contaram-lhe que meu Pai dissera que ele, sendo Ouvidor do Sertão de Pernambuco, mandava a mulher dar beijos nos ricaços do país o que lhe produziu muitos ricos presentes. Ora, isto é verdade e eu o ouvi a meu Pai. (27) O Chanceler da Relação da Baía, Luíz Joaquim Duque Estrada Furtado de Mendonça, carater nobre, (sogro do Conselheiro José Matoso) e que muito apreciava o talento e belas qualidades de meu Pai, cumpriu o Decreto, demitiu a meu Pai de Procurador da Coroa, mas fez nova promoção e deu a meu Pai a Vara de Ouvidoria Geral do Civel que era talvez o lugar mais importante da Relação, (28)

Era então meu avô Vigário Capitular e Procurador do Arcebispado da Baía, *Sede Vacante*, logar para o qual tinha sido eleito pelo Cabido, logo que o Deão Freire, que era o Vigário Capitular, se tinha retirado

---

(27) Pesam na memória de Clemente Ferreira França, Visconde e Marquês de Nazaré, as mais graves acusações. Nas *"Memórias"*, de Vasconcelos de Drummond, muito justamente tidas como parciais, dadas as suas íntimas relações com os Andradas, Nazaré é tratado como "a vergonha da tóga, o magistrado mais corrompido do Brasil". Por isso Rocha Pombo, considera-o "o juiz mais desmoralizado da corte" (*História do Brasil* — 1.ª ed. Rio — VII — pg. 869).

Não seria, pois, Marrocos que deixasse escapar tão interessante tema para sua correspondência, assim é que na carta de 28 de Setembro de 1813 diz: "Clemente Ferreira França para aqui veiu há tempos de Pernambuco, tendo-se ali feito muito famoso por suas ladroeiras: trouxe muita riqueza, e aqui trota em uma carruagem magnífica: todos o conhecem por esta boa circunstância, assim como o desgarre de sua senhora, qual outra Sabá". (*Cartas de Luíz Joaquim dos Santos Marrocos.* Anais da Bibl. Nac. Vol. LVI — Rio. 1939, pg. 164).

(28) V. nota VIII, no fim do capítulo.

para Portugal com o General Madeira, e as tropas lusitanas, em 2 de Julho de 1823. (29) Meu avô então, ali para Julho de 1824, adoeceu e foi para a Soledade; piorando, meu Pai trouxe-o para a sua casa, que era a dos "Sete Candieiros", (30) e aí, depois de muitas conferências, cuidados e curativos inuteis, faleceu ao anoitecer de 20 de Novembro de 1824. Fez-se-lhe pomposo Ofício de Finados na Catedral do Colégio, onde foi sepultado.

Em 17 de Janeiro de 1817, nascera na Baía, minha irmã Maria Luiza que foi para o Penedo mamando: foi educada com extremo amor, e eu lhe queria muito. Foi madrinha do batismo de minha filha Francisca: era bonita, habilidosa e tocava muito bem piano, cantava, acompanhava-se. Casou-se em 1836 com o Dr. Adelino Huet Forte Gato, natural de Coimbra, filho de minha madrinha de batismo, e sobrinho do primeiro marido de minha mãe. Não foram felizes, porque os gênios não se encontravam. Ela separou-se e voltou para a casa de meus pais. Ele era médico. Depois da morte de meus pais casou ela segunda vez com o Dr. Adriano Ferreira, tambem médico, irmão de minha mãe, em 1855. Concebendo pela primeira vez não

(29) O 13.º Arcebispo da Baía, D. Francisco de S. Dâmaso Abreu Vieira, falecera em 1816. Nomeado em 1820, D. Frei Vicente da Soledade, monge beneditino, não chegou a tomar posse, pois, sobrevindo a independência, deixou-se ficar em Portugal, onde faleceu.

Governava o arcebispado, como Vigário Capitular, O Deão José Fernandes da Silva Freire, que, em 1823 abandonou o seu posto, voltando ao reino com as tropas de Madeira. Foi nessa ocasião que o cabido elegeu o novo vigário capitular, Dr. José Barbosa de Oliveira. (Dr. Manuel de Alvarenga — *"O Episcopado Brasileiro"* — S. Paulo, 1915, pg. 30 — Braz do Amaral — *"História da Independência na Baía"* Baía, 1923 — pg. 509).

(30) Vide nota IX — no fim do capítulo.

pode facilmente dar à luz: o menino nasceu morto em 1857, e ela ficou tão estragada, que faleceu alguns dias depois, tendo sofrido muito, em 24 de Junho de 1857. Meu tio Adriano, que fora sempre tão meu amigo desde o dia 22 de Agosto de 1825, em que me fora esperar a Pombal, tornou-se-me muito diferente, desde que tencionou casar com minha irmã. Ela tambem mudou muito. Não poucos desgostos tive. A morte acabou com tudo isso, e breve acabará comigo. V. sabe de todas essas cousas, e por isso não continúo.

Direi alguma cousa da família de meu Avô, que mais de perto nos interessa. Já disse, que ele, alem de meu pai, teve duas filhas. A mais moça, D. Gertrudes, madrinha de Gertrudinha, nunca teve filhos.

A mais velha, D. Maria Felícia, teve quatro filhos: primeiro o Dr. João Carneiro da Silva Rego, que tinha o nome de seu pai: era nascido a 25 de Maio de 1809, e portanto 36 dias mais velho que eu: era muito travesso: foi meu condiscípulo em Retórica, sob o Cons°. José Ribeiro Soares da Rocha, e Geometria sob o Padre José Cardoso Pereira de Melo. Formou-se em Direito em Olinda, onde casou-se com D. Irene. Entrou na Sabinada em 1837, sendo o pai Presidente da República e ele Ministro da Justiça. Seguiram-se a guerra civil, a vitória da Legalidade, os processos, e ele e o pai foram condenados à morte, e depois perdoados, indo relegados para S. Paulo. (31) Dele é filha essa menina Libânia, hoje velha, que protejo, e que desejo nunca seja abandonada. Teve mais um filho, do mesmo nome que está hoje em Pernambuco, oficial da Secretaria da Presidência, teve mais tres ou quatro filhas que es-

(31) O processo e julgamento dos Carneiros está publicado pelo Governo da Baía. (*Publicações do Arquivo do Estado da Baía* — A revolução de 7 de novembro de 1837 — Sabinada — Baía — 1939).

tão com o irmão em Pernambuco, e teve finalmente um filho, de nome Severiano Carneiro da Silva Rego, que foi voluntário com 18 anos, serviu na guerra do Paraguai, e é hoje Tenente ou Capitão do Exército, no Rio Grande. Sei que ele casou-se no Rio Grande do Sul, que foi estudante e discípulo na Academia Militar da dita Província e mais nada sei.

A segunda filha de minha tia Maria Felícia foi a prima Felicinha que se casou com um Tenente de nome Agostinho Marinho da Rocha Queiroz, de boa família. Tiveram filhos, só sei de tres: Francisco Dirceu Marinho de Sá Queiroz, que depois de ser militar, deu baixa, e foi Escrivão dos Orfãos na Província do Rio Grande, e voltando de um inventário foi assassinado por um negro, deixando viuva e um filhinho em máu estado de fortuna; Adelaide, que foi casada com seu primo João Carneiro da Silva Rego, e morreu, deixando um filho já crescido que está em Pernambuco, na companhia do pai; e João Carneiro Marinho de Sá, que foi Oficial de Polícia na Baía, mas foi demitido por ter deixado fugir uns presos, e está hoje na Baía em máu estado de fortuna, casado, e muito infeliz. Dos mais, se os há, não sei.

A outra filha de minha tia Maria Felícia era Guilhermina: essa morreu aos 18 anos, antes de casar. A última era Emília, afilhada de meu pai. Essa casou mal, com um Correia de Brito, teve filhos e morreu. Da sorte dos filhos não sei. A minha residência fora da Baía desde 1825 inhabilitou-me de saber dessas cousas. Estive algumas vezes na Baía, mas dias, de passagem, e nunca residi na Cidade. Desses parentes poucos existem.

Aproveitarei o resto do papel para dizer a V. alguma cousa de minha família materna. Pelo que ouvi à minha família de Coimbra e vi em Lisboa, meu avô,

o Snr. João Teotônio, era de família muito nobre. Em 1.º de Novembro de 1755, dia do notável terremoto de Lisboa ele era moço, talvez de 18 anos. Fugindo ao cataclisma, perdeu um sapato, andou tres dias perdido, sem saber da família, com um pé calçado e outro descalço, e depois a achou. Indo para Coimbra, no tempo da Reforma da Universidade de Pombal, casou-se com minha avó: seus irmãos levaram a mal o casamento, porque minha avó não era de família igual, e ele, caprichoso, rompeu com os irmãos, e nunca mais se assinou — Ferreira — apelido da família. Alem de seu ordenado de Empregado da Universidade, possuia a casa, em que morava, e em que nasci, quatro casas, que alugava a estudantes, e todo o edifício de S. Marcos antigo convento dos frades Grilos, (32) que converteu em 4 ótimas casas, que alugava a lentes. Na noute de 2 de Julho de 1811 uma inquilina caloteira deitou fogo ao ex-convento, que ardeu todo, e meu avô, já por sair ao sereno, suado e alta noite, já por desgosto e dôr de vêr, que sua família ficava mal, morreu duma apoplexia e a pobre família, alem dessa desgraça, foi roubada a pretexto de ajudarem a apagar o incêndio.

Teve meu avô os seguintes filhos, a saber: minha mãe que foi a mais velha, nascida a 29 de Dezembro de 1787, e falecida a 23 de Outubro de 1852; minha tia D. Libânia, que veiu morrer no Rio de Janeiro; minha tia D. Ana que morreu tísica em 27 de Dezembro de 1827; minha tia D. Maria Urbana, que tambem faleceu tísica em 1827; a minha tia Emília que faleceu de 14 anos, de febre; e meu tio Adriano, único varão, que se

(32) *Colégio dos Grilos* ou de Santa Rita, dos eremitas reformados de St.º Agostinho. (Vide A. O. Borges de Figueiredo — *Coimbra Antiga e Moderna* — Lisboa — 1886 — pg. 228).

formou em Medicina, veiu para o Rio de Janeiro com minha tia Libânia em 1840 e poucos, casou com D. Maria José, filha de José Antônio de Oliveira e Silva, de quem teve a prima Maria José, casada com o J. E. de Carvalho (33) casou segunda vez com a minha infeliz irmã em 1855, que faleceu das consequências do único parto que teve, a 24 de junho de 1857; e terceira vez com D. Aninha Perdigão e morreu em 1865.

Tinha meu avô em Lisboa um irmão mais velho, de nome José Antônio Ferreira; era abastado, tratava-se com sége montada, e era secretário particular do Marquês de Pombal, então onipotente, e devia ser pessoa importante. Foi casado com a tia D. Joaquina, de quem teve filhos. Quando cheguei a Lisboa em 1825, conheci o primo Manuel Joaquim da Costa Ferreira e as primas D. Rita, D. Francisca e D. Leonor, filhas desse casal. Entreguei ao primo Manuel Joaquim uma carta de minha mãe e ele me apresentou às irmãs. Ele era Provedor da Saúde e fora Presidente da Bula da Cruzada, de que fora demitido pelos liberais, talvez por terem extinto essa sinecura, e tratava-se bem.

Apresentou-me à prima D. Leonor, moradora num primeiro andar à rua do Ouro, casada com um rico negociante da Índia, velho e gotoso; mas ela ainda era bem bonita apesar dos 40. Depois à prima D. Francisca moradora à rua Augusta, em casa própria, rica, pois alem dos bens paternos ficara herdeira dum tio, que lhe deixou propriedades e um trapiche; e depois levou-me numa sége ao Campo Grande, onde passava o verão a prima D. Rita, de mais de 40 anos, feia e bexigosa, mas muito agradavel, casada com o Brigadeiro Pigott. Com esta tive relações nos anos seguintes e

(33) Desse casal nasceu Casimiro de Carvalho, que, por motivos de comércio, mudou o nome para Barbosa Freitas.

jantei em sua casa mais duma vez. Residia em casa própria, com portão, páteo e escada de pedra, à rua Buenos Aires, e do fundo da casa dominava o Tejo, Cacilhas etc. Tinha duas filhas de 4 e 6 anos Emília e Júlia, que morreram de 12 e 14 anos: o pai morreu de desgosto, e ela casou-se segunda vez com o General José Antônio de Azevedo Lemos, depois Visconde de Setubal, por D. Miguel, General do Exército deste, e que fez a Convenção de Évora Monte. Tive correspondência epistolar com ele, e, depois que ele morreu, com a prima D. Rita, que morreu maior de 80 anos, muito rica, que ficara herdeira da filha Júlia, a quem a tia e Madrinha D. Francisca deixara todos os seus bens. Toda essa família de Lisboa era legitimista e muito aferrada ao governo absoluto.

Basta; se tiver tempo, direi mais alguma cousa.

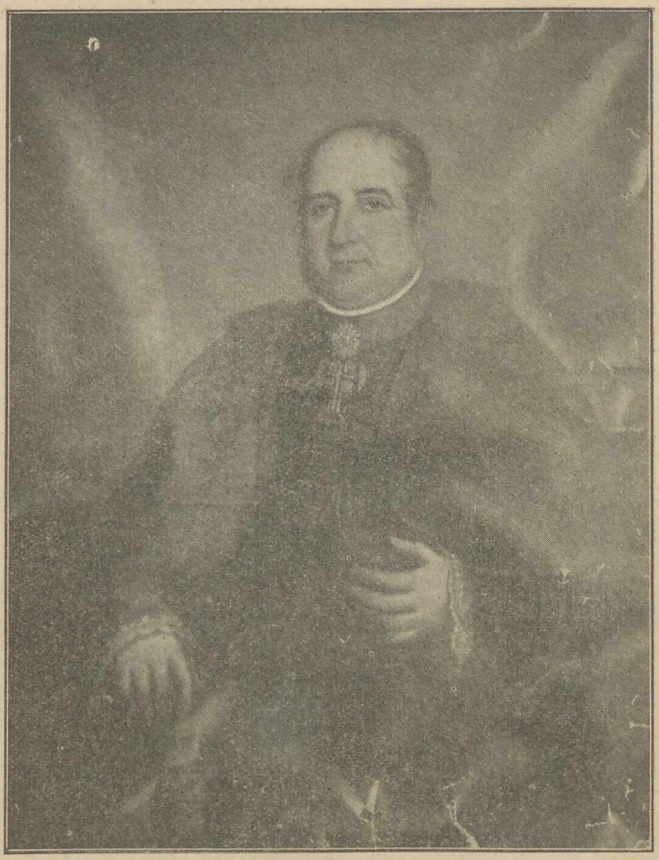
Adeus, Minha Isabelinha, sou sempre,

Seu do Coração

ALBINO JOSÉ BARBOSA DE OLIVEIRA

Acabada em 8 de Fevereiro de 1882.

Brasão dos Barbosa de Oliveira tal como vem na Carta de Brasão de Armas de 1773.



Cons°. Luis Ant°. Barbosa de Oliveira — retrato por Barandier — Em 1840 — existente no salão da Fazenda do *Rio das Pedrsa* em Campinas. A capa foi acrescentada pelo mesmo artista em 1853, quando o então *desembargador* recebeu as honras de *Canselheiro Ministro do Supremo Tribunal.*

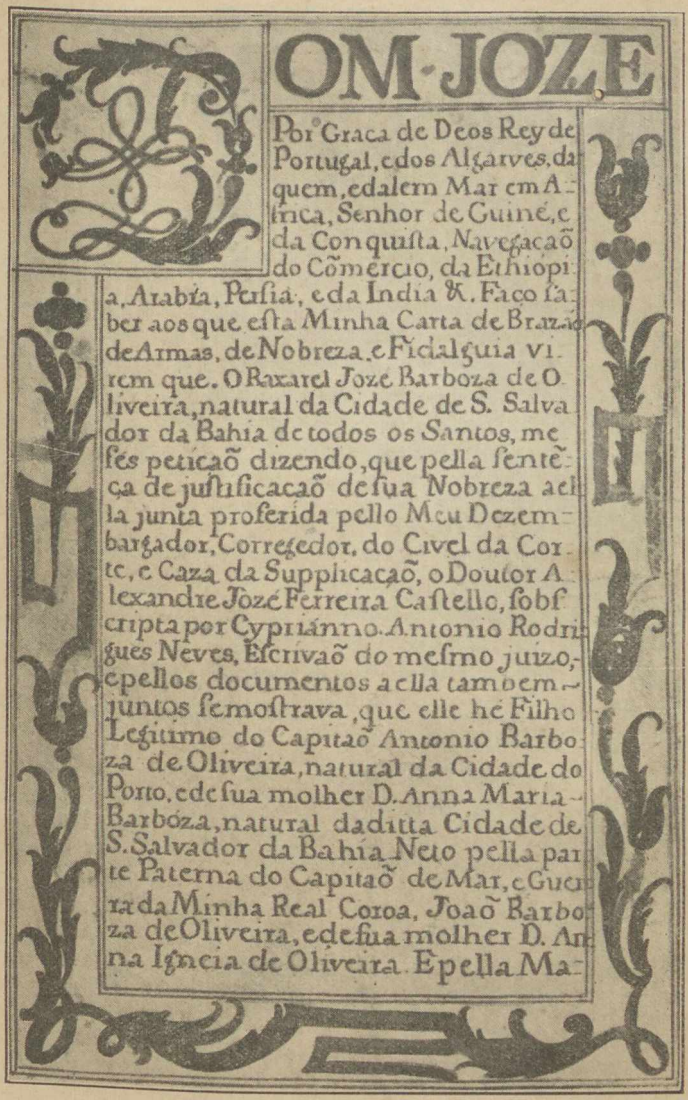
NOTAS AO CAPÍTULO PRIMEIRO

NOTA I

Carta de Brasão d'Armas do Dr. José Barbosa de Oliveira.

Dom Joze por Graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves daquem e dalem Mar em Affrica, Senhor de Guiné e da Conquista Navegação do Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia e da India &. Faço saber aos que esta minha Carta de Brazão de Armas de Nobreza, e Fidalguia virem que. O Bacharel Joze Barbosa de Oliveira, natural da Cidade de São Salvador da Bahia de todos os Santos me fes petição dizendo, que pella Sentença de justificação de Sua Nobreza a ella junta proferida pelo meu Dezembargador Corregedor do Civel da Corte e Caza da Supplicação o Doutor Alexandre Joze Ferreira Castello Sobscripta por Cypriano Antonio Rodrigues Neves Escrivão do mesmo Juizo; e pelos documentos a ella tambem juntos se mostrava que elle hé filho Legitimo do Capitão Antonio Barboza de Oliveira natural da Cidade do Porto, e de sua mulher Dona Anna Maria Barboza natural da ditta Cidade de S. Salvador da Bahia, Neto pella parte Paterna do Capitão de Mar e Guerra da minha Real Coroa Joam Barboza de Oliveira, e de sua molher D. Ana Inácia de Oliveira; e pella Materna de Manoel de Souza de Castro e de sua mulher Dona Maria da Silva Costa. Os quais seus Pais, Avôs e os mais seus Ascendentes que forão pessoas muito Nobres Legitimos Descendentes das Nobres Familias dos Apellidos de Barbozas, Oliveiras, Souzas, e Castros deste Reino, e como tais se tratarão a ley da Nobreza, com cavallos, creados, e todo o mais tratamento

pertencente as suas destinttas quallidades, servindo no Politico e no Millitar os primeiros e mais nobres Lugares, e Postos do Governo sem que em tempo algum cometecem crime de Leza Magestade Devina ou Humana. Pello que me pedia elle Supplicante por Merce que para a memoria de seus Progenitores senão perder a clareza de sua antiga Nobreza lhe mandase dar minha Carta de Brazão de Armas das dittas Familias para dellas tambem uzar na forma que as trouxerão e foram concedidas aos dittos seos progenitores. E vista por mim a ditta sua petição, sentença, e documentos, e constar de tudo o referido, e que a elle como Descendente das mencionadas Famillias lhe pertence uzar, e gozar de suas Armas segundo o meu Regimento e ordenação da Armaria; lhe mandei passar esta minha Carta de Brazão dellas na forma que aqui vão brazonadas, devisadas, e illuminadas com côres e Metais segundo se achão registadas no Livro do registro das Armas da Nobreza e Fidalguia destes meus Reinos que tem Portugal Meo Principal Rey de Armas, a saber — Hum Escudo esquartellado: no primeiro quartel as Armas dos Barbozas que são em campo de prata huma banda azul, carregada de tres crescentes de ouro entre dois leoens vermelhos batalhantes: No segundo quartel as dos Oliveiras: em campo vermelho, huma Oliveira e Sua cor com raizes, perfis e frutos de ouro. No terceiro as dos Souzas: o campo de prata esquartellado; no primeiro as quinas de Portugal: No segundo hum Leão Vermelho e assim os contrarios. No quarto quartel as dos Castros: em campo de prata, seis arruelas de azul em duas pallas; Elmo de prata aberto guarnecido de ouro. Paquife dos metais e côres das Armas. Timbre o dos Barbozas que he um leão do Escudo nascente, e por differença huma brica de prata com hum I de negro. O qual escudo, e Armas poderá trazer e uzar o ditto Bacharel Joze Barboza de Oliveira assim como as trouxerão, e uzarão os dittos Nobres e antigos Fidalgos seus Antepassados em tempo dos Senhores Reis Meus Antecessores; com elles poderá entrar em Batalhas, Campos, Reptos, Escaramuças e exercitar todos os mais altos postos da Guerra e



DOM·JOZE

Por Graca de Deos Rey de
Portugal, e dos Algarves, da
quem, e dalem Mar em A-
frica, Senhor de Guiné, e
da Conquista, Navegaçaõ
do Cõmercio, da Ethiopi-
a, Arabia, Persia, e da India &. Faço sa-
ber aos que esta Minha Carta de Brazaõ
de Armas, de Nobreza, e Fidalguia vi-
rem que. O Baxarel Joze Barboza de O-
liveira, natural da Cidade de S. Salva-
dor da Bahia de todos os Santos, me
fés peticaõ dizendo, que pella sentẽ-
ça de justificacaõ de sua Nobreza a el-
la junta proferida pello Meu Dezem-
bargador, Corregedor, do Civel da Cor-
te, e Caza da Supplicaçaõ, o Doutor A-
lexandre Jozé Ferreira Castello, sobs-
cripta por Cyprianno Antonio Rodri-
gues Neves, Escrivaõ do mesmo juizo,
e pellos documentos a ella tambem
juntos se mostrava, que elle he Filho
Legitimo do Capitaõ Antonio Barbo-
za de Oliveira, natural da Cidade do
Porto, e de sua molher D. Anna Maria
Barboza, natural da ditta Cidade de
S. Salvador da Bahia Neto pella par-
te Paterna do Capitaõ de Mar, e Guer-
ra da Minha Real Coroa, Joaõ Barbo-
za de Oliveira, e de sua molher D. An-
na Igneia de Oliveira. E pella Ma-

Primeira página da Carta de Brasão de Armas concedida a José Barbosa de Oliveira em 1773.

da Pax. E assim mesmo as poderá trazer em Seos Firmais, Aneis, Senetes, e Devizas; pollas em suas Cazas, Capellas, e mais Edificios, e deixallas sobre sua propria Sepultura; e finalmente se poderá Servir, honrar, gozar aproveitar dellas em todo e por todos, haja com a Sua Nobreza convem. Com o que quero e me praz que haja elle todas as honras, Privilegios, Liberdades, Graças, Merces, Izençõis e Franquezas, que hão e devem haver os Fidalgos e Nobres de Antiga Linhagem, e como sempre de todo uzarão e gozarão os dittos Seus Antepassados. Pello que mando aos Meus Dezembargadores, Corregedores, Provedores, Ouvidores, Juizes e mais justiças de meos Reinos, e em especial aos Meos Reys de Armas Arautos, Passavantes, e a quaisquer outros oficiais, e Pessoas a quem esta minha Carta for mostrada e o conhecimento della pertencer que em tudo lha a cumpram e guardem e fação inteiramente cumprir e guardar, como nella se conthem sem duvida nem embargo algum que em ella lhe seja posto, porque assim he minha Merce. El Rey Nosso Senhor o mandou por Antonio Rodrigues de Leam, seu Rey de Armas Portugal. Frey Manoel de Santo Antonio e Silva da ordem de Sam Paulo a fes em Lisboa aos doze dias do mes de Dezembro do Anno do Nascimento do Senhor Jesus Christo de mil setecentos setenta e seis. Filippe Rodrigues de Campos a fez escrever — Portugal Rey de Armas Principal — Registrado no Livro segundo do registro dos Brazões da Nobreza destes Reinos e Suas Conquistas a folhas cento e dezanove — Lisboa dezoito de Dezembro de mil setecentos e setenta e seis — Filippe Rodrigues de Campos.

(Original em poder do Eng.º Luiz Albino Barbosa de Oliveira, em Campinas).

NOTA II

Frei Rodrigo de São José da Silva Pereira

Era filho do Dr. Marcelino da Silva Pereira e de D. Maria Clementina Pereira. Nasceu em Muritiba, na Baía em 9 de Agosto de 1789 e faleceu no Rio a 24 de Abril de 1853. Professou no Mosteiro de S. Bento da Baía com 18 anos. Foi lente de filosofia de sua ordem, e bibliotecário do mosteiro do Rio. Foi tambem vice-reitor do Imperial Colégio de Pedro II desde 1839 até 1851. Em Julho de 1853 foi eleito Dom Abade do Mosteiro de Nossa Senhora de Monserrate, no Rio.

Sócio do Instituto Histórico, era versado em línguas estrangeiras. Escreveu: — *Cântico* pelo falecimento do príncipe Dom Afonso (tomo 11 da *Revista do Instituto*); — Tradução dos salmos de David, 42, 81 e 84 (Na *Rev. do Inst.*, Tomo 35, parte 2.ª) — Poema dedicado ao Dr. Joaquim Caetano da Silva (Na Rev. *"Guanabara"*, tomo 3.º, 1850).

(Vide Ramiz Galvão — *Apontamentos Históricos sobre a Ordem Beneditina em geral e, em particular, sobre o mosteiro de N. S. do Monserrate.* (Revista do Instituto, tomo 35, parte 2.ª) ou na publicação comemorativa do 1.º centenário da emancipação da Congregação Beneditina Brasileira: — *Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro* — Rio — 1927 — pg. 227 — v. tambem o *Dicionário Bibliográfico Brasileiro* de Sacramento Blake — Vol. 7.º — pg. 149 e ainda o necrológio na *Revista do Instituto Histórico* — tomo XVI — pg. 612).

NOTA III

Agostinho Barbosa de Oliveira

Era avaliador e partidor do fôro da Baía em 1800. Funcionou na avaliação dos bens sequestrados dos réos da Inconfidência Baiana.

(*Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 43-44, pgs. 215).

Há uma provisão do Vice Rei passada a Agostinho Barbosa de Oliveira afim de que continue no exercício do ofício de avaliador e partidor datada de 23 de Novembro de 1786.

(*Biblioteca Nacional* — Códice DCXII — 27-13).

O cargo, ao que parece, não era efetivo. Logo no início do sec. XIX, Joaquim José Machado, alegando serviços, requeria a propriedade dos ofícios de Avaliador e Partidor da Câmara e de Escrivão da Almotaçaria da Baía, pois os oficiais que exerciam os cargos não eram vitalícios.

Logo em seguida, ou ao mesmo tempo, requeria idêntica mercê D. Maria Clara Rufina de Argolo e Meneses. A 3 de Setembro de 1804 prestava Agostinho declarações dos rendimentos anuais de seu cargo. A 19 do mesmo mês, contudo, ordena o Conselho Ultramarino a expedição de um alvará concedendo a D. Maria Clara a propriedade do ofício.

(*Invent. cit.* Vol. V, docs. 29.305 — 29.609 e 29.615).

NOTA IV

O Dr. José Barbosa de Oliveira:

Segundo um documento autógrafo, existente em poder do Sr. José Luiz Barbosa de Oliveira, eis os principais dados da curiosa carreira deste baiano:

Nasci em Fevereiro aos 28, e fui bautizado em Março de 1754 na Freguezia da Sé. Natural desta cidade da Bahia, nascido de legitimo matrimonio.

Cavalleiro Professo na Ordem de N. Snr. Jesus Christo, segundo os Alvarás que se achão recolhidos no archivo da Cabeça da Ordem erecto na Real Capella do Rio de Janeiro que constão da certidão passada pelo Chanceller da Ordem em 12 de Março de 1811.

Bacharel formado pela Universidade de Coimbra na Faculdade de Canones como consta de sua carta de formatura aos 28 de Maio de 1776.

Habilitou-se no Desembargo do Paço por ——— de 4 de Setembro de 1777 para servir a S. Mg. nos lugares de letras: e fez a sua leitura na Mesa em 18 de Julho de 1778, na qual ficou approvado.

Advogou nos auditórios desta cidade desde o dia 6 de Março de 1780 athé 1813, em que deixou a advocacia. (*)

Foi ordenado Presbytero pelo Exmo. Sr. D. Frei José de Sta. Escholastica em 23 de Dezembro de 1809.

He confessor segundo as licensas do mesmo Exmo. Revm.º Prelado de 19 de Dezembro de 1810 repetidas pelo Illm.º Cabido em Sé Vaga, e Exm.º Arcebispo D. Fr. Francisco de S. Damaso, athé o presente.

Foi nomeado promotor do Juizo Ecclesiastico em 9 de Maio de 1803: sendo assim graduado em Desembargador aos 22 de Julho de 1805.

(*) No inquérito secréto aberto pelo Ouvidor Geral do Crime, para saber "se era verdade que o Padre Francisco Agostinho Gomes havia tomado parte em um banquete de carne em sexta-feira maior", depoz a 21 de Janeiro de 1799 o Bacharel formado José Barbosa de Oliveira, "advogado nos auditórios desta cidade, branco, viuvo, morador na rua do Saboeiro, de idade 44 anos."

(Braz do Amaral — *Esclarecimentos sobre o modo pelo qual se preparou a Independência.* Rev. Inst. vol. 155, pg. 385).

Era o Dr. José advogado da Misericórdia. Como tal funcionou no processo da "Inconfidência Baiana" de 1799, como Patrono dos Réos. As suas defesas longas e brilhantes, constam dos autos existentes na Biblioteca Nacional e publicadas nos tomos 45 e segs. de seus *Anais*.

Foi eleito, e nomeado Vigário Geral, e Juiz dos Resíduos Ecclesiasticos em 17 de Maio de 1814; e servio athé Dezembro de 1815.

Foi nomeado Desembargador do numero da Relação Ecclesiastica em 22 de Setembro de 1814, e actualmente he Desembargador do numero.

Tornou a ser eleito, e nomeado Vigário Geral e Juiz dos Resíduos em 25 de Novembro de 1816 em cujo exercicio se acha actualmente.

Tomou posse de Conego de meia prebenda na Sé Cathedral deste arcebispado aos 22 de Maio de 1814. Tomou posse de Conego de prebenda inteira, em que se acha, aos 14 de Novembro de 1817.

Tem servido de Juiz do Cabido desta Sé Cathedral, sendo eleito em 1.º de Agosto de 1815 e tem sido reeleito nos annos seguintes athé Agosto de 1822.

Foi eleito, e nomeado apontador do Coro em o 1.º de Agosto de 1816 e continuou a servir por reeleissoens athé o mez de Setembro de 1820.

Foi eleito, e nomeado secretario do cabido em 1.º de Agosto de 1818 e foi reeleito nos seguintes annos athé Agosto de 1822.

Mostra pela certidão no requerimento em pública forma junto que foi consultado na Dignidade de Tesoureiro-Mor da Sé Cathedral deste Arcebispado, pela meza da Consciencia da Cidade do Rio de Janeiro.

Emfim acha-se sem culpas, como consta do Alvará de folha corrida junto.

He actualmente Vigario Capitular deste Arcebispado, eleito em 3 de Julho do presente anno de 1823".

NOTA V

Assento de Batismo do Desembargador Luiz Antônio Barbosa de Oliveira

João Correa de Brito, Cavaleiro da Ordem de Christo, Chantre da Sé da Bahia, e Secretario da Camara Archiepiscopal — Certifico que em hum livro findo de assentos de baptisados da Freguezia da Sé a *f. 166* se acha o seguinte // Aos vinte e quatro de Outubro de mil setecentos oitenta e quatro nesta freguezia da Sé de licença do Reverendo Cura Doutor José Antonio da Costa Nogueira baptisou solemnemente e poz os santos Oleos o Reverendo Doutor Desembargador Francisco Coelho de Carvalho a Luiz filho legitimo do Doutor José Barboza de Oliveira, e Dona Felicia Maria da Penha de França e Moraes, foi padrinho o Mestre de Campo Antonio Estanislão Cousié, nascida a criança em quatorze do corrente mez de outubro, do que mandei fazer este assento que assignei. O Coadjutor Joaquim Teixeira Lisboa // nada mais se continha em o ditho assento Bem e fielmente copiado do proprio livro a que me reporto, e em fé do que se passou a presente que conferi.

Bahia 30 de Abril de 1830. E eu o Chantre João Correa de Brito, Secretario da Camara Archiepiscopal a subscrevi, e assignei.

JOÃO CORREA DE BRITO

NOTA VI

O Arcediago José Barbosa de Oliveira e as Luctas da Independência

Estando seu filho Luiz Antônio já como juiz de Fóra em Penedo nas Alagoas, escreveu-lhe o então Arcediago José Barbosa de Oliveira a seguinte longa e noticiosíssima carta, cujo original

se encontra em Campinas, em mãos do Eng.º Luiz Albino Barbosa de Oliveira. E' um depoimento vivo e precioso sobre os acontecimentos de 3 de Novembro de 1821, na Capital da Baía. Leia-se, para compreender o assunto, o Cap. II da *"História da Independência na Baía"*, de Braz do Amaral. (Baía 1923).

"Luis: Recebi a tua Carta, que estimei muito, pelo Coronel Inacio Aprigio da Fonseca Galvão em 15 deste mes de Novembro, datada de 24 de Outubro, com hum post-scriptum muito grande de 2 do corrente e mais hum apendicezinho de 7 do mesmo. Antes que entre na sua resposta, he preciso que eu te conte as grandes desgraças que houverão no dia 3, e pelas quais com outros muitos constantes da gazeta, n.º 115 e rol junto em que se comprehendeo o Carneiro, que já foi prezo para as Cortes de Lisboa na Fragata D. Pedro, sahida daqui em 9 do corrente. Eu tinha ouvido que nesse dia, que era sabbado, havia huma revolussão para se nomearem novos Governadores, pela razão, que este Povo dava, de que os actuais erão Ladroens, que roubavão ao Povo, com os seus despachos; mas como se fallava todos os dias nessas coizas, nunca fiz apprehenssão nisso, estando com tudo o meo coração sobressaltado, e com receio de pagar as favas, que o asno comeo, pela razão da minha retirada de semilhantes funcçõens. Eis que as onze horas estando eu no Coro, rezando com os companheiros pelas almas dos Defuntos Arcebispos, e Conegos, vimos correr pelo terreiro o Povo, e Soldados armados, e logo os Soldados do Batalhão Luzitano, postados no Carmo, e depois a Cavalaria, levando aquelles os seus Parques, e Caixas de polvora e metralhas, que se encaminhavão para a Praça, e logo se espalhou tão bem a noticia de que com Parques sahirão para o mesmo lugar o Batalhão, que está em S. Bento. Ficamos todos mortos de susto, e eu com o sentido em caza, se bem tinha determinado antes de sahir, que se acaso fosse o sucesso verdadeiro, feixassem logo as portas da rua, e tudo se puzesse em resguardo e cautela.

Hum, corpo de reserva desses soldados, que se achão no Carmo, e são novamente vindos de Lisboa, que por isso se chamão — Legião Luzitana — se puzerão no terreiro, repartindo-se sentinellas pelos becos das ruas com polvora e bala para atirarem, quando viesse Povo em chusma, e no beco da Caza da Viuva Florencia, se poz hum parque de metralha com a boca para a rua do Saldanha. Estando os mais soldados na Praça (digo dos Luzitanos, e num 12 porque os da Bahia não sahirão dos seus quarteis), e estando tão bem a Cavallaria, se puzerão Parques para a boca da rua, que vai para Guadalupe, e para a que vai á rua Direita das Portas de São Bento, tendo tão bem sentinelas nos becos, de sorte que vindo da Praça para a Misericordia quatro moleques gritadores, atirou a Sentinela, que estava debaixo da janella da Mizericordia para a rua Direita, e matou á porta do Luiz Alfaiate, hum moleque do Sarg. Mor reformado da Torre, chamado — Mija verde — que vinha quieto com o cesto, trazendo peixe para seu Snr. jantar; o que tem posto o Sarg. Mor em dezesperação, e muito chorozo, pois era cozinheiro, seo alfaiate; seo engomador; seo tudo de regencia, e economia de sua subsistencia.

Ora, antes de virem esses soldados para a Praça, entrarão na Caza da Camara varias pessoas, e esses nomeados na Gazeta n.º 115 e perssuadirão com muito Povo, de que já a Praça estava cheia, gritando — "Viva a Constituição! Viva a Religião! Viva El Rei o Snr. D. João! e Vivão as Cortes em Lisboa!", e fizerão a Camara hir a Palacio com o Estandarte, que a deposição do Governo, pois o Povo acrescentava — "e morrão os Governadores, que são Ladroens". Houve hum grande debate em Palacio, e nesse acto sahirão pela porta do Calundû, o Gov. Paula, (1) Corel. e o Gov. Pereira, (2) e forão chamar a tropa, com que se goarneceo a Praça na forma dita. O Paula desfilado na carreira do seo cavalo, e com huma pistola na mão gritava — "Viva o

(1) Coronel Francisco de Paula e Oliveira.
(2) Francisco José Pereira.

Governo actual" — e essas vozes tomarão outras do Povo, de sorte que ficou hum partido por hum e hum partido por outro. O muito Povo, que se podia, e destinava ajuntar, todo recuou, vendo baionetas, e pessas de metralhas. Ficarão em Palacio esses nomeados; e o Sarg. mor Pessoa atacou a Luiz Manoel, e lhe disse as maiores injurias de Ladroeiras, (julgo que inventadas), ao que só elle respondia — "He hum tolo" — e tendo subido huma escolta de soldados, hum apontou a espingarda para o Sarg. Mor, que seria morto, se acazo hum Ajud.º que os comandava, não lhe tirasse a pontaria com a espada, gritando-lhe Luiz Manoel, por não deixa-la fazer o que devia; e por isso esse Sarg. Mor agarrou no Deão para que tão bem viesse para ali morrer com elle. Forão dali prezos entre Soldados para o Forte do Barbalho, donde as 10 da noite passarão para Bordo da Fragata D. Pedro.

Acabou esta acção as 4 ou 5 horas da tarde. Mas serião 6 foge todo o Povo, suscita-se novo susto; alvoroça o Povo: Ah! ahi vem, ahi vem o Regimento d'Artilharia cheio de metralhas contra tudo. Feixa as portas: Misericordia! O Regimento d'Artilharia arrenegado se prepara, e poem tudo para acommeter aos Soldados de Portugal, vendo os Officiaes prezos: mas os Officiaes uzando de prudencia, por Mizericordia Divina, não consentem na marcha, e por isso os soldados rompem as fardas, descompoem aos seos Officiaes, de fracos, por não vindicarem tantas injurias, Snr. Luiz Antonio antes estar nesse Penedo do que passar por estes sustos, e por mortes diante dos olhos: veja, como estariamos bem com estes divertimentos. A Bahia acabava-se certamente, e não ficava pedra sobre pedra com o fogo dos grandes Parques, e mais bombas d'Artilharia. Naquella disputa de largar, ou não o Governo actual, para se nomearem outros Governadores, que erão: "Francisco Vicente Viana; o Juiz de Fóra Augusto; o Juiz d'Orfaons Carneiro; Francisco José Lisboa; o Corel. Francisco de Paula; e o Corel. Francisco Jozé Pereira, dizendo que não podião ser depostos por se acharem confirmados pelas Cortes, e não poder o Povo depô-los. Mas a isto eu

respondo: o Conde de Palma era posto por El Rei, e com tudo o Povo o depôs, e depôs com improperios e a força de armas. E como he que se combina huma coiza com outra? Mas a approvação das Cortes era o gosto do governo, quando a mulher do Corel. Pereira, que antes marcava ao jogo do Wisth com patacas de prata, depois de ser a mulher do Snr. Governador já marca com dobroens de 24. Quando se vê todos quererem pôr sege, não podendo o fazer antes; Quando mesmo Luiz Manoel que sendo intendente do Oiro, vendeo a sua, agora se aprontava para sahir com ella. Emfim, emfim, e emfim. Vox populi, Vox Dei, ou vox Diaboli. Não posso escrever tudo, e isto mesmo que tenho escrito não sei que fortuna me dará, se acazo não chegar as tuas maons, que hajas de romper tudo. Estamos com devassa aberta na Ouvidoria geral do Crime, e he occazião de muitas desgraças.

No domingo seguinte ao sabbado da Revolução, sendo duas horas da tarde entrarão os Soldados pela Caza do Carneiro, e logo por todo interior, achando-o deitado na sua Cama, com sua mulher sentada ao pé, conversando; e logo o levarão prezo para bordo da Fragata. Procurarão o Pedreira, que sendo avizado, se tem posto ao fresco, de sorte que he procurado com todo o excesso. O crime do Carneiro, (*) que não gritou e que não foi a Palacio, e só esteve na janela da Camara, feito mirador do facto, he porque foi acuzado por João Francisco Guedes, de que estando na Praça dicera — "Morrão esses Ladroens" — Basta huma só testemunha, para fazer hum homem hir para Lisboa, deixar a sua familia, e passar por tantos incommodos. Successivamente se forão pegando em outros, athé se completar o numero, de pessoas nomeadas na lista, que remeto; e ainda no dia 14 deste foi pegado o Bocachar, (**) que se diz dera o plano para a Revolução; e no dia 13 antecedente foi pegado Domingos Alves Branco, e oisso já dizer que fora hontem 15

(*) João Carneiro da Silva Rego.
(**) Boccaciari.

remetido para o Rio a S. Alteza o Principe Real, por se dizer que viera candeias ás avessas com elle, deixando lá a sua familia. Emfim tudo são prizoens; e tudo são mortes todos os dias, de dois e tres soldados, pela rivalidade das tropas, de Portugal com a desta Cidade, aquem chama-se Caibras e mulatos. Que quietação ! Que acerto viver em tantas desgraças ! Ninguem está seguro: os Soldados do num. 12 se ajuntarão de paos, sendo quarenta, 3.ª feira 12 do Corrte, e matarão a dois da Artilharia desta Praça. São valentes de mais! Eu sahindo nessa tarde da caza do Vig.º de S. Pedro, que mora hoje, onde morava o Prudencio com o Correio, tive susto em romper por tantos valentoens armados de paos; e os que entrão para o Hospital são tratados a vela de livra, quando os desta Praça são tratados muito ordinariamente.

O Senado da Camara lavrou nesse dia 3 hum termo de veriação, contando o facto de querer o Povo a mudança dos Governadores, gritando unicamente — "Viva a Constituição; Viva a Religião; Viva El Rei; Vivão as Cortes de Lisboa, e morrão e acabem os Governadores." Declarou mais que forão a Palacio com o Estandarte, fazendo abrir o caixão onde se guardava, que o Procurador logo tirou. Mas a Gazeta do Padre Inacio mente, dizendo que o Povo arrombou o Caixão; e assim apparecem duas gazetas contrarias. Sahio o Governo com a sua Proclamação, que vai na Gazeta num. 115; e he mentiroza quando diz que os Homens forão a Palacio armados com armas occultas, e que bem se deixarão ver. Tem isto escandalizado muito; porque se fossem armados, e se percebião as armas, qual he a razão porque o Governo não lhas tomou? Os prezos são corridos, e apalpados: e assim como se lhes tomarão as espadas se lhes deverião tomar, e tirar as armas occultas, que dizem: "bem se deixavão ver". Agora he que fallão sem esse corpo de delicto. A rivalidade de Europeo, e Brazileiro hé suscitada por elles; de sorte que quando se achou junta a tropa na Praça, o

Corel. Paula gritou-lhes: "Hé guerra de Brazileiros com Europeos" para fazer o fogo maior, como experimentamos.

Essa vereação por termo, que a Camara fez foi tirada por Certidão, e foi levada pelos Prezos para Lisboa para mostrarem a sua innocencia. Levarão muita papelada contra os Governadores; e porque se revistavão a bordo os papeis, e Cartas que se escrevião, forão essas papeladas levadas pela Sra. D. Ritta, mulher do Coronel Salvador, que seguio viagem com seo marido; e levadas de sorte, que a huma senhora não se toca para examinar o que leva com sigo. Isto hé segredo, que eu digo a V. S. ouvio? Esperamos a derrota destes Governadores, pois que as queixas tem hido muitas, e a innocencia destes mizeraveis hé conhecida. O crime do Coronel Salvador hé, por que dizem que elle reprehendera a guarda principal, por não gritar: "Vivão os novos Governadores". Quando aliás hé falso. Emfim que se dis para as Cortes: Fulano dice — Fulano fallou; etc. etc. E quem hade responder por estes damnos publicos? Foi o Carneiro, e me mandou pedir, que da minha renda do Officio, houvesse eu de supprir-lhe mensalmente com 20 mil reis pelo tempo que estivesse em Lisboa: O que eu assim determinei ao Miranda, que ficou continuando a servir. Pedio-me que eu recolhesse nesta Caza sua mulher, e filhos, no que igualmente convi: e tenho encontrado muita repugnancia, pois que me dis que hé muito capâs de viver só em sua caza, visto que tendo sido solteira, donzela, e cazada, não ha chave que guarde mulher. Dice bem; e eu estou nisso; porque se huma Snra. hé tão desgraçada, que chega a perder o brio, e a honra, que deve apparecer no seo palmo de cara nada haverá que a guarde. Tenha ella aquelle receio de perder o seu bom nome; o seo respeito; e a sua estimação geral, que isso bastará milhor do que as chaves do Castelo de Martinho Berimbelo. Mas se eu vejo que muitas sem necessidade, pela fortuna, com que são tratadas, pelo amor que os maridos lhes tributão lhes fazem um brinco retrocido, como he que heide defender por via de

regra o sexo adoravel e respeitavel! Ora Viva! Portanto parece que sempre virá para esta caza a Mulher do Carneiro, pois que tem mandado algumas coizas. Deos queira que seja por pouco tempo, e que chege logo o Carneiro com felicidade, como lhe peço nos suffragios da Missa, assim como tenho pedido que te livre de perigos. Nisto hé que eu creio; e falta-me o "isto" para ficar completo no adagio "Creio em Christo, e nisto", que hé a pecunia. Será necessario tornar á vaca fria das desgraças deste tempo, pois que o Carneiro hé quente, como se diz neste adagio. Saberás que se desconfia que dará em droga a Constituição em Lisboa, pois que o partido dos Realistas hé grande, como se vai fazendo. Tornará a Monarchia, que estes homens querem destruir, mas infructuosa-mente. O Conde dos Arcos está solto da Torre de Belem, sem se esperar que os Deputados chegassem com as culpas. Domingos Alvez Branco foi remetido para sua Praça do Rio de Janeiro e não para Lisboa, como aliás já foi o Bocachar; dizem, por que aquelle hé muito declamador, e faz medo. O que se pertende aqui hé extinguir o Regimento d'Artilharia, de quem os Governadores, e Tropa Luzitana tem muito medo; e por isso nesta ultima revista derão baixa a setenta e tantos. As mortes que se fazem aos soldados da Bahia, não são castigadas. Querem fortificar-se com a da Europa, e dizem que de Portugal vem mais milhoens de gente, para se repartirem pelas Provincias deste Brazil. Porem estão enganados, porque a voz infernal hé, que nada mais de Monarchia, e que antes a independencia. Aqui está huma guerra Civil. Querem mandar tomar a Fortaleza de S. Pedro, onde está o Trêm, pelos soldados d'Europa, para ser por elles, governada, e não haver susto, que os Artilheiros ataquem. Mas será infalivel huma repulsa pelos Dos. Artilheiros; e então que mortes não haverão! Valha-me Deos! Estes boatos não se verificarão; mas o certo hé que a indolencia a favor dos Luzitanos criminozos, e faltas de rigorosas providencias contra elles, sendo tudo

contra os Brazileiros, faz crer o referido. O Coronel Francisco de Paula, que hé do governo, dice em caza de Mello, que dezejava que os Europeos matassem todos estes Caibras. E que mais se espera de providencias, quando hum Governador falla assim! Antes estar no Penedo: pois que não pensas, como isto por cá anda de dispotismos.

Vejo a tua carta, e estimo muito, e muito dentro do meo Coração, que sejas reconhecido com toda a honra contra os marotos do Penedo, que te perseguem. Recebi huma carta de Manoel da Fonceca Colasso Galvão, datada de 28 de Outubro, acompanhando outra tua escripta das Alagoas em 21, na qual me dá os parabens da tua Aurea innocencia, e que por todo este Novembro, teria a ti nesta nossa caza. Elle me pedia huma carta de grande recommendação para obter a amizade do Ouvidor interino de Sergipe. Mandei-lhe uma do Vigario de S. Pedro em cuja caza esteve hospedado; e espero mandar-lhe outra do Coimbra, de Maragogippe, que foi tutor do Snr. Ouvidor e hé o administrador dos seos bens; porquanto o mesmo Coimbra estava a chegar aqui, e não tinha vindo ainda athé então.

Faltou-me dizer, que aqui pelos nossos contrarios Europeos e Governadores, se teme muito de tres milhoens de Soldados da Torre, acompanhados dos Caboclos com suas flexas; e se tem querido prender o seo Tente. Coronel Manoel Inacio da Cunha, que não será facil pegar-se pois suppoem-se que da Torre embarcaria para Portugal em alguma Embarcação Ingleza. Nos dias passados, correo a noticia, de que vinha esse Regimento para a Cidade, e forão ao Caminho Exploradores tirados da nossa Cavallaria, que dizião: "estão enganados; por que se succeder alguma coiza, heide cortar estes marotos em postas". Em huma palavra estamos cercados de males futuros, e pagaremos os innocentes já que a disgraça assim o permite.

Tornando a resposta da tua carta: O Carneiro foi o que me dice que Luiz Manoel estava em teo favor, para fazer-te

entrar na Relação; mas athé agora não tive resposta de Antonio Jozé a quem mandei pedir por duas vias huma certidão do Decreto do teo despacho, e ainda não chegou. Nem tão bem tive carta do Exmo. Snr. Mosquera, tendo-lhe remetido as tuas: e como se diz que o Governo abre cartas, e o Prudencio hé muito dos Snrs. Governadores, não sei se faria alguma falssidade na que eu lhe escrevi para o Rio, e á Antonio Jozé. Tal hé a situassão, em que tudo aqui se acha. João Carneiro, e o Dr. Lino, me mandarão dizer, que se quisesses de Lisboa alguma coiza, estavão prontos para serem os teos Procuradores, e o Vigario da Victoria offereceo a sua Caza, quando houvesses de mandar o Albino para Coimbra, como já em outra carta te dice.

No Rio de Janeiro anda tudo revolto com pasquins, querendo-se aclamar o Principe; e por isso elle sahio com a sua Proclamação, que vai na Gazeta n.º 117, dezenganando o Povo, das intençoens, que tem concebido a seo respeito; e como o Intendente Geral da Policia Antonio Luiz Pereira da Cunha não fez o seo officio, foi deposto, como consta do Decreto no papel, que com esta remeto: e ahi verás, como a esse respeito, e a respeito do Diario ou Semanario Civico num. 18 e 19, que lá tens, falla o Redactor da Gazeta do Rio, (que com trabalho copiei, para saberes do que vai pelo mundo) contra o Governo desta Cidade por consentir que seja S. Mag. maculado com tanta injuria.

No mesmo papel vai a 3.ª representação que fez o Regimento da Artilharia ao Governo, para a entrega dos seos Officiaes no que foi mal ouvido, hindo elles para Lisboa, invito Domino, e só com huma folha de papel, no dia 9 deste mez de Novembro. Remeto tão bem a Lista dos Remetidos *CRIMINOZOS FACSIOZOS E ANARCHICOS*. Não posso dizer hum penachinho a este respeito pois que já te dice no principio desta o meo receio.

Se o Governo Provizorio das Alagoas te permitir a retirada com o fundamento da molestia da Snra. D. Maria, assim como fez o Bacellar (quando sahio de Sergipe d'El Rey) aceita; e livra-te desse Penedo. Mas adverte que não tendo ainda chegado a certidão do Rio, a respeito do teo despacho, deverás esperar: e eu já dice a falta que o Luiz Manoel teve com João Carneiro, que assim me dice, sobre a tua entrada na Relação! Joaquim Anselmo assim entrou, e o Freitas Capão, não tendo ainda as suas cartas, foi chamado para sentenciar os Prezos de Pernambuco. Por tanto não será novo tão bem o entrares: e será necessario vir munido da papelada sobre a tua extraordinaria residencia determinada por esse Governo. Sempre deves recear desses marotos do Penedo, que tem querido perder-te. Os honrados, e que te estimão, e reconhecem, não te-hão de livrar de algum insulto, que aquelles pertenderem contra ti. Esta minha caza fica agora mais pensionada com Maria Felicia, que tem muito máo genio, (se ella vier); porem farás o que quiseres, pois que as trovoadas se vencem rezando-se: o "Magnificat" de Nossa Senhora e as palavras contra as tempestades, sem receio de mais coizas algumas, pois estou certo, que a conheces, quanto os mexiricos operarão, com bastante aflição do meo coração. A verdade sempre apparece: e isto basta.

Ora hoje hé 2.ª feira 19: amanhã hé 3.ª feira dia de Relação! São cinco horas da tarde, e tenho de tirar dois Accordeons, que heide levar. O homem da demanda do cavalo, que trouce huma carta tua, vem a manhã por esta carta, e diz que sahe tão bem amanhã. Pelo que não posso mais. Ficará para a primeira ocazião alguma coiza mais da resposta da tua carta. Deos te-abençoe, e aos Piquenos e livre a todos de perigos. Minha irmã fica doente, pois repetio-lhe o reomatismo: Eu e ella nos-recommendamos a Snra. D. Maria. Diz que te escreva estimando estejas livre da Capitulada; e como está com suas dores, não pode dictar a Carta por ser escrita pelo Xico seo

Secretario. A Deos, Luiz. Abraços aos piquenos, mandadas por Sua Thia, e beijinhos que ella remete a Hiaiá. Bahia 19 de Novembro de 1821.

De teo Pai

a) JOZÉ BARBOZA DE OLIVEIRA

Lista de Prezos, que forão remetidos para as Cortes de Lisboa pela Fragata D. Pedro, sahida deste porto em o dia 9 deste mes, pelo attentado do dia 3 (3)

Salvador Pereira da Costa, Coronel do Estado Maior, e Ajud. de Ordens do Governo.

José Egídio Gordilho de Barbuda, Ten. Coronel do Estado Maior, e Ajud. de Ordens do Governo.

Felisberto Gomes Caldeira, Major Graduado de Estado Maior.

José Eloi Pessoa da Silva, Major do Regim. d'Artilharia da Linha desta Praça.

José Gabriel da Silva Daltro, Major de hum dos Batalhoens da Legião de Caçadores.

António Maria da Silva Torres, Major Graduado do Estado Maior.

João Antonio Maria, Cap. Ajud. da dita Legião.

José Antonio da Fonseca Machado, Cap. da dita.

Luiz Antonio da Silva Horta, Cap. da Cavalaria.

Felipe Justiniano Costa Ferreira, Cap. do 5.º Regmto. de Milicias.

Francisco Roiz Gomes de Souza, Tente. da Artilharia montada.

Francisco José da S.ª Castro, Tent. Secretario do 1.º Regm. de Milicias.

(3) Esta lista difere da que está na pag. 53 de Braz do Amaral (op. cit.) a qual não fala em João Carneiro nem em Domingos Alves Branco.

José de Souza Neto, Dito dito da inspecção ditas.
João Francisco de Oliveira, Ex-sota Patrão da Ribeira.
José Souza, Feitor da Alfandega.
João Carneiro da Silva Rego.

* * *

O Brigadeiro Domingos Alves Branco prezo em 13 de Novembro, recolhido no Forte do mar, donde foi remetido em o dia 15 para o Rio de Janeiro, lugar de sua Praça.

O Brigadeiro Bocaciar, prezo aos 12 na dita Fortaleza, e remetido em 15 para Lisboa.

Alem dos mais que esperam pela devassa aberta na Ouvidoria Geral do Crime.

PROCLAMAÇÃO

Bahianos! Menos palavras, e mais obras. O Governo, (4) a Marotada nos atraiçoa. Sou Profeta. A Deos eleição. A Deos novo governo. A Deos tudo...! Lá se foi o Deão Brazileiro, porque os desmascarou! Lá se prepara o Navio Conceição, para levar em ferros a Portugal os nossos Irmaons! Lá sem duvida para nós mesmos o identico destino, se não pior, se ha preparado! Velhos, mancebos, meninos, mulheres, Frades, Freiras (tudo quanto maroto não for) corramos... o furor nos dará armas. As dentadas aos murros; a pontapés; a chicote; a porrete; a pedra lanssemos por terra o ante mural da tirania: e a essa Legião de Ladroens pavido rebanho de carneiros moxos; e depois o Maroto... ao Bastardo... ao Coxo (5) ...e rapinante Governo, experimenta nossos golpes: desção vivos ao In-

(4) Junta Provisória que governava a Baía desde Fevereiro de 1821.
(5) Referência ao Deão, coxo e que usava moletas.

ferno a dar novas, de que na Bahia há enthusiasmo Patriotico: e há honra, probidade; e valor, sobre a ruina dos Liberticistas. Arvoremos o pendão da Liberdade! Demo assento a benemeritos Varoens, que nos governem. Nada de divizoens! Hé Brazileiro todo o Cidadão honrado tudo o mais hé Corja, hé marotada, e hé poeira. Contra tudo mais armemo-nos. Bahianos! Morrão os Tiranos; Morrão os Marotos, e com estes acabem os que não forem d'iguaes sentimentos!

Tribunal da Saude Publica aos 11 de Janeiro de 1822.

Remetida ao Morcego para espalhar entre os Benemeritos da Patria.

Luis N. B. — O *Morcego* hé huma nova gazeta manuscrita, em que se descompoem tudo, e hé tudo injuriado.

O Deão Brazileiro, hé o Deão de Pernambuco que foi mandado sahir desta Cidade, e embarcar no mesmo instante "a" em que era avizado, ficando suas roupas, e tudo seo, que não tinha em caza; e athé os escravos; pois que não os quizerão receber a bordo da embarcação por ter feito as duas proclamações da 17 e 20 de Dezembro, que remeto; e contra as quaes o Governo fez a sua, que tão bem remeto."

NOTA VII

O Conselheiro Mosqueira.

José de Oliveira Pinto Botelho e Mosqueira, natural de Minas Gerais, era "uma potência no tempo de D. João VI", segundo Jacobina, (6) protegendo em Lisboa muitos brasileiros. Veiu para o Brasil com o principe em 1808. Havia sido desembargador da Relação da Baía em fins do século XVIII. Aí certamente creou amisade com o Dr. José Barbosa de Oliveira.

(6) *"Anedotas, fatos e tradições que conheci no tempo que servi na Casa Imperial"* (ms. em poder do anotador).

No Rio continuou a exercer a sua missão de protetor dos estudantes de sua terra. Em sua casa no Rio hospedou-se Paulo Barbosa da Silva, futuro Mordomo de Dom Pedro II, durante o curso na Academia Militar, juntamente com vários outros estudantes mineiros a quem o Conselheiro fazia gosto em amparar. Paulo Barbosa chamava-o, "Protetor dos Mineiros", pois Mosqueira dispensou aos seus comprovincianos no Rio, a mesma proteção que dispensava em Lisboa aos seus patrícios.

Já sendo Desembargador da Mesa do Desembargo do Paço e da Conciência e Ordens, foi nomeado Procurador dos Feitos da Coroa e Fazenda em 13-V-1808. Em 5 de Novembro desse mesmo ano foi nomeado, sem prejuizo do seu cargo de Procurador, para Chanceler da Corte e Casa de Suplicação. (Aquivo Nacional. *Decretos* Vol. I). Fez parte da comissão nomeada por D. João VI para estudar a constituição votada pelas cortes portuguesas e apresenta-las às cortes brasileiras que deviam adaptá-la ao Brasil. (Tobias Monteiro — *Elaboração da Independência*, Rio, 1927 — pg. 299).

Segundo Melo Morais (pai), teve ainda a honra de ser avô de um príncipe, pois de uma parda sua filha natural, teria tido Dom Pedro I um filho, que se batizou com o nome de José de Bragança e Bourbon e faleceu com dois anos. (*Crônica Geral*, Rio, 1886, Vol. II, pg. 283).

Existe ainda no arquivo do Conselheiro Albino uma carta dirigida ao Conselheiro Luiz Antônio. E' a seguinte:

"Sor. Luiz Antonio Barboza de Oliveira.

Estimarei que Vm.ce fizesse a sua jornada felizmente, e que se ache continuando nos seos estudos com o disvelo e aproveitamento que lhe convem, athé para que fique desempenhada a m.a mediação para com seo Pay, e a palavra e promessa que a esse respeito Vm.ce me fez.

Remeto inclusa essa carta dirigida ao Rmo. Vigro. e Presidente do Mostr.o de Santa Cruz, pa. receber dele as tres moedas em metal do prez.e mez, que eu fiquei de remetter-lhe. Eu cumpro o que disse: espero que Vmce. faça o mesmo pela sua parte; e que avize disto mesmo a seu Pay.

Para tudo o mais, que couber na m.a possibilidade, conte com a minha boa vontade; e disponha della na certeza de que sou

De Vmce.
Am.o mt.o afft.o d. C.
José de Oliv.a Pinto Bot. e Mosqr.a

Lx.a 9 de Jan.o de 1807".

NOTA VIII

Desembargador Luiz Antônio

As "relações" nesse tempo compunham-se de 10 desembargadores que tinham funções diversas, do modo seguinte: 1 chanceler, 5 juizes de agravos, 1 ouvidor geral do crime, 1 ouvidor geral do cível, 1 juiz dos feitos da coroa e fazenda, e 1 procurador da Coroa e Fazenda, que era tambem Promotor da Justiça. Os desembargadores recebiam de ordenado anual 600$000 rs. e mais 300$000 rs. de propinas. (*Relações do Império* — T. Alencar Araripe, Rio, 1874).

Em 4 de Julho de 1825 Francisco Vicente Viana (depois Barão do Rio das Contas) era substituido por Maciel da Costa (Marquês de Queluz). Eis uma carta de D. M.a Rosemunda, ao filho, então em Coimbra, sobre a situação do Des. Luiz Antônio:

"...Teu Pai continua com o seu muito trabalho com o que tem ganhado bom nome e a amizade de todos os presidentes pello seu Juizo. O actual Prezidente "(Queluz)" trazia os ouvidos cheios do Rio a respeito do teu pai, pelas istorias mal contadas do malvado cangalha "(Nazaré)"; hoje está a seu favor reconhecendo a falcidade, com que aquel Servo de Deus o acuzava, tem-no tratado sempre muito bem, e tem mostrado sentimento de não estar teu Pai ainda na Procuradoria da Coroa para servir com elle; e ainda se fazem aparecer em Junta as respostas dadas por teu Pai, do q. o Exmo. muito gosta, e muito mais brilhão quanto o actual Procurador se tem portado molicalmente (sic) e é fraco em toda a estenção.

Bahia, 15 de Julho de 1825."

Como desembargador, Luiz Antônio funcionou ainda na comissão militar que julgou os assassinos do Coronel Feliberto Gomes Caldeira. Foi o juiz relator da sentença que condenou à morte um dos implicados neste horrivel atentado. (Accioli — *"Memórias Históricas e Políticas da Baía"*. Ed. Rev. e anot. por Braz do Amaral. Vol. IV — Baía — 1933).

Não pararam aí as complicações na carreira do Des. Luiz Antônio. Pelas cartas de seu filho Albino então estudante em Coimbra vê-se que em fins de 1825 conseguiu o seu inimigo na Corte, Ferreira França, Marquês de Nazaré, a sua aposentadoria forçada. Referindo-se ao fato diz o Cons. *Tristão de Alencar Araripe*: "Em 1825 foram por Decreto do Governo aposentados dois desembargadores; mas no ano seguinte o mesmo governo reconsiderou o ato, e reintegrou os magistrados aposentados. O Ministro, que assim procedeu (a reintegração) foi o Marquês de Caravelas, um dos mais sábios e ilustres redatores do nosso pacto social. Precioso exemplo de obediência à lei, tanto mais louva-

vel quando praticado com a retratação do próprio ato, que a idéia autoritária mandava sustentar." (Op. cit. pg. 71).

Realmente em 1826 o Des. Luiz Antônio foi reintegrado no seu posto de Desembargador. Logo em seguida foi transferido para a Relação do Rio, então com funções de tribunal de última instância: *Casa de Suplicação*. Aí ocupou a Vara dos Feitos da Coroa Soberania e Fazenda. Em 1828, contudo ao se nomearem os ministros do recém-creado *"Supremo Tribunal de Justiça"* não foi aproveitado como foram vários de seus colegas, continuando desembargador e nesta qualidade aposentado, durante a regência, após ter concedido um *habeas-corpus* a alguns presos políticos. Esta circunstância muito o amargurava, mas foi mais tarde sanada por seu filho como se verá adiante.

NOTA IX

A Casa dos Sete Candieiros

Sobre a CASA DOS SETE CANDIEIROS possue o SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL um magnífico relatório elaborado pelo Sr. Godofredo Filho em 1937.

Fica no Bairro da Sé, à rua do Tesouro, hoje S. Francisco. Segundo aquele grande conhecedor da Baía, é este solar acastelado a casa que apresenta na cidade maior carater e unidade arquitetônica. E' um prédio seiscentista, de grossas paredes, de solidez inverossimil, com raríssimas portas e esguias janelas, que são mais seteiras que postigos. No andar térreo ficam acomodações mal arejadas. Abrigavam, provavelmente, os escravos ou a famulagem. Dum belo átrio parte uma boa escada, antigamente de azulejos de tapete. Salas enormes, com belos ângulos floridos e portais soberbos constituem a parte nobre do edifício. Há ainda neste andar uma pequena capela. Uma larga

urupema permitia assistir a missa de um salão contíguo. Segue-se um amplo sotão.

Godofredo filho não conseguiu descobrir o construtor desta joia arquitetônica. Melo Morais (*Brasil Histórico* — 2.ª série — I, 268 Rio, 1866) nada adianta tambem sobre sua origem. Parece certo ser a construção da 1.ª metade do século XVII. Em 1808 nela estiveram membros da comitiva de D. João. Nela tambem residiram os Desembargadores Antônio Rodrigues Banha e Unhão Castelo Branco, este último por muito pouco tempo, segundo nos informou o Dr. Borges de Barros. Pertenceu depois ao Cônego Antônio Pereira Franco e ao seu irmão Joaquim. Passou depois em usufruto à irmã deles, D. Maria da Glória Franco, depois Baronesa de Almeida Galeão. Pertence à Irmandade da Misericordia desde 1888.

Não é certa tambem a origem do nome. Segundo Borges de Barros, o nome vem da "Travessa dos Sete Candieiros" nome antigo da rua, que assim se chamava porque Jerônimo Sodré Pereira, que morava próximo, por ser homem excessivamente medroso, iluminava à farta a sua rua com sete candieiros. Mas há quem explique o nome pela existência de sete candelabros famosos nos salões do prédio.

CAPÍTULO SEGUNDO

INFÂNCIA. PRIMEIRAS LETRAS. OS PREPARATÓRIOS. A UNIVERSIDADE DE COIMBRA.

Rio das Pedras, 25 de Fevereiro de 1882.

Meus filhos:

Resolvi aproveitar as horas de repouso para escrever os traços da minha vida, que me ocorrem, para ciência vossa.

Nasci em Coimbra, às 8 horas da manhã do dia 1.º de Julho de 1809 em um sobrado de propriedade de meu avô materno, unido ao grande prédio do *Beco de S. Marcos*, tambem de meu avô, que ardeu na noute de 2 de Julho de 1811, incêndio que motivou a morte apoplética de meu avô, e colocou sua família em pouco lisongeiras condições. A dita casa é sita no fim da *Rua da Esperança*, no logar onde há um pequeno largo, antigamente chamado *Terreirinho das Convertidas;* tem fundo até a *Couraça dos Apóstolos*, (1) para onde dá

(1) Coimbra é construida sobre um monte em cujo cimo se encontra a Universidade, principal interesse da cidade. Duas grandes avenidas, alem de pequenas ruélas conduziam ao alto, as chamadas "Couraça de Lisboa" e "Couraça dos Apóstolos".

E' interessante notar a série de acontecimentos notaveis na vida do Cons. Albino ocorridos nas idades ou nos anos terminados por 9. De início lembre-se que ele nasceu em 1809 e faleceu em 1889. Em 1878 dizia ele mesmo em carta ao genro Jacobina: "Em todos — noves — da minha vida tenho tido fases, e a passagem dos 69 para os 70 não pode ser indiferente". "A de 79 para

o quintal com quatro alegretes suspensos numa muralha, situada entre dous prédios, ambos de minha família. No de cima, que faz esquina, morei eu nos seis anos de minha formatura, com porta interior, que, aberta no muro, comunicava-a com a casa de minha avó; e no de baixo, pois a "Couraça" é uma Ladeira, moravam estudantes. Logo depois seguiam-se os casarões incendiados, pois o antigo *Colégio dos Grilos*, comprado por meu avô, e que ele tinha dividido em boas casas, ocupava o terreno de rua a rua.

Na hora do meu nascimento a maré devia estar de enchente, pois Deus me reservava muitas felicidades nesta vida.

Meus pais casaram-se a 17 de Agosto de 1808 no Curato de Santa Cruz, em Coimbra. Meu pai tomou o gráu de Bacharel em Leis em 1810, e não poude completar a formatura por causa da invasão dos Franceses em Portugal; mas obteve d'El-Rei a dispensa do 5.º ano, leu no Desembargo do Paço no Rio de Janeiro

---

80 hade ser mais penosa. Veremos". Ora o Cons. Albino fez os 80 exatamente num ano terminado em 9, e neste ano faleceu.

Foi batizado a 18 de Julho de 1809 como consta da seguinte certidão: — Certifico, que no primeiro livro dos batizados desta Freguezia de S. Salvador a fls. 248 v. consta o assento segte. "Aos dezoito de julho de mil oitocentos e nove baptizei sollemnemente e puz os Santos Olleos a Albino, filho de Luiz Antonio Barbosa d'Oliveira, natural da Bahia e de D. Maria Raimunda (sic) Candida desta Freguezia, neto paterno do Doutor José Barbosa de Oliveira, natural da Bahia, e de D. Fellicia Maria da Penha de França, natural de Lisboa; e materno de João Theotonio da Motta (sic), e de D. Quitéria de Moraes desta Freguezia; de que foram padrinhos o Doutor Luiz da Costa, e D. Thomasia Rocha, por quem tocou seu filho, digo, seu marido Antonio Joaquim Gatto, de que fiz este assento, que assignei. — O Prior — Jacintho Luiz Amado e Vasconcellos". — E nada mais se continha em o dicto assento que fielmente aqui se acha copiado. Coimbra 3 de Dezembro de 1854. a) O Encommendado Manoel de Jesus Maria Soares.

em 1812 e foi despachado *Juiz de Fora do Crime, Provedor de Capelas e Resíduos e Auditor da Gente de Guerra,* na Cidade da Baía, de que tomou posse em Novembro de 1813.

Aos 5 anos de idade fui para a escola de meu bom mestre Filipe Carlos Madeira, que, depois da Independência mudou o nome para Baiense; era grande latinista e por favor se incumbiu de ensinar-me as primeiras letras. Era mulato, casado com D. Matilde e tinha duas filhas e um filho, gente muito boa e que me tratava com muito amor. (2) Nós tinhamos chegado à Baía no navio *Grão Careta,* no dia 1º de Maio de 1811; nesse dia fiz 22 meses de idade. Meus pais foram à Figueira onde embarcaram para Lisboa; foram hóspedes do Snr. Antônio Joaquim Gato, casado com minha madrinha de batismo, que era irmã do Dr. Gonçal-

---

(2) A gratidão do Cons. Albino pela família de seu primeiro mestre manteve-se por toda a vida, como se vê pela seguinte carta:

"Illmo. e Exmo. Sr. Marquês d'Olinda. — Para não tomar tempo a V. Exa. achei mais expedito escrever. Entreguei a S. M. o Imperador um requerimento de D. Matilde Cândida de S. José Baiense e D. Rosa Cândida Baiense pedindo uma pensão por terem perdido o seu filho e irmão, Capitão Geraldo José Vitor Baiense, único arrimo seu.

Este Capm. partiu para o teatro da guerra e infelizmente faleceu em Corrientes no serviço da patria: e aquelas infelizes jazem na miséria!

D. Matilde é viuva do Meu Mestre de 1.as letras, de Religião e de Língua latina: devo-lhe mil finezas, porque na minha infância recebi dessa virtuosa mulher carinhos quasi maternais.

Imploro para ela a caridade e a justiça de V. Exa., e empenho para com V. Exa. quanto valho e quanto posso.

Sou, com a mais distinta consideração e respt°.

De V. Exa.
Am.° velho e mt.° obr.°
ALBINO JOSÉ BARBOSA DE OLIVEIRA.

S. C. 3 de Julho de 1886".

ves Forte, primeiro marido de minha Mãe. Estes eram os pais do Dr. Adelino Huet Forte Gato, primeiro marido de minha irmã. Morava o professor Madeira na *"Rua da Oração"*, casa térrea na frente, com fundos pela ladeira abaixo, cuja travessa vai acabar na *"Ladeira de S. Francisco"*. Aos sete anos passei para a aula de Latim, com o mesmo professor que vivia de ensinar a dita língua e morava então à ladeira da Praça, ao pé do Professor Caldas, que dava muito bôlo aos rapazes e defronte da família Veloso. Destes, Cipriano foi Desembargador do Maranhão e morreu no Supremo Tribunal de Justiça; (3) o segundo foi Coronel e o terceiro, Sérgio José Veloso, foi General do Exército Revolucionário da Baía na Sabinada de 1837.

Em 1817, tendo eu oito anos, fiz exame de artinha pois traduzi Eutrópio. O ato foi muito concorrido, muito solene, o exame brilhante, e o Professor disse, que sendo ele mestre há 18 anos, era eu o segundo estudante, que fazia exame dessa idade.

Em julho de 1818 meu pai foi para o Penedo, tomar posse do lugar de Juiz de Fóra, que ia crear, e com ele foi a família. Tomou posse a 24 do dito Julho. Fui continuar o estudo de latim com o Padre Antônio Craveiro de Barros Leite, Professor Régio. Lembro-me de Penedo e dos fatos aí acontecidos como se os estivesse vendo, como se fosse hoje.

Aí tive uma grande enfermidade: uma inflamação na perna. Dois cirurgiões não conheceram a causa da inflamação, e queriam rasgar-me a perna; mas o velho

(3) Cipriano José Veloso, nomeado Desembargador no Maranhão em 12 de Janeiro de 1830, foi promovido mais tarde ao Supremo Tribunal — (Cesar Augusto Marques — *Dicionário Histórico Geográfico da Província do Maranhão* — 1870; Laurênio Lago — *Supremo Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal* — Rio, 1940, pg. 76).

Machado, português octogenário livrou-me desse perigo, e curou-me com a simples aplicação de cataplasma de hervas aromáticas. Eu tive dores fortíssimas e passei noutes cruéis. Foi essa a única enfermidade que tive no Penedo. Meu pai dava partidas às quartas e sábados.

Resolvendo meu pai não sair por perigosa a barra de Penedo, fomos todos para a Cidade das Alagoas, onde morávamos num bom sobrado do José Gregório, muito próximo ao convento de S. Francisco, que era tambem o quartel do Regimento de Linha, cujo exercício nós víamos todos os dias. Foi nos quintais dessa casa, que muitas vezes brinquei com os filhos do Almoxarife Pontes, José Cândido de Pontes Visgueiro e o irmão; e depois sendo Ministro do Supremo Tribunal de Justiça, tive de condenar aquele a galés perpétuas por homicídio, que cometeu como Desembargador do Maranhão. Como é vária a sorte dos mortais! (4)

Em Janeiro de 1822 fomos para Maceió, onde moramos na Casa do Senado da Câmara, na Praça, em frente ao Mar e ancoradouro dos navios. A 20 de Fevereiro embarcamos em Jaraguá com direção à Baía, no Brigue Inglês *Swift*, e chegamos a 22, quando apenas acabava a luta mortífera entre as tropas lusitanas do General Inácio Luiz Madeira de Melo e as do General Manuel Pedro de Freitas Guimarães, brasileiras. Estas retiraram-se para o Recôncavo e começou o cerco da Baía e a Guerra da Independência que findou a 2 de Julho de 1823, retirando-se Madeira e as tropas portuguesas e todo o partido lusitano para Portugal.

De Fevereiro de 1822 em diante até o fim do ano voltei para a aula de Latim do mesmo Professor Filipe

---

(4) V. nota I, no fim do capítulo.

Carlos Madeira, e saí pronto no fim do ano, tendo obtido ser *Imperador* da aula no último tema de Cesar.

No princípio de 1823 meu pai engajou o Padre Mestre Antônio da Conceição para me dar lições de Lógica. Nós morávamos na boa casa dos "Sete Candieiros" (5) e o Padre vinha à casa dar as lições. Eu tinha por condiscípulos José Joaquim da Silva, irmão do Conselheiro João Joaquim (6) e Antônio José de Lima, irmão do atual Secretário de Polícia do Rio de Janeiro. (7) Frequentei tambem a aula pública do Grego, de que (era) professor José Estanislau Vieira, até que este fugiu para o Recôncavo. Desde o ano de 1824 frequentei as aulas públicas de Lógica e de Retórica. Desta era Lente o Cônego José Ribeiro Soares da Rocha e daquela o Padre José Cardoso Pereira de Melo. Nesta fui condiscípulo do Desembargador Souto, (8) Alvim (9) e Dom Francisco Baltasar da Silveira .(10)

A 20 de Novembro de 1824 faleceu meu Avô paterno, que foi meu mestre de Francês, cerca dum mês depois da sublevação do *Batalhão dos Periquitos* e do assaseínio do Comandante das Armas Felisberto Gomes Caldeira (11). Passamos o verão na Vitória, segundo o costume.

---

(5) A Casa dos Sete Candieiros — Vide nota IX no capítulo anterior.

(6) João Joaquim da Silva, Ministro do Supremo Tribunal de Justiça. (Laurênio Lago — Op. cit. p. 82).

(7) Dr. Francisco José de Lima, secretário da Polícia do Rio.

(8) Des. José Ferreira Souto.

(9) João de Sousa Melo e Alvim.

(10) Tambem mais tarde Ministro do Supremo Tribunal de Justiça onde foi Procurador da Coroa .

(11) A revolta do 3.º Batalhão chamado "dos Periquitos" foi a 25 de Outubro.

No seguinte ano, de 1825, matriculei-me em Geometria, sob o mesmo Padre José Cardoso Pereira de Melo e com ele estudei os quatros primeiros livros de Euclides, e quando se ia estudar a Aritmética, era tempo de embarcar para Lisboa e Coimbra, pois então não estavam ainda criados os Cursos Jurídicos no Brasil. (12) Com efeito embarquei a 5 de Junho a bordo do brigue "*Venturoso*", propriedade do Negociante Antônio José de Albuquerque, pai do atual Visconde de Pedroso, (13) que depois se tornou tão rico capitalista. Levávamos passaportes, porém, para Vigo, pois a independência ainda não estava reconhecida por Portugal. Foram meus companheiros Antônio Gonçalves Martins, de 17 anos, que só sabia latim, irmão do Francisco Gonçalves Martins, então estudante em Coimbra, que depois foi Desembargador da Baía, Senador e Visconde de S. Lourenço (14) e ele mesmo foi Desembargador da Baía e aí morreu; José Simões, filho do Distribuidor, que tinha 14 anos e não fez carreira; um filho de José Antônio Ribeiro de Oliveira, menor, muito vivo, mas que tambem não se distinguiu, e cuja irmã a Snra. D. Isabel, depois se casou com o meu amigo Tosta, então Juiz de Direito e hoje Conselheiro de Estado e Visconde de Muritiba. (15)

Alem destes tive por companheiro, e sem dúvida principal, por ser um homem prático, conhecedor do mundo e maior de 40 anos, o José Máximo Coelho Fal-

(12) Foram criados por lei de 11 de Agosto de 1827.

(13) Título português. Foi promovido mais tarde a Conde de Pedroso de Albuquerque.

(14) Grande chefe conservador na Baía. Ainda havia um outro irmão, tambem magistrado. (Wanderley Pinho — *Política e Políticos do Império* — Rio, 1930 — pg. 38 e Pub. Arqu. Nac. XIX, 70).

(15) Manuel Vieira Tosta, foi ainda elevado a Marquês em 1888.

ção, nobre e filho segundo do Morgado de Mecejana no Alemtejo. A Polícia do Rio de Janeiro o fizera sair por ser ele habil jogador. Naufragando na Barra Falsa, o Presidente da Baía, obrigou-o a recolher-se à sala livre e a sair no primeiro navio, que aconteceu ser o "*Venturoso*". Fora ele contemporâneo de meu pai em Coimbra, e por isso meu pai levou-me à Cadeia visitá-lo, para recomendar-me a ele. Esta recomendação me foi muito util; José Máximo deu-me bons conselhos, e com ele mantive relações, e com o irmão Dr. Jacinto, tanto na hospedaria de Mr. Campbell ao "Arco da Bandeira", com quem travei relações e onde depois me hospedei, como na sua boa casa ao Passeio Público, onde o visitei nos anos seguintes, juntamente com os Sás do Maranhão e em cujo piano Joaquim Franco (16) gostava muito de tocar. Exquisito é que nunca nos apresentou sua mulher. Depois não soube mais dele, pelo péssimo estado das cousas em Portugal.

Grande foi a saudade que tive de minha mãe, e ainda me lembro do abraço de despedida, que nos demos reciprocamente, no seu quarto de dormir junto à cama, então muito alta, e que conservo nos baixos da minha atual casa. Meu pai e Tristão Pio dos Santos, então Intendente de Marinha, (17) me acompanharam a Bordo. Ainda as lágrimas me acodem aos olhos quando me recordo desses momentos!

Tivemos ventos contrários, que nos atiraram à altura de Santa Catarina; oito dias depois vieram ventos favoraveis, e aos quinze dias passamos a linha. Tivemos grandes calmarias quando passamos o Trópico de Cancer; admirei os sargaços, e no 1.º de Julho fiz os meus 16 anos. A 20 de Julho passavamos entre as

---

(16) V. nota II, no fim do capítulo.
(17) V. nota III, no fim do capítulo.

Ilhas dos Açores, e vi muito bem o *Faial*, o *Pico* e a *Graciosa;* muito ao longe a sombra de *S. Jorge, Terceira* e *S. Miguel; Côrvo* e *Flores* ficavam-nos à esquerda, mas invisiveis. Nesse logar e ocasião cantava eu o "Tiro-liro", e o "Negro Melro", que aprendera a bordo.

A 29 avistamos os Cabos de *Roca* e do *Espichel,* que cortam o Tejo dum e doutro lado, e à tarde entramos. Era risivel a figura do Piloto da Barra. Ao anoutecer fomos à Fortaleza de Belém, onde nos tomaram os passaportes e nos deram títulos de residência, cobrando de cada um de nós um cruzado novo. José Máximo nos tinha dado grossos cartuchos com dinheiro de ouro para nós os salvarmos, pois o ouro amoedado em Lisboa pagava direitos. Tomamos um bote e subimos o Tejo até o cais do Sodré, onde saltamos e nos separamos. José Máximo tomou seu destino e eu com o Martins e o Simões, industriados por ele, subimos a "rua do Alecrim" até o "Largo do Quintéla", onde numa bonita casa de sete janelas, número 56, defronte do Palácio do Barão de Quintéla, morava o Snr. Manuel Ribeiro Guimarães, a quem eu fui recomendado, e nos recebeu cavalheirosamente. Mandou acompanhar os meus companheiros até a casa do seu correspondente Bernardo José Ferreira de Barros, mas desconfiando que ele estava no campo, disse-lhes que nesse caso voltassem, pois o seu teto era brasileiro, e ele os hospedaria. Com efeito eles voltaram e dormimos todos em casa do Manuel Ribeiro.

Aconteceu, porem, que ele e toda a família seguiam para Sintra nessa madrugada; foi necessário abrir baús, tirar roupas, fazer camas etc. No dia seguinte levanteime muito tarde, enganado por uma lamparina, tomei antes do almoço figos brancos que eu não conhecia, e depois achei o Guarda Livros do Guimarães, Antônio

José da Silva, muito boa pessoa, e com quem tive depois as melhores relações, disposto a guiar-me. Fui com ele a bordo buscar alguma roupa, atravessei com ele as ardentes ruas de Lisboa, e de volta achei uma ségе com ordem de me levar a Sintra. O Silva na passagem comprou peras, correias e bojardas, que me deu, — as primeiras que comi na minha vida.

À tarde fui para Sintra e atravessei Lisboa de ségе.

Era sabado. Fiquei em Sintra dois dias, e na terça-feira voltei com o Snr. Ribeiro Guimarães na sua ségе, e querendo dar-lhe a direita, disse-me ele que o dono da ségе sempre dava a direita ao seu hóspede.

Seria longo contar a impressão, que me fizeram os costumes portugueses, a recepção benévola e maternal da Snra. D. Mariana, excelente senhora, a quem devo muito, e que depois foi muito minha amiga. Tres dias depois, voltando para Lisboa na ségе do Snr. Ribeiro Guimarães, com este cuidei em desembarcar meus baús, feixos de açucar e doce de goiaba; conheci o velho Silveira da Mota, suas filhas, um neto formado, o José Inácio, que tinha ido com o tio, João Inácio Silveira da Mota, Comandante da Corveta *Princesa Real*, em 2 de Julho de 1823, pelo que muito tempo foi chamado — "Mota Luso." (18)

Na hospedaria de Mr. Campbell, no Rocío, onde se hospedou José Máximo, conheci muitos Brasileiros formados, que se retiravam para o Brasil: era o Curso do Honório. (19) Assisti ao lançar de dados, jogo de

(18) V. nota IV, no fim do capítulo.

(19) Honório Hermeto Carneiro Leão, futuro Marquês de Paraná — chefe da *"Conciliação"* e o mais prestigioso homem de Estado na monarquia. Natural de Minas, formou-se em Direito na Universidade de Coimbra em 1825. Foi deputado, senador e Ministro várias vezes.

asar, no qual o Honório ganhou a caixa de músicá, por ter lançado duas vezes senas e mais um lance alto. Aí vi José Moreira de Pinho e Lima, filho de Santo Amaro, na Baía, estudante do 4.º ano, que me convenceu da conveniência de ir cedo para Coimbra, por causa dos exames.

Com efeito a 21 de Agosto parti para Coimbra, sob a proteção do Pinho; em Pombal encontrei meu tio Dr. Adriano, então estudante que tinha vindo esperar-me, seguimos todos para Condeixa, onde procurei e conheci o velho Dr. José Manuel Chaves, pai do Desembargador Antônio José de Carvalho Chaves (20) meu amigo que, naquela idade, me confiára sessenta mil réis em prata para lhe levar. Entreguei-lhe a carta do filho, que ele colocou sobre a cabeça; pois muitos anos havia que não sabia do filho, e com ele ajustei, que dias depois viria de Coimbra trazer-lhe o seu dinheiro, o que fielmente fiz. O velho morreu depois, com mais de oitenta anos, e com a viuva e filhas conservei amisade até a minha volta para o Brasil.

Chegamos a Coimbra a 23 de Agosto de 1825, véspera da Feira de S. Bartolomeu e fui recebido entusiasticamente pela minha avó, a Snra. D. Quitéria e pelas minhas tias D. Ana, que depois morreu tísica a 27 de Abril de 1827 e D. Libânia, que depois veiu morrer no Rio de Janeiro. Minha avó faleceu a 20 de Abril de 1828, estando eu em Lisboa.

Minha Madrinha D. Tomásia e meu padrinho, Dr. Luiz de Castro e Almeida, Lente de Leis, tambem me receberam muito bem, e em todo o meu quinquênio me obsequiaram muito. (21)

---

(20) Des. da Relação da Baía — Foi mais tarde promovido a Ministro do Supremo Tribunal de Justiça.

(21) V. Nota V, no fim do capítulo.

A 3 de Outubro manhã de muita chuva, fiz no páteo exame de latim. Tirei em Vergílio ponto no livro 4 da *Eneida, ibi*: "*Ast, ubi digressum Siculae te admoverit orae*", e os versos seguintes. Não me recordo do ponto em Tito Lívio, sei que era uma fala e acabava em — *fore*. A 14 foi o de Retórica, que foi muito aplaudido pelo professor Antônio Joaquim, e a 23 o de Lógica. (22) Não estando apto a fazer o de Geometria, por falta de Aritmética, e sendo muito facil obter-se Avisos de adiamento, requereu-se um para mim; mas em vez de o requererem ao Reitor, Principal Mendonça, requereram ao Governo, que mo negou, e portanto perdido estava o ano, quando falecendo El Rei Dom João VI, em 10 de Março de 1826, um parente meu, Juiz de Fora de Serpa, afilhado do Marquês de Valença, de Portugal, obteve em Julho o Aviso, mandando-me admitir a Ato do 1.º ano, não obstante a falta de frequência e o lapso de tempo! Mercê inaudita que foi muito mal recebida pelos Lentes, e tanto que alguns estudantes de boas famílias, que tinham obtido, iguais mercês, foram reprovados. (23) Matriculei-me no primeiro ano a 6 de Julho de 1826, depois de atos feitos, e quando me apresentei aos Lentes do ano, Antônio Camelo Fortes de Pina e Manuel de Serpa Machado, fui muito mal recebido pelo primeiro, que disse que nem eu devia requerer semelhante cousa nem o Governo conceder-me; e continuava — "Faça ato; se souber, hade passar." E Serpa, cavalheiro muito fino, aconselhava-me a não usar de semelhante favor, pois, sendo tão moço, ia arriscar-me à reprovação, e mostrava-me o exemplo do dia antecedente. Respondi

(22) V. Nota VI, no fim do capítulo.
(23) V. Nota VII, no fim do capítulo.

que não faria ato no bimestre e requereria para fazê-lo em Outubro. Isto moderou-os. Com efeito em Agosto houve eleição, ambos sairam deputados, e foram para Lisboa, e eu a 19 de Outubro, se não me engano, fiz o meu ato com os lentes José Bernardo Corte-Real, Faustino Simões Ferreira e Guilherme Henrique de Carvalho que depois foi Bispo de Leiria e morreu Cardial Patriarca de Lisboa, e fui aprovado *nemine discrepante.* O meu ato foi muito bonito. A casa estava cheia, mormente de brasileiros, estúrdios, que esperavam rir-se de mim, e que desde então me estimaram e distinguiram. Foi meu primeiro da turma. Antônio José de Souza Lobo, que foi reprovado. (24) Este pobre homem formou-se depois em Olinda e morreu de 60 anos, Juiz Municipal de Vila Nova do Rio S. Francisco, que tantos anos vi, defronte de Penedo.

Foi meu lecionista Luiz Soares de Queiros e Azevedo que fora meu condiscípulo de latim na Baía e que durante todas as férias me ensinou o Waldeck e o Martini (25) com muita capacidade e paciência. Eu estudava por dia dez folhas, e depois de jantar ia buscá-lo à rua do Norte, *Portão dos Brasileiros*, e saiamos juntos até o fim da Ponte sobre o Mondego, conversando só a respeito das matérias estudadas. E só com este socorro perfuntório, dado por um estudante, apenas aprovado no primeiro ano, habilitei-me para fazer um bonito ato. Graças a Deus! Que felizes tempos! O prazer que meus pais tiveram com este milagroso acontecimento é facil de avaliar.

---

(24) Bacharelou-se em 1834 em Olinda (Clovis Bevilaqua — Op. cit. pg. 53).

(25) *Waldeck e Martini* — Petrus Waldeck — *Institutione Juris Civilis Heinicianae emendatae atque reformatae* — Carlos Antonius de Martini *De lege naturali positiones in usum auditori vendalonensis.* Eram livros clássicos.

Apesar do afan, do receio e do pouco tempo, fui com a família em Agosto a banhos à Praia de Mira, onde passei quatorze dias magníficos de liberdade e divertimento, voltando logo depois a Coimbra para estudar e recobrar o tempo perdido. Nos fins de Julho tivera eu a cautela de fazer o exame de Geometria, sem o qual não me poderia matricular no segundo ano, e fui aprovado pelo Dr. Corvo, muito temido lente de matemática, e pelo meu mestre Frei José da Sacra Família, com quem eu estudara no Páteo.

O Conselheiro João Lopes da Silva Coito fez exame de Latim no mesmo dia que eu e foi meu condiscípulo em Coimbra até o terceiro ano. Depois, por motivos políticos, veiu acabar em S. Paulo e entrou para o Supremo Tribunal de Justiça oito anos depois de mim.

O meu segundo ano foi sem novidade. No fim dele fui passar as férias em Lisboa, onde pela primeira vez fui ao Teatro de S. Carlos, e a primeira peça italiana que vi foi *Alexandre na Índia* de Pacini. (26) Era prima dona Josefina Tuvo, por quem fiquei encantado e morto de amores, mas nunca falei com ela. Era honrada e casou depois com o Ataíde, de boa família de Lisboa. Estreitei minhas relações com o Silva, guarda-livros do Guimarães, e com ele me correspondi do Rio de Janeiro, até que ele morreu maior de 76 anos. Deus o tenha em Glória!

Nesse meu segundo ano fui passar as férias de Páscoa com meu tio na Palhoça, na boa casa de João Luiz Ferreira Tavares Pereira da Silva e outros filhos do falecido Capitão Mór, cuja filha acabava de casar-se com José Ferreira, de Vagos pessoa importante nesses

(26) Vide Nota VIII, no fim do capítulo.

lugares. Depois dalguns dias fomos em uma linda cavalgata de mais de trinta pessoas, senhoras e homens, para Vagos para onde a noiva ia para a casa do noivo. Em Vagos passamos a Páscoa, fomos a Vista Alegre, na outra margem do Rio, onde fui à bela fábrica de Vidros dos Ferreiras Pintos Bastos, e vimos a Igreja e o túmulo do Bispo de Coimbra, Dom Miguel da Anunciação. A 25 de Março fomos a Aveiro, à formosa feira de Março, vimos a cidade, o Convento das Freiras de Sá (27) onde se fazia o famoso doce d'ovos d'Aveiro, e os terrenos lavrados e salgados por ordem do Marquês de Pombal, onde existia outróra o famoso palácio dos Duques d'Aveiro. (28) Voltamos à tarde para Vagos, embarcados, e acabadas as férias voltamos para Coimbra a continuar nossos estudos. João Luiz, muito moço, veiu para Pernambuco e nunca mais soube dele. Em Vagos vi-os cantar ao desafio com uma das irmãs, à beira do fogão. E' incrivel como improvizam bonitos versos, e os cantam ao som da viola. Que saudades! Que tempos! E agora tão velho e tão doente, só me lembro da morte!

Foi o meu ato do segundo ano a 2 de Julho, estando de ponto no dia dos meus 18 anos. Fui o terceiro

---

(27) Convento de "Madre de Deus", de freiras franciscanas.

(28) Numa pilastra, no local onde se erguia outrora o palácio de Dom José de Mascarenhas, infeliz vítima da sanha pombalina, ainda se lê a inscrição: "Aqui foram arrazadas e salgadas as casas de José de Mascarenhas exautorado de todas as honras de Duque de Aveiro e outras, condenado por sentença proferida na Suprema Junta da Inconfidência em 21 de Janeiro de 1759 justiçado como um dos chefes do bárbaro e execrando desacato que na noite de 3 de Setembro de 1758 se havia cometido contra a real e sagrada pessoa de D. José I. Neste terreno infame não se poderá edificar em tempo algum". (Rocha Martins — *O Marquês de Pombal pupilo dos Jesuitas* — 1924 — pg. 2).

da turma. O primeiro era Manuel Maria Ferreira da Silva Beirão e o segundo foi João Antônio Lobo de Moura, filho do deputado às Cortes Constituintes, Ferreira de Moura, com cuja família me dei depois em Lisboa; que me propôs casamento com sua irmã D. Maria Bárbara, linda menina de 16 anos e que, há poucos anos, morreu de repente em S. Petersburgo, Visconde de Moura, Ministro Plenipotenciário de Sua Magestade Fidelíssima.

Como já disse, passei em Lisboa o resto de Julho, Agosto e nos fins de Setembro fui à matrícula geral e obtive o número 3. Era número 2 Alberto Carlos Cerqueira de Faria, muito bom estudante com quem tive relações e que depois foi deputado em Lisboa onde casou com a viuva do Barão da Fulgosa. Não sei se ainda vive.

O terceiro ano correu sem novidade, até por-se o ponto: (29) então, quando iam começar os atos, sublevaram-se as tropas do Porto contra Dom Miguel, que havia usurpado a Coroa, e marcharam sobre Coimbra. (30) Aí estive em Santa Cruz com Francisco José Pereira, Coronel do Regimento 6.º do Porto, que estivera na Baía Tenente-Coronel do de número 12, e fora membro do 1.º governo revolucionário, de que fora Presidente o Desembargador Luiz Manuel de Moura Ca-

(29) V. Nota IX, no fim do capítulo.

(30) D. Miguel, que chegara em princípios de 1828 a Portugal, como lugar-tenente de seu irmão, fez-se aclamar rei em meiados do mesmo ano. Revoltaram-se as tropas do Porto. A elas juntaram-se as de Almeida, Aveiro e Coimbra, para o que muito concorreram dois estudantes, o famoso parlamentar José Estevão Coelho de Magalhães e o profíquo historiador Simão José da Luz Soriano. Daí, o furor do rei contra os universitários, mandando cancelar as matrículas dos que não lhe eram simpáticos. (Carlos Babo — *As Lutas Liberais*, Porto — 1933 — pg. 144).

bral e Secretário o Dr. Lino Coutinho. (31) A Universidade fechou-se. Seguiu-se o combate de *Cruz dos Marouços*, perdido pelos Constitucionais e a fuga destes para a Espanha. Conservando-me ao sol por muito tempo (e com muito sol) quando vinham as padiólas com os pobres feridos no combate supra apanhei uma forte pneumonia, de que me curou o Doutor Carlos José Pinheiro, lente de Anatomia e filho de Ouro Preto. Tive um curativo bárbaro, privado de beber água, e que acabou por bichas e um cautério do lado direito. Foi quando convalesci dessa enfermidade, que dei abrigo na minha casa aos Sás (Antônio Raimundo e Francisco Cândido), D. Francisco Baltasar da Silveira e Silva Gomes, que iam fugindo para o Porto, quando Coimbra já estava ocupada por tropas miguelistas. (32) A Universidade conservou-se fechada até Maio de 1829, e por isso, apenas melhorei, fui para Lisboa em Julho de 1828 e lá fiquei todo esse tempo até vir a Coimbra fazer ato de terceiro ano em Maio de 1829.

---

(31) Em 10 de Fevereiro de 1821 em virtude de uma revolta, passou o Conde de Palma o Governo da Baía e uma "junta provisional que haja de governar esta Província até que S. M. tenha solenemente jurado a Constituição" da qual faziam parte pela milícia os Tenentes Coroneis Francisco de Paula e Oliveira e Francisco José Pereira. O Coronel do 12 era o célebre Inácio Luiz Madeira de Melo; com a promoção deste a brigadeiro e comandante das armas da Baía, subiu Pereira ao posto de Coronel, sendo em Portugal, na campanha liberal, agraciado com o título de Visconde de Vilar de Perdizes. (Braz do Amaral — *Hist. da Independência* na Baía — Baía — 1923 — pgs. 21 e 26).

(32) Dom Francisco Baltasar da Silveira, assim como outros brasileiros, envolveu-se ardentemente nas lutas políticas e foi obrigado a fugir, vindo terminar o seu curso jurídico em S. Paulo. (Vde. de Taunay — *Servidores Ilustres do Brasil* — S. Paulo — pg. 116). Sobre os brasileiros que vieram terminar o curso no Brasil veja-se Almeida Nogueira — *A Academia de S. Paulo: Tradições e Reminiscências* — S. Paulo 1907 — V. II, Cap. 1.º).

Nesses dez meses que passei em Lisboa, civilizei-me, adiantei-me, estudei Inglês e Italiano e apurei-me no Francês, que já conhecia e conheci alguma coisa do mundo. Voltei para Coimbra com idéias claras, entendia melhor as cousas, o meu cérebro desenvolveu-se e fiz daí em diante melhor figura nas aulas.

Durante a minha estada em Lisboa, faleceu em Coimbra minha avó, a Snra. D. Quitéria Avelina de Morais a 20 de Abril de 1829, com 66 anos feitos. Feito o ato do terceiro ano, voltei a Lisboa, onde fiquei até fins de Setembro.

Matriculei-me na matrícula geral em Outubro e tive o número 4, e escapei de perder a minha letra. Foi o Alberto o 1.º, os dois Álvaros 2.º e 3.º e por favor dos lentes fui o 4.º. Eu estava muito doente, a residência em Lisboa me fora fatal, voltei muito doente para Coimbra pela Estrada Velha, vi Santarém etc. Tive pela primeira vez os olhos inflamados e talvez daí proviesse o germen da moléstia d'olhos, que, faz hoje um ano justamente me obrigou a sofrer a dolorosa e infeliz operação do glaucoma. Dei 16 falhas por doente e depois de tratado pelo mesmo doutor, Carlos José Pinheiro, fiquei completamente bom e pude cumprir meus deveres. No 4.º e 5.º ano, com metade do estudo e da aplicação empregados nos anos antecedentes, eu obtive vantagens superiores, de sorte que o meu nome era conhecido no curso.

O meu curso começou com 170 e tantos estudantes no 1.º e 2.º ano. No terceiro dividiu-se como é sabido, parte para Leis e parte para Cânones, sendo o curso maior o de Leis Mas no fim do 3.º ano, antes dos atos, a depuração e riscamento dos estudantes liberais, por ordem de Dom Miguel foi tal, que só fizeram ato do 3.º,

ano e se habilitaram para o 4.º, 77 estudantes, dos quais 44 seguiam o curso de Cânones e 33 o de Leis. Eu era um destes trinta e tres.

Acabado e provado o ano, fiz o meu ato, sendo examinado em Direito Pátrio pelo sábio Dr. Pedro Paulo da Cunha, que morreu Cardial e Arcebispo Primaz de Braga. E contando com o Dr. José Pinto Fontes, Lente do ano, para o exame de Direito Romano, este adoeceu de repente dos olhos e foi substituido na presidência do ato pelo Dr. Hipólito Caetano de Morais, Lente do 3.º ano, que nunca me deixou brilhar, mudando sempre e sempre de pergunta, apenas conhecia pela minha resposta antecedente que estava senhor da matéria. O meu ato do 4.º ano foi bom para os entendedores, mas não foi brilhante. Foi portanto o Dr. Hipólito, quem me conferiu o gráu de bacharel, e por isso o nome dele vem na minha Carta. Tomei o gráu a 5 de Junho de 1825. (33) Por conselho e sugestão de meu pai, resolvi ir passar as férias no Porto, e não em Lisboa, e visitar a Província do Minho. Foi tambem ao Porto o meu companheiro de casa Antônio Rodrigues Pio, filho do Vice-Almirante Tristão Pio dos Santos, e com ele viajei por Caldas de Vizela, Caldas dos Taipas, Guimarães, Falperra, Braga, donde voltamos ao Porto por Vila Nova de Famalicão pois em quatro dias se nos acabou o dinheiro com o qual contavamos ver tambem Viana, Ponte de Lima e Barcelos.

Depois de ter percorrido a Província, pretendia retirar-me para Lisboa, onde tinha minhas relações, pois o Porto se me ostentava muito insípido. Eis que me encontro em casa do alfaiate da moda com o Desembargador Bartolomeu da Costa Lobo e seu filho, estudante

(33) No quarto ano recebiam os alunos o grau de *Bacharel*. No quinto, o de Bacharel-formado.

em Coimbra, primo do Moura (34) com o qual eu tinha algumas relações. Muita festa, apresentação ao pai, excelente homem, com quem tive depois estreitas relações, e no dia seguinte vai José Manuel de Souza Lobo visitar-me e perguntar-me se eu queria ser apresentado essa noute no baile que Joaquim Fernandes dava por serem anos da irmã, D. Antônia. Aceitei, fui apresentado e dansei com Senhoras da boa sociedade portuense. A primeira, foi D. Miquelina, filha do Bento Ribeiro de Faria, menina de 18 anos, bem educada, e esse simples acontecimento produziu relações amorosas que acabariam de outro modo, se não estivesse assim talhado no céu. Eu era muito impressionavel; já em Coimbra, criança de 18 anos, eu me apaixonara por uma senhora, filha da minha madrinha, que tinha mais cinco anos que eu. Passei por muitos perigos de que me salvou a Providência.

Já agora adiantarei as minhas confissões. Em todas as partes onde me demorei, tive inclinações amorosas, que podiam acabar pelo casamento, se a Providência não tivesse talhado no céu doutra maneira.

Em S. João d'El Rei e na Cachoeira, onde me demorei, ali quatro meses e vinte dias, aqui seis meses e vinte e oito dias, já começava a ter inclinações, quando as remoções obstaram a tudo. Em Caravélas passei seis anos sem perigo, mas nas vésperas de minha retirada devo à minha virtude, Proteção Divina, escapar de fazer um casamento, que me teria infelicitado. A menina era formosa, de excelente família, mas sem educação e sem fortuna. Em Nazaré não tive ligação alguma, mas nesse tempo preparavam-me na Baía um casamento, a que eu acedi, fascinado já pelas graças da

(34) Antônio Lobo de Moura, de quem se falou acima.

moça, já pelo aparato de uma fortuna que se me ostentava importantíssima, e que aliás nada era. Meu honrado pai, opunha-se com todas as forças, pois a prometida noiva, conquanto de sangue muito limpo, não era filha legítima. Desse escolho me livrou a Providência. A tal noiva estava prevenida já a favor doutro pretendente, o que o pai ignorava, e eu, descobrindo isso, renunciei. Ainda tive outros escolhos iguais, mas para não preterir a ordem dos fatos, falarei deles oportunamente.

Continuemos. Tinha eu concluido o meu quarto ano e tomado o grau de Bacharel. Tinha ido ao Porto, visitado parte da Província do Minho, sempre com tenção de passar em Lisboa o resto das férias, mas bastava frequentar a casa do Joaquim Fernandes para ter entrada em muitas casas das principais do Porto. Os chefes de famílias, encontrando-me e gostando de mim, convidavam-me para suas casas, onde se davam partidas, reuniões, bailes e era isso o que agradava a um moço de 21 anos.

O Porto, pelo despotismo de Dom Miguel estava consternado e muita gente emigrada. Todavia abriram-se as casas das Snras. Perrys, do Morgado de Taveira e do Conselheiro José Manuel Ribeiro de Castro, todas de Cedofeita, de Tomé Ribeiro de Faria, de Torrinha, que dava lindas partidas todos os sábados, e muitas outras. Tomé Ribeiro de Faria tinha excelente palacete e suas partidas eram magníficas. As Snras. Perry às quartas e domingos. Joaquim Fernandes nos outros dias. Tomé Ribeiro era tio e padrinho de D. Miquelina. A mãe desta, D. Ana Brandão de Faria, faleceu de parto a 30 de Agosto, com o que tive grande desgosto. Tinha-me ela convidado para as suas parti-

das na Foz, que por isso goraram, e talvez por isso não tivessem incremento as minhas relações com a filha.

Saí tão encantado do Porto que voltei a ele nas férias do Natal, nas de Páscoa, e ainda depois de formado. D. Maria Luiza de Sousa Lobo, filha do Desembargador Lobo, favorecia muito as minhas relações com a amiga, mas o meu receio pelo estado de casado e mais que tudo, o favor da Providência me contiveram. Deixei a Foz a 29 de Setembro de 1830, subi o Douro em bote, fui ao meu hotel e nessa mesma madrugada montei a cavalo para Coimbra, onde me matriculei no 5.º ano na matrícula geral e fui o número 3.

Não foi trabalhoso para mim o estudo do 5.º ano. Fui ao Porto, como disse, nas férias do Natal, com imenso frio, e voltei nas de Páscoa, para ver uma senhora, com quem estava escrito que não me casaria. O que faz a mocidade! Que diferença de hoje, que para escrever isto faço tanto sacrifício!

A 4 de Junho de 1831 fiz o meu ato de Formatura, que foi muito bonito. Presidiu e argumentou na Lei o Doutor José Pinto de Fontes, já então Lente de Prima; (35) em Direito Pátrio o Doutor Antônio da Cunha e Sousa, vulgo Sousélas, por ser filho dessa vila; em prática o Doutor Gulherme H. de Carvalho, que depois foi Cardial Patriarca de Lisboa e em Analítica o Doutor João Fortunato Ramos, brasileiro, do Espírito Santo. O Doutor Guilherme deu-me em sua casa um abraço, honra muito grande naquele tempo e me incumbiu duma carta para um irmão que tinha no Rio de Janeiro.

Tirada a minha carta, ainda fiz a asneira de voltar ao Porto, e no dia 30 de Junho estava em Coimbra,

(35) Lente de cadeira principal. A expressão deriva do costume antigo de terem os catedráticos o privilégio de dar aulas pela manhã, hora da *Prima*. Havia os lentes de *Véspera*.

onde passei o 1.º de Julho com minha tia D. Libânia e meu tio Adriano, e fiz os meus 22 anos e no dia 2 de Julho segui para Lisboa com Luiz Duprat o mais distinto estudante do meu curso e com os irmãos Caetano Maria Ferreira da Silva Beirão que depois foi médico insigne e Manuel Maria, meu condiscípulo.

Achei Lisboa em consternação. O Almirante Roussin tinha forçado a Barra de Lisboa e aprisionado a esquadra de D. Miguel, e por isso quadrilhas de Polícia tinham-se derramado por toda a Lisboa, espancando e prendendo toda a gente limpa. (36) Para escapar vesti a minha mais infame roupa, e assim fui à rua S. Antônio despedir-me de meu padrinho Luiz da Costa, então desembargador da casa de Suplicação. Fui a Malassas despedir-me da boa família do Manuel Ribeiro Guimarães, despedi-me do Silva, guarda-livros deste, e proibí-o de ir ao meu bota-fora, e a 6 de Agosto deixei Lisboa sem saudade, pois podia ser preso no Limoeiro, sem motivo.

Embarquei-me no Brigue *Restaurador*, brasileiro, propriedade de Constantino Dias Pinheiro, então rico negociante desta praça. Era comandante Gregório Bitencourt de Abreu, Piloto de Carta Geral, e homem de fina educação, casado com uma filha do Bento Antônio

---

(36) Lisboa passava então por uma grande desordem. Havendo exaltados assaltado casas de súditos franceses, romperam-se as relações entre as cortes de Lisboa e Paris. Uma esquadra francesa força a barra, sobe o Tejo, aprisiona a esquadra portuguesa. Portugal alem de saudar a bandeira francesa, pagou oitocentos mil francos para despesas de guerra.

"A fúria portuguesa, fitando a bandeira de França nos navios de Portugal desencadeiou-se numa assembléia geral de pancadaria! Como não podiam espancar a esquadra francesa, espancavam-se uns aos outros como doidos!... Depois caiu o cacete sobre o costado dos negociantes estrangeiros deixando-os moribundos". (Carlos Babo — Op. cit. — pg. 46).

da Mota, que hospedara em Lisboa em 1811, a família Gato, de Coimbra, quando esta emigrou para Lisboa, fugindo da invasão francesa. Entre as duas famílias ainda havia parentesco.

Foram meus companheiros de viagem o Doutor João Alves de Brito condiscípulo de Paulino e do Tosta, (37) que se formara um ano antes de mim; Feliciano Antônio Gomes, de 18 anos, e seu irmão de 16; F. Miranda, que depois foi negociante de cafés e suicidou-se; e um boticário português. Deste e dos dois irmãos Gomes nunca mais soube. O Dr. Brito era de família fluminense que morava na rua do Sabão, (38) quasi ao chegar ao Campo, (39) com a qual tive relações. Muitas vezes dansei com a irmã D. Carlota, no baile do Praia Grande; (40) era bonita, mas sem espírito, quasi idiota. O irmão foi para Viena d'Áustria, secretário de Legação, e nunca passou disso. (41) Lá casou. Anos depois voltou ao Rio e falei com ele e regressou para a Áustria. O outro irmão, Dr. Francisco Alves de Brito, um dos seis estudantes, que com Paulino, Tosta, Simões, Sequeira e Cerqueira formaram o primeiro quinto ano de S. Paulo, foi Juiz de Direito em Sergipe, onde se casou com uma sobrinha do Boto e morreu doudo. Co-

---

(37) Paulino José Soares de Souza, futuro Vde. do Uruguai e Manuel Vieira Tosta, Marquês de Muritiba.

(38) Hoje *General Câmara*.

(39) Campo de Sant'Ana, hoje *Praça da República*.

(40) Caetano Pinto de Miranda Montenegro, 2.º Visconde de Vila Real da Praia Grande.

(41) Realmente João Alves de Brito esteve como Encarregado de Negócios Interino e Consul Geral em Viena de Novembro de 1831 até dezembro de 1833, quando continuou como secretário. De 1837 a 38 ocupava iguais cargos em Bruxelas e em Haia. Nessa corte manteve esta posição até 1840, mas não conseguiu ser promovido a Ministro.

nheci depois um filho dele que me pediu apresentasse-o ao Tosta, então Ministro de Estado, o que fiz; depois disso nunca mais o vi. (2) Soube que a tia casou-se e nunca mais vi essa gente. Os Britos eram de muito curta inteligência.

---

(42) Em Almeida Nogueira — (*A Academia de S. Paulo. Tradições e Reminiscências* — S. Paulo, 1907 — 2.ª série pg. 20) consta a relação dos primeiros bachareis diplomados no Brasil, todos eles emigrados da Universidade de Coimbra. Eis os seus nomes.

1) *Antônio de Cerqueira Carvalho da Cunha Pinto Junior;* 2) *Antônio Joaquim de Siqueira,* foi magistrado e político presidindo várias províncias, faleceu em 1854; 3) *Antônio Simões da Silva,* tambem baiano, foi tambem magistrado e político atingindo o Supremo Tribunal de Justiça; 4) *Francisco Alves de Brito,* (natural do Rio e não da Baía, como erradamente se lê na relação oficial dos bachareis formados na Fac. de São Paulo) foi magistrado e deputado provincial em Sergipe. O seu filho que o Cons. Albino diz ter perdido de vista, Francisco Alves da Silveira Brito, bacharelou-se em Recife em 1868 e seguiu tambem a magistratura, aposentando-se como desembargador; 5) *Manuel Vieira Tosta,* depois Barão, Visconde e Marquês de Muritiba, foi um dos grandes vultos do Império, político notavel; 6) *Paulino José Soares de Souza,* político e publicista de fama, foi mais tarde o célebre Visconde do Uruguai. Este chegou a ser preso pelas autoridades Miguelistas e esteve nas enxovias da Universidade de Coimbra até que fosse reconhecida a sua inocência. (V. Alvaro Paulino Soares de Souza: *Tres Brasileiros Ilustres* — Rio — Leuzinger — 1923 — pg. 38).

NOTAS AO CAPÍTULO SEGUNDO

NOTA I

Assassínio praticado pelo Desembargador Pontes Visgueiro

Foi um dos crimes que mais abalaram a sociedade brasileira no segundo reinado. Nascido em Maceió em 1811, filho de um antigo lavrador e finalmente funcionário da Alfândega de Alagoas, Pontes Visgueiro foi mandado em 1828 para o Seminário de Olinda, destinando-se à carreira eclesiástica. Dois anos depois, porém, matriculou-se na Faculdade de Direito transferindo-se mais tarde para S. Paulo onde recebeu o grau de bacharel em 1834. Seguiu depois a carreira da Magistratura, sendo Juiz Municipal, em seguida, Juiz de Direito de Maceió. Ao mesmo tempo desempenhava funções políticas como deputado provincial e geral (1838-44). Foi depois transferido para a Comarca de Paranaguá, no Piauí e finalmente em 1857 foi promovido a Desembargador na Relação do Maranhão, servindo no Tribunal do Comércio desde 1861.

Nunca se casou, mas já idoso, no alto posto de Desembargador, tomou-se de violenta paixão senil por uma infeliz decaida, paixão essa que o levou às mais vergonhosas atitudes, terminando por um bárbaro crime que deixou atônito todo o Brasil. Auxiliado por um capanga, Pontes Visgueiro assassinou a sua amante, encerrando depois o cadaver num caixão forrado de zinco que fizera construir expressamente para esse fim e pretendia remetê-lo para Alagoas. Não demonstrou a menor emoção. Basta dizer que no próprio dia do atentado compareceu a uma

recepção. Preso e conduzido ao Rio, foi julgado, como Desembargador que era, pelo Supremo Tribunal de Justiça, que o condenou à morte. O Imperador, porém, comutou a pena em prisão perpétua. Defendeu-o perante o tribunal, aliás brilhantemente, o advogado Franklin Américo de Menezes Dória, mais tarde Barão do Loreto, que não deixou de fazer referência aos julgadores que haviam conhecido a família do réu. Falando de seu pai disse: "Ha nesta cidade, *neste tribunal mesmo,* mais de uma pessoa que o tenha conhecido, e bem assim a mãe do Sr. Desembargador Pontes Visgueiro."

Ocupou-se recentemente do processo o Dr. Evaristo de Morais que procurou sustentar a tese de que "um erro judiciário enviou para a Correção uma creatura irresponsavel" — (Evaristo de Morais: *Um erro Judiciário — O Caso Pontes Visgueiro* — Ariel Editora — Rio 1934). O Dr. Alfredo Baltasar da Silveira, em artigo no Jornal do Comércio de 6 de Maio desse ano replicou ao prestigioso criminalista, contrariando a tese.

NOTA II

Joaquim Franco de Sá

Foi colega do Cons. Albino sómente nos dois primeiros anos de direito. Nascido em Alcântara, no Maranhão, em 1807, morou em S. Luiz até os 18 anos. Era explêndido pianista segundo informam os contemporâneos e o confirma o Cons. Albino. Seguiu para Portugal, mas voltou segundo anista e bacharelou-se em Olinda, na primeira turma de bachareis saída do recém creado *Curso Jurídico* em 1832. Seguiu depois a Magistratura em sua provincia. Em 1834 era Juiz de Direito na Capital. Casou-se em 1835 com sua prima D. Lucrécia Rosa Costa Ferreira de quem enviuvou em 1844. Desde 1841 figurou sempre na

representação maranhense na Câmara. Em 1846 foi nomeado presidente do Maranhão. Em 1849 foi escolhido Senador pela mesma província. Em 1851 foi promovido a Desembargador, cargo que não chegou a exercer. Casou-se pela segunda vez em 1850 com D. Belmira Cândida Ferreira. Faleceu em 10-XI-1851. (Biografia no *Progresso*, de S. Luiz de 6 de Dezembro de 1851, por Fábio Alexandre de Carvalho Reis — Citada por Antônio Henriques Leal — *Pantheon Maranhense* — Lisboa 1874 — Vol. II). Ezequiel Franco de Sá, tambem estudou no Recife, bacharelando-se em 33.

A amisade de Joaquim pelo patrício e colega de Coimbra se manteve depois da separação como prova a seguinte carta existente na Bib. Nac. e que nos foi comunicada pelo Dr. Rodolfo Garcia:

Olinda — em 16 de Junho de 1829.

Albino — Amigo do C. Tive ôje um feriado eis-me comtigo desprezando a folga que ele me concede! Ontem recebi finalmente as tuas primeiras cartas N.º 1 e 2 com o tal supplemento que na verdade bastantemente mortificou-me, por ver que assim se realizarão talvez as malditas desconfianças, e por consequencia devo provavelmente ter soffrido os seus effeitos. Meu Albino bem vejo que tu foste imprudente como confessas, e como previas, e te disse na minha n.º 3, mas emfim não te quero arguir, p. tão bem sofreste; e não é justo mortificar-te mais; e só te rogo sejas d'ora avante nimiamente circunspecto pois aliás todos soffreremos: as tuas cartas certamente muitas vezes lendo-as me transportarão da mais viva saudade do tempo, em que juntos viviamos, dos *innumeros* desabafos que tinhamos nas noites das afflições do dia, ou das prolongadas observações philosophicas que nos entretinham ás vezes até alta noite; emfim eu digo com a Bella "não há bem que sempre dure" e convem supportarmos com constancia o revez da sorte que nos separa talvez um tempo

mais feliz ainda nos aguarde talvez meo Albino a ventura passada se renove; mas seremos ainda tão ditosos que reunamo-nos todos, eu tu e a amavel... Ah! não me atrevo a tanto esperar da ventura, muitas vezes persuado-me que jamais tornarão esses dias jucundos, por cujas afflições até inda suspiro: tão gratos erão os bens de que n'elles gozava! Dizes-me que escreva a xxx mas eu temo que o O por algum acaso pilhasse a minha carta, e então bem vês as funestas consequencias de tal desgraça, por isso não lhe tenho escrito, nem tambem tenho d'ella recebido carta alguma, o que na verdade me faz persuadir do seu esquecimento pois nenhum inconveniente poderia resultar de que ella me escrevesse como me tinha promettido; emfim mas não me devo admirar pois é essa a condição do seu sexo, muito amantes quando prezente o amado, e esquecidas do auzente. Supponho que virás novamente a Lisboa depois de fazeres o teu acto, e se assim for tu mo mandarás dizer e para então se me disseres que ella, a ... ainda em mim falla, por tua via lhe remetterei minhas linhas lançando-lhe em rosto sua femenil constancia, e se a vires antes disso faz-lhe por mim as minhas queixas: sabia que da paixão que me tinha inspirado o unico lenitivo que me era dado receber ás vezes uma letra sua podia mui bem fazel-o, não fez, que prova mais dará de pouca estima? Tu me dizes, e isso repetes muitas vezes que ella me estima, e que por mim frequentes vezes suspira, parece talvez que se soubesses do seu esquecimento em me não ter escripto uma só linha não me afiançasses tanto. Entretanto caro Albino sua memoria não se tem extinto em minha alma, eu ainda por ella suspiro constantemente, emquanto talvez ella já bem poucas vezes se recorda de quem tanto em outro tempo amou.

Tu te avias despedir, então que passou-se? Sonho por cartas tuas de Coimbra, e muito desejo saber como és tratado, como te ouveste no teu acto, e finalmente onde estás presentemente.

Por aqui não á por ora noticias a respeito desse Reino, e a respeito do nosso Imperador só o que te digo é que temos

uma excellente legislatura para o anno, pois os deputados são muito bons.

Na minha ultima dei-te noticias do nosso curso e dos teus amigos do Maranhão. Eu aqui moro com o Souza Martins (1) e Fróes. (2) Aqui se achão Balthazar Silveira, (3) e o Vasconcellos, (4) Antonio Joaquim Monteiro (5), J.º J.º Ferreira (6), Villaças (7), Sergio e o irmão Alvaro (8), Matos (9) é meu condiscipulo, o Ribeiro ou Xixi (10), Borges (11), Souza (12), etc. O curso em ambos os anos tem perto de cem rapa-

(1) Francisco de Souza Martins, Baiano, bacharelou-se em 1832.

(2) Na *Lista Geral dos Bachareis e Doutores que têm obtido o respectivo grau na Fac. de Direito do Recife* publicada em 1923, pelo secretário Henrique Martins, constam dois *Fróis*, ambos baianos: Joaquim José Ribeiro Fróis e Joaquim Ribeiro Fróis. (Clovis Bevilacqua — *Hist. Fac. Direito Recife* — I, 48 só fala em Joaquim José).

(3) D. Francisco Baltasar da Silveira, fora estudante em Coimbra, de onde se retirara em virtude da perseguição aos estudantes brasileiros. Foi terminar o curso na Faculdade de S. Paulo onde se bacharelou.

(4) João Antônio de Vasconcelos, da Baía, bacharelou-se em 1832.

(5) Antônio Joaquim Monteiro Sampaio, da Baía, bacharelou-se em 1832, juntamente com Joaquim Franco de Sá.

(6) João José Ferreira de Aguiar, Pernambucano, bacharelou-se em 1832, foi mais tarde lente da Faculdade de Recife.

(7) Antônio Gomes Vilaça, Baiano, bacharel em 1832.

(8) Sérgio Teixeira de Macedo, nascido em 1809, no Rio, foi brilhante diplomata. Tambem iniciara o curso em Coimbra vindo a terminá-lo em Recife onde bacharelou-se em 1832. Iniciou a carreira como promotor público da côrte. Logo depois porem foi nomeado Secretário da Legação Imperial em Paris, servindo como encarregado de negócios em 1843. Foi depois transferido para Lisboa, de onde passou à Santa Sé, resolvendo a questão levantada com a Regência. Foi depois promovido a Ministro Residente em Turim e Parma e mais tarde ocupou a Legação em Viena. Foi depois Ministro em Washington onde solucionou a dificultosa questão da abertura do Amazonas a todas as nações. Em 1851 veio ao Brasil. Sendo incumbido de estudar o modo de solver os compromissos do governo que devia pagar em 1853 o empréstimo português de 1823, partiu para Londres. Transferido para os Estados Unidos foi depois posto em disponibilidade. Foi depois presidente de Pernambuco, deputado por esta Província e Ministro da Justiça em 1858. Faleceu em 1867.

Seu irmão Álvaro Teixeira de Macedo, bacharelou-se em 1853, foi poeta, satírico notavel, merecendo os mais francos elogios de Varnhagen na sua introdução do *Florilégio da Poesia Brasileira* — Faleceu em Bruxelas, onde representava o Brasil em 1849, com 42 anos apenas. (V. Lery Santos — *Pantheon Fluminense* — Rio — 1880).

(9) Manuel Joaquim de Sá Matos — Baiano, bacharelou-se em 1832.

(10) Francisco Joaquim Gomes Ribeiro (?).

(11) Francisco Borges de Figueiredo — Baiano, bacharelou-se em 1832.

(12) Joaquim Rodrigues de Souza, foi mais tarde desembargador no Maranhão onde faleceu em 1874.

zes. Recomenda-me muito ao Amâncio, ao Padre Manuel José Thomaz e os outros patricios que por lá se achão.

Adeus meu Albino jamais te esqueças de teu amigo Joaquim Franco, escreve-me sempre, para que assim sempre de mim lembrado não venha outro a occupar na tua amisade o lugar que me pertence, o que tanto me lisongeia. Recebe o meu abraço e cre que

Serei sempre

Teu verdadeiro amigo
JOAQUIM F. DE SÁ

* * *

Mon cher, Mademoiselle la petite... se porte-t-elle bien? a-t-elle nouvellement gagné ton cœur sensible? a-t-elle supplée la mémoire de cette petite Lisbonnense, que t'avait enivré d'amour dernièrement? Peut-être, mais je ne le saurais croire. Il faut me dire bien de choses à cet égard, car je veux rire un peu.

Doravante para evitar que as minhas cartas sejão pilhadas escrever-te-ei com o nome de Balbino Barbosa da Motta.
Em 2 de 7bro de 1829.

Illmo. Senhor
Albino José Barbosa d'Oliveira.
Coimbra.

Junto à carta encontra-se o seguinte

SONETO

Barbara sorte, sorte despiedada
Teu golpe emfim conheço outr'ora incrivel
Ah! vem doce Illusão s'ind'é possivel
Minh'alma fascinar atormentada.

Albino! Caro Albino! Eliza amada!
Separar-me de vós quanto é penivel!
Quanto é custoso sim, quanto é sensivel,
Deichar o amigo, á amante idolatrada!

Mas ah! querido meu, se é pois forçoso
Curvar-se ao duro Fado o triste Alcino
Sem recurso já ter a um Deus piedoso

Sirva ao menos d'allivio a um Tal Destino
A lembrança que á elle affectuoso
Será constante sempre o seu Albino.

* * *

Há no arquivo do Instituto Histórico Brasileiro (*papeis do Cons.º Joaquim Franco de Sá*) uma série valiosa de cartas do mesmo ao Cons.º Albino, datadas de Olinda e Recife, de grande importância para a reconstituição da vida acadêmica no início das nossas faculdades jurídicas. Vejam-se, por exemplo, na de 11 de Junho de 1829 estas minúcias sobre o funcionamento da Escola:

"...Eu aqui me acho matriculado no 1.º e 2.º ano, pois veio um aviso geral para isso. Temos, meu Albino, um trabalho quasi invencivel, pois alem de termos tres lições proporcionadas para as forças de dois estudantes fazemos postilas em algumas aulas por falta de compêndios e se não fosse amanhã um feriado talvez te não podesse escrever!

"O nosso diretor, Lourenço José Ribeiro, de quem já viste um discurso, é um excelente homem e aqui quasi adorado pelos estudantes, e muito bom lente; o Moura (*José de Moura Magalhães*) tambem tem desempenhado com muita dignidade a sua cadeira de Direito Natural, mostrando grande soma de conheci-

mentos, de que eu certamente não fazia uma justa idéia; e o P.e Porto (*Manuel José da Silva Porto*) tem estudado tanto que brilha constantemente no seu direito eclesiástico e dá-nos um trabalhão com as suas dissertações diárias; enfim, por ora vamos indo muito bem servidos. Os Lentes todos, a exemplo do Diretor, visitaram os estudantes, os quais são tratados por eles como amigos."

NOTA III

Morte de Tristão Pio dos Santos

Tristão Pio dos Santos foi Ministro da Marinha na Regência de Feijó. Seus inimigos apelidavam-no "Alegrão Impio dos Diabos".

Com este Almirante deu-se curioso e tétrico acontecimento. Cessando de viver após longa enfermidade, foi levado com grande acompanhamento para o Cemitério de São João Batista. Tal foi o número de amigos e colegas, porém, que compareceram à cerimônia e tais foram as demonstrações de saudade por parte deles que o féretro só atingiu a necrópole ao cair da noite. Foi por isso o corpo depositado na capela afim de ser enterrado no dia seguinte. Em plena noite porém voltou Tristão Pio dos Santos do profundo ataque cataléptico de que havia sido vítima e que levara erroneamente os seus à convicção de sua morte. Percebendo que não poderia se retirar da capela, resolveu o almirante esperar pelo amanhecer, e não achando melhor acomodação em todo o recinto para descansar, deitou-se calmamente para dormir no próprio caixão. Despertou com o ruido da porta que se abria e poz-se a acenar para o sacristão. Este disparou espavorido. Tristão Pio dos Santos dirigiu-se então serenamente à sua residência, onde, está claro, foi recebido com pasmo. Viveu ainda algum tempo e veiu a falecer, realmente, alguns anos depois.

NOTA IV

Chegada a Lisboa

Em carta ao pai que vai adiante transcrita, explica mais longamente os primeiros passos em Lisboa.

O Conselheiro Joaquim Inácio Silveira da Mota, — pai do futuro senador José Inácio Silveira da Mota — era filho de Inácio Francisco Silveira da Mota. Enquanto ele, Joaquim Inácio, por ocasião da independência adotou a nacionalidade Brasileira e no Brasil encarreirou seus filhos (o Senador José Inácio e o Dr. Inácio Francisco, depois Barão de Vila Franca) o seu irmão, Comandante João Inácio, a quem se refere Albino em sua carta, ficou fiel ao governo lusitano, e comandando a corveta *Regeneração*, tomou parte brilhante no combate da Ponta de S.to Antônio, contra a recém-criada armada brasileira. Como se vê o futuro senador do Império arribou a Portugal na corveta inimiga então comandada pelo tio, perseguido pelas forças brasileiras, que chegaram ousadamente a desfraldar a nova bandeira imperial à vista do Tejo. (13)

É interessante a revelação de arrependimento do oficial português, por não ter aderido ao novo império como fizeram vários de seus companheiros.

Eis a primeira carta que encontramos, do estudante Albino, que aliás, deve ser a segunda, escrita de Lisboa:

"Lisboa, 11 de Agosto de 1825.

Meu Pai e Sr. do coração.

Escrevi-lhe hũa carta com data de 3 deste mez, em que lhe relatava, posto q. summariamente, os successos da viagem etc. Entreguei a Carta ao João Ignacio q. tambem me abraçou, fez-

(13) Cap. Tte. Lucas Alexandre Boiteux: *A Esquadra nas Lutas da Independência* (Anais do I Congresso Hist. Nac. — Vol. V, pg. 87).

me os seus offerecimentos, perguntou por meu Pai, e por muita gente da Bahia, veio a Sra. D. Bruna, mt.º velha etc. Conheci pela sua conversação q. tanto elle como a Sra. estavão arrependidissimos de não ter ficado no Brasil, a Sra .dizia "Oh! quanto melhor seria q. eu estivesse no Rio!" Elle não dizia tão claro por vergonha, porem dizia q. a Marinha no Brazil hia ter augmento, e que cá "Requiescat in pace", pelo que bem se vê como elle está arrependido. Quem diria que aquelle mesmo q. com dous pregos tinha pregado a aderiça da Bandeira Portugueza havia de estar tão manso! Assim são as cousas do mundo. Perguntei-lhe pelo J.º Ignacio disse que estava bom, que tinha passado bem na viagem e q. gostava muito da vida do mar, e que seu Mano Joaquim Ignacio faria muito bem se o mandasse buscar e lhe sentasse praça na Marinha do Brasil.

Sahi de lá fui a Campo Lide a casa do Sr. Ignacio Francisco, mandei chamar o José Ignacio, veio, perguntei-lhe se me conhecia, ficou olhando para mim e passado pouco tempo, conheceo-me e correo a abraçar-me, foi dizer ao Avô, q. veio logo, e disse que não era preciso que eu dissesse quem era porq. a minha cara o dizia. Entreguei a carta e quando elle vio a obreia preta, perguntou-me se eu tinha perdido minha Mãy e quando eu lhe disse q. tinha sido meu avô, exclamou elle — José Barbosa morreo! E de vez em quando esfregava os olhos, leo a carta e no fim disse-me que a sua casa tinha sido de meo avô, de meo Pai e era minha, q. fosse lá passar hũa tarde, hum dia e muito dias, no que lhe daria muito gosto, em fim os maiores offerecimentos possiveis. Apparecerão as Sras. etc. O Sr. Ignacio Francisco queixava-se de Seo filho não lhe ter escrito tendo-lhe elle escrito tantas cartas, e admirou-se muito quando eu lhe disse que o Joaquim Ignacio queixava-se do mesmo mal — O José Ignacio dizia que elle tinha escrito muitas cartas a seo Pai, porém nada de resposta, e tudo por q. como os navios nunca sahem, nem se annunciam para o Brasil, mas para partes suppostas, ficão as cartas empatadas no Correio. A Sra. do Sr.

Ignacio Francisco morreu á anno e meio, e tão bem seo genro casado com hũa de suas filhas. O José Ignacio está o mesmo porem mais crescido, disse q. na viagem para cá elle tinha ração bem como os outros por falta de mantimentos. Quem estava acostumado a estragar, não tendo para comer, q. tal? Quando lhe fallei na Bahia, nos Viannas que o tinhão seduzido, nos Pais etc. arrazarão-se-lhe os olhos de lagrimas. Quando eu fallar com elle mais particularmente, mandarei dizer a meo Pai o que elle me disser, como tem passado etc. Elle já está prompto de Latim e está para fazer exame. ...Eu estou em Lisboa, onde passo bem, e como os bellos meloens, com vontade de os mandar para lá onde havião de ser bem recebidos. Sei por Estudantes que estão em férias aqui, q. os exames agora em Coimbra estão muito apertados e com novas couzas. Esta vai pelo *Brigue Santa Margarida, e he a segunda que escrevo.* Meo Pai e minha Mãy deitem a sua benção ao seu filho o mais am.º e mais obediente até a morte

ALBINO."

NOTA V

Chegada a Coimbra

As primeiras cartas de Coimbra narram minuciosamente estes acontecimentos:

"Coimbra 23 de Agosto 1825.

Meu Pai e Sr. do coração. Cheguei a Coimbra a 23 do corrente e estou em casa de meo Tio, onde fui recebido ainda com mais festa, e agasalho do q. eu esperava. Minha Avozinha quando me vio ficou como louca de contente, meo Tio foi-me esperar a Pombal, 7 legoas daqui, e o tio Antônio e o Marcellino, Contemporaneo de meo Pai, a Condeixa; emfim tive hum recebimento de fidalgo, e o tratamento q. tenho tido não é preciso dizer porq. deixo á sua imaginação. Resolvi-me a vir já para Coimbra, p. q. não quiz perder a companhia de hum

estudante Bahiano meo Amigo, e dos rapazes meos companheiros de viagem da B.ª q. tambem vierão agora, e mais ainda, p. q. queria recordar os preparatorios, e aprender outras cousas q. se exigem, como Chronologia e Elogio dos Reis, Historia etc. E alem disto vou aprender de novo Logica e Rhetorica, p. q. cá não querem q. se saiba Logica como eu sei e como se deve saber, mas que se decore o fastidioso Genuense (14) e se vá repetir como Papagaio, quer seja certo ou falso, o mesmo com o Quintiliano. (15) Agora estou com hum Leccionista, a quem pago ũa moeda (16) recordando estas cousas, e assim mesmo se eu faço quatro exames seguidos, e saio bem de todos, creio q. será hum milagre, principalmente reprovando-se gente por caprichos e não por justiça como aconteceo ao Queiroz (17) aquelle Estudante q. morava com o Dezembargador Bastos (18) o qual foi reprovado em Grammatica, sendo aliás muito bom Estudante, como eu bem sei p. q. fui seu condiscipulo, ao mesmo tempo q. o Simoens, (19) aquelle que foi lá em casa buscar a carta para cá, e com quem meo Pai fallou, sendo pior que o outro, foi approvado, em fim, disto é que eu tenho medo, porém eu hei de fazer o que estiver de minha parte."

"Coimbra, 12 de 7bro de 1825.

...M.ª Madrinha tem me mimoseado mt.º, e até se empenhou com hum examinador de Grammatica p.ª me ser favoravel, p. q. aqui tudo vai pr. empenhos, aliás he R. certo, e eu estou tremendo com medo de alguma q. me faça estar aqui hum anno empatado. Meo Padrinho já me visitou e presenteou até, e eu

(14) *Institutiones logicae et metaphysicae in usum tironum scriptae auctore Antonio Genuensi, editio tertia — Conimbricae,* 1814.
(15) Retórica.
(16) Correspondia a 4$800, como se vê em uma carta posterior.
(17) Luiz Soares de Queiroz e Azevedo.
(18) Des. Luiz Paulo d'Araujo Bastos.
(19) Deve ser José Simões, seu companheiro de viagem.

lhe mandei p.ro q. elle a mim, doce de araçã, e á Madrinha tambem, e a mais alguns amigos etc. Hoje mesmo me veio a m.a batina feita de bom pano de 19 tostoens, e q. ficou bem feita e amanhã heide sahir com ella: anda-me em vinte mil réis porém o gorro he do mesmo pano e só heide me fazer casquilho q.do não for Calouro. (20) He preciso q. meo Pai me mande dizer se algũas cousas, como pagar os leccionistas, meias de seda, calçado, roupa lavada, engomada etc. estão na minha mezada, pr. q. o assistente não tem ordem senão de dar-me os 24$ rs. puros e seccos, e até descontou nelles o frete dos Bahus da Figueira para aqui..."

NOTA VI

Exames

Há um equívoco na citação do canto da Eneida, que é o terceiro e não o quarto. Os versos são os seguintes:

"Ast ubi digressum Siculae te admoverit orae
Ventus, et augusti rarescent claustra Pilori,
Laeva tibi tellus et longo laeva petantur
Aequora circuitu: aextrum fuge littus et nudas."

A carta de 17 de Novembro assim descreve o exame:

"Coimbra, 17 de Novembro de 1825.

.....A 3 de outubro, quando menos esperava, fui chamado para fazer exame de Grammatica, fui com muito medo, por não ter fallado nem aos examinadores, nem ao Presidente.. Fiz o exame em *Tito Livio, Virgilio* e hũa composição e fiquei aprovado *Nemine Discrepante*. Fiquei muito alegre como he de julgar, e a 14 de Outubro fui fazer a Rhetorica e tão bem fui

(20) A reforma pombalina manteve o costume jesuítico de usarem batina os universitários, não só pela economia que isto representava para os estudantes, como pela vantagem de desaparecerem no uniforme as diferenças de classes e de fortuna.

aprovado *Nemine Discrepante*. Festejei muito este dia por duas razões. Os examinadores de Rhetorica fizerão-me muitos elogios. Fizerão exame comigo seis rapazes, sahirão todos *Nemine Discrepante*, e de todos os exames o meu foi o melhor, disserão os examinadores. A 24 fiz o de Logica e quando estava muito satisfeito por ter feito muito bom exame, e esperava outro Nemine, soube que tinha ficado *simpliciter*. Ora isto nada valia por que estava aprovado, e estes exames nunca sahem á publico, como os Actos etc., (21) porém affligi-me muito por ver que não merecia hum *R* principalmente em Logica em q. tinha sido louvado dos meus professores, e em segundo lugar rapazes q. nada sabião absolutamente sahissem *Nemine*, só por causa dos Padrinhos. Ora, eu julgo, e com muita probabilidade que quem me deitou o *R* foi hum Lente de Mathematica que era Presidente de Logica: este homem segundo todos he Constitucional, meo Padrinho do partido oposto, como meo Pai não ignora, e por consequencia inimigo, por isso sabendo aquelle que eu era afilhado deste, fui eu a victima da sua vingança, porque aqui não ha justiça, conforme são amigos ou inimigos, aprovão ou reprovão, e nunca porque saibão ou deixem de saber. Emfim o que sei dizer he que eu em hum mez fiz tres exames e em todos fiquei bem. Mas o de Geometria de nenhum modo podia fazer porque exige-se toda a Arithmetica, excepto Logarithmos, pelo que ir fazer exame e sahir reprovado era a mesma cousa. Eu não me quiz expor a isto, e nem tive tempo de aprender Arithmetica porque o mez de Setembro gastei todo em recordar Latim, Quintiliano, Historia, Geographia, Chronologia, etc., coisas que nunca tinha visto e a aprender Logica *verbo ad verbum* quer seja asneira quer não e quem souber o *Genuense* como Papagaio, he um grande logico e pode contar que está aprovado.

Meo tio escreveo a hum Medico de Pombal seo amigo para pedir a um seo Amigo de Lisbôa, Dezembargador e Secretario

(21) Os Exames eram prestados no *Real Colégio das Artes*, preparatorio á Universidade.

da Mesa da Consciencia, e creio que alcançarei prorogação do tempo da matricula principalmente agora q. se tem alcançado até de dous preparatorios como aconteceo ao Queiroz e outros muitos que estão matriculados por esta razão. Pelo que espero para a outra carta participar a meo Pai q. estou matriculado no 1.º anno Juridico. Meo Padrinho fez-me matricular em Geometria no pateo (22) na duvida de vir ou não o Avizo e para isso comprei hum Euclides e Arithmetica, mas não tenho hido ao pateo e sim ás aulas do 1.º anno. He verdade q. a grande demora que tem havido me tem feito desconfiar do bom exito do meo Requerimento e me tem feito affligir de ver outros matriculados com dispensa de dous preparatorios e eu ainda na duvida de perder hum anno, porém, espero em Deus q. ainda me hei de matricular, salvo se a minha infelicidade for tão grande que chegue a este ponto.

Tive a grande noticia da Independencia Brasileira, tem havido luminarias em Lisboa, e aqui houve Claustro, há luminarias e tres feriados, mas não sei do tratado e das condiçoens etc." (23)

NOTA VII

Matrícula na Universidade

A obtenção deste famoso *aviso* constituiu uma complicada questão que vem narrada nas cartas adiante transcritas:

"Coimbra, 5 de Março de 1826.

Meu Pai e Senhor do meo Coração.

.....Por cá correm tristes noticias de Montevidéo, (*Guerra da Cisplatina*) e dizem que lá o Ministerio foi abaixo; queira

(22) *Exames no pátio*, termo com que os jesuitas denominavam os exames preparatórios, prestados no *Colégio das Artes ou Liceu*.

(23) Refere-se ao tratado de reconhecimento da Independência do Brasil por Portugal firmado no Rio a 29 de Agosto de 1825.

Deus q. sahisse o maldito França, (*Ferreira França*) (24), para meo Pai se ver livre de tal inimigo, e poder ser feliz nas suas pertençoens, apesar de que agora para mim nada pode ser peior, do que a vida publica, mormente no Brasil, onde infelizmente vemos os *Tamanduás* exaltados. Agradeço muito a meo Pai o piano que me mandou dar.

.....Os Estudantes fizerão hum requerimento a S. M. a pedir perdão dos Actos por causa da amizade estabelecida entre Portugal e o Brasil, agora por causa das desordens de lá estão muito tristes e com poucas esperanças."

"Coimbra, 17 de Março de 1826.

Meo Pai e Senhor do meo Coração.

.....Morreo S. M. o Sr. D. João 6.º a dez do corrente, dizem q. de hũa Apoplexia, e nos Boletins q. de quatro em quatro horas sahião, para dar noticia ao Povo da molestia de S. M., dizião que erão uns insultos nervosos, enfim seja o q. for, o caso he que morreo, e q. havendo Correios extraordinarios todos os dias de Lisboa para esta, só se soube a sua morte na Segunda Feira 13 do corrente, em q. veio a participação a Universidade, houve claustro e fechou-se a Universidade por oito dias, de sorte q. ligão-se estes feriados com os da Pascoa e Semana Santa. Muitos estudantes tem sahida para ferias os sinos tem-me quebrado a cabeça e já houve pregão para luto hum anno, e por consequencia tenho de romper o meo fato preto, e o branco ficará guardado mais outro anno, e nas gavetas se estragará.

Parece-me que Meo Pai e eu estamos a porfia qual hade dar peiores noticias hum ao outro: para cumulo de males perdi o

(24) Realmente França não fez parte do 7.º Gabinete, de 21 de Novembro de 1825.

Ann , e não alcancei o Avizo e a cauza disto foi a negligencia do Secretario da Meza da Consciencia, q. se tinha incumbido de o conseguir."

"Coimbra, 28 de Abril de 1826.

Meo Pai e Senhor do meo Coração. Mais de dous meses ha que vivo ancioso por ter letras suas, e outro tanto tempo tem sido debalde os meos desejos, pois desde o dia 22 de Fevereiro, em que recebi as suas de 7 e 17 de Dezembro do passado N.º 4 e 5, até agora nunca mas tornei a ter o gosto de saber noticias de meo Pai, com o que me tenho affligido, pois nem ao menos sei com certeza o lugar em que meo Pai assiste, alem disto dizem que o Imperador está na Bahia, q. antes de sahir do Rio deo hum pontapé no Felisberto, (25) q. se fez nova nomeação de Senadores ou de Ministros, e que João Severiano (26) está Ministro de Estado. Eis aqui o que por cá dizem, mas eu nada sei com certeza, e isto me dá cuidado, por que estas cousas influem para que meo Pai seja ou não reintegrado, conforme ficarem os seos inimigos debaixo ou de cima, e por nada mais. Estas as razoens por que desejo ardentemente noticias suas, e cada vez mais por que ha mais de dous mezes que as não recebo.

Estranhei que meo Irmão sentisse a minha vinda com hum genio tal. Meo Pai não deixe meo Irmão brincar nas ferias, e nellas mande-lhe ensinar Geometria, os 4 primeiros livros de Euclides, e Arithmeticas e Geometricas, e Logarithmos, que tudo o mais dá-se. Faça-o estudar a História de Portugal, que a Geografia cá aprenderá, e tambem para que venha fazer exames em Julho. Vamos agora aos meos arranjos. Já estou nas mesmas casas que são as em que morou a Umbelina, cuja salla soalhou-se e forrou-se de novo. Comprei oito cadeiras de palhinha de cerejeira a dez tostoens, huma mesa de Jacarandá com seo pano

(25) Felisberto Caldeira Brant. Marquês de Barbacena.
(26) João Severiano Maciel da Costa. Marquês de Queluz.

verde, que para hum Estudante he luxozito, por 6$000, huma escrivaninha de casquinha bonita por 2$800, hum espelho casquilho envernisado com sua gaveta por 2$600, hum bom candieiro, que agora me alumia, pois já passa de meia noute, por 2$400, encommendei hua estante para os livros por 1$100, hua cadeira de braços de palhinha para estudar por 1$600. A minha cama he de páo de caixão, e foi comprada por meo Tio para me receber. Se eu comprar mais algumas cousas irei participando á meo Pai nas minhas cartas."

"Coimbra, 16 de Maio de 1826.

.....Tenho recebido tres cartas de minha Mãy de 27 de Fevereiro e de 6 e 15 de Março pelas quaes soube que tinhão chegado SS. MM. II. á Bahia, as festas e preparativos que se tinhão feito e o alvoroço de toda a Cidade. Soube tambem q. o França está fora do Ministerio, o q. estimei por ser elle causa de tantos incommodos e desgostos nossos, e por q. meu Pai não tem tanto que temer por parte delle. Vi q. meo Pai tinha conseguido requerer contra elle perante a Assembléa e que elle tratava muito bem a meo Pai, e lhe dava o epitheto de — seu amigo! Deixemos de reflexoens e vamos adiante. Os principios não são maus na minha opinião. Deos queira que os fins correspondão e até excedão os nossos desejos e eu espero q. a estas horas já meo Pai estará na Bahia tendo alcançado tudo o que requeria.

Pela carta de minha Mãy tambem soube que o Dr. Lino se tinha encarregado de levar hum requerimento a S. M. na Bahia e que S. M. respondera q. levava o requerimento para o Rio para consultar sobre isto o Dezembargo do Paço, para que tudo se faça com legalidade, á vista do que cada vez tenho mais esperanças. Vi com gosto os despachos dos Srs. Chanceller, (27)

(27) Luiz Joaquim Duque Estrada Furtado de Mendonça.

Dr. Lino, (28) e Tristão; (29) só meo Pai nada teve, porém por não ter agora não se segue q. não tenha em outra occazião. Vi que o Teixeira (30) está Barão (como não estará elle inchado); de maneira que eu ainda não perdi as esperanças de ser tambem Barão ou mesmo Marquez."

"Coimbra, 7 de Julho de 1826.

Meu Pai e Senhor do meo coração. Qual será a sua admiração, e prazer, quando souber q. estou matriculado no 1.º Anno Juridico!!! Com effeito, antes d'hontem chegou o meo Aviso ha tanto desejado, e hontem matriculei-me. Quem diria q. quando os Actos do 1.º Anno estavão quasi acabados (pois hoje acabarão) havia de chegar o Avizo? Em fim mais vale tarde que nunca. Pedi prorrogação do meo Acto para Outubro, q. alcancei, pois agora não estou capaz de o fazer, e se o fosse fazer podia contar com ficar reprovado, como ficou antes d'hontem hũa turma inteira no 1.º anno, entre os quaes hum filho do Visconde de Balsemão tambem jazeo. Portanto ficarei por meus peccados prezo aqui todas as ferias a estudar, para ver se Deos me ajuda e se sou feliz no meo Acto."

"Coimbra, 8 de Setembro de 1826.

.....As cousas por cá creio que não vão boas, principalmente em Trazosmontes e em algũas terras do Minho. Muitos Ministros tem sido demittidos etc. o q. tudo meo Pai saberá pelas folhas. Quando cá se jurou a Constituição houverão muitas fes-

(28) Dr. Lino Coutinho, deputado e político de prestígio na Baía.

(29) Tristão Pio dos Santos.

(30) Antônio Teixeira de Freitas Barbosa, Barão de Itaparica por decreto de 5 de Abril de 1826. Pai do grande jurista Augusto Teixeira de Freitas.

tas, alegria etc. Levantarão-se duas pyramides, hũa na Praça e outra em Samsão, illuminadas com differente gosto, com distichos, toda a Cidade tambem illuminada e a Calçada principalmente, estava linda; as Senhoras vestidas de cores principalmente azul e branco e aqui nunca tinha visto tanta Sra. como naquellas tres noutes. Em Samsão estava hum Coro de Musica, em huma sala pedida para esse fim, que incessantemente tocava o Hymno Constitucional e de cujas janellas se recitavão para o Largo, Odes Sonetos e se davão muitos vivas etc. Emfim, o peior foi durar pouco."

"Coimbra, 24 de Outubro de 1826.

Meu Pai e Senhor do meo Coração e respeito. Em 19 do corrente fiz Acto do 1.º Anno Juridico e fiquei aprovado Nemine Discrepante. O prazer que nisto tive he inexplicavel, mormente por saber o gosto que meo Pai havia de ter quando soubesse tal noticia. Desta maneira, meo Pai aproveitei hum Anno, estudando nos dous mezes de ferias o que os outros estudarão em hum Anno. Fui muito feliz p. q. de todos os q. se matricularão tarde por Avisos, fui eu o unico que escapei: verdade he que todos estes de quem fallo, fizerão porcos Actos, e o meo não foi máo de todo. Forão ao meu Acto os lentes de Leis José Bernardes Corte Real e Faustino Simoens Ferreira, que meo Pai hade conhecer e Guilherme Henriques de Carvalho, Lente de Canones, q. não he de seu tempo. Fez Acto commigo hum bahiano Antonio Jose de Souza Lobo, filho d'outro, (31) negociante dessa o qual foi reprovado tanto pela má frequencia como pelo mau Acto que fez.

Sou agora discipulo de João José d'Oliveira Vidal em Direito Ecclesiastico, para quem trouxe carta do Cassiano, (32) e que me

(31) Quer dizer, que tem o mesmo nome que o pai.

(32) Cassiano Espiridião de Melo Matos, desembargador da relação da Baía, mais tarde Ministro do Supremo Tribunal.

tem servido de muito. Meo Pai talvez se lembre delle, q. no tempo dos Francezes tambem esteve escondido no Hospital.

.....Estamos agora com muito trabalho, p. q. por ordem do Reitor ha de se dar nas Aulas os compendios todos, e não se poem os Pontos emquanto se não tiverem dado. Por tanto temos não só liçoens maiores, mas até menos explicadas, pelo que cresce o trabalho na razão dupla."

"Coimbra, 25 de Fevereiro de 1827.

Minha querida Mãy e senhora de meo coração e respeito. Em 5 do corrente recebi a sua estimadissima de 7 de Dezembro que estimei não só pela boa noticia de meo Pai estar na Supplicação, (33) como tambem por que já havia dous mezes que eu não recebia carta sua. Vejo o que me diz a respeito da sua viagem para o Rio, que com effeito hade ter dado muito trabalho por causa dos encaixotamentos etc. A este tempo já minha Mãy lá deve estar e fico ancioso para saber se teve boa viagem, se gostou dessa Corte, se achou meo Pai com boa saude, e se já tem casa alugada, se he boa, quanto paga por anno, etc., etc.

.....Pelos sustos que aqui tivemos no fim do anno passado forão-se daqui algũas familias como a do Gatto (34) que foi para a Figueira para dahi embarcarem para Lisboa no caso de que Coimbra fosse acommettida pelo Silveira (35)."

---

(33) A Relação da Corte, fora elevada por D. João VI à categoria de "Casa de Suplicação" semelhante à de Lisboa. Mais tarde, creado o "Supremo Tribunal de Justiça" (1828) voltou a existir a "Relação da Corte" — (Aurelino Leal — *Hist. Judiciária*, in Dic. Histórico Geogr. e Etnogr. do Brasil, ed. pelo Inst. Hist. 1922, vol. I).

(34) Família do Dr. Adelino Huet Forte Gato, seu futuro cunhado.

(35) Manuel da Silveira Pinto da Fonseca, Conde de Amarante e Marquês de Chaves, General Miguelista invadiu, vindo da Espanha, o norte de Portugal sendo derrotado.

NOTA VIII

Boatos do Brasil

Eis uma carta dessa época:

"Lisboa, 14 de Setembro de 1827.

.....Há muito que não temos noticia do Brasil — desejo saber se está com effeito concluida a paz com Buenos Ayres, o q. muito desejo. (36) Aqui diz-se que S. M. desterrara a Marqueza de Santos, por lhe constar que se fallava mal delle por causa della etc. e gavão muito essa acção. (37) Outrosim dizem q. elle mandara pedir a Filha do Rei da Baviera. (38) Valha a verdade. As couzas por cá vão celebres. Todos os dias novos Ministros de Estado. O Conde da Ponte já sahio do Ministério da Guerra e o Visconde de Santarem do do Reino e os mais á proporção. Estes somente forão Ministros mez e meio.

NOTA IX

O Curso Jurídico

Eis alguns tópicos da correspondência desta época:

"Coimbra, 10 de Janeiro de 1828.

.....Não sei se meo Primo João Carneiro virá para aqui, o que talvez não succeda pelo celebre modo de pensar do seu Pai. Queira Deus que elle por isso não o faça infeliz. (39).

---

(36) O Tratado de Paz entre o Brasil e as Províncias Unidas do Prata de 24 de Maio de 1827, não foi ratificado pelo Governo de B. Aires. A convenção final da Guerra, que reconheceu a independência do Uruguai só foi firmada em 27 de Agosto de 1828.

(37) Realmente, em meiados de 1827 houve uma quasi-ruptura entre Pedro I e a Marquesa. (A. Rangel — *Pedro I e a Marquesa de Santos* — pg. 192).

(38) A 1.ª de Agosto partia para a Europa o Marquês de Barbacena incumbido de obter uma noiva para o Imperador viuvo.

(39) Trata-se, como já se disse, do presidente e do Ministro da Justiça da República da *Sabinada*. Como se vê João Carneiro já preocupava a família pelo seu gênio rebelde. Veja-se o final da carta seguinte.

.?....Queira Deus que o Gordilho (40) seja feliz com a sua presidencia e que conserve paz e socego. Estimo saber que o estupido Felisberto (41) já não he General do Exercito e eu já tinha agourado as desgraças que depois succederão quando soube de sua nomeação e muito mais estimaria saber que se tinha concluido a paz entre as duas potencias porque cessarião tantas desgraças que existem por causa de tão funesto general. Aqui espera-se o Sr. Infante. Venha elle com bons fins e emendado das suas revoluçoens passadas que he o que nos todos desejamos.

.....Isto por cá vai em paz. O Banco de Lisboa quebrou e he a noticia mais interessante que ha. A Sra. Regente, mandou cunhar muitas mil patacas Brasilicas que tinha para supprir essa quebra tão pouco airosa.

.....Vi o Decreto da creação dos Cursos Juridicos e estimarei que se ponha em execução, bem que me pareça difficil tão cedo."

"Coimbra, 4 de Abril de 1828.

.....Muito tenho sentido que a Guerra do Sul tenha sido tão funesta a todo o Brasil, a ponto de na Bahia se fecharem as lojas de commercio por não haver outro dinheiro senão cobre falso, perderem-se continuamente navios etc. Os negocios politicos aqui vão tão bem como no Brasil. Chegou o Infante em Março passado, jurou a constituição, e passados tres dias começou a depôr todos os chefes constitucionaes, e dissolveo ha pouco tempo a Camara dos Deputados; Muitos Pares do Reino que se distinguirão por palavras e obras contra a rebelião do Marquez de Chaves (42), fugirão para fora do Reino, e sabe-se que ha communicação entre este e o Infante e outras muitas cousas que

(40) José Egidio Gordilho de Barbuda, Visconde de Camamú. Partidário exaltado de D. Pedro I, foi assassinado em 28 de Fevereiro de 1828.

(41) E' estranho que o Cons. Albino se refira nestes termos ao grande Marquês do Barbacena, (Felisberto Caldeira Brant) então comandante das forças do Sul.

(42) Manuel da Silveira Pinto da Fonseca, como já se disse.

me fazem esperar que em breves dias verei realizadas as noticias que por lá corrião. Vamos agora a outros casos tristes. Ha poucos dias succedeo aqui hum caso horroroso. Por occasião da chegada do Infante forão mandados á Lisboa os seis lentes de Prima como Deputados da Universidade para fazerem ao mesmo Infante as suas congratulaçoens etc. Forão com effeito alguns: porém quando hião os de Cânones, Medicina e Philosophia, esperarão-nos pouco além de Condeixa e fuzilarão os Lentes de Câsones e Medicina, ferirão muito perigosamente o Deão e outro Conego que hia com os ditos lentes os quais apesar disso estão quasi salvos, e não fizerão mal algum, e pelo contrário tratarão muito bem ao de Philosophia. Este era o Neves, que mora fora de portas defronte do Jardim Botanico e a cuja casa meu Pai hia quando aqui estudava segundo me disse mesmo sua Sra. O de Cânones era o Matheus de Souza Coutinho em quem lhe fallava muito o Dezembargador Cassiano, e o de Medicina era Firmino Joaquim de tal: estes dous morrerão logo. Ora, eu não sei quem foram os Authores deste delicto: entretanto achão-se presos nove estudantes de varias Faculdades q. forão pilhados nesses lugares armados: entrarão aqui amarrados como ladroens e forão mettidos nos segredos donde sahirão para perguntas, porém, segundo dizem todos, tem negado serem elles os Authores de tal crime; de maneira que ha toda a probabilidade de serem elles os réos, porém não ha provas, por que não ha testemunhas, nem confissão. Os bahús dos viajantes tambem forão arrombados, os papeis rotos, e não sei se roubaram alguma cousa. Apesar de tudo elles são tratados como si o crime estivesse provado e até quando o Infante mandou que tanto o Conservador como os Ministros desta Cidade tirassem devassas, tratava-os por — Tigres. Estão tres devassas abertas, e eu muito tranquillo e só me afflige dizerem que se fecha a Universidade por muito tempo, porém creio que isto não se verificará, e por ora são vozes vagas. Os lentes mortos e os Conegos feridos erão muito pouco affectos á Constituição e

por isso os Corcundas (43) ora dizião que os Prezos brevemente serião esfollados mesmo no Pateo da Universidade pois vinha para isso hũa Alçada de seis Dezembargadores, já dizem que elles vão algemados para Lisboa. Seja o que quizerem. O Matheus era Tio da Sra. de meu Padrinho Luiz da Costa. Alguns dos Prezos são pessoas muito de bem e muito ricos, outros são muito heroes e trastes e todos Constitucionaes e a maior parte alistados contra o Silveira. (44).

.....Aqui chegou o filho do Tristão, (45) hospedei-o e está morando commigo.

.....Muito sinto as suas indisposiçoens com o Sr. Carneiro e da mesma maneira que elle não queira adiantar meo Primo, a quem lastimo por que sou seu Amigo. Queira Deus que elle e seos irmãos não sirvão algum dia somente de incommodo e peso aos seus parentes."

"Coimbra, 26 de Abril de 1828.

Meo Prezadissimo Pai Amigo e Senhor do meo Coração e respeito.

.....Sentindo por huma parte q. meo Mano não venha para cá, por outra muito o devo estimar porque escuza de ser testemunha das patifarias q. por aqui se fazem. Hontem depois de hũa grande festa em acção de graças pelos Annos da Sra. Rainha foi acclamado o Sr. Infante D. Miguel Rey Absoluto pelos Frades, Sapateiros e por alguns Estudantes que de certo não chegam a

(43) Miguelistas. Os estudantes foram enforcados em Lisboa com horrivel cerimonial. O caso constitue o tema do romance de Camilo: *O Retrato de Ricardina*.

(44) Marquês de Chaves, grande chefe miguelista.

(45) Tristão Pio dos Santos, oficial brasileiro, almirante e mais tarde Ministro da Marinha. Este filho, Antônio Rodrigues Pio estudava em França. Tristão requereu, por seu procurador, o Des. Luiz Antônio Barbosa de Oliveira, ao governo que por intermédio de nossa Legação em Paris fosse pago ao seu filho "que lá se acha a estudo de ciências naturais a habilitar-se para o serviço nacional e imperial", a quantia de 500$000 anuais até o final de seus estudos, quantia essa que lhe será descontada de seus vencimentos" (Henrique Boiteux — *Os Nossos Almirantes* — Rio — 1918 — Vol. II pg. 125).

cem. Eis aqui como cem homens fazem o que querem ... nos lugares distantes hade-se dizer que foi a Universidade em peso. Porem porque fazem elles o que querem? Eu desejaria dissertar sobre isso porem tenho medo e he prudencia não confiar taes cousas a huma carta. Tomara-me pilhar Formado e livre de hũa terra onde os homens dão vivas aos ferros que os prendem e opprimem. Mas que? São tantos os Frades e os Grandes! O Povo he um estupido, e um automato, tirão-lhe os chefes que os podião dirigir, poem á testa da tropa aquelles que estavão depostos, affungentão e exterminão os que com tanta coragem baterão o Silveira no Alemtejo, em Corucha, e em outros lugares, abrem em Coimbra cinco devassas em razão da morte dos lentes para amendrontarem os Constitucionaes, conseguem extermina-los, tirão todas as armas que elles tinhão, dão-nas aos socios e depois he claro o resultado. Grande conservador! Grandes lentes! He de crer que tambem houvesse novidade nos mais logares do Reino. Veremos. Para aqui foi mandado um esquadrão de Cavallos de Lisboa sem duvida para protegerem a cousa, porem o pretexto foi de levarem os prezos, réos do assassinio dos lentes para Lisboa. Como hoje foi feriado em razão da brincadeira por isso he que tenho tempo de lhe escrever porque aliás he-me impossivel fazel-o e talvez meo Pai não creia que quasi sempre me deito ás duas e tres horas da madrugada, e por tanto não tem meo Pai razão de se queixar das minhas faltas.

.....Sobre a guerra do Sul o que aqui se diz he que ou a Republica de Buenos Aires hade acabar com o Imperio do Brasil, ou vice-versa, e que a paz é impossivel. Deus queira que o Tristão seja feliz no Comando da Esquadra. (46)

Está muito proximo o tempo de meo Acto porque sou o numero 4 de Leis no qual espero ficar bem, salvo havendo grande injustiça da qual ninguem se pode livrar, porem para a evitar heide lançar mão de alguns empenhos que infelizmente valem

(46) Tristão Pio dos Santos.

muitô nesta Universidade. A cada passo vejo os Srs. Lentes elogiarem liçoens que aliás merecião descomposturas, só porque são dadas por seos protegidos.

.....Ainda não tive tempo de examinar bem o projecto dos Estatutos dos Cursos Juridicos (47), porem parece-me que o 1.º e 2.º Anno estão muito carregados e talvez principiantes os não possão vencer. Quanto ao Direito Romano era desproposito extermina-lo, mormente admittindo-se por compendio de Direito Patrio o de Pascoal José de Mello para cuja intelligencia he a cada passo necessario o Direito Romano.

.....Quanto a admittirem-se em S. Paulo os Compendios em Francez não acho bom porque traduzir o Francez todos fazem e sabem, porem bem muito poucos; e daqui vem que indispensavelmente se hão de introduzir os Gallicismos e outros defeitos provenientes das más traduçoens. Porem se elles forem bem iniciados na Grammatica Portugueza e Latina então não tem lugar o que acabo de dizer.

.....Hoje 28 chegarão os correios de Lisboa e Porto e tudo por lá está em socego e não houve Acclamação algũa, só Coimbra nunca assaz louvada se quiz distinguir. Porém he de suppor que brevemente succeda a revolução porque as disposiçoens são boas e os Chefes são amigos.

.....As cousas aqui vão muito más, todos os que não trazem laço azul e encarnado (48) são insultados pelos garotos e eu

---

(47) Refere-se aos Cursos Jurídicos de S. Paulo e Olinda, creados pela lei de 11 de Agosto de 1827 e aos quais se mandou aplicar os *estatutos do Visconde da Cachoeira*. Estes Estatutos haviam sido elaborados para ter aplicação ao *"Curso Jurídico do Rio de Janeiro"* criado por decreto de 9 de Janeiro de 1825, mas que nunca foi instalado. A cadeira de Direito Romano só foi introduzida nas Faculdades em 1854, na reforma do Visconde de Bom Retiro (Luiz Pedreira do Couto Ferraz).

(V. Alfredo Valadão — *A Criação dos Cursos Jurídicos no Brasil* — Rev. do Inst. Tomo 101, 299 e A. Tavares da Lira — *Os Cursos Jurídicos de S. Paulo e Olinda* — Livro do Centenário dos Cursos Jurídicos — Rio — 1928 — Vol. I pg. 431).

(48) Cores dos partidários de D. Miguel. Os liberais usavam a bandeira azul e branca.

tambem o tenho sido porém faço que não ouço. Em razão disso alguns brasileiros lembrarão-se de pôr ao peito o laço brasileiro para serem conhecidos como estrangeiros, e não serem chamados *malhados*, que assim chamão aos Constitucionais. Porém que resultou d'ahi? Forão insultados os Brasileiros que pozerão o laço brasileiro, arrancarão-lhes o laço e pizarão a pés. E então? Queixarão-se ao Vice Reitor, e ainda em cima forão mal olhados e até dous forão a prezença delle como prezos por trazerem laço republicano, que assim chamão o laço amarello e verde. Alguns Brasileiros querem se ir embora para não serem insultados, outros já o forão, porém consta-me que não lhes querem dar passaporte. Hum brasileiro chegou a dizer ao Vice-Reitor que se acaso nós aqui fossemos maltratados, no Brasil havia refens."

CAPÍTULO TERCEIRO

CHEGADA AO RIO. INÍCIO DE CARREIRA. S. JOÃO D'EL-REI. CACHOEIRA. CARAVELAS.

Rio de Janeiro — 6 de Abril de 1882.

A Divina Providência, que nunca me abandonou, aliviando os graves padecimentos, que me acabrunhavam desde 20 de Março passado, consentiu que a 28 e 29 do dito, eu pudesse transportar-me, bem que com incomodo, de Campinas até aqui. Por isso, aproveitando esse pequeno alívio vou continuar a minha narrativa.

. . . . . .

A nossa viagem foi boa ao princípio, e ao terceiro dia vimos a Madeira muito ao longe. Era a pátria do comandante. Com pouco mais de quatro dias vimos a "Ponta Negra", onde ficamos em perfeita calmaria por três dias, até que no quarto sofremos tal furacão do sudeste, que completamente ensacados na Costa da Massambaba, perdendo num bordo o que ganhavamos no outro e rolando muito, porque o navio não era bom, escapamos de ir à costa. Porém, o furacão cessou. A Providência Divina protegeu-nos. Já estavam perdidas e dilaceradas a vela de estai e a bujarrona, e o jogo do navio era horroroso!

Passando a tempestade, tornamos a ficar em calmaria podre, que, por tudo, durou cinco dias, até que a 26 de Setembro de 1831 ao meio dia começou a refrescar e a arrepiar-se a superfície do mar, que até alí es-

tivera liso, como chumbo derretido. A viração foi crescendo, o navio correndo, de sorte que concebemos esperança de chegar ao Rio de Janeiro. Fiz portanto a barba e deitei casaca e roupa de desembarcar, com o que o comandante deu muito cavaco, mas que foi uma felicidade, como veremos depois, pois de noute não seria facil ir com luzes abaixo, onde estavam os baús.

Chegamos à Barra do Rio e entramos. Mas o sol tinha entrado e o navio não podia mais ser visitado. Tinhamos pois de dormir a bordo, onde já estava um guarda da Alfândega. Haviamos ajustado de levar a noute a cantar, quando vem uma falúa, prolonga-se com o navio, e depois de se assegurar que chegara de Lisboa, com boa viagem etc., um cavalheiro bem vestido que vinha na falúa, pergunta: "Snr. comandante, virá a bordo o Snr. Albino José Barbosa de Oliveira"? Respondi imediatamente. Pediu licença para entrar no navio. O comandante respondeu que tinha a bordo um oficial da Alfândega, mas este conhecendo a pessoa que pedia, consentiu. Saltou a bordo um homem de pouco mais de 40 anos, muito apurado no vestir, sapato e meia de seda, abraçou-me com amisade, e disse-me ser João Pereira de Andrade, (1) amigo de meu pai, e perguntou-me se eu desejaria ir à terra ver minha família. Que alegria! Mandou o Andrade uma nota ao Guarda, que consentiu no meu desembarque clandestino, contanto que o não comprometesse e viesse para bordo de manhã cedo, antes da visita. Que inveja dos meus companheiros! O Brito pediu que mandasse noticiar à familia estar ele a bordo, o que se fez.

Chegando às escadas do Cais, no centro do atual terreiro do Paço, (2) porque se fez grande aterro sobre

(1) Funcionário da Secretaria de Estado dos Estrangeiros.
(2) E' a atual Praça Quinze de Novembro.

o mar, rodou logo uma traquitana muito bonita, o lacaio abriu a portinhola, e nós rodamos pela rua do Ouvidor, muito iluminada pelos candelabros interiores e todas as costureiras me pareciam, ao correr do carro, muito formosas. Disse logo ao Andrade, que em Lisboa não havia rua tão bonita, e era verdade. Passamos pelo Rocio, hoje praça da Constituição, muito diverso do que é hoje, pois era todo aberto e tinha no meio um pelourinho de pedra, com escadaria. (3)

Chegamos à rua do Conde (4) número 36, pegado ao estabelecimento de carros mortuários, então simples terreno, onde meu pai morava, e a traquitana parou. Foi esta uma das passagens mais felizes de minha vida! Meu pai chegou à janela e perguntou se eu vinha. Respondi que sim, e quando descia fui arrebatado pelo Guilherme, que me levou ao colo até a escada, amarrotando-me extraordinariamente o chapeu novo. Meu pai, minha mãe e Yayá correram ao topo da escada, onde foram dados os mais sinceros e cordiais abraços que é possivel neste mundo! Eu trazia a tiracolo a minha carta de formatura, que tirei e depositei sobre a mesa. O estimavel Andrade não queria subir, e contentou-se com ver, do fundo da escada a linda cena. Na sala estava o Desembargador Cassiano Espiridião de Melo e Matos, depois Senador, a quem eu conhecia muito desde a Baía e de quem levara cartas de recomendações para Lisboa e Coimbra; (5) abracei-o sem saber quem era, pois estava

(3) Está em Debret uma estampa representando o antigo Largo do Rocio, depois Praça da Constituição, hoje Praça Tiradentes. No centro da praça vê-se uma alta coluna cilíndrica encimada por uma esfera armilar; no capitel da coluna existiam longos braços com argolas. V. Vieira Fazenda — *Antiqualhas e Memórias do Rio de Janeiro* — Rev. Inst. Tomo 86, pg. 95.

(4) Hoje Visconde do Rio Branco.

(5) Senador pela Baía, Ministro do Supremo Tribunal. Faleceu em 1857.

inteiramente alucinado, e depois quando mais tranquilo o conheci, abracei-o de novo. Recordo-me desses momentos como se fosse hoje. Era tarde, conversou-se, tomamos chá, tomei um banho geral, de que muito precisava e fui dormir para de madrugada ir para bordo. Mas não dormi, faltava-me o movimento do navio, estranhava o imenso barulho de milhares de mosquitos que gritavam fora do mosquiteiro, e ao romper do dia fui para bordo a pé, e como minha tia D. Gertrudes tinha falecido a 6 de Agosto, quís meu pai que eu levasse o chapeu dele porque tinha fumo, o que muito me incomodou, porque o chapeu, além de pesado era alto como uma torre. Os companheiros vendo um bote dirigir-se para o navio, acreditavam que fosse eu, mas desconheciam-me por causa do chapeu. O Guarda ficou muito satisfeito. A visita só veiu depois das sete horas. Fui depois à Alfândega despachar minha bagagem e vim para casa tarde, o que não fez diferença, porque o Conselheiro Nabuco (José Paulo) (6) que então era Presidente, gostava de reter os Desembargadores até as 5 horas da tarde. Só a essa hora jantamos. Chegando D. Teresa Garcês (7) a visitar-nos, foi recebida na sala de jantar. Que formosura! Fiquei extasiado! E quando ela se retirou, perguntei rindo à minha mãe, se aqui todas as mulheres eram assim formosas. Ela fingiu-se muito formalizada pela minha pergunta, e acabou rindo-se, contou a meu pai, e foi isso motivo de jovialidade.

---

(6) José Paulo Figueroa Nabuco de Araujo. Ascendeu depois ao Supremo Tribunal. O pai do Cons.º Albino era então desembargador da Relação da Corte.

(7) Mãe do Cons.º José Garcês Pinto Madureira. Moço fidalgo da Casa Imperial e mais tarde Visconde de Garcês, por Portugal, Cavaleiro de Malta, de S. Gregório Magno e muitas outras ordens.

Recebi então muitas visitas de amigos de meu pai, e vi o Conselheiro José Ribeiro Soares da Rocha, (8) meu mestre de Retórica, então Deputado, que veiu despedir-se. Viu que o seu discípulo aproveitou as lições.

Fui praticar com o Dr. Joaquim Gaspar de Almeida, (9) um dos mais sábios jurisconsultos que tenho conhecido.

Meu pai foi apresentar-me ao Ministro da Justiça, Diogo Antônio Feijó, que nos recebeu muito bem e disse que de 60 lugares vagos da magistratura escolhesse, qual me conviesse. Por conselho do Tristão Pio dos Santos escolhi S. João d'El-Rei, Província de Minas, porque dava maior número de deputados. (10) Errei fatalmente, mas a Providência me levaria direito por linhas tortas.

Meu irmão estava em S. Paulo e tinha sido infeliz no ato do terceiro ano. Meu pai estava zangado com ele e não o queria em casa. Fui recebê-lo no Campo de Sant'Ana, junto ao antigo Palacete, (11) que depois ardeu em Junho de 1841, durante as festas da coroação do Snr. Dom Pedro II. Guiei-o para o Mosteiro de S. Ben-

---

(8) Padre. Foi deputado pela Baía na 2.ª legislatura (1830-1833).

(9) Joaquim Manuel Gaspar de Almeida, advogado famoso, cavaleiro de Cristo. Foi mais tarde Presidente das Loterias da Corte. Tinha escritório à rua do Rosário 123, informa o *Almanaque Laemmert.*

(10) A Carta Imperial de nomeação é de 20 de Dezembro de 1831. E' assinada pela Regência e pelo Ministro Feijó. A 22 foi nomeado Provedor de Capelas e Resíduos da mesma Vila.

(11) Situado no Campo de Sant'Ana, (Praça da República) em continuação da rua do Conde (Vis.de do Rio Branco). Tinha sido o Camarim da família real na Praça de Touros mandada erigir pelo Senado da Câmara para nela solenizar com festas públicas o casamento de D. Pedro I. Nele se havia procedido à aclamação do mesmo imperador a 12 de Outubro de 1822. (Tobias Monteiro — A *Elaboração da Independência* — Rio — 1917. pg. 548).

to, de que era Dom Abade o nosso bom amigo Frei Luiz de Sta. Teodora, (12) onde Hermenegildo, (13) então estudante, e nosso hóspede, e eu, lhe fizemos boa companhia, até que meu pai, abrandado por Frei Luiz e por nós o recebeu em casa. Por conselho meu, o Zuza interrompeu os estudos e não foi a S. Paulo nesse ano. Foi em 1833 e formou-se em 1835 sem contrariedade alguma. (14)

Com ele e com Yayá reatei minhas relações interrompidas pela ausência. Ambos eram meus amicíssimos, ele muito espirituoso e cheio de préstimo, ela muito inteligente, habilidosa, desenhando sofrivelmente e muito adiantada no piano e cantando com boa voz. Muitas vezes eu ficava em casa e ela levava a tocar toda a manhã só para me fazer obséquio.

Quis meu pai que eu passasse alguns meses com a família para ressarcir os seis anos de ausência. Mas o tempo das águas tinha passado, estavamos em Abril de 1832, e era tempo de seguir para Minas Gerais.

Parti a 12 de Abril para a Pavuna, e meu irmão me acompanhou. Fui recebido pelo Guerra (15) e irmão,

---

(12) D. Fr. Luiz de Sta. Teodora. Foi eleito abade do Rio de Janeiro em capítulo de 1829 e ficou até 1832. Foi mais tarde nomeado reformador da ordem por breve que não teve execução. A Santa Sé honrou-o com o titulo de *"Abade in partibus infidelium"*. (Ramiz Galvão — *Apontamentos históricos sobre a ordem benedictina em geral e em particular sobre o mosteiro de N. S. de Monserrate* — Rev. do Inst. Hist. Tomo 35 — 2.ª parte).

(13) Hermenegildo Antônio Barbosa de Almeida, chegou a Chefe da Divisão (V. Capítulo II), tendo-se distinguido na pacificação do Maranhão em 1840 (*Balaiada*).

(14) José Barbosa de Oliveira, matriculara-se na Faculdade de S. Paulo, na primeira turma que ali ingressou, em 1828. (V. Almeida Nogueira — *op.* cit. IV, 7 e VI, 97) e Spencer Vampré — *Memórias para a História da Academia de S. Paulo* — S. Paulo, 1924).

(15) Agostinho Moreira Guerra.

que então começavam sua vida. Agregou-se a nós um indivíduo com ares de simplório. Achamos isto muito espirituoso e assim passei o dia entretido, por ter ainda ao pé de mim um representante da minha família. Ao amanhecer, porém, foi forçoso separarmo-nos; eu segui, e ele voltou para o Rio. Novas despedidas... Era meu guia um mineiro de nome José Luiz, boa pessoa. Seguimos a estrada da Polícia, passamos a ponte sobre o Rio Preto, estavamos na Província de Minas; apenas chegaram nossos cargueiros desabou grande tempestade. Passamos tres dias na fazenda do José Luiz com a família dele, para descanço dos animais e a 29 de Abril chegávamos a S. João d'El-Rei.

Apeei-me à porta do vigário Luiz José Dias Custódio, o que me custou fortes censuras do — *Astro de Minas* — porque o partido liberal detestava o Padre Luiz, com quem aliás eu e meu pai tinhamos relações desde a Baía, onde ele era Vigário de Conceição da Praia. Desde logo caí no desagrado dos revolucionários de 7 de Abril, aos quais eu tambem cordialmente detestava. Mas sinceramente eu ignorava as indisposições do Vigário em S. João d'El-Rei. (16)

Tomei posse no dia seguinte, 30 de Abril de 1832 do lugar de Juiz de Fóra de S. João d'El-Rei, e como o Ouvidor estava ausente, tomei conta desta vara e transmiti a minha ao Presidente da Câmara; (17) os primeiros despachos que proferi, foram como Ouvidor da Comarca do Rio das Mortes. Oito dias depois chegou o Ouvidor, Dr. Antônio Joaquim Fortes de Bustamante, (18) de quem fui amigo até que ele faleceu, talvês há

(16) V. nota I, no fim do capítulo.

(17) Era então o Capitão Francisco de Paula de Almeida Magalhães.

(18) Foi deputado por Minas na 4.ª legislatura (1838-41).

10 anos. Restitui-lhe os emolumentos da vara, o que aliás não me fez o meu serventuário.

Dois ou tres meses depois houve a questão entre o Ouvidor, homem muito rico e muito probo e o safado Juiz de Paz Caetano Alves de Magalhães, por querer este, peitado pelo "Beijú", célebre cigano, criminoso de morte, (19) separá-lo da leva em que iam os réus a ser julgados pela Junta de Justiça em Ouro Preto. Deu esse atrevimento motivo a uma contestação vocal entre o digno Ouvidor e o asqueroso Juiz de Paz Caetano Alves de Magalhães, e por isso, muitos cidadãos indignados pediram ao cidadão Luiz Joaquim Nogueira da Gama, (20) mais votado, que se apresentasse e tomasse conta do exercício de Juiz de Paz, o que este fez. Mas como Luiz Joaquim não pertencia à súcia revolucionária, entendeu esta de acordo com o Caetano fazer uma sedição de mais de trinta pessoas, quasi todas armadas, para evitar que o Caetano fosse privado do Cargo. Então Bernardo José de Souza Ferraz, instigado pelo partido ordeiro, então chamado de "*União e Lealdade*", deu uma denúncia contra os autores e promotores da sedição perante mim, e como o fato era verdadeiro e provado, pronunciei alguns velhacos com a prisão e livramento, e finda a devassa, de certo meteria os outros na cadeia.

---

(19) Joaquim Alves Saião Beijú, um dos chefes de famosa quadrilha de salteadores que infestou a Serra da Mantiqueira no princípio do século XIX. (V. Cap. Richard F. Burton — *Viagens aos Planaltos do Brasil* — Trad. de Américo Jacobina Lacombe — C. Ed. Nac. S. Paulo, 1941 — I, pg. 121)

(20) Era de importantíssima família mineira, filho do Dr. Antônio Joaquim Nogueira da Gama, e sobrinho do Marquês de Baependí, (Manuel Jacinto Nogueira da Gama). Faleceu no Rio, em 1853 sendo oficial da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha. (*Genealogia das Família Botelho, Arruda, Sampaio, Horta, Pais Leme, Gama e Vilas Boas* — pelo Vis.de de Nogueira da Gama — Rio — 1860, pg. 106).

Trêmeu a gente da revolução e tratou logo de remover-me, que era o meio único de se salvarem.

Por via do Batista Caetano de Almeida, (21) então deputado, e chefe da grei exaltada de S. João d'El Rei, tudo obtiveram e fui removido juntamente com o Ouvidor. Este, indignado deixou para sempre a carreira e eu, não aceitando a *Campanha de Princesa*, nem o *Sabará*, marchei para o Rio de Janeiro. (22)

Tinham-se queixado de mim ao presidente, o cobarde Manuel Inácio de Melo e Souza, (23) e como minha resposta brilhante e vitoriosa nada deixava a desejar, entenderam que o meio era livrarem-se de mim e do Ouvidor, pois passando nossas varas a *Juizes pela Lei*, (24) todos da facção, os pronunciados iriam para a rua, só por um agravo de injusta pronúncia. E assim aconteceu. E Deus livrou-me de Minas, onde a minha vida

---

(21) Grande e prestigiosa figura da política mineira. Nascido em Camandocaia, hoje Jaguari em 1797, primo dos Almeida Magalhães. Com um deles (Francisco de Paula) se iniciou no comércio em S. João d'El Rei. Em pouco tempo era chefe de uma poderosa organização mercantil creando imenso prestígio. Foi o instituidor da imprensa em S. João d'El-Rei. Fundou e manteve o "Astro de Minas". Organizou e manteve tambem a biblioteca pública da cidade, assim como uma aula secundária, regida por antigo professor de Coimbra, Francisco Freire de Carvalho. Foi grande e benemérito bemfeitor da Santa Casa e da Câmara Municipal. Foi deputado por Minas, pelo partido liberal em três legislaturas, falecendo em 1839. (Biogr. pelo seu irmão Dr. Francisco de Assis e Almeida. *Rev. do Arq. Pub. Mineiro* — Ano X, pg. 37).

(22) A sua transferência foi primitivamente para a Vila de Campanha da Princesa. Posteriormente, por Carta Imperial de 10 de setembro de 1832, foi ordenado que passasse para a Vila de Sabará.

(23) Futuro Barão do Pontal.

(24) Chamavam-se assim os Vereadores, substitutos eventuais dos juizes.

corria perigo, e onde muito sofreria em 1833, se lá estivesse durante a sedição de Ouro Preto. (25)

Cessou a minha jurisdição a 20 de Setembro de 1832. Deixei logo o Palácio da Intendência e fui ser hóspede do Dr. Fortes, com quem dias depois saí de S. João e fui para o Rio Preto, onde estive três dias na Fazenda do irmão, em *S. Paulo*, fazenda dele, e em *S. Fernando*, fazenda destinada ao dote da irmã, que ia casar com o primo Carlos Fortes. Daí viemos por uma estrada particular, saír à Fazenda do Terra, que nos negou pouso, obrigando-nos a dormir no campo, sob um rancho de troncos rachados de um coqueirinho, cujo nome ora me não lembro. Choveu muito toda a noite e nós estávamos garantidos pelos ramos que o Carlos e o Camilo (26) haviam cortado e amarrado aos esteios do rancho. Tive muita dor de cabeça e no dia seguinte seguimos jornada. Da Pavuna vi pela primeira vez a Serra dos Orgãos, que aliás teria podido ver antes mesmo daqui, mas que nunca me fora mostrada. A 3 de Outubro chegamos à Corte. Ele foi para casa do Dr. Louzada, seu amigo de Coimbra, e com cuja sobrinha casou anos depois e eu vim para a casa do meu Pai, que era esta mesmo da rua dos Inválidos, então número 78, e que hoje, melhorada e aumentada tem o número 82. Fui recebido com a costumada alegria e a família estava toda reunida, porque meu irmão continuava a interromper seus estudos, que só continuou em 1833.

Achei o Honório, Ministro da Justiça, (27) ainda em relações com meu pai, a quem prometeu para mim

---

(25) Vide a nota I, no fim do capítulo.

(26) Escravos, com quem sempre viajava o Cons.º Albino.

(27) Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês de Paraná. As suas relações com o Des. Luiz Antônio cessaram algum tempo depois.

o Lugar de Juiz de Fora da Corte. Mas sendo o Dr. Agostinho Moreira Guerra (28) muito mais antigo que eu, e tendo protetores na Regência, rasgaram-se os dois decretos que iam feitos da Secretaria e o mesmo Ministro lavrou outros dois de sua letra, mandando o Guerra para aqui e a mim para Juiz de Fora de Cachoeira, Província da Baía, aliás lugar rico e muito desejado. (29)

Nos princípios de Dezembro, indo eu a cavalo pela rua do Ouvidor, creio que a 7, quando os sinos repicavam para a festa de Na. Sa. da Conceição, machuquei o pé direito no eixo de uma carroça e refugiei-me numa loja, tirei o botim, o pé inchou consideravelmente e por mais de seis meses andei de botim rasgado. Foi o Padre Luiz, (30) então na Corte e perseguido, quem me viu ferido e participou a meu pai, que mandou a traquitana buscar-me.

Aqui estive até Dezembro, e a 12, embarquei para a Baía na Galera *Tentativa*, que teve 22 dias de viagem, durante os quais tratei de meu pé, com pequenas melhoras. (31) Foi meu companheiro Francisco Pinto Li-

---

(28) Aposentou-se como Desembargador.

(29) A Carta Imperial (da Regência) é de 19 de Novembro de 1832. A 20 de Novembro foi nomeado Provedor de Capelas e Resíduos da mesma Vila.

(30) Padre Luis José Dias Custódio, de S. João d'El Rei, acima referido.

(31) O passaporte que lhe foi fornecido é o seguinte: "Manda a Regência em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro 2.º pela Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, que nas Fortalezas da Barra e do Registo do Porto, se não ponha embaraço algum a Albino José Barbosa d'Oliveira, Juiz de Fora nomeado para a Vila de Cachoeira da Província da Baía, que desta corte segue viagem para aquela Província levando em sua companhia dois escravos Carlos e Camilo. Palácio do Rio de Janeiro em 1.º de Dezembro de 1832. *Honório Hermeto Carneiro Leão.*"

ma, (32) pai do Conselheiro Francisco Xavier Pinto Lima, com quem me dei até que morreu.

Passei na Baía, que eu não via desde 1825, todo o mês de Janeiro, vi os parentes e amigos, e, apesar do pé doente, fui às Festas do Bonfim. Fui muito obsequiado etc., porque já não era o menino, e sim o Juiz de Fora de Cachoeira. Era, porém, forçoso partir, fazer carreira e ganhar dinheiro que eu não tinha, pois o lugar de S. João d'El Rei, tão afamado, dava apenas para viver medianamente.

Com efeito fui para a Cachoeira no 1.º de Fevereiro, tendo sido hóspede da tia D. Leonor, (33) que estava nos últimos momentos da sua *aisance*, o que meu pai e eu ignorávamos, e que logo caiu em miséria. Acompanharam-me Caetaninho, Lulú, Hermenegildo, (34) já Guarda-Marinha, e o Tomaz Pereira Geremoabo. (35) No dia 3 de Fevereiro tomei posse, a 4 voltaram meus primos, e comecei minha vida. A Cachoeira não era mimosa como S. João d'El Rei, mas era muito e muito mais rica, o foro muito mais adiantado e trabalhoso, e o trabalho muito melhor retribuido, e eu

---

(32) Comendador Francisco de Pinto Lima, negociante na Baía. O filho, Francisco Xavier de Pinto Lima, foi deputado pela Baía várias vezes e por Santa Catarina, Presidente de várias províncias e Ministro da Marinha. Em 1888 foi agraciado com o título de Barão.

(33) D. Maria Leonor Barbosa de Oliveira, V. cap. I.

(34) Cons.º Caetano Vicente d'Almeida, magistrado; foi mais tarde Barão de Mucurí. Luiz Antônio d'Almeida tambem magistrado e Ministro do Supremo e Hermenegildo Barbosa d'Almeida, oficial de Marinha, mais tarde Chefe de Divisão, todos três filhos do Major Caetano Vicente d'Almeida. São tios maternos de Rui Barbosa.

(35) Senhor de Engenho dos mais progressistas. (V. Wanderley Pinho — *Cotegipe e seu tempo*. S. Paulo, 1937, I, pg. 696). Hospedou em 1860, grandiosamente, o Arquiduque Maximiliano d'Áustria, futuro Imperador do México.

era muito visitado por pessoas importantes da Baía e do Iguape.

Fui Juiz de Fora até Junho ou Julho, e pondo o Presidente que era Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos, depois Barão e Visconde de Mont'Serrate, (36) em execução o Código do Processo fui eu nomeado Juiz de Direito da Comarca de Cachoeira, que compreendia a Feira de Sant'Ana, Maragogipe e Pedra Branca.

Durou pouco esta posição, porque tendo-se os *Chimangos* (37) indisposto com o meu pai por causa dos julgamentos do Conrado J. de Niemeyer, Marcos Antônio Brício e Tota, (38) resolveram descartar-se dele, aposentando-o, e estendendo o castigo até mim. A

---

(36) Foi mais tarde seu colega no Supremo Tribunal de Justiça.

(37) Denominação dada ao partido liberal pelos *cascudos* (conservadores). O nome vem de uma ave de rapina "ibicter chimango" comum no Rio Grande do Sul, segundo afirma Basílio de Magalhães (Notas a Handelmann — Rev. Inst. 108, pg. 952).

(38) Conrado Jacó de Niemeyer, partidário ardoroso de Pedro I, Marcos Antônio Brício e Henrique Tota foram chefes de um movimento *caramurú* (restaurador), a que não era alheio o tutor de Pedro II, José Bonifácio, prontamente dominado pela Regência. O Governo, liberal, exigia dos magistrados uma condenação dos rebeldes e não a tendo obtido satisfatória, aposentou violentamente cinco desembargadores, sob o fundamento de conveniência do serviço público. Como se vê, o Des. Luiz Antônio, pela segunda vez era vítima da intromissão da política na magistratura. O ato provocou uma denúncia ao então ministro da Justiça Honório Hermeto Carneiro Leão (futuro Marquês de Paraná). O *Jornal do Comércio*, na edição especial do centenário da independência, transcreve na íntegra o protesto e denúncia do desembargador Luiz José Fernandes de Oliveira. A câmara contudo declarou não caber a acusação e aprovou por uma resolução sua as aposentadorias. Esta resolução caiu no senado e o caso ficou em suspenso. Muito mais tarde o Cons.º

minha comarca foi dada ao meu amigo Tosta, hoje Visconde de Muritiba, (39) e eu, muito obsequiado pelos Cachoeiranos, segui para a Baía, creio que a 16 de Setembro. Cheguei de madrugada, falei ao presidente a respeito da queixa contra mim dada por Pedro Rodrigues Bandeira, o homem mais rico do Brasil naquele tempo, e tive a mais lisonjeira resposta. E depois sabendo pelo Compadre Caetano, (40) que Hermenegildo, Oficial do *Pirajá*, vinha nesse dia para o Rio, e que, contando comigo, me guardara camarote e passagem, fui passar a minha bagagem de bordo do *Alvarenga* para Bordo do *Pirajá*, e às 11 horas saimos barra fora sob o Comando do Pedro Ferreira de Oliveira. (41) Fui muito bem tratado por toda a oficialidade e convidado a jantar à mesa do Comandante. Foram nossos companheiros dois diplomatas brasileiros vindos da Europa, outrora riquíssimos, chamados Luiz de Sousa Dias e Antônio de Sousa Dias, irmãos. (42)

O imediato era o 1.º Tenente Esteves; depois eram os 2.os Tenentes Fernandes, Rocha Faria e Jorge B. Ottoni. Meu primo Hermenegildo, que morreu Chefe de Divisão era Guarda Marinha. Com dez dias de viagem

---

Albino, baseando-se nestes fatos, vai obter a reparação do ato quanto a seu pai, conseguindo desagravá-lo com uma aposentadoria de Ministro do Supremo Tribunal e honras de Conselheiro. (T. Alencar Araripe — *As Relações do Império*, pg. 72 e *N.º Especial do Jornal do Comércio do Centenário*, pg. 121).

(39) Manuel Vieira Tosta depois Marquês de Muritiba.

(40) Dr. Caetano Vicente d'Almeida, pai de Hermenegildo Barbosa d'Almeida.

(41) E' o futuro chefe da *Missão Pedro Ferreira*, enviada ao Paraguai em 1855. Veterano de várias campanhas, faleceu em 1860.

(42) Luiz de Sousa Dias, foi Encarregado de Negócios na Holanda em 1826 e Ministro Plenipotenciário na Argentina em 1859.

chegamos ao Rio e desembarquei a 26. Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho era Ministro, (43) e quís logo despachar-me para Caravelas, mas tendo-me o Marquês de Jacarepaguá (44) persuadido a pedir Cantagalo e prometido influir, perdi muito tempo, indo às audiências do Araujo Viana, (45) então Ministro do Império, que prometia muito e não fazia nada, pois o Rodrigues Torres, depois Visconde de Itaboraí, (46) protegia o Valdetaro, (47) então *chimango*, como ele. Pelas dúvidas, achou o Aureliano prudente nomear-me para Caravelas, (48) autorizando-me a esperar cousa melhor, quando de repente veiu a ordenança entregar-me ordem da Regência para partir imediatamente, por assim convir ao Serviço Público. Com efeito Caravelas estava em guerra com Alcobaça e o país lazarando com fome, e o Capitão Joaquim Pedro Berlinck (49) comandante do destacamento, que fora em Pernambuco

(43) Havia sido Ministro do Império passando depois para a Justiça.

(44) Francisco Maria Gordilho Veloso de Barbuda, 1.º Barão de Pati do Alfares, Visconde de Lorena e Marquês de Jacarepaguá. Militar. Faleceu em 1836. Amigo do Primeiro Imperador pelo qual foi nomeado senador em 1826. Era filho de um antigo Desembargador da Baía. Talvês daí proviessem suas relações com a família Barbosa.

(45) Cândido José de Araujo Viana, depois Marquês de Sapucaí; há aqui um equívoco pois que Sapucaí foi Ministro interino da Justiça e não do Império. (M. Fleuiss — *Hist. Administrativa* — S. Paulo 2.ª ed. pg. 180).

(46) Então Ministro da Marinha.

(47) Manuel de Jesús Valdetaro, Magistrado, chegou a Ministro do Supremo Tribunal de Justiça de que foi presidente. Teve o titulo de Visconde de Valdetaro.

(48) A Carta Imperial de nomeação é de 17 de Outubro de 1833.

(49) Foi depois para o Rio Grande do Sul onde tomou parte na luta contra os farrapos. (V. *História Militar do Duque de Caxias*, por Eudoro Berlinck. Rio — 1934, pg. 133).

Ajudante d'Ordens do General Antéro, (50) então Ministro da Guerra, escreveu a este, pedindo-lhe que fizesse partir o Juiz de Direito, pois ele estava de candeias às avessas com o Juiz de Paz, que então era tudo e que o tinha processado por tirada de preso do poder da Justiça. Antero entendeu-se com o Aureliano, e a 12 ou 14 de Dezembro parti para a Baía no paquete *Januária*, navio de guerra, empregado nesse mister, onde era então oficial o 2.º Tenente Jesuino Lamego Costa, hoje Almirante, Senador e Barão de Laguna. (51) Iam de passagem, o Medela, (52) agradavel e inteligente oficial de Marinha que ia a Maceió tomar conta do Comando da — *Imperial Pedro* — e levava como 2.º tenente João Custódio d'Houdain, (53) que morreu há anos, Chefe d'Esquadra ou Vice-Almirante.

Foram meus companheiros: Caetano José da Silva Santiago, (54) que ia nomeado Juiz de Direito da Paraiba, que depois foi meu colega no Supremo Tribunal de Justiça, aposentou-se e morreu; e João José Ferreira de Aguiar, (55) que ia nomeado Juiz de Direito da Capital do Ceará, e que depois, deixando a Magistratu-

---

(50) Antero José Ferreira de Brito (Barão de Tramandaí). Militar de grande prestígio. Faleceu em 1856. (V. a monografia de Sérgio Bizarro de Andrade Pinto — *Um Episódio da Revolução dos Farrapos*. Rio, 1935).

(51) Foi tambem político, atingiu a senatória pela sua província (Sta. Catarina).

(52) Joaquim da Silva Medela. Tomou parte no combate dos *Farrapos* como Capitão-Tenente. Faleceu a 22 de Maio de 1837.

(53) Faleceu a 12 de Junho de 1862, como Chefe de Divisão. Sua biografia ocorre na valiosa coleção: *Os Nossos Almirantes*, pelo Almirante Henrique Boiteux. (Imprensa Naval, Rio — Vol. VIII, 1936, pg. 101).

(54) Bacharelou-se em Olinda em 1832. (Coronel Laurênio Lago — *Op. cit.* p. 98).

(55) Bacharelou-se em Recife em 1832.

ra, foi Lente em Pernambuco, Deputado e Presidente do Ceará, e ainda vive. O Medela admirava-se da estupidez do Santiago, e por ele fazia triste juizo dos novos bachareis dos Cursos do Brasil. (56) Medela morreu pouco depois em Santa Catarina, de um desastre, recebendo debaixo do braço o tiro de uma espingarda de caça.

A viagem foi de 17 dias, mas tormentosa. Perdemos o mastro do velacho, as enxárcias arrebentaram, fomos com esparrelas até a Baía. O navio era imundo. O novo Comandante o tinha recebido do antecedente sem o examinar. Quando o navio jogava pela força da tempestade e revolvia a água pôdre, que em grande quantidade havia nas cavernas, o fedor era inqualificavel, e eu já lançava sangue, quando o Medela, tendo pena de mim, deu-me o seu camarote, na Câmara. Deus lhe dê o céu! Não era possivel fazer-me então serviço mais relevante. Ali não se sentia a atrós fedentina... Quanto padeci para conquistar a posição que ocupo!

Chegamos à Baía outra vez a 3 de Janeiro, e fiquei na Baía e nas Festas do Bomfim todo o resto de Janeiro até 27, em que fui obrigado a embarcar para Caravelas.

---

(56) Ainda em 1839 o diretor do Curso de Olinda, Lopes Gama, (Visconde de Maranguape), em relatório ao governo, referia-se em termos pouco generosos aos bachareis do Brasil. Assim propunha que esse curso durasse nove anos, sendo quatro consagrados ao latim exclusivamente. À deficiência desse curso fundamental devia atribuir-se "a lástima de tanto bacharel ignorante, que não sabe entender os próprios compêndios do curso e que, condecorados com um título acadêmico, são aliás objeto de escárneo público, porque pouco ou nada distam de qualquer idiota, faltos das mais ordinárias noções de literatura, falando miseravelmente, e escrevendo com imperdoaveis solecismos, barbarismos e neologismos." (Apud. Clovis Bevilaqua — *História da Fac. de Direito do Recife* — 1927 — I, pg. 74).

por ordem do Presidente, que ainda era o Pinheiro, depois Barão e Visconde de Mont'Serrat, na *Barca n. 2*, comandada pelo 2.º Tenente Joaquim Pedro Viana de Lima, que depois reformou-se, é hoje abastado, e há pouco aqui esteve e despediu-se de nós para a Europa, casado com D. Teresa, irmã do Costa Pereira, genro do Manuel Alvares de Azevedo.

Estavam então os Sodrés, (57) no seu palacete do Bonfim, e a casa recebia todos os dias a melhor sociedade. Eu gostava muito da Augusta, tanto que o Brigadeiro José Feliciano de Morais Cid, (58) filho do antigo Desembargador Florêncio José de Morais Cid e da Snra. D. Tereza, a quem eu chamava de noiva quando era pequenito, pois as relações de família vinham do tempo do Conde dos Arcos, achou prudente fazer-me certos avisos. Então o Doutor Lino Coutinho, (59) ex-Ministro do Império, acabava de casar com a mais velha das Sodrés, D. Maria José, (60) que estava quasi céga, e estava justo o casamento de Córa, menina de 14 anos,

---

(57) Comendador Francisco Maria Sodré Pereira, casado com D. Maria José Lodi. Pais de Maria Augusta Sodré Pereira falecida solteira. (Ascendência em Fr. Antônio de Sta. Maria Jaboatão — *Catálogo Genealógico* — Rev. Inst. 62 — 332).

(58) Militar de muito prestígio. Tomou parte na guerra dos Farrapos e teve papel destacado no combate à *Sabinada*. (V. Relatório do Marechal João Crisóstomo Calado — *Publicação do Arq. do E. da Baía* (Sabinada) — 1938 — II, pg. 138).

(59) O Dr. Lino Coutinho faleceu em 1856. Publicou-se em 1841 uma obra sua intitulada: *Cartas sobre a educação de Cora*, seguidas de um catecismo moral, político e religioso. Casou-se em Dezembro de 1833 com D. Maria Adelaide Sodré Pereira, filha legítima do Com. Francisco Maria Sodré Pereira. (Af. Taunay — *Grandes Vultos da Independência Brasileira*, — S. Paulo, 1922, p. 131 — *Arquivo da Faculdade de Medicina da Baia* 1918, n.º III, p. 107).

(60) Aliás Maria Adelaide. (*Anuário Genealógico Brasileiro* — II, p. 220; Afonso Costa — *Achegas Genealógicas* — Rev. Inst. Geog. Hist. Baía, n.º 61, p. 102).

João Luiz, era um bruto, ex-calafate. E' sogro do Escrivão dos Orfãos Dr. Arquias do Espírito Santo Menezes. O outro, João Batista Bacalhão, morava em Vila Viçosa, onde uma vez me hospedou passando eu por Viçosa para a Colônia Leopoldina. Era bom homem, mas grosseiro, ignorante e consta-me que acabou mal. Mais tratavel era o outro genro do Capitão Mor João Luiz, Manuel Ricardo Costa, casado com D. Romana. Este fez um Engenho nos limites dos termos de Caravelas e Viçosa, onde já em 1840 fui passar alguns dias, incluindo o 14 de Outubro. (68) Tive por companheiros o Imbassaí (69) e o Tenente Coronel Joaquim Alvares Tourinho, irmão do Vigário Geral, e mais daí provieram desgostos ao Costa, tendo eu já saído da Comarca, o que o mesmo Costa me confirmou, indo eu visitá-lo, doente, na Babilônia, em 1849 ou 50, pois ele mudou-se para aqui. Morreu, fui-lhe ao enterro, e a Viuva, leviana, casou-se com um tal Cruz, que lhe comeu os bens e ela morreu na miséria.

Da Fazenda do Costa fiz uma excursão à Fazenda do Melgaço, padrasto da Mariquinhas, sobrinha do Capitão Mor José Inácio de Almeida, (70) única mulher

---

(68) Aniversário de seu pai, Cons.º Luiz Antônio.

(69) Henrique Teixeira dos Santos Imbassaí.

(70) E' preciso notar que em cada Vila havia antigamente forças de milícias e ordenanças, cujas patentes eram distribuidas entre os poderosos. Em cada uma delas havia um capitão mor e às vezes, um sargento mor com dois ou tres agregados da mesma patente. "Bela invenção, comenta Silva Lisboa, que nutre a vaidade dos meio-senhores do Brasil, multiplica ao infinito as bengalas de oiro, propaga a epidemia de senhorias e dá motivo a interesses ainda mais complicados." (Silva Lisboa — *Carta ao Dr. Vandelli sobre a Baia* — Transcrita no *Inventário dos Documentos Relativos ao Brasil* cit. Vol. II, pg. 494).

A Lei de 18 de Agosto de 1831 extinguiu as antigas milícias e ordenanças criando a *Guarda Nacional.*

por quem tive paixão em Caravelas. Ela era muito formosa e tinha 14 anos, mas nada de educação. Deus deu-me forças para resistir a essa inclinação e a muitos laços que me foram armados, porque sabia-se da minha afeição, e pude incólume saír de Caravelas. O meu casamento com ela teria sido para mim uma desgraça. Há cinco anos veiu ela com o segundo marido morar no Rio de Janeiro, gorda, sem exageração, como uma baleia e feia como o demônio! Ninguem a conheceria! A Providência deu-me sempre força de vontade e conhecimento do que me convinha, superior a estes entusiasmos de momento, e não só a respeito desta como de outras.

A única pessoa de Caravelas inteligente e com quem se podia agradavelmente conversar, era o Vigário Geral e da Freguesia, o Padre Francisco Alvares Tourinho, o mesmo que escapara ao assassínio geral e nefando dos passageiros do Barco em que ia para Caravelas quando obteve a Igreja em concurso. Os marinheiros assassinos foram presos, convictos e enforcados, sendo a execução capital presidida por meu irmão, então Juiz Municipal da Corte, e sendo Ministro da Justiça Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja. (71) Este padre era muito esti-

(71) Foi na execução de um desses criminosos que se quebrou uma antiga tradição: arrebentou-se a corda da forca antes de supliciado o padecente; a "bandeira da Misericórdia", cobriu-o; segundo velho costume devia ser perdoado. O Dr. José Barbosa de Oliveira, porém, de acordo com o Ministro Pantoja, mandou que se prosseguisse na execução e o reu foi enforcado. Houve grande indignação popular e violenta troca de correspondência entre o Ministro da Justiça e a Irmandade da Misericórdia, a qual, melindrada, desde então renunciou ao seu piedoso encargo de acompanhar à forca os condenados. (V. *Jornal do Comércio* — Ed. do Centenário da Independência).

mavel e mostrava-se muito meu amigo. Depois que saí de Caravelas faleceu a 14 de Outubro de 1849 e tive sincero pesar.

Tres vezes saí de Caravelas com licenças. A primeira vez fui à Baía, onde cheguei a 31 de Janeiro de 1836, quando ardiam os últimos foguetes da Festa do Bonfim. Era minha idéia fazer-me conhecido por causa das eleições, o que aliás nunca consegui, pois não me chamava Deus por esse caminho.

Não sei o que fiz na Baía. Lembro-me que fui à Cachoeira com o Nascimento, bem doente dum leicenço, e que nesse tempo teve logar o célebre jantar, na rocinha de "Fonte dos Padres", com os vigários de São Pedro (72) e de Sant'Ana, Senador Luiz José de Oliveira, (73) Antônio Salustiano Ferreira (74) e Coronel José Vicente de Amorim Bezerra. Quanta extravagância!... E tudo está morto e enterrado, e só existo eu moribundo, com quasi 73 anos...

Voltei da Baía para Caravelas a 31 de Maio, dia dos anos do Vigário de São Pedro, de quem fui hóspede, sendo mestre do Barco o José Viuvo, (75) e arribamos logo ao Morro de São Paulo onde fui hospedado pelo Major José Pedro, Comandante do Forte, que fora boleto de meu pai em 1823, quando a tropa brasileira entrou na Baía, e que falava de minha mãe com muito

---

(72) Padre José Joaquim da Fonseca Lima.

(73) Luiz José de Oliveira Mendes (Barão de Monte Santo) magistrado. Foi senador pelo Piaui e faleceu em 1851. Era Ministro aposentado do Supremo Tribunal de Justiça.

(74) Tomou parte na guerra da independência na Baía em 1823.

(75) Engano. Veja-se a retificação no início do capítulo seguinte.

respeito e gratidão. (76) Dava-me a comer feijão com carne seca, sem toucinho, pois a tempestade não deixava virem os barcos de Valença, e eu comia com um apetite bem diferente do de hoje. Passada a borrasca continuamos a viagem, e novo sudoeste nos fez arribar aos Ilhéus, onde fui hóspede do Juiz de Paz, em cuja casa achei e li pela primeira vez a "Carta de guia de casados" de Dom Francisco Manuel de Melo. Acabada a tempestade, seguimos e a 30 de Junho, fundeamos deante da barra de Alcobaça, que não dava entrada. No 1.º de Julho de 1836 entrei a barra numa canôa, não sem bastante perigo, com a minha bagagem e no outro dia entrou o barco. Segui por terra para Caravelas e aí fiquei em paz até 1837, em que obtive licença de 6 meses, e vim ao Rio de Janeiro, onde passei maravilhosamente.

Era então nossa visinha a família do Diogo, (77) com a qual começaram as nossas relações, que perduram, cada vez com mais amizade. Começaram tambem as boas relações com a família Peçanha. (78) Que belo tempo passei!

Assisti à renúncia do Feijó, à elevação do Araujo Lima, e como fui sempre monarquista, fui contentíssimo cuidar da eleição do Calmon, depois Marquês de

---

(76) Boleto era o militar em campanha, aquartelado por civis.

(77) Diogo Teixeira de Macedo, depois Barão de São Diogo, faleceu em 19 de Novembro de 1882. Era filho do Major Diogo Teixeira de Macedo e de D. Ana Matoso da Câmara de Macedo, irmão do Cons.º Sérgio Teixeira de Macedo e do poeta Álvaro Teixeira de Macedo. De ambos tratamos acima. Foi magistrado e aposentou-se como desembargador. Foi tambem deputado e presidente da Província do Rio em 1869.

(78) Dr. Peçanha da Silva, professor da Faculdade de Medicina do Rio.

Abrantes, que me encheu de esperanças. (79) Tudo foi vão, e o tempo ensinou-me a conhecer os homens vãos, mentirosos, egoistas...

A 3 de Outubro voltei para Caravelas com o Souza, (80) e chegamos sem novidade, entrando pelo Pontal do Sul. Voltei à minha vida plácida de Caravelas, e em Novembro fui a Alcobaça abrir o Juri quando, acabado este, vimos passar à noite, de Alcobaça o barco do Petersen. Montei a cavalo, e apenas me despi muito fatigado em Caravelas, era procurado açodadamente pelo Juiz de Paz Sobral.

---

(79) Feijó renunciou à regência a 17 de Setembro de 1837. Araujo Lima, futuro Marquês de Olinda, seu sucessor, organizou o ministério chamado das "capacidades", no qual figurava Calmon, futuro Marquês de Abrantes, na pasta da Fazenda. O Gabinete reunia os expoentes do partido conservador. Como é sabido, os deputados nomeados ministros, perdiam o mandato, submetendo-se a nova eleição. Calmon foi reeleito por uma explêndida votação em que se empenharam vivamente todos os elementos monarquistas da província, inclusive o próprio arcebispo. (V. Pedro Calmon — *O Marquês de Abrantes* — Rio, 1933 — pg. 205).

O Cons.º Albino teve posteriormente um caso pessoal com o Marquês de que guardou profundo desgosto. Daí o seu juizo pessimista sobre o grande estadista, que, como se vê, o empolgou no início da carreira.

(80) Joaquim Rodrigues de Souza, mais tarde desembargador no Maranhão e autor da *Análise e Comentário da Constituição Política do Império*, S. Luiz do Maranhão, 1870, 2 vols. Obra muito apreciada.

NOTA AO CAPÍTULO TERCEIRO

O Conselheiro Albino na imprensa S. Joanense

A luta política em S. João d'El-Rei, como em geral acontecia nas pequenas vilas, dividia a população em dois campos nitidamente separados. Cada partido dispunha de um orgão de imprensa que não poupava as faltas de qualquer figura do campo oposto. Assim, o *Astro de Minas*, pertencente ao partido dos Magalhães, defendia o seu chefe, Batista Caetano de Almeida e os seus parentes e correligionários. O ouvidor Fortes e o Juiz Barbosa recebiam, no mínimo, os epítetos com que eram então tratados os conservadores: *Caramurús, Retrógrados, Corcundas.* Para se ter uma idéia do que era a política de campanário, basta ler a narração de um mesmo fato (a eleição dos "camaristas" ou melhor, vereadores, e juiz de paz) pelo *Astro de Minas* (722, 734, e 737) e pelo seu oponente: *O Constitucional Mineiro* (ns. 2 e 4, de 21 e 28-IX-832). Este último jornal é só louvores aos citados magistrados e ao vigário, simpáticos aos conservadores. O outro é só fel e má vontade para com as mesmas pessoas. "O Sr. Barbosa, diz o *Constitucional Mineiro,* por espaço de cinco meses que serviu o lugar de Juiz de Fora, mostrou sempre, pelo modo afavel e civil, com que a todos tratava indistintamente, pelo pronto expediente dos negócios a seu cargo, e pela sua inteligência, desinteresse e firmeza de carater (qualidade que nenhuma atenção mereceu dos Srs. do *Astro*) mostrou sempre, como diziamos, que possuia os dotes necessários para formar um ótimo magistrado" (N.º 4) "Ninguem ignora que o Sr. Albino é constitucional, fiel

observador das leis, e assaz inteligente das matérias do seu ofício, alem de reunir lição de Belas letras, e bastante erudição" (N.º 6) E comentava a saída dos magistrados: "O Governo mal informado, e deixando-se arrastar e seduzir de pérfidos conselhos, acaba de tomar medidas tão precipitadas como revoltantes! Os nossos dignos, honrados e beneméritos magistrados os Srs. Antônio Joaquim Fortes e Albino José Barbosa de Oliveira, são com a maior injustiça, arrancados do seio de uma vila, onde haviam, com o geral aplauso e satisfação do Povo, (com a pequena exceção dum punhado de facciosos revolucionários) desempenhado dignamente os seus deveres!"

CAPÍTULO QUARTO

A SABINADA. NAZARÉ. BELEM DO PARÁ. A RELAÇÃO DO MARANHÃO.

Rio de Janeiro, 20 de Abril de 1882.

Meus Filhos:

Conquanto muito tonto, e sem esperanças de melhora, vou continuando a minha narrativa e aproveitando essas tréguas, que me dá a moléstia, pois estou vivendo *"au jour le jour"*.

.....

Achei imprudente a visita do Sobral, quando eu acabava de galgar a cavalo a distância de Alcobaça a Caravelas, mas ele tinha razão. Eram 11 de Novembro de 1827, e o Barco do Petersen tinha vencido por mar a distância de Alcobaça a Caravelas, chegando minutos antes, e dando a infeliz notícia da revolução de 7 de Novembro, conhecida depois pelo nome de — *Sabinada*. — Felizmente tinha o Alferes Antônio Julião do Sacramento recolhido todo o armamento que fora das antigas milícias, e estava guardado em minha casa. Distribuí-o pela rapaziada com quem contava e tratei de assegurar o ânimo da Guarda Policial, declarei-me contra a revolução, que tinha aliás à frente meu tio João Carneiro e meu primo Dr. João Carneiro, como Ministro da Justiça, neguei passaportes para a Baía e prendi o bêbado do Luiz Onofre e o Antônio Jacinto, depois

de apreendidas as cartas dele a bordo da lancha — *Maceió* — do Capitão-mor José Inácio de Almeida. (1)

Correu o tempo, a revolução caiu a 16 de Março de 1838, e eu fui chamado como Suplente à Assembléia Provincial e não fui por causa dos meus imprudentes parentes, aos quais não podia valer, e que estavam presos na cadeia.

Passei em Caravelas o ano de 1838, e em Outubro fui para a Baía na Sumaca *Emília*, do Bacalhão, gozei da Festa do Bonfim, morando com o Vigário de São Pedro, na praia do Bonfim, e foi nesse ano que vi na *Calçada* (2) a bela Carlota, filha do Conselheiro Tomaz Xavier, (3) que era então presidente da Baía.

---

(1) E' estranho que o Con.º Albino ao referir-se à *sabinada* só cite os seus primos João Carneiro da Silva Rego, pai e filho, como parentes rebeldes. No entanto houve mais *Barbosas* envolvidos pelo movimento, no qual aliás tomou parte numerosa e ilustre porção da sociedade baiana. Ao contrário do que noticiavam os jornais da época, declarando não haver "gente limpa" entre os revoltosos, a verdade é, como demonstrou Sacramento Blake, que a revolta reuniu expoentes de todas as atividades baianas. Na ata da sessão da Câmara Municipal de 7 de Novembro de 1837, em que se proclamou a independência da Baía, constam os nomes de dois Barbosas, entre eles, o de Luiz Antônio Barbosa de Almeida, mais tarde político de evidência, magistrado que atingiu o Supremo Tribunal de Justiça, e que assina aquele documento como vereador secretário. João José Barbosa de Oliveira, pai de Rui Barbosa, então muito jovem, não tendo vinte anos, tambem aderiu ao movimento, sendo oficial do Ministério da Justiça. (*Rev. do Inst. Histórico* — Tomo 50, 1887, pg. 185; *Rev. do Inst. da Baía* — Vol. XIII, 1906, pg. 115; *Publicações do Arquivo do Estado da Baía*: *A Revolução de 7 de Novembro de* 1837, Baía — 1937:39, 3 vols.).

(2) Bairro da "Calçada do Bonfim".

(3) Tomaz Xavier Garcia de Almeida, presidente da Baía de 1838 a 1840, Magistrado. Deputado por Pernambuco na 1.ª legislatura.

O Paca (4) estava então em casa dos Sodrés, cuja família quasi toda morrera na França, vítima do *cholera-morbus*, inclusive a Yayá Augusta. No 1.º de Fevereiro houve banquete em casa do Paca. Fui molhado, fez-me mal, passei muito mal a noite e todavia no dia 2 de Fevereiro, abertura da Assembléia Provincial, eu quís comparecer e compareci, vencendo muitas dificuldades de saúde, de distância e finalmente de desinteligência do Antônio, então meu pagem que não me levou a roupa à casa do José Herculano. (5)

Comecei então a comparecer todos os dias como Deputado, e foi na 5.ª feira Santa desse ano, que soube estar a noiva que me destinava certo amigo, prevenida decididamente em favor do José Inácio Baía. Rompi o tal casamento mais desejado pelo pai da noiva que por mim. Fui reclamado pelo presidente Tomaz Xavier para ir a Caravelas, acudir a um navio aí chegado e que era negreiro, como depois se soube, no qual diversos marinheiros tinham-se levantado, matando o Capitão e o Piloto, arvorando-se em tais e roubando o dinheiro da especulação. Consegui que a requisição fosse desatendida, e fiquei na Baía até o fim da sessão.

Então fui para Caravelas na Barca *D. Francisca*, comandante o meu amigo Bélico, levando tambem o Guatemozim, Juiz de Direito de Porto Seguro, e a família que ali devia ficar. Fiquei alguns dias em Porto Seguro, em casa do José Ribeiro, sogro de meu compadre Caetano Monteiro Alexandrino Tavares, pai de minha afilhada Clotilde, e de cuja sorte não sei, e como o vento era máu, a Barca saíu e foi esperar-me e aos

---

(4) Manuel Joaquim Pinto Paca, coronel; foi deputado pela Baía de 1848 a 1856.

(5) José Herculano Pereira Lisboa da Cunha, seu primo. (V. Cap. I).

outros companheiros na Coroa Vermelha — *Baía Cabrália* — onde Cabral estivera abrigado da tempestade em 1500.

Retificação — Caí em um erro de memória que vou a tempo retificar: a viagem que fiz com o Bélico e o Juiz de Direito Guatemozim foi em 1836, e a que fiz com José Viuvo foi em 1839. Por engano troquei-as. E tanto que o pobre Guatemozim foi assassinado com um tiro em Julho de 1836. Meu primo Caetano Vicente de Almeida (6) foi imediatamente nomeado pelo Presidente Paraizo, (7) Juiz de Direito de Porto Seguro, e tanto que em 1837, por ocasião da *Sabinada*, foi tambem ferido com um tiro e expulso da Comarca, obrigado a embarcar em Trancoso, com água pelos peitos. Portanto é incontestavel que a minha ida com o Bélico para Caravelas foi em Abril de 1836, e a viagem com o José Viuvo foi em 1839, depois de ter tomado assento na Assembléia Provincial, saindo da Baía em 31 de Maio, anos do Vigário de São Pedro. Tudo o mais é exato e lembro-me que quando vim com José Viuvo, depois de arribar no Morro de São Paulo e nos Ilhéus, como contei, e de fundear defronte de Alcobaça, em 30 de Junho, entrei pela Barra em canôa de voga, com o Tavares, no 1.º de Julho, dia que fazia trinta anos, de que muito me lembro e, conseguintemente, era o de 1839. Tudo, portanto, está exato sómente com a declaração de ter sido a viagem com o Bélico em 1836, e a viagem com o Viuvo em 1839.

Continuarei a contar a minha viagem na Barca D. Francisca, comandada pelo meu amigo 2.º Tenente Bé-

---

(6) Seguiu a magistratura chegando ao Supremo Tribunal de Justiça. Foi agraciado em 1887 com o título de Barão de Mucuri.

(7) Francisco de Souza Paraizo, foi o 9º presidente da Província.

lico, em 1836. Fomos a cavalo de Porto Seguro pela costa fronteira, à Baía Cabralia, onde o Bélico me esperava. O tempo estava chuvoso e o Guatemozim mostrou-me o rio Mutarí, no qual Pedro Álvares Cabral fez aguada em 1500, e bebi agua dele. Feitas as despedidas fui para Bordo, e largamos para Caravelas, deixamos atrás o monte Pascoal e a Comoxitiba e entramos no canal de Itacolomim.

O Bélico estava bem doente de sezões e todavia levou a noite inteira com o prático, que era o Chico da Bibi, a sondar o canal e fez pôr remos fóra, porque o tempo toldava-se, estavamos em Maio, e se caisse o Sul, tarde, muito tarde poderiamos chegar a Caravelas. Com efeito o esforço do Bélico nessa noite foi coroado. E apenas conseguimos dobrar a Ponta da Baía, que é o Pontal do Norte de Caravelas, caíu a tempestade. Mas estavamos já no rio de Caravelas e em menos de duas horas chegamos à Vila e desembarcamos. Não me lembro quantos dias gastamos da Coroa Vermelha a Caravelas. Lembro-me da perícia, esforço e inteligência do Bélico na última noite de viagem, antes de entrarmos em Caravelas.

Daí a dois meses chegava a notícia do assassínio do infeliz Juiz de Direito Narciso José de Almeida Guatemozim, e da nomeação do Caetano Vicente de Almeida. O Bélico, sempre com o prumo na mão, conhecia pelo fundo e pela qualidade da terra ou areia que o cabo trazia, o logar onde estava. À sua perícia devemos ter entrado em Caravelas em Maio de 1836.

Em Abril de 1837, como já disse, vim para o Rio de Janeiro, na Barca do Carlos de Jesus, filho do Salvador. Vieram nessa ocasião o Virgínio Paula, o João Martinho Flack e o João Souza. Diverti-me muito no Rio de Janeiro até o fim de Setembro em que embarquei com o Joaquim Souza, mas quebrando-se os guru-

pés ao saír da Barra, arribamos, e definitivamente saímos no 1.º de Outubro, o que foi muito conveniente, para estar na Comarca quando rebentou a *Sabinada*, de que já falei. Debelada a *Sabinada* a 16 de Março de 1838, fiquei todo esse ano em Caravelas, que foi visitada pelo Brigadeiro José de Sá Bittencourt e Câmara, (8) a bordo do "*Camarão*", por ordem do Governo, com o pretexto de fazer recrutamento.

Dei-me muito bem com o Sá e fui com ele à *Colônia Leopoldina* (9) que ele muito apreciou por ser lavrador. E, depois, sendo ele Comandante das Armas da Baía, tive com ele e com a família, as melhores relações. E' ele o pai de D. Maria de Sá Earp, que veio para esta Corte e ignoro onde está agora, e do Tácito de Sá, hoje alto Empregado da Misericórdia. (10)

Em Dezembro desse ano de 1838 fui para a Baía na *Emília*, como já disse, passei o Janeiro no Bonfim, onde

---

(8) Este José de Sá Bittencourt e Câmara é filho do Coronel José de Sá Bittencourt e Accioli, figura de relevo na época da independência. E' sobrinho do Intendente Geral das Minas Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá. Foi deputado por Sergipe. (V. Marcos Carneiro de Mendonça — *O Intendente Câmara* — Rio, 1833, p. 14).

(9) Esta colônia, formada de suiços, foi fundada junto do Rio Peruípe ainda no governo de D. João VI, 1818. Foram seus organizadores Busch, Peycke e Freyreis. "Esta colônia desenvolveu-se, chegou a um certo gráo e prosperidade e emancipou-se. Mas o fato de ter prosperado mediante os braços escravos, de que cedo souberam os colonos prover-se, tira-lhe o direito de ser considerada como um estabelecimento agrícola europeu, e talvez fosse esta circunstância o que fez com que ela podesse desenvolver-se, porque naquela zona, particularmente o litoral, não tem condições favoraveis à colonização europeia sem um antecendente preparo por forças indígenas." (Dr. Francisco Vicente Viana — *Memória sobre o Estado da Baía* — Baía — 1893 — pg. 191).

(10) Tácito de Sá Bittencourt e Câmara, administrador do Hospício de D. Pedro II.

o Paca habitava a casa do Sodré, e de Fevereiro até Maio estive servindo como Deputado à Assembléia Provincial, Membro das Comissões de Estatística e de Obras Públicas. Fui ainda hóspede do Vigário de São Pedro, a cuja memória voto muita gratidão e retirei-me como disse a 31 de Maio com o José Viuvo, arribei ao Morro de S. Paulo, nos Ilhéos e desembarquei em Alcobaça, como disse, no 1.º de Julho, numa canôa, com bastante perigo.

Estamos em 1839. Estas repetições provêm de ser esta narrativa feito aos pedaços, em dias diferentes, e talvês de estar hoje, 27 de Abril de 1882, muito atordoado.

Obtendo-me o Gonçalves Martins, depois Visconde de São Lourenço, uma licença de seis meses, porque tinha nisso certo interesse, deixei Caravelas e vim para o Rio de Janeiro em Janeiro de 1840, no Patacho *Castro*, a bordo do qual tive uma furiosa indigestão, por ter comido dourado, e bebido sobre ele, água de côco. Pensei morrer! E tanto que se tivesse chegado ao Rio na manhã seguinte não teria desembarcado. Mas metendo-se um dia de permeio e chegando no dia seguinte, desembarquei, tive o prazer de ver meus pais, meus tios Adriano e D. Libânia que tinham chegado de Portugal. Minha irmã, que se tinha casado em 23 de Junho de 1836, já estava desavinda com o marido e morava com o meu pai.

Demorei-me no Rio até os primeiros dias de Julho, fiz os meus 31 anos com minha família, que então passava a maior parte do tempo na rua nova do Imperador, e voltei para Caravelas em meados de Julho de 1840, de sorte que as primeiras notícias recebidas depois de minha chegada foram de ter-se aclamado a Maioridade

do Imperador. (11) Tive muita pena de ter saido da Corte, esperando mundos e fundos. Mas a experiência convenceu-me da inutilidade de tudo, porque a gente era a mesma...

Tive muito prazer com a Maioridade. Promovi festas, representou-se a *Nova Castro*, a *Bela Selvagem* (12) etc. Em Caravelas era um acontecimento e eu mesmo ensaiava as comédias, acompanhava a música e isso me divertia solenemente.

Não me posso lembrar do barco que me levou para Caravelas em Julho de 1840. Lembro-me sómente que passando pelo canal do Sul, quasi encostado à costa de Vila Viçosa, lembrei-me de desembarcar na dita costa e evitar a entrada pela Barra de Caravelas. Com efeito desembarquei no bote do navio, que não me despedaçou no rolo do mar da praia pela perícia dos marinheiros, trouxe os meus rapazes Carlos, Camilo, Antônio e João (13) e a minha canastra com a roupa mais necessária e fui para Viçosa, que ficava muito perto. Creio ter procurado a casa do Capitão Chaves, pai do excelente estudante desse nome, que depois morreu na Baía, de bexigas, e ele me arranjou canoa que me levou a Caravelas pelo canal.

Rebentei em Caravelas como uma bomba, e o barco entrou pela Barra um ou dois dias depois.

Feita a Maioridade, estando de cima o partido liberal, obteve facilmente o meu amigo, depois Desembar-

---

(11) Dom Pedro II foi declarado maior a 23 de Julho de 1840.

(12) A "Nova Castro" é de João Batista Gomes, foi muito popular no início do sec. XIX, ainda que os críticos a considerem um simples plágio da "Segunda Castro", de Reis Quita, do final do séc. XVIII.

(13) Seus escravos, com quem sempre viajava.

gador, José Ferreira Souto, (14) que o Visconde de Abaeté o removesse da Comarca de Nazaré para a Capital da Baía, e entendeu que me fazia favor fazendo-me remover de Caravelas para Nazaré. Isto é, deu-me o que não queria para si. (15)

Com efeito Nazaré é muito vizinha à Capital da Baía; quando Caravelas dista cem léguas. Nazaré é muito mais populosa, importante e rica. Mas em Caravelas eu tinha todas as liberdades da roça, quando em Nazaré tinha todos os cativeiros da Cidade, sem ter uma só — uma só — das suas vantagens.

Em Nazaré não havia um piano, um teatro, uma só casa onde se tomasse chá. Apenas uma vez ou outra ia à casa do Manuel Inácio de Sampaio, casado com uma senhora já idosa e sem filhos, onde passava a noite insipidamente. Mas não adiantemos.

Propalada a notícia da minha remoção em Setembro, houve uma espécie de revolução, e a Comarca em peso pediu ao Governo a anulação do Decreto que me removera. A 5 de Outubro reuniu-se a Câmara Municipal, e compareceu o Juiz de Paz seguido do povo, e numa espécie de sessão geral, pediram a minha permanência. O mesmo fez a Câmara de Alcobaça, a Guarda Nacional e os Colonos de Leopoldina. O Visconde de Abaeté não anuiu ao pedido, mas ao mesmo tempo honrou-me extraordinariamente no mesmo ofício de negativa. Eu tenho todos esses documentos. (16)

Foi então que me retirei de Caravelas, chorando com muita saudade. Entreguei a Jurisdição a 29 de De-

---

(14) Nomeado desembargador em 1852 — Faleceu nesse posto. Foi deputado pela Baía várias vezes.

(15) A Carta Imperial removendo-o para Nazaré, é de 12 de Setembro de 1840.

(16) Não constam de seu arquivo.

zembro, ao Capitão José Inácio de Almeida, procurador de meu sucessor João Antônio de Sampaio Viana, (17) ávido de adorar o sol que se levantava, e fui para a Barra, da qual só pude sair dias depois, e estivemos a ponto de sossobrar! Não me deixou a filha que queria ser minha mulher, nem a mãe que queria ser minha sogra. A Providência Divina deu-me forças para resistir a tantas tentações, e a 12 de Janeiro, saí afinal de Caravelas.

Depois de dezesseis dias de luta com os ventos, procuramos terra, e achamos a Comoxatiba, terra da comarca de Caravelas. Entramos na enseada, hospedei-me na casa de um índio, escrevi a meu pai sobre um osso de baleia, e esperei que o Praxedes Pitanga voltasse de Alcobaça, onde fora comprar feijão e carne seca, pois não tinhamos já o que comer. Aí comi, ao menos, excelentes robalos, pescados pelo índio, meu hóspede, que mos vendia a cruzado cada um. O tempero era sómente limão, porque não havia azeite nem vinagre e era excelente!

Depois do dia 2 de Fevereiro saimos de Comoxatiba, e depois doutros dezesseis dias dum temporal, arribei aos Ilheus, onde eu entrava pela segunda vez. Estive então hospedado pelo Vigário Luiz José de Lemos, e quando me deitava na rede, quebraram-se os últimos fios da corda, e eu caí com o canastro no chão. O que é a fatalidade. Estava reservada a quéda para mim...

Este Vigário vivia escandalosamente amancebado com tres irmãs, que mantinha em tres casas separadas. Pediu-me muito que obtivesse do Snr. Arcebispo D. Ro-

---

(17) Era baiano, formado na Fac. de Recife em 1853.

mualdo (18) a Vigararia da Vara (19) para ele. Prometi. Chegando à Baía, visitei o sábio Arcebispo, com quem sempre tive ótimas relações e falei-lhe a favor do Padre Lemos. S. Excelência respondeu-me — "V. Senhoria que esteve nos Ilheus se fosse Arcebispo, despachava-o? "Respondi-lhe imediatamente: — "Não Senhor, mas como prometi falar a Vossa Excelência, cumpri a promessa". Riu-se muito e eu fiz outro tanto.

Estivemos oito dias nos Ilheus, e saindo, apanhamos um cordão do sul, e em dois dias chegamos à Baía. Eram os primeiros dias de Março de 1841, tendo eu gasto 70 dias desde que saí de Caravelas. Pedi à Assembleia o pagamento do ordenado respectivo, e sendo relator da Comissão o Aprígio, (20) aliás meu desafeiçoado por causa dos Carneiros, foi ele mesmo o defensor de minha pretensão que obtive.

Comprei mobília e fui para Nazaré, onde tomei posse a 12 de Março, se não me engano. Vida insípida passei em Nazaré. Meu único lenitivo era banhar-me à noite no Batatã, rio para isso magnífico. Fui a Aldeia e ao interior, e abri o Juri em Jaguaripe e em Itaparica. A melhor companhia foi o Dr. André Carneiro Pinto Chichorro da Gama, belo talento e memória

(18) D. Romualdo Antônio de Seixas, arcebispo da Baía, primaz do Brasil, Marquês de Santa Cruz, foi de direito e de fato, a primeira figura do clero brasileiro no 1º reinado, e no início do segundo. Deputado à Assembléia Geral várias vezes, nomeado Arcebispo da Baía em 1826, foi confirmado pelo Papa Leão XII em 1827. Faleceu em dezembro de 1860.

(19) Vigário com funções judiciárias na magistratura eclesiástica. Segundo o *Regimento do Auditório Eclesiástico do Arcebispado da Baía* — art. 399, "serão letrados, ou pelo menos pessoas de bom entendimento, *prudência, virtude e bom exemplo*, como é bem que tenham para tal cargo."

(20) Aprígio José de Souza, foi mais tarde deputado pela Baía, de 1848 a 1855 quando faleceu.

prodigiosa. Passei dias na *Fazenda do Cavalo*, do sogro dele, Coronel Luiz Antônio Moniz Barreto, pai do notavel poeta Francisco Moniz Barreto.

Entretanto houvera no Rio de Janeiro grandes novidades, pois o partido conservador conseguira subir ao poder e a 23 de Maio o meu amigo Paulino, (21) era Ministro da Justiça. Tratava-se das festas da coroação e sagração do Imperador e meu irmão, encontrando com o Paulino, perguntou-lhe se não lhe seria possivel darme uma licença para vir ao Rio assistir às festas. Paulino que foi o primeiro amigo que tive neste mundo depois de meus pais e irmãos deu-a com facilidade, e como a coroação devia ser em Junho, nos fins de Maio ou princípios de Junho vim para o Rio, num vapor de que era comandante o Peixoto, tendo por companheiros o Souto, (22) o Paca (23) e outros. O Souto desaprovou muito a minha saída de Nazaré, comarca sempre noiva e viuva. Mas, pelo contrário, foi muito bom. Nunca passei melhor tempo na minha vida nem assisti a festas tão pomposas.

A Coroação foi adiada para 18 de Julho, e eu estava no Largo do Paço, ao lado do meu amigo Pamplona, quando o Imperador, de manto, coroa e cetro, já sagrado, foi apresentado ao povo. O meu prazer foi imenso e sinceramente vitoriei-o porque durante o longo e fatal período da menoridade, cheguei a descrer dessa felicidade. Eu fui sempre sincero monarquista. O meu prazer foi enorme! (24)

---

(22) Paulino José Soares de Souza — Visconde do Uruguai.

(22) José Ferreira Souto, magistrado e deputado pela Baía.

(23) Manuel Joaquim Pinto Paca, coronel e político Baiano.

(24) Foi nessa ocasião condecorado com o hábito de Cristo. — O Decreto é de 18 de Julho de 1841.

Querendo o Governo fazer passar a Reforma Judiciária, (25) e a Lei do Conselho de Estado, (26) prorrogou a Câmara, e para que os Deputados não fugissem, vedou a saída de vapores para o Norte. A minha licença acabava-se em Novembro e eu não podia voltar para a Comarca. Por esse motivo obtive prorrogação da licença, e em Dezembro fui para a Baía num vapor, tendo por companheiros o Arcebispo D. Romualdo, D. Manuel (27) e outros.

Não sei bem o dia em que cheguei à Baía. Aproveitei de certo o mês de Janeiro para gozar as festas do Bonfim sendo nestes tempos, hóspede do meu amigo Souto. Completei a compra de minha mobília e fui para Nazaré. Mas em fins mesmo de Janeiro ou nos primeiros dias de Fevereiro de 1842, eu havia sido nomeado Chefe de Polícia do Pará, e o Paulino me participava esta nomeação em carta de 11 de Fevereiro. (28) No fim do mês tive participação oficial deste despacho pelo Presidente da Província, que tornava a ser, depois de um intervalo de dez anos, o Pinheiro de Vasconcelos, depois Visconde de Mont'Serrate. Deixei Nazaré sem saudade porque eu não gostava da Comarca só boa por ser muito vizinha da Baía.

Gostava eu muito de Itaparica, amena ilha, onde eu, aliviado das funções policiais talvês tivesse fundado o meu domicílio. Estava porém escrito doutra maneira.

---

(25) E' a lei de 3 de dezembro de 1841, que reformou o Código do Processo Criminal.

(26) E' a lei de 23 de Novembro de 1841.

(27) Sobre D. Romualdo v. nota supra. D. Manuel deve ser Dom Manuel do Monte Rodrigues de Araujo, Bispo do Rio de Janeiro e Conde de Irajá, nessa época deputado por Pernambuco, de onde era filho.

(28) A Carta Imperial é de 7 de Março de 1842.

Então os vapores eram raros e fui para a Baía esperar o primeiro que passasse. Nesses dias apreciei muito a companhia da família Accioli, (29) Pedroso, (30) Daniel, (31) Brigadeiro Sá, (32) e foi numa dessas noutes que na janela da casa do Pedroso disse certas palavras a certa menina, bela, de 14 anos.

Na 5.ª feira Santa, creio que 23 de Março, amanheceu fundeado o vapor *S. Sebastião*. Eu tinha ajustado com a Prima Maria Adélia, depois mãe de Rui, correr as Igrejas com ela. Que decepção! Que desgosto!

Às 5 horas da tarde embarcava eu para o Pará, e acompanharam-me a bordo o Souto, o Brigadeiro Sá, de fardão, e José Pereira, primo do Vigário de São Pedro. Nessa ocasião embarcou comigo o João Antônio Barbosa de Oliveira, que levei para o Pará comigo, que foi depois meu bom amigo e cuja morte chorei creio que em 1868. Tive muito desgosto com o falecimento desse irmão natural!

Era comandante do vapor *S. Sebastião* um filho do Maranhão, muito mesquinho, de uma família lá chamada — *batizado em pé*. Tive por companheiros tres monges Beneditinos que iam tomar conta dos conventos de Pernambuco e da Paraíba, e cinco estudantes baianos, que iam para Olinda, onde então era a Academia. Eram o Ribeiro Filho (33) hoje Desembargador da Baía, Júlio Cesar Berenguer de Bittencourt, (34) que depois

---

(29) Bittencourt e Accioli (V. nota 8, pg. 140).

(30) Antônio José Pedroso de Albuquerque, pai do Conde de Pedroso de Albuquerque.

(31) Daniel Accioli de Azevedo, magistrado.

(32) V. nota 8, pg. 140.

(33) Domingos Ribeiro Filho, bacharelou-se em 1845.

(34) Bacharelou-se em 1844, foi desembargador em 3 de Fevereiro de 1874. Faleceu na Baía no início deste século.

foi hóspede do Saraiva, (35) e jantou uma vez comigo, trazido pelo amigo, antes da reforma desta casa, e depois foi Desembargador, e não me lembro se ainda vive; Àngelo Francisco Ramos, (36) depois Desembargador e já falecido, e cuja sorte foi muito infeliz por causa da mulher; um Argôlo (37) e um Paim, (38) moços agradaveis, dos quais nunca mais soube.

Em Maceió saltamos e fomos a pé desde Jaraguá até a casa do Juiz de Direito Antônio Luiz Dantas de Barros Leite que morreu Senador, (39) e o achamos convalescendo e acompanhado pelo irmão Francisco Joaquim Gomes Ribeiro, (40) meu condiscípulo em latim no Penedo e que aqui morreu Desembargador. O Dantas tinha comprado a mesma casa que fora da Câmara e na qual meu pai e família tinhamos sido hospedados em Fevereiro de 1822, quando embarcamos para a Baía.

Achei Maceió muito diferente para melhor. Voltamos nesse mesmo dia para Jaraguá e por causa do sol apanhei uma constipação, que me fez inchar a face e gengivas, e que ainda perdurava cinco dias depois, quando cheguei ao Maranhão.

Cheguei a Pernambuco e procurei a casa do Desembargador José Libânio de Souza, tio dos Gonzagas, o qual já me esperava, e morei com ele e sua família

---

(35) José Antônio Saraiva, Senador do Império.

(36) Bacharelou-se em 1844. Desembargador em 1.º de Maio de 1874, foi deputado geral pela Baía e chefe de Polícia.

(37) João de Araujo Argolo Gomes Ferrão, bacharelou-se em 1843.

(38) Fernando Álvaro da Câmara Paim, id.

(39) Senador pela província de Alagoas em 1843. Faleceu em 1870. Pertenceu à primeira turma de bachareis em Olinda, formada em 1832.

(40) Tambem formado em 1832. Foi desembargador em 1851.

na rua da Aurora. Encontrei na Ponte Casimiro Madureira (41) e o Taques, (42) então promotor, e ao passar pela casa do Urbano Sabino Pessoa de Melo, (43) que aqui morreu, este viu-me na janela, e ofereceu-me sua casa, caso não achasse o Desembargador José Libânio, que ele supunha fóra da cidade. Não se deu essa hipótese, mas sempre me mostrei reconhecido ao Urbano por esse motivo. Era presidente da Província, Francisco do Rego, (44) depois Conde da Boa Vista.

Passei a pé com o Libânio o Bairro de Santo Antônio e parte do Recife, e antes de findas as 48 horas do Regulamento, embarquei. Embarcou tambem o Major Lopes, hoje Marechal e Barão de Matoso, (45) com a irmã D. Carolina, muito formosa, acompanhada pela irmã D. Vitória Gomensoro muito chorosa, que regressou por terra. Desde então começaram minhas relações com o Lopes e perduram até hoje. D. Carolina sofria do pulmão e quando voltei do Pará no ano seguinte, já a achei enterrada! Esta família era do Maranhão e para lá voltava, tendo ido a Pernambuco por causa de saúde, que não achou. Embarcaram tam-

---

(41) Casimiro Madureira, baiano, formado em Olinda em 1834.

(42) Benevenuto Augusto de Magalhães Taques, baiano, formado em Olinda em 1839. Ministro dos Estrangeiros no Gabinete Caxias em 1861.

(43) Bacharel de 1834. Foi deputado por Pernambuco de 1842 a 1848 e 1864 a 1866. Figura proeminente no movimento *praieiro*, sobre o qual publicou a "Apreciação da Revolta Praieira em Pernambuco" — Rio. Tip. Correio Mercantil — 1849.

(44) Francisco do Rego Barros, 1º Barão, Visconde e Conde da Boa Vista — Engenheiro — Brigadeiro — Político em Pernambuco, foi deputado várias vezes e Senador em 1850.

(45) José Joaquim Rodrigues Lopes, Marechal de Campo reformado. Barão por Sua Magestade Fidelíssima.

bem em Pernambuco dois irmãos Coelho, (46) primos do Lopes, Barão de Matoso. Um era casado em Pernambuco, tinha-se formado e levava a mulher.

Saltamos no Ceará cujo Juiz Municipal, Dr. Pedro Pereira da Silva Guimarães (47) era casado com outra irmã da mulher do Coelho.

Dois cearenses, um deles militar, cujo nome me esqueceu, simpatizaram comigo, e quiseram que eu desembarcasse, o que era muito dificil no porto do Ceará, e por isso quasi João Antônio quebra a perna na jangada. Desembarcamos, tivemos cavalos à nossa disposição e percorremos a cidade, jantamos com o Dr. Pedro Pereira da Silva Guimarães, o mesmo que sendo depois deputado, propôs há 30 anos a emancipação dos escravos; portanto as duas irmãs reuniram-se e abraçaram-se. E vi tambem em terra o meu contemporâneo de Coimbra, Dr. Antônio José Machado, (48) que aqui morreu Desembargador e Senador, de quem é viuva D. Matilde Machado.

Voltando para bordo achamos 300 laranjas que nos mandara o militar, e cem cocos verdes que mandara o Machado. Compramos em terra por muito pouco dinheiro uma cesta de magníficas atas (pinhas).

Seguimos para o Maranhão onde chegamos a 5 ou 6 de Abril de 1842. Desembarquei e apenas dera alguns passos, vejo o Brigadeiro Manoel Teles da Silva Lobo, que aqui fora hóspede do Andrade (49) e tivera por isso com todos nós amplas relações, chamar-me da janela, pois a casa dele ficava mesmo sobre o cais de de-

---

(46) Manuel e João Coelho de Sousa, maranhenses, bacharelaram-se em Olinda em 1841.

(47) Foi deputado pelo Ceará de 1850 a 1852.

(48) Desembargador em 1859 — Deputado várias vezes e Senador em 1861, ano em que faleceu.

(49) João Pereira de Andrade.

sembarque e defronte do Palácio do Govêrno. Não consentiu que eu seguisse e quís que eu fosse seu hóspede. Aí fiquei cinco dias, pois o navio virou de querena, fui muito obsequiado e recebi algumas visitas, entre as quais a de D. Francisco, (50) meu condiscípulo em Lógica, na Baía, em 1824.

A 10 ou 11 de Abril segui para o Pará. Mandou tambem o Lobo o filho mais velho em companhia do Bottentuit, (51) boticário francês, para tomarem no Pará um navio que os devia levar ao Havre. Este pobre rapaz Américo, filho do Lobo, não fez carreira, e indo eu uma vez ao Hospício de Pedro 2º, lá o ví doudo! Pouco tempo depois morreu. Alem destes ia tambem para o Pará um médico escossês. (52) Gastamos tres dias ao Pará, encontramos muito mau o mar, e tanto que, não tendo enjoado até aí, enjoei muito e não aproveitei o excelente peixe de escabeche que D. Ana, mãe do Américo me dera para compensar a bordo as mesquinharias do Capitão.

A 14 de Abril chegamos ao Pará cuja entrada é lindíssima e admiravel. Tanto o Bottentuit, como o escossês, soltavam de vez em quando exclamações de admiração. Nunca mais vi o médico, mas o Bottentuit voltou ao Maranhão, casou-se e com ele tive relações até 1846. Desembarquei à tarde e procurei a casa do Juiz de Direito Joaquim Rodrigues de Souza, (53) de-

---

(50) D. Francisco Baltasar da Silveira.

(51) Eugênio Bottentuit. Cesar Marques (*Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão* — Maranhão, 1870) o dá como médico, doutor, formado pela Faculdade de Medicina de Paris. Morou em Caxias de 1840 a 1849.

(52) Thomas Wright Hall, formado pela Universidade de Edimburgo. (Cesar Marques — *op. cit.* pg. 400).

(53) V. nota 12, pg. 84 e nota 80, pg. 132

pois Desembargador, então suspenso e mandado responsabilizar pelo Sousa Franco, (54) então vice-presidente em exercício, outrora seu particular amigo. O mundo é assim!

Fui depois ao Sousa Franco, que desde muito tinha comigo relações, e que me recebeu muito bem, e ofereceu o Camarote à noute, por ser o dia 14 de grande gala, abertura da Assembléia Provincial. Compareci com efeito no camarote, só por meia hora, pois estava muito fatigado, e falei pela primeira vez a D. Terezinha, mulher do Sousa Franco, hoje Viscondessa, e então formosa menina de 16 anos. No dia 28 chegou o Presidente Rodrigo de Sousa da Silva Pontes, (55) com quem tivera aqui relações, por concorrermos em casa do Conselheiro Pantoja, (56) e que depois, por causa das eleições se tornou meu inimigo. A 29 jantamos em casa do Sousa Franco, grande banquete, e estando o Presidente à cabeceira da mesa, eu tive logar no ponto oposto ao pé do Sousa Franco e de D. Terezinha.

No dia 30 tomou posse o Presidente e começamos nossas relações muito amigaveis. Foi logo dissolvida a Câmara dos Deputados como se esperava, (57) e cuidou-se das eleições, e como eu manifestei a vontade de ser Deputado, começou a indisposição do Presidente comigo, mormente indo revelar-lhe traidoramente o Comandante de Polícia Afonso de Albuquerque Melo as expansões e confidências que eu lhe fazia, supondo-o

---

(54) Bernardo de Sousa Franco, Visconde de Sousa Franco. Magistrado, chegou a desembargador. Deputado pelo Pará em várias legislaturas e senador em 1855. Foi Ministro duas vezes.

(55) Desembargador. Foi mais tarde ministro Plenipotenciário na Argentina onde faleceu em 1855.

(56) Cons.º Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, mais tarde Ministro do Supremo Tribunal. Ministro da Justiça durante a regência.

(57) Por decreto de 1º de Maio de 1842.

meu amigo, pois como tal me tratava e muitas vezes me fazia cear em sua casa com sua família. Isto soube eu muito depois no Maranhão, pelo meu companheiro Accioli, (58) quando por lá passou. A minha indisposição com o Pontes deu logar a ele maltratar-me na correspondência oficial, e aos brilhantes ofícios que lhe mandei em resposta, e que talvês concorressem para o meu despacho de Desembargador. Conservo guardada cópia dessa correspondência oficial, e desejo que a guardem. (59)

Dei-me no Pará com as melhores famílias, como era natural. Não havia divertimento alem da festa anual de Nazaré. (60) Doze famílias por isso se ajuntaram a dar cada uma, em cada sabado, uma partida em que se tomava chá e contradansava e nada mais havia...

O Sousa Franco veio para o Rio como deputado e eu fiquei só com o Accioli, que me tomou por companheiro e que morreu o ano passado Ministro do Supremo Tribunal de Justiça.

Quando estava mais renhida a minha luta com o Presidente e eu acabava de escapar duma grave moléstia cerebral, originada por isso e convalescia no Engenho de S. Mateus, propriedade de Bento José da Silva, recebi a 8 de Janeiro de 1843, cartas de meu pai e do Eusébio de Queiroz que me notificavam o meu despacho de Desembargador da Relação do Maranhão, por decreto de 22 de Novembro de 1842. (61) A primeira car-

---

(58) Cons.º José Inácio Accioli de Vasconcelos, formado em Olinda em 1837. Juiz de Direito no Pará de 1841 a 1844. (Laurênio Lago — *Op. cit.* pg. 109).

(59) V. nota I, no fim do capitulo.

(60) A tradicional procissão ou círio de Nossa Senhora de Nazaré.

(61) A Carta Imperial é de 19 de Dezembro de 1842.

ta que li, por ser pequena e desconhecer a letra, foi a do Eusébio que começava assim: "Snr. Desembargador da Relação do Maranhão"! *Tandem aliquando!* Deus lhe dê o céu e ao Ministro que me despachou Desembargador com 33 anos de idade, Paulino José Soares de Sousa, depois Visconde do Uruguai, o amigo mais util que tive em toda a minha vida. Foi ele o primeiro e João Pereira de Andrade o segundo. Depois foi Eusébio de Queiroz, (62) que em 20 de Dezembro de 1849 me removeu da Relação do Maranhão para a do Rio de Janeiro. Vim logo à cidade do Pará e nada se sabia, nem mesmo o Presidente. Foi o meu amigo Sousa o primeiro que o disse ao célebre Vitório em casa do Benjamin Upton, quando ele todo inflamado contra mim sem motivo, e quando devia, pelo contrário estar-me muito obrigado, dizia que eu estava muito desacreditado na Corte que ia ser removido para o Alto Amazonas. O Vitório correu logo para o Palácio a contar a novidade e o Presidente ficou petrificado. Com efeito o Sousa nessa manhã tinha vestido a minha béca de seda, que meu pai me mandara de presente com a notícia. (63)

No dia 20 de Janeiro chegaram as participações oficiais e entreguei a Polícia. Recebi então muitos obséquios e manifestações de estima, porque o meu despacho naquelas circunstâncias revelava ter eu alguma importância e bons amigos. Tardou muito a chegar o vapor de Fevereiro, que só apareceu a 19. Embarquei a 22 à meia noite, acompanhado pelo Comandante de Polícia, o mesmo que me traiu para com o Pontes, e mais dois oficiais do mesmo corpo.

---

(62) Eusébio de Queiroz Coutinho Matoso da Câmara, magistrado e político. Foi Deputado, Senador pelo Rio de Janeiro. Ministro várias vezes e Conselheiro de Estado.

(63) V. nota II, no fim do capítulo.

couzas forem adiante — o que nem desejo nem tão pouco temo então eu defender-me-hei, e de maneira que todo o Brasil nos leia e nos julgue; e não num Officio dirigido a V. Exa. que pode por qualquer pretesto devolver-mo, o que he mais facil, do que argumentar e vencer. Deos Guarde a V. Exa. Secretaria da Policia do Pará 20 de Dezembro de 1842. Illmo e Exmo. Snr. Desembargador Rodrigo de Souza da Silva Pontes, Presidente da Provincia. (a) A. J. Barbosa de Oliveira."

NOTA II

O conflito com Silva Pontes

A seguinte carta narra minuciosamente estes factos:

"Pará 5 de Janeiro de 1843 — Meu querido Pae e Amigo do Coração. Festas felizes, e bons anos he o que de coração lhe desejo á minha querida mãe, á Yáyá e ao Zuza. Para mim as festas foram pessimas, porque estava gravemente enfermo de hũa cephalalgia nervosa. Pensei de morrer. Constipei-me no dia 20 de Dezembro, tive dores continuas por todo o corpo, e já essa noite ouvi todos os quartos de horas que soarão nas diversas torres. Chamei medico no dia 21, e dei parte de doente no dia seguinte. Está o Accioli fazendo as minhas vezes. O medico, Doutor Joaquim Fructuoso Pereira Guimarães tratou-me, como amigo a ponto de me dar com suas mãos escalda pés com cinza, por-me os sinapismos etc. Estou-lhe muito obrigado. O João Antonio, meo enfermeiro tratou-me muito bem e com todo o interesse. As dores enormes de cabeça e a febre só me deixarão no dia 24. Alem de muitos remedios, que tomei interna e externamente, levei 22 bichas, que faziam a sangria mais copiosa que se pode imaginar. Talvez ellas me salvassem. Eu cheguei a esmorecer, e receava algũa apoplexia, ou congestão cerebral, a que pareço sujeito pelo meu temperamento em extremo sanguineo.

Recebi todas as provas possiveis de consideração desde a minha molestia. Fui visitado por mais de oitenta pessoas, tive muitos offerecimentos, e o Coronel Brício, (1) e o Dr. Accioli athe me quiserão levar para suas casas para ser tratado por suas senhoras. Estas couzas me arrancavão lagrimas de agradecimentos, e mesmo agora ellas correm de novo. As raras pessoas que não me visitárão na minha molestia, que felizmente foi curta, vieram na convalescença, ou já depois de eu ter sahido á rua darme suas satisfaçoens para o que talvez concorresse o boato que aqui grassa de estar eu nomeado Presidente desta Provincia, ou do Maranhão. Esta noticia veio pelo Maranhão, e eu lhe dou credito athe certo ponto pela carta que tive do Eusebinho: porem eu faço-me inteiramente ignorante, e apenas ao Accioli disse o que havia: mesmo ao Souza nada disse, porque não veio *ad rem*. Athe hoje nada do vapor, o que indica ter sahido do Rio muito depois de 2 de Dezembro e mudança dos Presidentes, que sahirão deputados muitos despachos etc. etc. O peior he rosnar-se tambem em hum roubo do Thesouro de 1700 contos o que Deos permita se não realize; aqui estamos attrazados em 5 mezes de pagamentos de ordenados, e esse roubo viria ainda mais aggravar a nossa sorte. Querem agora pagar dois mezes: porem quando já devo cinco mezes de aluguel de casa, que excedem a duzentos mil reis, de que serve isso? Hoje a noute vou para fora da cidade para o Engenho de São Matheos, que me dizem ser bom sitio para minha convalescença, e o dono teve a bondade de offerecer-me. Esta tem sido muito interrompida pelas visitas que tenho recebido, de sorte que vae feita as carreiras, e talvez sem nexo nem ordem alem da mão ainda muito tremula e desacostumada de escrever.

No mez de Dezembro accordou o Presidente, que dormia e julgando ter descoberto o almejado pretexto para suspender-me, encetou a polemica em hum Domingo 11 de Dezembro. Escanga-

(1) Marcos Antônio Brício, depois Barão de Jaguararí.

lhei o Presidente e manguei muito com elle: e tendo elle o desaforo de responder-me celebremente a hum purgante que lhe fiz acerca de hũa requisição do Consul Inglez, desandei-lhe a resposta mais de caçoada, que elle jamais recebeo, mas de modo que nunca se me pudesse arguir, porque lendo-se o officio em seo sentido proprio está muito serio; recambiou-me o officio o que me fez dar muitas gargalhadas, e estava lhe respondendo, quando adoeci gravemente. As zangas que tive com novos desaforos do Presidente talvez concorressem para a minha doença. Agora lhe remetto toda essa nova correspondencia; porem o ultimo officio ainda não foi entregue ao Presidente, por causa de minha molestia, nem o mando entregar agora em quanto não vir, que noticias traz o vapor. No dia 23 de Dezembro quando eu estava doentissimo com dores de cabeça foi que o Presidente se lembrou de ir a bordo, para me estrondar a cabeça com salvas de artilharia; porem o Commandante do vapor Inglez que trouxe o Príncipe da Prussia, (2) e ao qual o Presidente visita, fez-lhe a maior das desfeitas, com que muito me ri.

.....

O Presidente já não sahe para parte alguma: vive só encerrado em casa, desconfiado de todos (pois todos de facto o detestão) e sonhando rusgas, a ponto de se dizer, que já tem com medo ido dormir a bordo dos navios de guerra. A verdade he que elle acreditou no boato da rusga para a noute do natal; os batalhoens dormirão em armas, a Guarda do palacio recebeo á noute hum reforço de vinte praças; as rondas cruzavão se nas ruas, e elle humedecia as calças com máo cheiro em palacio. Entretanto dava o Jayme Bricio a sua partida que continha mais de oitenta senhoras, e homens na proporção, que depois de ouvirem a missa do gallo, e cearem lautamente separarão-se ás quatro horas da madrugada dando assim huma prova evidente do quanto despresavão os panicos temores do Presidente digno

(2) Príncipe Adalberto da Prússia, visitou o Brasil em 1842. Esteve no Pará de Novembro desse ano a Janeiro de 43. (V. Rodolfo Garcia — "Explorações Científicas" — *Dicionário do Inst.* Rio, 1922 — I, p. 893).

de lastima. Forte miseravel! Tudo isto são trabalhos para o novo Presidente que vier, que acha tudo desmoralisado e perdido. Entretanto eu estava muito contente no meu leito de dores, porque nessa mesma manhã tinhão apparecido as minhas melhoras.

9 de Janeiro — Meu querido Pae aqui no engenho de São Matheus, onde me acho menos para convalescer, pois já estou bom, do que para me furtar aos desaforos do Pontes, recebi a sua extensissima e muito prezada carta de 19 de Novembro, com os codicillos tambem importantes de 27 do mesmo Novembro e de 9 de Dezembro, feito depois da arribada do vapor. Sou grato, quanto posso aos parabens que meo Pae me dá pelo meo despacho de Desembargador do Maranhão, noticia que recebi extatico, e que muito me tem impressionado: mas quando eu me vi no Pará, logo presumi que o Maranhão me esperava, e que eu podia perder as esperanças de viver no Rio, ou em segundo logar na Bahia, que era o que eu mais desejava. Quando me lembro que Antonio Ignacio (3) ali esteve 12 annos, sem poder safar-se, pedindo todos os dias, esmoreço: he muito longe do Rio de Janeiro e as passagens hoje no vapor estão insupportaveis, tabeladas, augmentadas, paga-se por cada palmo cubico de quanto se leve etc. etc., de sorte que ninguem se anima a hir ao Rio só para divertimento, e com licença. E eu o que desejava era viver com os meus caros paes ou ao menos perto delles, e para isso nada como a Bahia. Quanto aos parentes só a Tia D. Leonor, e a familia do Tio Rodrigo estão na miseria, e esta mesma espero que mude de aspecto com a formatura do João (4) optimo estudante, que este anno finda os seus estudos. Os outros não estão mal e o estado de minha Tia D. Maria Felicia ha de mudar com a chegada do Jamjão. (5) He verdade, esqueciam-me os outros seus sobrinhos Felicinha, Emilia e Cazuza (6) que são

(3) Antônio Inácio d'Azevedo. Subiu ao Supremo Tribunal.

(4) João José Barbosa de Oliveira, pai de Rui Barbosa.

(5) João Carneiro da Silva Rego, filho, Ministro da Justiça na "Sabinada", havia sido condenado a morte e perdoado por ocasião da maioridade.

(6) Irmãos de João Carneiro.

hoje os mais infelizes. Coitados! Seu pae não cuidou delles como devia. Viverei de esperança, mas quando virão essas glorias? Tardes e frias. Deos queira que eu me engane. Muito e muito lhe agradeço o seu mimo de Beca rica. Não me admirou, porque eu já o esperava. Sei bem e muito bem o genio de meu pae, quanto me estima, e quanto aprecia a importancia da carreira da magistratura. Tambem agradeço a lembrança de me mandar a sua por emprestimo. Talvez ainda a vista no Pará, não por basofia, mas para quebrar os olhos a certos patifes. No momento em que dois biltres, a quem nunca offendi, por adulação e talvez por ordem do alto me discompunhão no numero 4 do *"Paraense"*, periodico que agora aqui se publica imolando os factos para me apresentarem aos olhos do publico como Chefe de Policia parcial e negligente, affirmo-lhe que tudo isso he mentira, bem que tenha tido a pachorra de não ler até hoje o tal papel para me não zangar. Forão tão generosos, que o imprimirão quando eu estava bem mal e a minha vida em perigo. Coitados! De certo a beca não podia vir em melhor occasião. Deos dê saude ao Paulino, se he verdade a noticia e em todo o caso ao Euzebinho, pelo muito que se tem esmerado em cativar a nossa gratidão. Falhou por hora a noticia da Presidencia do Pará, que estava muito espalhada: Não importa: o que eu queria era sahir bem das polemicas com o Alto, e que elle me não pizasse. E como creio ter conseguido (pois ainda me parece sonho) estou satisfeito. Na verdade muito me ha de custar tornar a tomar conta da Policia, sob a administração de um tal bebedo: mas não ha remedio; dia 20 do corrente devo entrar de novo na maromba, porque o Accioli já está desesperado, e diz que nem com vinte contos de reis por anno queria ser Chefe de Policia: com o que muito me rio, mormente estando elle com o Pontes de boa intelligencia. O Accioli he casado com hũa senhora de hũa boa familia desta Provincia. (7) sobrinha da senhora D.ª Jesuina, mulher do José

(7) D. Maria de Macedo.

Ricardo: (8) toda essa familia me estima muito e eu casaria com hũa cunhada delle, excellente creatura e digna de todos os respeitos, se não fosse o homem mais irresoluto do mundo, quando se trata de semelhante couza. Seo Pae foi aqui Juiz de Fóra, e sua mãe, hoje viuva, e amavel senhora, he irmã da Senhora D. Jesuina. He notavel tres Juizes de Fóra do Pará consecutivamente casassem com tres irmãs, a saber, José Ricardo, o Barradas, (9) hoje aposentado na relação do Maranhão, e o Dr. Joaquim Pereira de Macedo, que talvez fosse seu contemporaneo na Universidade."

(8) José Ricardo da Costa Aguiar de Andrada.

(9) Manuel da Costa Barradas .

CAPÍTULO QUINTO

MARANHÃO. CASAMENTO. TRANSFERÊNCIA PARA O RIO.

10 de Maio de 1882.

Desde ontem acho minha vista muito enfraquecida. Vou ver se adianto estas pequenas memórias, antes de ficar impossibilitado de escrever. Meu Deus! Que futuro me espera!

.....

No Maranhão havia poucos divertimentos. Havia um teatro regular, mas sem companhia. Apareceu a Margarida Lemos (1) com o Ricco e uma má e incompleta companhia, e assim mesmo durante esses dias houve certa distração para quem conhecia o teatro lírico.

Havia a *Recreativa*, sociedade de Baile, e algumas noutes assisti a *soirées* bem concorridas nas casas do Inácio José, (2) D. Ana Jansen, Joaquim Burgos, D. Luiza Marcelina Nunes Gonçalves e Ângelo Carlos Muniz. Tive íntimas relações com D. Lourença Leal e toda a família. Era ela a mãe de D. Ana Amélia a quem o Gonçalves Dias dedicou os versos — *"Seus olhos"*. Com efeito, só os olhos de Ana Amélia — olhos únicos no mundo, podiam inspirar tais versos. (Falta-me a vista. Não posso continuar). A irmã casada com o excelente Dr. Alexandre Teófilo de Carvalho

(1) Margarida Lemos, era artista muito apreciada no Rio, no teatro S. Januário.

(2) Inácio José Alves de Sousa.

O Cons°. Albino, sua mulher e os dois filhos mais velhos, Albino José e Francisca Ilidia.

Retrato de Pierre Petit, em cerca de 1857

Leal, tocava muito bem piano, o que era grande recurso para mim, ávido de distrações, e ela mesma era muito boa pessoa. Teófilo já morreu.

As casas em que tive intimidade no Maranhão, foram, ao princípio a do Lobo, e no fim a do Desembargador Agostinho, (3) irmão do Conselheiro Messias. (4) Da frequência da primeira nasceu a relação, que tomei com D. Maria Meireles, que acabou por uma paixão desgraçada. A D. Francisca, então minha amiga, devo revelações importantes que ajudaram a libertar-me.

Depois que o Lobo foi para a Fazenda, romperam-se essas relações, e aconteceram desgraças que do Maranhão me foram reveladas por duas cartas anônimas que rompi, mas de que deixei cópia entre os meus papeis os quais me foram mandados do Maranhão para o Rio de Janeiro. Meu pai reprovava soberanamente esse projeto de casamento e tinha razão. Não há favor maior que eu deva a Deus do que ter-me livrado dessa pestífera calamidade!

Deixei o Maranhão a 2 de Março de 1846. Vim no "*Pernambucano*" de que era Comandante João Militão Henriques. No Ceará fui hóspede do Presidente Inácio Corrêa de Vasconcelos, (5) e tornei a ver o desembargador Machado, (6) então Juiz de Direito. Aí embarcou no vapor o estimavel Teófilo, de Aracati. (7)

---

(3) Agostinho Hermelino de Leão, faleceu como desembargador.

(4) Manuel Messias de Leão, foi Ministro do Supremo Tribunal.

(5) Foi presidente até 1847.

(6) V. nota 48, pg. 151, do capítulo anterior.

(7) Teófilo Rufino Bezerra de Menezes.

Em Pernambuco visitei de passagem o Chichorro, (8) então presidente, e fui hóspede do Presidente da Relação, Antônio Inácio de Azevedo, na *Passagem de Madalena*, casado com D. Maria José, irmã do Agostinho e do Messias e que fora meu condiscípulo na escola do Madeira, na Baía. Antônio Inácio levou-me no seu carro até o porto de embarque no Recife. Morreu aposentado no Supremo Tribunal de Justiça.

Cheguei à Baía no dia em que se enterrava o irmão gêmeo do Rodrigo, (9) a cujo enterro assisti em S. Francisco. No dia seguinte fui à Boa Viagem almoçar com o compadre Caetano. (10) Almocei, voltei à casa na cidade muito fatigado, mudei roupa, e às 3 horas estava em casa de D. Felícia Accioli, (11) onde fui admiravelmente recebido e estava reunida toda a família. D. Leonor (12) tinha então dezoito anos e estava muito bonita. Fiquei encantado dela. Fui depois à casa do José Herculano, (13) à rua do Catanheda, e vi pela última vez a prima Felícia de quem fui sempre muito amigo. Eram os pais do primo Antônio Augusto Pereira da Cunha. Segui para a Vitória onde cheguei ao anoitecer, para jantar com o Souto, (*) por quem fui increpado pela tardança. Jantamos lautamente e estava com ele o Caetano Abreu de Souza, então dono da

---

(8) Antônio Pinto Chichorro da Gama, mais tarde senador pelo Rio de Janeiro. Falecido em 1887.

(9) Dr. Rodrigo Barbosa de Oliveira, filho do Dr. Antônio Américo Barbosa de Oliveira.

(10) Caetano Vicente d'Almeida, pai do Cons.º Caetano Vicente d'Almeida, (Barão de Mucuri), do Cons.º Luiz Antônio Barbosa de Almeida, do Chefe de Divisão Hermenegildo Barbosa de Almeida e Maria Adélia, mãe de Rui Barbosa.

(11) Mãe do Des. Daniel Accioli de Azevedo.

(12) Filha de D. Felícia Accioli.

(13) José Herculano Pereira Lisboa da Cunha.

(*) José Ferreira Souto.

Fazenda da Eminência, em Itaparica, sítio privilegiado, que produz as melhores uvas do mundo. Tarde separei-me e vim dormir à Cidade.

No dia seguinte 2.a feira, era o concurso do João José (14) com o Osório, (15) na Escola de Medicina. Era a prova oral. Assisti à lição do Dr. Manuel Ladislau Aranha Dantas, (16) que versava sobre as diferenças do sono, coma, modorra, torpôr etc., e depois assisti à prova oral do João José que não tirou a cadeira, não por falta de merecimento. Acabada a prova oral dei um pulo à casa de D. Felícia, para fazer uma pergunta, de cuja resposta teria dependido o então futuro, de minha vida. Não obtendo falar à pessoa que procurava, que por acanhamento não me quís aparecer, retirei-me contrariado, fui jantar, despedi-me dos parentes e desci para embarcar.

O inspetor da Alfândega Joaquim Torquato ainda me demorou para levar um ofício, que ele estava concluindo, e duas horas depois das 48, marcadas no Regimento, fui para bordo com o Hermenegildo no escaler do navio que ele comandava.

Saimos quasi à noute para o Rio de Janeiro e o Comandante do vapor já estava muito zangado com a demora. Sem novidade chegamos ao Rio creio que a 22 de Março. Vinham comnosco o interessante Basson, holandês, o Altino Lelis de Morais Rego e este Antônio de Sousa Ribeiro, que depois casou com a filha do Vila Nova do Minho (17) e tanto barulho fez.

---

(14) V. nota I, no fim deste capítulo.

(15) Antônio José Osório, foi nomeado professor.

(16) Famoso lente da Faculdade. Nascido no Sergipe em 1810. Faleceu na Baía em 1875. Serviu na campanha do Paraguai.

(17) José Bernardino de Sá — Visconde de Vila Nova do Minho, título português, dono de um lindo palacete em S. Cristovão, decorado pelos artistas franceses Gonaz e Moreaux.

Chegando ao Rio, fui levado por um amigo a um baile em casa do Xavier de Brito, (18) onde iam tocar o Robbio (19) e o Wynen. (20) O aperto era imenso e com dificuldade pude ver a formosa Carlota Xavier, (21) que eu conhecera menos desenvolvida, mas sempre bela, na Baía. Mudaram-se minhas idéias e fiquei muito impressionado, quando recebo da Baía uma carta do Venceslau, (22) que me propunha aquilo mesmo que eu em Março tanto tinha desejado. Fiquei muito atrapalhado, mas minhas idéias eram outras. Não respondi à carta, preferindo calar-me a dar uma recusa. A carta era de 16 de Julho.

A 20 teve lugar o grande baile dado pelo Snr. então Conde de Valença, (23) e a minha conversa com D. Albina, filha do Albino dos Santos Pereira, (24) me firmara as idéias acerca da Carlota, por quem eu andava muito preocupado, quando em 10 de Agosto recebeu meu pai do Conde de Valença o bilhete, que decidiu toda a minha vida e fixou o meu destino, acabando com as minhas veleidades. Este bilhete existe na caixa de

---

(18) Francisco Xavier Pereira de Brito, político pernambucano.

(19) Agostinho Robbio, violinista, discípulo de Paganini, veio ao Rio em 1845; foi ainda a São Paulo.

(20) Carlos Wynen, tambem violinista, foi à Baía e veio ao Rio em 1846. (V. Cernicchiaro — *Storia della Musica nel Brasile* — Milano — 1926).

(21) Carlota Xavier, filha do Cons.º Tomas Xavier Garcia de Almeida.

(22) Brigadeiro Venceslau de Oliveira Belo.

(23) Estevão Ribeiro de Resende, depois Marquês de Valença, figura de primeira plana na política do 1º reinado. V. nota 4, do cap. VI. Sua ascendência e descendência encontram-se em *Genealogia dos Fundadores de Cataguazes* por Artur Rezende. Rio 1934; — e em Silva Leme — *Genealogia Paulistana* — III, pg. 392.

(24) Tesoureiro da Casa Imperial. Fidalgo-cavaleiro e comendador de várias ordens.

folha onde guardo os velhos papeis da família.» Meu pai, depois de ouvir missa, pois nesse tempo o dia de São Lourenço era dia santo, saindo da Igreja de Santo Antônio dos Pobres, então capela, pois a freguezia criou-se muito depois, (25) entrou na Chácara do Conde, hoje do primo Severino, (26) e foi recebido no gabinete particular, com a costumada familiaridade.

Apareceu a senhora Marquesa, então Condessa de Valença, (27) e propôs o meu casamento com sua sobrinha, hoje vossa mãe. (28) Meu pai chegando à casa, e ainda tirando a casaca, chamou-me — "Snr. Desembargador" — como costumava (pois não só me queria muito e muito, como tinha prazer em um filho tão moço e tão adiantado). Eu acudi, e ele ainda de pé e despindo-se, comunicou-me a proposta muito satisfeito, acrescentando que ele aprovava tanto este casamento, como reprovava todas as minhas anteriores veleidades.

No dia seguinte tive de ir à casa do Conde, agradecer a honra da escolha e o bom conceito em que me tinham, e declarar que aceitava, mas com receio, porque a noiva estava em São Paulo, não me conhecia, podia ter alguma outra inclinação e a minha posição seria desagradavel se ela recusasse, mormente sendo eu convidado, não partindo de mim a iniciativa. Respondeu-me a Condessa que a sua sobrinha não tinha compromisso algum e sabia que ela só desejava a sua felicidade. Foi

---

(25) Criada a paróquia em 16 de Setembro de 1854.

(26) Severino Ribeiro de Sousa Resende, filho do Marquês de Valença. A chácara, cujo palacete depois ardeu, ficava onde está hoje construida a "Vila Rui Barbosa", à rua dos Inválidos.

(27) D. Ilília Mafalda de Sousa Queiroz, v. cap. VI.

(28) D. Isabel Augusta de Sousa Queiroz, filha do Coronel Francisco Inácio de Sousa Quieroz.

a prima Ilidinha, (29) então casada com o tio Luiz, e em cuja casa estavam as duas orfans Genebra e Isabel incumbida pela mãe de falar a esta e comunicar-lhe o ocorrido e parece que não foi muito feliz na sua comissão; vergonha, acanhamento, ou qualquer outra cousa, fizeram vossa mãe recusar-se a dar uma resposta.

Partiu a família Valença para São Paulo em Outubro, e a 4 de Novembro, se me não engano, recebi carta do Conde, participando que sua sobrinha tinda dado o — *sim* — e que me aprontasse para no próximo Fevereiro ir a São Paulo realisar a ceremônia. Estava eu muito doente de cama, com as febres artríticas e que chamavam — *Polka* —, quando essa carta foi recebida e foi minha irmã quem a leu. Eu puz-me a chorar, porque apesar de desejar e precisar muito casar-me, e de me parecer este casamento muito aceitavel, lamentava a perda de minha liberdade e o peso que ia tomar sobre mim.

Entretanto havia motivo para alegria. Apenas me levantei da cama, respondi ao Conde, agradecendo e cuidei em fazer-me retratar em miniatura, que o Marin (30) orlou de bonitos brilhantes, e mandei o retrato de mimo à minha noiva. Foi portador o lente Dr. Furtado (31) que depois foi Conselheiro. O Desembargador Braga, (32) sempre folgazão surpreendeu-me em casa do Marin com o retrato na mão e quís fazer

---

(29) D. Ilidinha Ribeiro de Resende, filha do Marquês de Valença, casada com seu tio, Comendador Luiz Antônio de Sousa Barros — (V. Cap. VI).

(30) Carlos Marin, "Ourives de S. A. Imperial a Princesa D. Januária", então dos mais afamados joalheiros do Rio. Tinha loja à rua do Ouvidor.

(31) Francisco Maria de Sousa Furtado de Mendonça, professor da Faculdade de Direito de S. Paulo.

(32) Antônio Rodrigues Fernandes Braga.

grande barulho, mostrando-o a todos que passavam. Com prudência consegui modera-lo.

Em Dezembro teve lugar o grande baile do Paca, (33) na casa do Catete, foi brilhante e realçou-o a presença de Carlota Xavier, mas não dansei com ela muito de propósito e apenas lhe falei. Começavam as relações dela com o Visconde de Mareuil, (34) com quem casou depois. Nos fins de Fevereiro de 1847, recebi aviso do Conde para ir para São Paulo, não só para realisar-se a ceremônia, como para depois cuidar do inventário e partilhas, ainda por fazer, apesar de serem falecidos os Snr. Francisco Inácio e D. Francisca desde 1830 e 1831. A 3 de Março segui para Santos, no vapor de que era comandante o Alcoforado, e dormimos a noute de 4 para 5 fundeados defronte da Fortaleza. Eram passageiros alguns estudantes, entre os quais o Costa Pinto, (35) hoje viuvo da Marquesa (36) (o que é este Mundo, meu Deus!) e João Inácio Silveira da Mota, (37) que sabiam do casamento, quando eu supunha estar em segredo. A cada momento me interpelavam: — *"Então Snr. Desembargador, que vai fazer a S. Paulo?"* Eu respondia com subterfúgios, quando o João Mota, que tinha comigo toda a liberdade, pois eu tinha carregado com ele no colo em pequenino na Baía, na casa do pai, muito frequentada por nós, encobrindo o rosto com a aba do chapeu, de sorte que só eu o via, riu-se para mim, de modo que eu desconfiei que ele sabia alguma cousa. Com efeito chegamos a fala e disse-me que o Santos Cruz, empregado no Selo de São Paulo, vendo a Provisão do Bispo com as dispensas para o meu casamento, participara tudo ao Marquês de

(33) Manuel Joaquim Pinto Paca, político e militar baiano.
(34) Diplomata francês.
(35) Dr. Antônio Costa Pinto (V. cap. VI).
(36) Marquesa de Monte Alegre.
(37) Filho do Cons.º Joaquim Inácio Silveira da Mota.

Monte Alegre, e que por aí o Costa Pinto e a irmã delé, D. Maria Luiza, sabiam de tudo.

Então expliquei a mim mesmo certa pergunta que me fisera D. Maria Luiza, dias antes, — "se era Isabel ou Genebra".

Na manhã seguinte desembarquei e fui recebido com toda a distinção pelo José Vergueiro, (38) com quem passei todo o dia, e a 6 ele me levou de carro até o Cubatão e obteve do Bueno (39) o privilégio de passar eu pela nova estrada da Serra da Maioridade, que ainda estava fechada ao público. Com efeito foi grande favor porque a serra velha era um abismo. Cheguei muito bem até o Rio Grande onde o falecido Campos, (40) me recebeu muito bem, mas daí em diante a jornada foi penosa porque eu estava muito cansado e desde o Maranhão não montava a cavalo. Ao anoute-

---

(38) José Pereira de Campos Vergueiro, primo de sua futura mulher, filho do Senador Vergueiro (Nicolau Pereira de Campos Vergueiro). Casou-se com D. M.ª Umbelina Gavião Peixoto. O Comendador José Vergueiro, braço direito de seu pai nos grandes empreendimentos por ele cometidos, transformou o velho *"caminho do mar"*, de gloriosa memória, em uma estrada de rodagem, no sentido técnico da palavra. Quando o Cons.º Albino a percorreu estava este seu futuro primo em meio de suas reformas, que só foram terminar vinte anos mais tarde. José Vergueiro primeiro reparou a antiga estrada da serra e restaurou a *estrada da Maioridade*. Depois mudou desde o Ponto Alto até S. Paulo quasi que todo o traçado da estrada antiga. Na serra da Maioridade diminuiu as rampas, levantando grandes minas de pedra e calçou-a em certos pontos. Por isso esta estrada foi conhecida por muito tempo como "Estrada Vergueiro". Atualmente, reconstruida e modernizada, é uma das melhores estradas para automoveis do Brasil. Djalma Forjaz — *O Senador Vergueiro, Sua Vida e Sua Época* — S. Paulo — 1927 — pg. 127).

(39) Camilo Xavier Bueno da Silveira, futuro sogro do Barão de Ataliba Nogueira.

(40) Campos, administrador de uma das fazendas de sua noiva.

cer passei o *Lava-pés* (41) e entrei em São Paulo quando se acendiam os lampiões. Procurei a casa do tio Francisco (42) que não estava em casa, nem a Senhora, pelo que tive de esperar sentado na escada, porque estava muito fatigado.

Chegou logo a tia Antônia e fui recebido magnificamente. No dia seguinte, que era Domingo, estando eu descançando pela jornada antecedente, chegou às 11 horas o meu cargueiro, pelo que deliberei ir apresentar-me à minha noiva. Com efeito entre meio dia e uma hora, saí acompanhado pelo Sousa Queiroz à casa do tio Luiz Antônio, (43) onde morava a minha noiva, e onde estava hospedado o Marquês de Valença, então Conde, com toda a sua família. Apareceu-me logo a minha noiva, acompanhada pela Snra. Marquesa de Valença, com vestido de manga curta. Estendi-lhe a mão, apertei-lha e beijei-lha.

Mudado estava todo o aspeto de minha vida. A minha noiva agradou-me e suas maneiras acanhadas eram muito próprias da educação que tinha recebido e de sua posição. Achei-a sómente mais alta do que esperava, a vista das informações.

Pediu-me o Marquês que aparecesse todos os dias antes do jantar e de noute, para fazer a corte à minha noiva, enquanto não se marcava o dia para a celebração

---

(41) "Á entrada da cidade demorava o riacho Lavapés, hoje terreno dissecado e cheio de ruas populosas. Ali, o viandante apeava-se e compunha o desalinho do vestuário, preparando-se para entrar na cidade limpo e escorreito." (Barão de Paranapiacaba — *in* Almeida Nogueira — *A Academia de S. Paulo — Tradições e Reminiscências* — III, pg. 3).

(42) Francisco de Sousa Queiroz, Barão de Sousa Queiroz, 3.º filho do Brigadeiro Luiz Antônio de Sousa. Foi Senador do Império por S. Paulo em 1848. Casou-se com sua prima D. Antônia Eufrosina Vergueiro.

(43) Comendador Luiz Antônio de Sousa Barros, filho mais velho do Brigadeiro Luiz Antônio — (V. Nota 33 do Cap. VI).

do sacramento, que devia não tardar, porque a Snra. Marquesa, muito adiantada em gravidez, tinha pressa por isso em retirar-se para o Rio de Janeiro.

Voltei, com efeito, Domingo à noute e fiz as duas visitas na 2.ª feira, e logo nesse dia, marcou-se a 4.ª feira, 10 de Março, para a celebração. Fiz ainda as duas visitas na 3.ª feira, mas fui logo prevenido para não ir na 4.ª feira, senão às 7 horas da noute para a cerimônia, porque durante o dia havia muito que fazer.

Nas minhas visitas procurava conversar e ser amavel com a minha noiva, mas nunca tive uma única ocasião de lhe dizer uma única palavra sem testemunhas.

Com efeito, na 4.ª feira ao anoutecer achamo-nos reunidos em casa do Snr. Luiz Antônio, além da família deste e da do Conde, e minha cunhada D. Genebra, que morava aí, eu, o Major Azevedo, (44) tutor das filhas do Snr. Francisco Inácio, os tios Vicente (45) e Francisco e suas mulheres, o Agostinho Perdigão, (46) então estudante, o Cônego Manoel Emídio Bernardes, (47) primo do meu sogro e o cônego Joaquim Ma-

---

(44) Francisco José de Azevedo — V. nota 43, pg. 194, do Cap. VI.

(45) Vicente de Sousa Queiroz, Barão da Limeira, 2.º filho do Brig.º Luiz Antônio. Casou-se com sua prima D. Francisca de Paula Sousa.

(46) Agostinho Marques Perdigão Malheiro, (filho) era primo do Marquês de Valença, por sua mãe, D. Urbana de Rezende. Formou-se em S. Paulo. Seguiu a magistratura, chegando a desembargador. Foi deputado geral por Minas. Deixou várias obras de alto valor entre as quais "A Escravidão no Brasil", considerada clássica. Casou-se com D. Luiza de Queiroz Matoso da Câmara Perdigão, irmã de Eusébio Queiroz. (V. Artur Rezende: *Genealogia dos Fundadores de Cataguazes* — Rio — 1934 — pg. 325).

(47) V. Cap. VI, p. 189.

nuel Gonçalves de Andrade, que vinha representar seu tio e bispo, D. Manuel, (48) visto que este, por doente, não podia vir assistir ao Sacramento, e menos administra-lo, como desejava. Oficiou o Vigário de Santa Efigênia, (49) bom velho, com quem sempre falava e que me precedeu no túmulo.

Muito custou a minha noiva pronunciar o — *Recebo a vós — e o — sim* — que precede a essas palavras sacramentais: nunca receei, e ri-me. Mas realmente a demora foi muito grande.

Acabada a ceremônia, seguiu-se o festejo. Chiquinha, depois Cambolas, (50) então de 13 anos, Mariquinhas, (51) de 10 ou pouco mais, dançaram, tomou-se chá e ali pelas 11 horas foi a prima Ilidinha, (52) então casada com o tio Luiz, levar-nos à casa. Era a chácara do Azevedo, rua dos Bambús, que é hoje da gente do Bento Azevedo. Nessa boa casa e chácara passamos a lua de mel e todo o resto do ano até 19 ou 20 de Dezembro, em que partimos para Santos.

Escrevi logo ao Padre João Albertino, dando-lhe conta do casamento. Deu-se parte do casamento a meia cidade de S. Paulo e fomos muito visitados, inclusive pelo presidente Barão de Suruí, (53) então Manuel da Fonseca e D. Carlota, e pelo Francisco de Lima, ex-

(48) D. Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade, 5.º bispo de S. Paulo, faleceu no ano de 1847.

(49) Antônio Joaquim da Silva.

(50) D. Francisca de Sousa Resende, filha do Marquês de Valença, depois casada com o Conde de Cambolas, Marquês de Palarin.

(51) D. Maria de Sousa Resende, filha do Marquês de Valença, casou-se com o Dr. José da Costa Lima e Castro.

(52) V. nota 29, p. 166.

(53) Manuel da Fonseca Lima e Silva, militar, tio do Duque de Caxias, ministro várias vezes, da pasta da guerra. Casado com sua sobrinha D. Carlota Guilhermina. Era irmão do Ex-regente Francisco de Lima e Silva .

Regeste, que estava com o irmão e com a filha. De toda essa gente, poucos existem. A inexoravel morte que breve me ha-de levar já os levou! (54)

Frequentavamos quotidianamente a casa do tio Luiz: o Conde e família retiraram-se para o Rio antes do fim de Março, e o nascimento do Geraldo não foi tão cedo como se esperava, pois ele só nasceu a 19 de Abril. (55) O meu trabalho era ir todos os dias ao Cartório do Escrivão de Orfãos ver se adiantava e concluia o inventário e partilhas, mas tanto o Castro, escrivão, como o Silveira da Mota, (56) advogado do Marquês de Mont'Alegre, tinham recomendação para demorarem até que ele fosse pessoalmente a S. Paulo. O meu único divertimento era ir à Academia ouvir as explicações dos lentes, mormente a Economia Política, de Carlos Carneiro de Campos, depois Senador e Visconde de Caravelas.

---

(54) V. nota II, no fim do capítulo.

(55) Geraldo Ribeiro de Sousa Resende — Barão Geraldo de Resende — Seria mais tarde genro do Cons.º Albino.

(56) José Inácio Silveira da Mota, lente de direito.

NOTAS AO CAPÍTULO QUINTO

NOTA I

João Barbosa

Em suas estadas na Baía, Albino procurava sempre os parentes, como se acaba de ver. Creara porém uma especial amisade com João José, irmão de Antônio Américo e filho de Rodrigo Barbosa de Oliveira. Falecera este ainda jovem não deixando à viuva, D. Luiza Soares Simas, mais que um prédio, no centro da cidade. A viuva não se deixou abater, e vivendo no sobrado do edifício à custa do aluguel do andar térreo, educou com supremo sacrifício seus filhos. João José Barbosa de Oliveira estudou medicina. E' o pai de Rui Barbosa. Albino acompanhou com o mais vivo interesse o curso do seu parente, auxiliando-o quanto podia. Fê-lo com o maior tato, de modo a não ofender a susceptibilidade do jovem, cônscio de seu justo valor. Há uma longa correspondência entre ambos.

Em 1835 sendo o Cons.º Albino Juiz de Direito em Caravelas, dirigia e auxiliava os estudos secundários do primo. E' o que revela a seguinte carta:

"Bahia 5, Março 1835.

Primo:

Approveito a occasião pa. pedir-lhe que me mande huma calça das chamadas vulgarmente de "guardar sujo", porque estou necessitadissimo de hũa, e hoje mesmo que lh'escrevo não vou ao estudo por me faltar calça e assim não deixe, eu peço de mandar ordem para comprar-me huma.

Indague V. mesmo do Henrique se os estudantes têm ou não necessidade d'hum *Gradus ad Parnassu*, afim de mandar tão bem ordem para se me dar esse livro.

Soube do Lente, que V. lhe havia mandado pedir informações de minha conducta litteraria; e exultei de gosto quando soube, que essa tinha sido bastante gloriosa para mim; mas minha alegria não procedeo da vaidade, sim de gosto que tenho em lhe pagar esses beneficios com desmedida applicação ao estudo, do qual pretendo sahir este anno, q. o Henrique me prometteo assim se eu continuasse com assiduidade.

Se lhe é possivel mande dar-me duas jaquetas, que não tenho nem hũa.

Mande dizer-me quando quer que frequente Francez. Desejo-lhe saude e felicidade.

Seo primo obr.º e C. p. C.

JOÃO JOSÉ BARBOSA DE OLIVEIRA."

João José matriculou-se na Faculdade de Medicina da Baía em 1837, com 18 anos. E' o que informa o *Arquivo da Faculdade de Medicina da Baía.* (Vol. V p. 93). O Cons.º Albino deve ter ficado desgostoso com a escolha da carreira, alimentando como alimentava, vivos preconceitos contra a profissão de médico. Talvês tenha influido no ânimo de João José a preocupação de economia. O curso jurídico ficava em Olinda, e portanto era muito mais dispendioso. Tanto o temperamento como as aptidões de João José o indicavam para a carreira das leis. Mais tarde se ocupou mesmo de várias questões forenses, como procurador, informa-o sua correspondência. Contudo o seu curso de medicina foi brilhante, "sem R", o que significava que só obtivera notas *plenamente* e *distinção*, visto que o *simplesmente* ou *simpliciter*, como então se dizia, tambem se representava por *r*, porém minúsculo.

João José não se matriculou no ano de 1838, talvês pelas atrapalhações sobrevindas da sua participação na "sabinada". Só

em 1839 a publicação acima aludida consigna sua matrícula no 2.º ano.

Em 1843 completava pois o 6.º ano, e preparava sua tese, a propósito da qual dirigia a seu parente e amigo a seguinte carta:

"Bahia, 25 de Agosto de 1843.

"Meu primo e Snr.

Não pretendia escrever-lhe agora senão para participar-lhe que na m.ª These, que sustentarei d'aqui á menos, talvez de 2 mezes, seo nome apparecerá como o de um de meus poucos parentes, que me tem feito favores para nunca serem esquecidos; mas emfim, não só lhe faço esta participação, que terá por força mais exactidão do que a outra anterior, quando quiz imprimir uma composição minha para ter mais meios pecuniarios — composição, porém, que a esterilidade do ar que me cerca, matou ao nascer — é de necessidade importunal-o com outras coisas.

Em 12 de Fevereiro deste anno lhe escrevi pedindo que além dos 50$ reis ordinarios (talvez já então recebidos) me desse mais 100$ reis repartidos em 30$ immediatamente, e 70$ até o fim do anno; e lhe rogava tambem que obtivesse de meu Primo José, (1) de quem já tinha recebido por meu primo Luiz 50$ rs. outra quantia de 100$ rs. do mesmo modo repartida. Uma carta de Vm.ce de 12 de Mço. tem estes periodos"... far-lhe-hei o bem que de mim exige... não já; mas d'aqui a poucos mezes. Mostrei a sua carta ao meu Irmão e seu primo José, para o qual não foi necessario exforços; elle se presta muito de bom grado". Tendo-me eu dirigido a meu padrinho, o Snr. Caetano Vicente d'Almeida, (2) para adiantar-me todo o dinheiro prometido, elle, que tinha de Vm.ce recebido uma carta em que a meu respeito, n'aquelle ponto, não era muito claro, com seus escrupulos costumados muito louvaveis, posto que me fizesse o favor pedido,

(1) O Dr. José Barbosa de Oliveira, irmão do Cons.º Albino.
(2) Pai de Ma. Adélia, seu futuro sogro.

todavia endereçou-se a Vm.ce para esclarecer: a sua resposta foi, da parte de meu Primo José 50$ reis (em vez de 100$ rs. ou promessa de ordem para o resto); quanto a Vm.ce nada de positivo, porque, como se explica, não se lembra de que me houvesse promettido.

Eu lhe peço, pois, que primeiro, faça o favor de buscar convencer-se de quanto aqui lhe escrevo, que é tudo verdade; depois escreva a meu padrinho de modo que, cumprido quanto vem na sua carta a mim, (de 12 de Fevereiro) nem elle fique em um desenbolço, que eu estou bem longe de desejar, nem eu fique em uma situação de desespero, d'onde já hoje não me pódem tirar nem todas essas mesmas quantias realisadas; porquanto errei meus calculos de um modo que não pensava, sem que todavia desbaratasse o dinheiro do favor, como se póde ver de uma conta corrente que de cá meu padrinho poderia fornecer a quem se quizesse dar ao trabalho de examinal-a; porém, comtudo, eu não pedirei mais nenhum soccorro a nenhum dos meus bons parentes além d'aquelle que está de ha muito promettido — seja lá qual fôr o resultado.

Espero tudo de Vm.ce sobre o meu ponto principal.

Faça-me o obséquio de recommendar-me a sua Família, e em nome tambem da minha, que, como eu, é de Vm.ce muito obrigada. —

Seu primo amigo agradecido.

João"

Como se vê, já em 1846 pretendia uma cátedra na Faculdade competindo com o Dr. Antônio José Osório.

(Vide em *Mocidade e Exílio de Rui Barbosa* — Volume 38 desta série *Brasiliana*, outros documentos sobre a vida de João Barbosa).

NOTA II

Casamento

Em 13 de Março, em carta ao seu pai o Cons.º Albino narrava com mais minúcia a ceremônia do casamento:

"S. Paulo, 13 de Março de 1847.

Meu querido Pai e Amigo do Coração.

No dia 10 do corrente, cazei-me com a Snra. D. Isabel Augusta de Souza Queiroz, com plena e geral satisfação. As 6 3/4 da tarde tinha acabado a ceremonia. Assistirão somente os Parentes de minha mulher, todos em grande gala, e o Perdigão Filho, por tambem ser sobrinho do Conde. Este e a Condessa, o Luiz Antonio e Senhora foram os Padrinhos. O Conde estava com a sua Gram Cruz, Dignitaria, fardão etc. As Senhoras ornadas de perolas e brilhantes. A minha noiva vinha radiante de brilhantes: o meu retrato pendia-lhe ao collo d'hum rico collar de brilhantes, que fora de sua Mãy; o cabello era apanhado por huma rica flôr de brilhantes (3), o véo por outra inda mais rica, além de brincos, anneis etc, tudo de brilhantes: as pulseiras erão de pérolas com feixes de brilhantes. Tudo isso aqui está debaixo dos meus olhos, arranjado e guardado em sua competente caixa. Quando a sua filha Isabel appareceu, dirigi-me a ella, e quando hia apertar-lhe a mão, na forma do costume, deo-me ella hum rico solitario, cujo valor não sei, porém, de certo vale mais de 600$000 rs; esse trago-o no dedo até hoje e era do uzo de seo Pai. O Bispo deo a licença mais ampla, que he possivel, até para recebermos as bençãos na Quaresma, e tudo gratis, e pediu desculpas, ou antes mostrou-se muito sentido por não ter

(3) Esta flor, que ainda continua em poder da familia, figura no retrato a óleo de D. Francisca Miquelina, e tambem no de sua mãe D. Genebra, ambos actualmente no Museu Paulista em Ipiranga. Já conta pois cinco gerações, no mínimo, na família.

podido vir em pessoa fazer o acto, pois alem de 81 annos está muito doente. Veiu portanto o Conego Vigario de Sta. Iphigenia que he a nossa Freguezia, que o Zuza deve conhecer. Acabado o recebimento, conversou-se, cantou a prima Amelia, dançarão as meninas, serviu-se hum bom chá, e depois de 10 horas viemos para esta chacara, onde moramos, que he do Azevedo, Tutor, onde estamos inteiramente izolados, e não vemos senão quem de proposito vem procurar-nos, porem satisfeitos; eu o estou, a sua filha diz que o está, e o parece. No dia seguinte fomos ao jantar da familia. Estavam somente os parentes, e era hum banquete. O numero 78 da rua dos Invalidos foi cá muito saudado com brindes. Muito estimaria que todos estivessemos juntos, e isso seria grande prazer: porém não era possivel. Isto me entristecia bastante. A noute joguei o voltarete com o Conde e os tios de sua filha e perdi 7$600 rs. Não me lembro quando jogasse a ultima vez, porém, como já estou reformado, e no calçado velho, e agora as bellas não quererão de certo que eu as namore, não tenho outra couza que fazer, fui jogar e perder o meu dinheiro. Hontem fez annos minha cunhada, que he muito boa menina, e me trata com muita amisade. La fomos passar o dia, e nada houve de notavel. A casa onde moro he excellente, vasta, e a chacara muito bem plantada de horta e jardim, arvores fructiferas, agoa dentro etc. porém como está fóra da cidade, e as estradas não são calçadas, acontece que quando chove, fica tudo intransitavel, e se não fosse termos a traquitana do Luiz Antonio, que nos tem vindo buscar e trazer, teriamos ficado privados de sahir. Já tenho bom cavallo, que he o mesmo do uzo da Sra. D. Isabel, já mandei arranjar sellim para mim, e deste modo poderei sahir daqui, mesmo quando as estradas estejão muito humidas. O nosso serviço he todo de prata, bacia e jarro, escrevaninha, castiçaes, facas, garfos, colheres, serviço completo de chá e café etc. Com effeito o Sr. Francisco Ignacio era hum homem de muito gosto e assaz grandioso. Todas estas cousas não poderão de certo ficar a minha mulher, porém

realmente supponho-a bem rica. Quanto aos brilhantes, hontem as duas irmãs os dividirão entre si; porém todas as peças que sua filha levou sobre si no acto do casamento, são della, e aqui estão. A outra não levou bastante, e a differença a final não hade ser grande. E assim mesmo faltarão algumas joias, que as meninas perderão por descuido. Das fazendas não sei. Do estado da casa sei somente que se pagarão 200 e tantos contos de dividas, e que hoje não devemos nada; porém não ha dinheiro nenhum em ser. Vi hoje muita couza do enxoval, porém não sei o que ha; sei somente que até hoje nada tem faltado. Os dois amigos do Andrade (4) para os quaes trouxe cartas de ordens delle, já me escreverão fazendo offerecimentos, e abrindo-me creditos em casa de seos correspondentes, dos quaes espero em Deus não precisar. He todavia bom tel-os. O conde será o portador desta, e lhe dirá o que me tem escapado. Pode meu Pae entender-se com elle a respeito dos meus futuros arranjos, que me dão cuidado: a remoção para o Rio primeiro que tudo, e na falta a Directoria. Na verdade esta cidade, depois que o Conde se foi, e os Cunhados, fica para mim hum verdadeiro deserto. E na chacara onde estou, creia meu Pae, que não se vê hum só vestigio de gente: hontem vi hum cabrito na rua. Hoje nem isso. Apenas ouço o cantar dos passaros e o chiar das cigarras. Vou escrever aos dous Ministros, do Imperio e da Justiça. (5) Se o Zuza (de quem tenho tido muitas saudades pela noticia de sua proxima longa viagem) ainda ahi estiver, pode ser portador dellas; não: agora me lembro que elle não falla com o Torres, e tem razão. Por tanto meu Pae as mande entregar por portador capaz (6)."

---

(4) Deve ser João Pereira de Andrade de quem falamos acima.

(5) O ministro do Imperio era Joaquim Marcelino de Brito, magistrado, que subiu ao Supremo Tribunal; o da Justiça era José Joaquim Fernandes Torres, deputado por Minas Geraes, e lente de direito em S. Paulo.

(6) Provavelmente o Dr. José Barbosa de Oliveira (2.º) se incompatibilizara com o Ministro na Academia de S. Paulo onde estudara.

"19 de Março.

Meu Pai. Hontem á tarde tive o prazer de receber a sua de 12 do corrente, e muito estimei suas noticias. Sinto que a carta que daqui lhe escrevi em 7 do corrente, se perdesse. O José Vergueiro me escreveu asseverando que a recebeu, e remetteu ao seu correspondente do Rio para a entrega, porém assevero-lhe que enviei; e os chapéos que chegarão todos machucados, e que eu julgava de todo perdidos, felizmente tiverão concerto. Sobre o meu casamento nada tenho a accrescentar. A sua filha Isabel anda muito alegre e satisfeita, e isto me contenta sobremaneira. Creio que ella lhe escreveu; tambem não sei porque he tão acanhada e timida, que pouco falla, porém talvez a carta della não vá com as minhas, e seja entregue directamente por ella á Sra. Condessa. Sinto os estragos que tem feito as chuvas; cá tambem tem chovido, porém razoavelmente: o clima é optimo, fresco, que excellente agoa! Se meu Pae viesse cá passar uns meses com a familia, faria muito bem e gozaria de boa saude. Tenho cá 3 negros maduros, hũa cozinheira, hũa lavadeira, hũa mocamba da Sra., hũa cria de 3 annos, hum moleque de 18 ou 20 annos. Quando vi a creoula, perguntei-lhe o nome. Respondeu: *Isabel*, olhei para a Sra. e sorri-me. Volto-me para o moleque, faço-lhe a mesma perquenta. Responde: *Albino*. Dei huma gargalhada, pois bem de proposito. He de notar que a Sra. não os conhecia, nem a hum nem a outro, que erão proximamente chegados do engenho para o nosso serviço. Desejava eu mandar o Albino (negro) para o Rio afim de aprender a boleeiro, porém, por ora fez-me falta: depois o mandarei, e meu Pai lá o terá em casa. As suas encommendas ficão-me na memoria: com o tempo e diligencia tudo se arranja. Fallo da besta e do moleque para boleeiro. Senti a morte das pessoas de amisade que meu Pai refere. Deus os tenha em gloria!

Coronel Francisco Inácio de Sousa Queiroz

(Quadro a óleo, de autor desconhecido, pintado no Porto, no principio do século XIX. Foi doado pelo Dr. Luiz Albino Barbosa de Oliveira ao Museu Paulista, do Ipiranga).

De tudo o mais de sua carta fico sciente. Leia como puder meu Pai por que cá não sei como escrevo. Veja que turba ahi vae de cartas, tudo do meu punho, e algũas bem grandes, porque além de parte do casamento, tratei de negocios. O Zuza disse-me que lhe entregou 400 e tantos mil reis meus. Se meu Pai precisar delles gaste-os. Aliás guarde-os até aviso meu. Inclusa vae a minha chapa: mande á loja do Cardoso, rua do Ouvidor, esquina da rua dos Ourives, fazer cem bilhetes, custa isto 4$000. Mande abrir chapa e fazer outros cem bilhetes com o nome da Snra. D. Isabel Augusta de Souza Queiroz, e prendel-os com fio de prata: lá mesmo se faz isto. Custa isto 9$000 rs, a fora o tal fio de prata, e trabalho de fazer os laços. Guarde tudo isto até o seguinte vapor, pelo qual lhe mandarei a relação das pessoas a quem se deve dar parte, e meu pai mandará por os nomes nos sobrescriptos, e entregar pelo boleeiro Antonio, a cavallo, porque anda depressa, e a entrega é fiel. Todas estas cartas meu pai faça favor de dirigir aos seus destinos, pagar os portes e carregar-me em debito. (7) Nada de ceremonia. Recebi as gazetas, e ainda não as li. Veja que trabalhão tenho tido. Ainda não dei parte a ninguem, porque ainda as cartas não vierão da Imprensa. Adeus meu querido pai, Abençoe o seu filho amigo do C.

ALBINO."

(7) Junto aos papeis dessa época está tambem a lista, pela letra do Marquês de Valença, das pessoas a quem deviam os noivos mandar participações.

CAPÍTULO SEXTO

AS FAMÍLIAS BARROS-PENTEADO E SOUSA-QUEIROZ

Rio das Pedras, 3 de Março de 1882.

Minha Chiquinha (1):

Mostraste-me desejos de saber algumas informações a respeito da família de tua Mãe, e vou satisfazer-te, dizendo-te o que sei, já por tê-lo ouvido aos parentes, ao falecido Padre João Albertino de Seixas, (2) nosso bom amigo e parente, e principalmente ao Marquês de Mont'Alegre.

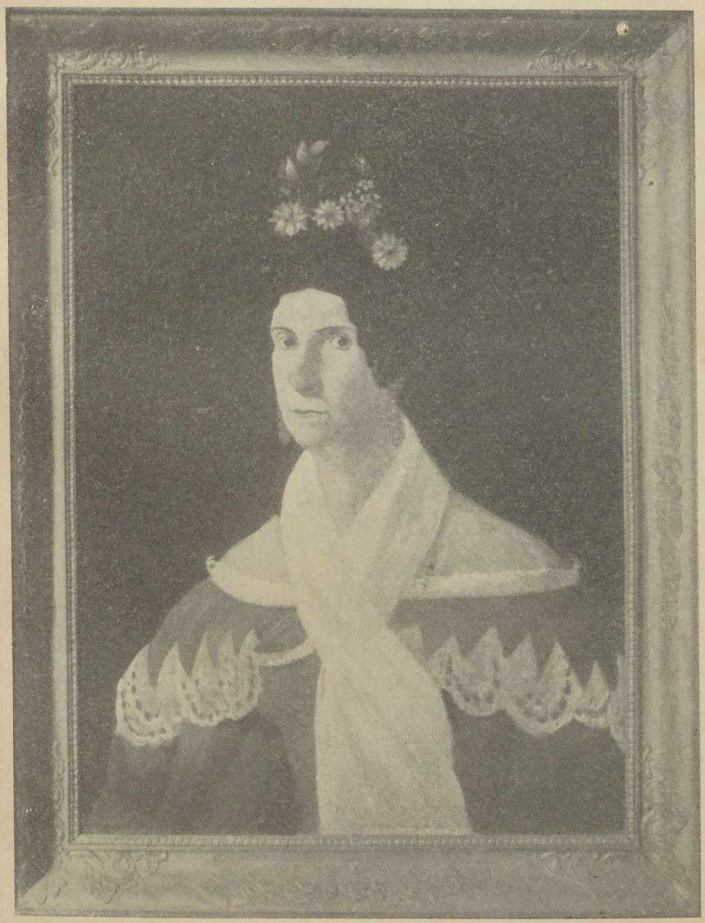
Nos fins do século passado e começos deste viviam em Itú, os Snrs. *Antônio de Barros Penteado* e *D. Maria Paula*, (3) casal muito considerado por suas qualidades e pelos bens de fortuna que possuiam. Tiveram filhos: D. Ângela, D. Ana, D. Genebra, D. Escolástica, Bento, Antônio, Francisco, Fernando, D. Maria e creio

---

(1) Sua filha mais velha, D. Francisca Barbosa de Oliveira Jacobina.

(2) Padre João Albertino de Seixas —, parente afastado do Coronel Francisco Inácio, português de nascimento. Viveu sempre em Campinas, como Procurador do Coronel, de cujos negócios cuidava. Administrou suas fazendas com notavel diligência, distinguindo-se no trato com os escravos. Segundo consta, foi dos primeiros, nessa região, a promover casamentos cristãos entre os negros.

(3) Consta a descendência deste casal no vol. III, p. 385 da *Genealogia Paulistana*, de Luiz Gonzaga da Silva Leme, S. Paulo, 1904, e tambem nos *Apontamentos Genealógicos* por L. P. Moretzsohn de Castro, Santos, 1900.



D. Genebra de Barros Leite, mulher do Brigadeiro Luís Antônio de Sousa. Casada em segundas nupcias com o Dr. José da Costa Carvalho, mais tarde marquês de Monte Alegre.

(Quadro a óleo existente no Museu Paulista, do Ipiranga).

D. Francisca Miquelina de Sousa Queiroz — Fª. do Brigadeiro Luís Antônio de Sousa, casada com Francisco Inácio, seu primo irmão.

(*Quadro a óleo, de autor desconhecido. Figura no Museu Paulista do Ipiranga*).

que outro cujo nome não me ocorre, e que não fez carreira. (4)

A tia *Ângela* casou com o Português Mesquita (5) e dela descendem todos os nossos parentes Mesquitas. Conheci-a em Itú, ao assistir ao casamento da prima Aninha, filha do Barão de Itú, (6) com João Tobias. (7)

A tia *D. Ana* casou com o português Costa Aguiar, (8) Coronel, e desse casal descendem os Fomm, Whitaker, Melchert, etc. Nunca os vi, pois já era falecida, quando me casei. Um irmão do Coronel Costa Aguiar (9) casou com uma irmã dos Andradas, (10) e deles descendem o Conselheiro José Ricardo, condiscípulo de meu Pai, Bento Francisco e o Capitão Francisco Xavier, sogro do Barão de Penedo (11) e pai do Dr. Chiquinho Xavier, hoje Barão d'Aguiar d'Andrada. (12)

Da Snra. *D. Genebra* falarei depois por ser tua bisavó.

---

(4) Segundo os dois genealogistas acima citados a ordem dos filhos é a seguinte: 1) D. Ângela, 2) Joaquim, 3) D. Genebra, 4) D. Escolástica, 5) Bento, 6) Antônio, 7) Francisco Xavier, 8) D. Ana Joaquina, 9) D. Maria.

(5) Capitão José Manuel de Mesquita, natural de S. Pedro de Alvito, Portugal.

(6) Bento Pais de Barros.

(7) Dr. João Tobias de Aguiar e Castro, filho do Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar e de D. Domitila de Castro Canto e Melo (Marquesa de Santos), casou-se com D. Ana de Barros em 1858. (*V. D. Pedro I e a Marquesa de Santos* de Alberto Rangel. Rio, 1916, 1.ª ed. pg. 357).

(8) Coronel João Xavier da Costa Aguiar.

(9) Capitão-Mor Francisco Xavier da Costa Aguiar.

(10) D. Bárbara Joaquina de Andrada.

(11) Francisco Inácio de Carvalho Moreira — famoso diplomata. Ministro do Brasil em Londres.

(12) Francisco Xavier da Costa Aguiar de Andrada. Barão em 3-V-1876. Diplomata. Faleceu em Washington em 28-III-1892. Sobre a descendência dos Costa-Aguiar de Andrada — ver o estudo genealógico do Cônego Raimundo Trindade — no *Anuário Genealógico* — II, 283 (1940).

A tia *Escolástica* casou com o Desembargador Miguel Antônio de Azevedo Veiga e foram pais do Primo Miguel, (13) filho único, depois casado com a Prima Cândida Campos que são pais de duas senhoras, uma casada com o primo Adolfo Melchert, (14) e outra com o primo Rafael, (15) filho do Barão de Itú.

Como só tivessem filhas, um amigo aconselhou-os que puzessem à quarta filha o nome de Escolástica, prometendo pôr o nome de Bento ao primeiro filho, que nascesse, e assim aconteceu: (16) o primeiro filho que nasceu foi varão e teve o nome de *Bento*, e foi muito respeitado, ganhou fortuna, foi Capitão mór e depois Barão de Itú. Conheci-o em Itú, quando lá fui a primeira vez; quando anos depois lá voltei, para assistir ao casamento da filha dele com João Tobias, era já falecido com setenta e tantos anos. (17) E' pai do Visconde de Itú.

---

(13) Capitão Miguel Antônio de Azevedo Barros.

(14) Adolfo Júlio de Aguiar Melchert.

(15) Rafael de Aguiar Pais de Barros.

(16) S. Bento e S. Escolástica foram os fundadores da Ordem Beneditina. Segundo os dois genealogistas supracitados, o segundo filho do casal seria um varão, Joaquim Floriano. Não se compreenderia assim a razão da promessa.

(17) *Bento Pais de Barros* — foi o primeiro Barão de Itú, como já foi dito. Casou-se em 31 de Dezembro de 1820 com D. Leonarda de Aguiar e teve 13 filhos entre os quais o Dr. Antônio de Aguiar e Barros. Este foi Visconde, Conde e Marquês de Itú; casou com sua prima, D. Antônia de Aguiar Barros e morreu sem descendência em 30 de Janeiro de 1889 (*Arquivo Nobiliárquico Brasileiro*, pelo Barão Smith de Vasconcelos, Lausanne, 1813, pg. 223).

Brazão de Armas dos Barros: "Em campo vermelho, tres bandas de prata, e sobre o campo nove estrelas de ouro, uma no primeiro alto, tres em cada um dos do meio e duas no fundo do escudo" (*Arquivo Heráldico Genealógico* pelo Visconde de Sanches-de-Baena, N. 1628).

O tio *Antônio*, (18) talvês o mais bonito dos irmãos, foi Sargento-Mór das Ordenanças e morreu com oitenta e tantos anos, Barão de Piracicaba. Na casa dele me hospedei em 13 de Março de 1857, com todos os meus

(18) *Antônio Pais de Barros* foi eleito segundo suplente da representação da Província de S. Paulo nas "Cortes Constituintes de Lisboa" em 1821. Varnhagen na *História da Independência*, pg. 86, diz que chegou a tomar assento como suplente. O mesmo diz a publicação oficial da Câmara organizada pelo Barão de Javarí, *Organizações e Programas Ministeriais*, a pg. 268. Em nota a Varnhagen, diz Rio Branco, que nada consta sobre sua posse nos *Documentos para a História das Cortes Gerais*.

E' interessante notar que Melo Morais (Senior) e Alberto Souza (*Os Andradas*, pg. 270) afirmam positivamente que Antônio Pais de Barros não seguiu para Lisboa, recusando-se a abandonar sua província. Nelson de Sena na memória "Participação dos Deputados Brasileiros nas Côrtes Portuguesas de 1821" (in *Livro do Centenário da Câmara dos Deputados* — Vol. I, pg. 44) levado provavelmente por estes autores, opina no mesmo sentido, acrescentando ainda ter ele recusado o título de *Barão de Piracicaba*, o que não é verdade. Nada diz a seu respeito tambem M. E. Gomes de Carvalho na sua obra *Os Deputados Brasileiros nas Cortes Gerais de 1821*, Porto, 1912. O assunto está liquidado por Djalma Forjaz (*Senador Vergueiro* — S. Paulo 1924 — pg. 213 e segs.) Pais de Barros partiu de Santos em Outubro de 1821 com os seus companheiros de deputação. A 13 de Novembro partiram do Rio chegando a Lisboa a 5 de Fevereiro de 1822. "Conta-se até (diz Djalma Forjaz) que sendo Antônio Pais de Barros um homem abastado, levou para bordo grande quantidade de mantimentos, prestando um benefício enorme aos colegas de representação que assim puderam ter um passadio que não era de se esperar em transatlânticos daquele tempo". Os dois Suplentes, Antônio Manuel da Silva Bueno e Pais de Barros, tiveram os seus diplomas verificados pela Comissão de Poderes a 11 de Fevereiro. Acontece que Bueno foi convocado para substituir Paula Sousa, ausente por moléstia. Pais de Barros requereu então permissão para regressar à sua casa, licença que foi negada até que se completasse a representação, o que só se verificou a 2 de Julho. A propósito desta licença houve longos e apaixonados debates que são referidos por Djalma Forjaz na obra citada.

filhos, exceto Lúlú, que nasceu a 13 de Abril desse mesmo ano. A tia Gertrudes, (19) mulher do tio Antônio era viuva, e mostrava ter sido muito bonita. A prima Antoninha, filha desse casal, e hoje Viscondessa de Itú, (20) ia sempre fazer-nos companhia. Deixei lá os meninos e fui com Isabelinha à Fábrica de Ferro de Ipanema, e na passagem jantamos com a prima Clara, filha do Paula Souza, casada com o primo Mesquita; (21) moravam na fazenda que fôra do Capitão-Mor Morais, então do tio Vicente. (22)

Da fábrica fomos a Sorocaba, onde dormimos em casa do tio *Francisco Xavier de Barros*, viuvo de duas irmãs do Rafael Tobias e casado terceira vez com a prima D. Andresa. (23) Este é pai do primo Bento casado com Chichinha. (24) No dia seguinte percorri Sorocaba com o Bento, então estudante em S. Paulo, e com o irmão. Na seguinte madrugada voltamos para Itú onde tinham ficado nossos filhos em casa do tio Antônio, e voltamos para Campinas Antes disso fomos à fazenda da tia Maria, que a esse tempo, creio estava já viuva do Paula Souza, e estivemos com todos os filhos.

Nunca vi o tio *Fernando* (25) mas sei que deixou prole, que vive feliz e abastada. Depois do casamento

---

(19) Gertrudes Eufrosina de Aguiar.

(20) Foi depois Marquesa de Itú, como ficou dito.

(21) Luiz de Mesquita Barros.

(22) Vicente de Sousa Queiroz — Barão de Limeira.

(23) D. Andreza Lopes de Oliveira.

(24) D. Francisca de Sousa Barros.

(25) Haverá um equívoco do Conselheiro Albino quando coloca Fernando Pais de Barros entre os filhos do Capitão Antônio de Barros Penteado? Nem Silva Leme nem Moretzsohn se referem a este irmão. Trata-se provavelmente de um sobrinho daquele capitão, primeiro filho do Capitão José de Barros Penteado, que foi rico fazendeiro e em cuja casa se hospedou D. Pedro II na sua passagem por Itú. (Silva Leme, op. cit. III, 376, Tit. "Penteados") V. Cap. VIII.

do João Tobias, fui de Itú a Piracicaba e passei por Capivarí, onde conheci dois filhos dele, em cuja casa tomei café, e que tinham uma boa fazenda entre Itú e Capivarí.

Os tres tios *Bento, Antônio* e *Francisco*, eram casados com tres irmãs do Rafael Tobias, tias Leonarda, tia Gertrudes e tia Rosa, que não conheci, mãe do Bento. O tio Francisco, viuvando, casou com a última irmã do Tobias que restava, Ana, já madura, e não teve filhos. Morrendo esta, casou terceira vez com D. Andresa, irmã dos Lopes de Sorocaba, e já viuva de um irmão do Doutor Guimarães (26) marido de Joaninha Andrade, e teve filhos que devem ter mais de 20 anos. Não sei deles.

A tia *Maria* já disse que casou com o velho Paula Souza (27) e tiveram 12 filhos. A mais velha é Baronesa de Limeira, (28) e o mais velho (29) casou com a prima Maria, filha do Barão de Piracicaba e foi Deputado e Ministro da Agricultura; ele morreu deixando nove filhos, dos quais o mais velho estudou nos Estados

---

(26) Manuel e Antônio Lopes de Oliveira, ambos irmãos de D. Andreza, viuva do Dr. José da Silva Guimarães.

(27) *Francisco de Paula Sousa* e *Melo* foi eleito deputado por S. Paulo às Cortes de Lisboa. Membro da Constituinte Brasileira, Senador do Império, Ministro de Estado e Conselheiro. Nasceu em Itú em 1791 e faleceu em 1851. (V. Biogr. e retrato no *Arquivo Pitoresco* de Lisboa — 1867).

(28) Casada com seu primo Vicente de Sousa-Queiroz, Barão da Limeira.

(29) CONSELHEIRO ANTÔNIO FRANCISCO DE PAULA SOUSA, deputado por S. Paulo em várias legislaturas e Ministro da agricultura em 1865. Nasceu em Itú em 1819 e aí faleceu em 1866. Era casado com sua prima D. Maria Rafaela de Aguiar Barros, filha do 1.º Barão de Piracicaba (Antônio Pais de Barros).

Unidos, deu em republicano. (30) Não lhe invejo a mania.

Esta é a família de tua Mãe, de Itú, numerosa, muito importante, e que deu origem a muitas famílias notaveis da Província.

Resta-me falar da Snra. *D. Genebra*, terceira filha do Snr. Antônio de Barros, e o farei mais minuciosamente, porque dela descendes.

Havia em Amarante, Reino de Portugal, uma família bem nascida, bem aparentada, porém, sem fortuna, e por isso, os parentes ricos e fidalgos fingiam não conhece-los. Eram tres irmãos: Manuel Caetano de Sousa; Luiz Antônio de Sousa e Francisco Antônio de Sousa; o primeiro ficou em Portugal e vivia de ser rendeiro; os outros vieram para o Brasil, preferiram esta Província de S. Paulo, onde conseguiram ganhar grossa fortuna, negociando para Mato Grosso. (31)

O Snr. *Francisco Antônio* casou-se com a Snra. D. Isabel Inácia da Conceição, duma família de Santo Amaro; (32) seu irmão, o Coronel Santos Cruz, homem muito rico, era falecido quando me casei; sua viuva que ficara usufrutuária, casou-se com Tomáz Luiz Alves, que aumentou a fortuna e vendeu tres fazendas ao Ne-

---

(30) Dr. Antônio Francisco de Paula Sousa, nascido em S. Paulo, formou-se em matemática na Alemanha. Serviu como voluntário nas tropas garibaldinas durante a guerra de 1870. Esteve depois nos Estados Unidos. Fundador da Escola Politécnica de S. Paulo. Ministro no Governo do Marechal Floriano. Foi casado com D. Ada Herweg. Faleceu a 13 de Abril de 1916.

(31) V. nota I, no fim do Capítulo.

(32) *D. Isabel Inácia da Conceição*, conforme verificou o Dr. Afonso Taunay, era filha de Anastácio Alvares Leitão, natural de Itanhaem, e sua mulher, D. Inácia da Silva, natural de S. Paulo. Neta Paterna de Antônio Alvares Leitão e sua mulher Ana Leitão, natural de Itanhaem. Neta materna de Francisco Gonçalves Velho, natural de Guarulhos, e sua mulher D. Margarida da Silva, da mesma localidade.

nem Aranha, e quando, por morte da mulher, entregou a herança aos herdeiros, estava ele bem endinheirado. Era tia do Cônego Tesoureiro-mor Manuel Emídio Bernardes, que ainda vive em S. Paulo, já octogenário. Desse consórcio nasceu o Snr. Coronel Francisco Inácio de Sousa Queiroz, a tia D. Ana, sogra do Marquês de Mont'Alegre e a tia D. Maria Inocência, sogra do Costa Pinto. O Coronel Francisco Inácio, depois meu sogro, foi mandado muito menino para educar-se em Portugal, porque seu pai era português nos ossos. Tinha sempre muito dinheiro, grossas mesadas. Manuel Caetano recebia do irmão grossos capitais para empregar em Quintas no Douro, prédios, valores etc., e meu sogro vivia na abundância porque era adorado pelo tio Manuel Caetano e pela mulher, que não tinham filhos.

Sendo Portugal invadido pelos franceses, o Snr. Francisco Inácio, cheio de patriotismo, assentou praça de cadete no Regimento número 18, no Porto, e no posto de Alferes, entrou em Batalhas e seguiu os invasores até a França em 1814, pelo que, ganhou a "Medalha d'Ouro da Guerra Peninsular", que eu conservo guardada. Então os fidalgos Queirozes, da Quinta dos Pinheiros, que até aí fingiam não conhece-lo, como parente, o receberam muito alegres, como tal, e desde então ele uniu ao seu nome o apelido — Queiroz. Acabada a guerra passou para o Batalhão de Milícias de S. Paulo, como ajudante e depois foi a Major e a Coronel.

O Snr. *Luiz Antônio*, mais velho que o irmão, tinha dois filhos naturais, dos quais, o rapaz, já moço, morreu de bexigas, e a menina casou com o boticário Rosa, de S. Paulo. O Snr. Francisco Antônio desejando tira-lo dessa vida irregular, quando o irmão, aliás, já era muito rico, aconselhou-o a casar-se com uma filha do Snr. Antônio de Barros Penteado, de Itú, com quem tinha muitas relações, mormente por via do Mesquita velho, marido da tia Ângela; com efeito pediu a Snra. D. Ge-

nebra Leite de Barros, terceira filha de Antônio de Barros, moça muito bonita e cujo retrato existe em casa do filho do Barão de Sousa Queiroz, e casou-se com ela. Daí vem que os filhos do Francisco Antônio são muito mais velhos que os filhos do Luiz Antônio.

Este chegou a ter a maior casa de S. Paulo. Criou seis filhos: a mais velha foi a Snra. D. Francisca Miquelina de Sousa Queiroz, que veio a ser minha sogra. A segunda a Snra. D. Ilídia Mafalda, que casou com o Desembargados Estevão Ribeiro de Resende, então ajudante do Intendente Geral de Polícia (o Conselheiro Paulo Fernandes Viana, que veiu a ser sogro do Duque de Caxias). Feita a independência, foi ele Senador, Presidente do Senado, Ministro do Império e da Justiça, Barão, Conde e Marquês de Valença. O terceiro é o tio Francisco, atualmente Senador, e Barão de Sousa Queiroz. O quarto é o tio Luiz Antônio, Comendador de Cristo e Dignitário da Rosa, casado em primeiras núpcias com a prima Ilidinha, sobrinha dele, que morreu em 1847, deixando nove filhos, vivos, dos quais morreu o Lúlú, e casou em 1850 com a Snra. D. Felicíssima de Campos, de quem teve dois filhos. (33) O quinto foi o tio Vicente, que morreu Barão da Limeira deixando uma bonita fortuna, a sua viuva e seus quinze filhos. Como conheces todos, bem como a tia Antônia, Baronesa de Sousa Queiroz e seus filhos, nada acrescentarei. A sexta e última foi a tia Maria Inocência, louca desde o nascimento: foi afilhada do meu sogro e sogra, e amamentada por Joana, escrava dele, mãe do Paulo que existe. O Snr. Francisco Inácio, deo-lhe a liberdade, por ela ter creado a menina com muito zelo; ela que era uma boa preta, vendo-se forra, deu em bêbeda e eu aqui a recolhi, ainda em vida do Padre João, e tratei com

(33) Teve 19 filhos. 9 do primeiro matrimônio e 10 do segundo.

toda a caridade, dando-lhe alimento, roupa e senzala, até que morreu. Era conhecida por Joana forra.

Em 1816 o Coronel Francisco Antônio de Sousa, pai do meu sogro, voltou para Portugal com grandes capitais, mas meu sogro ficou. Casou a tia D. Ana com um dos fidalgos Leites Alvins, de Penafiel, (34) e foram pais da Prima Mariquinha, depois casada com o Marquês de Mont'Alegre e em segundas núpcias com o Doutor Costa Pinto; (35) e do primo José Maria, corcunda, que conheceste; e depois da morte dele a tia Maria Inocência casou com o Doutor Campeão, médico de D. Miguel e tiveram a filha Maria de Nazaré, muito formosa moça, que se casou com o Dr. Costa Pinto, de quem teve Cocota e Iaiá. Nem tia Ana, nem tia Maria foram felizes com os maridos e tiveram de separar-se deles: o primeiro era pródigo e botou fóra todo o dote da mulher; o segundo era grosseiro e ávido. Ambas eram viuvas quando me casei. Os filhos da tia D. Ana preferiram os apelidos da família materna; e todavia o Visconde de Vila Verde, Custódio Pinheiro da Silva, (36) que era casado com a irmã do Doutor Cam-

(34) Joaquim Leite de Melo e Alvim.

(35) *Conselheiro Dr. Antônio da Costa Pinto,* nascido em 13 de Março de 1826, era primo-irmão do Marquês de Monte Alegre. Casou-se em primeiras núpcias com D. Maria Nazaré Campeão, e em segundas núpcias com a viuva de seu primo, Marquês de Monte Alegre. Só do primeiro casamento teve filhas, que foram: D. Maria Catarina, casada com o Cons. Antônio Prado, e D. Maria Nazaré, casada com o Dr. João da Rocha Conceição. Presidiu várias províncias e foi Ministro do Império. Faleceu em 1887.

(36) CUSTÓDIO PINHEIRO DA SILVA, primeiro Barão e primeiro Visconde de Vila Verde. Morreu em 1863. Casou em 6 de Março de 1813 com D. Joana Maria da Silva, tia da primeira Baronesa de Fornelas. (*Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal* — por Albano da Silveira Pinto e Visconde de Sanches-de-Baena, II, 764).

peão, tia da prima Nazaré, legou a Cocóta, filha desta, já então falecida, uma grande herança.

Aos 8 de Setembro de 1817 casou-se o Snr. Francisco Inácio com a Snra. D. Francisca Miquelina, sua prima co-irmã, pois os pais eram irmãos. (37) Tiveram quatro filhos: Luiz e Genebra, nascidos em S. Paulo, ele morreu pequenito de zagre, e ela, que era moça quando me casei, casou-se em 1849 com o primo Luiz, e dele teve Chiquita, (38) de cuja sorte nada direi, pois que sabes de tudo isso. O primo Luiz botou tudo fóra e sua mulher morreu em 1855. (39) Indo o Coronel Francisco Inácio e mulher para Portugal em 1828, ali nasceram, no Porto, tua Mãe em 13 de Janeiro de 1829 e Francisco em Dezembro do mesmo ano.

Em 1830 o Snr. Francisco Inácio morreu duma apoplexia em 2 de Novembro; (40) a viuva, tua avó, voltou para o Brasil com os tres filhos, mas morreu de angina gangrenosa, que atacou toda a tripula-

---

(37) V. nota II no fim do capítulo.

(38) Casou-se com o engenheiro Zózimo Barroso, em 1871, não deixando descendência. Faleceu na Suiça, como tambem seu marido, vivendo ambos por muitos anos nesse país. O Dr. Zózimo Barroso escreveu interessantes notas sobre a sua vida que estão publicadas na *Revista da Academia Cearense* (Tomo XVI, 1911, pg. 142) sob o título: *Notas autobiográficas e lembranças de Zózimo Barroso, Fidalgo Cavaleiro da Casa Imperial.*

(39) Por ocasião desse falecimento foi impresso um folheto de 8 pgs.: *Necrologia da Excelentíssima Senhora D. Genebra Miquelina de Souza Queiroz Resende.* S. Paulo, Tip. 2 de Debembro, de Antonio Lousada Antunes, 1855. Consta de algumas notas biográficas e de um poema *Pranto de amigo,* por João Pereira Pinto.

(40) Vide nota III no fim do capítulo.

ção, a 2 de Março de 1831, na Ponta Negra, junto ao Rio de Janeiro, onde o navio estava em calmaria. Jaime da Silva Teles, guarda-livros e amigo do meu sogro, e José Vitorino de Seixas, irmão do Padre João, que acompanhavam a Snra. D. Francisca, saltaram com as tres crianças, mas o Francisco, pequenito, morreu. Essa morte, depois da mãe, e antes das avós que viviam, prejudicou em muito os interesses das duas meninas.

Em Abril deu-se a abdicação, e a Snra. D. Genebra, então casada com o Doutor José da Costa Carvalho, tomou conta das duas netas. Nessa ocasião Costa Carvalho era membro da Regência. De seu casamento com a Snra. D. Genebra lhe proviera toda a importância. O Brigadeiro de Milícias Luiz Antônio de Sousa falecera em Maio de 1819, na ausência de sua mulher, que fora ao Rio de Janeiro acompanhar a filha, que casara por procuração com o Desembargador Resende. (41) Meu sogro e sogra foram morar com a viuva. Sendo Costa Carvalho em 1821 nomeado Juiz de Fóra de S. Paulo, meu sogro hospedou-o; daí vieram as relações que acabaram pelo casamento, e Costa Carvalho que era pobríssimo, tornou-se riquíssimo, deixou a carreira, fundou o *Farol Paulistano*, fez-se liberal, deputado e acabou Membro da Regência, e depois Senador e Marquês. (42) As meninas ficaram com a avó até 1837: D. Genebra adoeceu, foi para Lisboa e morreu 8 dias depois de chegada. Costa Carvalho foi ao Porto e ajustou casamento com a Pri-

(41) D. Ilídia Mafalda, casada com Estevão Ribeiro de Resende, depois Marquês de Valença. V. a biografia do Marquês pelo seu filho, Barão de Resende, nos *Anais do Museu Paulista* — I, pg. 484, tambem impressa em folheto. (S. Paulo, Augusto Siqueira & Cia., 1922, 18 pgs.) ou o *Esboço Biográfico* (anônimo) publicado no Rio, em 1856, na tipografia de J. Villeneuve e com um belo retrato do Marquês. (Litografia de Rensburg).

(42) Costa Carvalho foi considerado o instigador e alma da "Bernarda de Francisco Inácio". A publicação da correspondên-

ma Maria Isabel, sobrinha de meu sogro, e casaram-se como sabes. Motivou esse casamento o regresso da velha D. Isabel, suas filhas e netos para o Brasil, e então foi reclamada a entrega das meninas, que a Snra. D. Genebra tinha deixado em poder de sua filha, então Condessa de Valença. As meninas foram entregues mas ficaram frias as relações entre as duas famílias.

A casa de meu sogro ficara muito arruinada, mas a boa administração do tutor, Major Francisco José d'Azevedo, (43) as pequenas despesas das meninas e o longo espaço de tempo, além da venda da Casa de S. Paulo, mobília, alfáias e da Fazenda do Lageado, a restabeleceram, de sorte que, quando me casei em 10 de Março de 1847, não se devia nada e já se tinha comprado a Fazenda de Santa Cruz, que foi unida à de Boa Vista, e que tocando a Genebrinha, foi fumada pelo marido.

.. Eu era chefe de Polícia do Pará, quando o honrado Visconde do Uruguái me nomeou Desembargador do Maranhão, em 22 de Novembro de 1942. Cheguei ao Maranhão a 23 de Fevereiro de 1843 e aí estive até 2 de Março de 1846, em que me embarquei para o Rio de Janeiro. A 20 de Julho desse ano festejou o Conde de Valença os seus 69 anos e a reedificação do seu palacete, que ardera. (44) Assisti a esse baile esplendido de fardas e Gram-Cruzes. Daí se originou o meu casamento com tua mãe, que sabes como foi, e que não repito, para não fazeres *boneca*. Direi sempre que tua mãe estava em S. Paulo com a irmã, em casa do tio Luiz, e que o casamento foi pro-

---

cia deste, pelo Barão de Resende, a que já nos referimos, veio mostrar que o Coronel estava longe de ser um bonifrate nas mãos de Costa Carvalho, como queriam muitos fazer crêr.

(43) Avô do arquiteto paulista Ramos de Azevedo.

(44) Na rua dos Inválidos, (então rua Nova de S. Lourenço) mandada abrir em 1791, pelo Vice-Rei Conde de Resende,

posto pelo Snr. de Valença, pois depois da morte da avó paterna, as meninas tinham pedido e obtido voltar para a casa do Snr. Marquês de Valença. A 10 do corrente espero completar 35 anos de casado, sempre com felicidade; graças a Deus!

Aproveitarei este resto de papel para te dizer algumas cousas. Manuel Caetano de Sousa, recebendo do irmão grossas quantias para as empregar em quintas e prédios, comprou-os em seu nome. Quando Francisco Antônio foi para o Porto, motivou esse fato uma demanda entre os irmãos. Manuel Caetano, morrendo, fez testamento deixando tudo quanto tinha ao sobrinho Francisco Inácio que ele criara e a quem muito amava. Francisco Inácio, aceitando a herança, declarou que aqueles bens eram de seu pai e não de seu tio, e que por isso, os restituia à casa. Assim acabou a demanda. O Snr. Francisco Antônio deixou a terça ao Francisco Inácio que por isso ficou com o Morro Grande e o Rio das Pedras; (45) e a Snra. D.ª Isabel deixou a terça às filhas e netas, filhas de tia D. Ana e excluíu as netas filhas do filho.

O testamento era feito no Porto por José Manuel da Fonseca, e aprovado por tabelião português, sem intervenção do nosso Consul: era portanto nulo e inexequível no Brasil. Mas eu deixei-o executar porque nunca briguei por dinheiro e nunca me fez falta, porque sempre tive a proteção Divina. Ainda depois o

---

foi construida pelo mesmo titular uma grande casa no centro de grande chácara, destinada aos soldados inválidos. Daí o novo nome da rua. Esta casa foi cedida por D. João VI ao seu médico Barão de Alvaiazere. Dele passou ao Marquês de Valença. Nesse local fica hoje a "Vila Rui Barbosa". (Melo Morais — *Corografia Histórica do Império do Brasil*, Rio 1863, Tomo I (2.ª parte) pg. 284).

(45) V. nota IV no fim do capítulo.

Costa Pinto obteve da mulher um testamento que lhe deu tudo quanto ela tinha: tua mãe era a herdeira legítima. Com efeito ela podia testar, e testou; o ato era regular, mas eu tenho vivido bem sem essa herança. Nem admira que respeitasse sem dizer palavra, um ato válido, bem que injusto, quando respeitei o testamento da Snra. D. Isabel, notoriamente nulo, embora eu me privasse de quanto me cabia na terça. Mas eu quís provar aos parentes paternos de tua Mãe, que a princípio mostravam-se descontentes com o meu casamento, e que afinal mostraram adorar-me, que teu Pai, longe de ser faminto, era um Fidalgo.

Abençoa-te, teu Pai muito amante.

Albino José Barbosa de Oliveira.

Acabado em 6 de Março de 1882.

NOTAS AO CAPÍTULO SEXTO

NOTA I

Os Sousa-Queiroz

A família Queiroz, de Amarante era das mais nobres de Portugal. Referindo-se ao Padre Lourenço José de Queiroz Coimbra e Vasconcelos diz o Cônego Raimundo Trindade que "era da nobilíssima casa dos Queirozes de Amarante. Contava avós entre os mais ilustres personagens do norte de Portugal, sendo de sua parentela os Viscondes de Oca, os Condes de Amarante e Taboada, os Marqueses de Mós e os Alencastros de Portugal". O Conde de Bobadela referindo-se ao mesmo sacerdote dizia:*"E' homem cavalheiro, dos Queirozes de Amarante"*. (Conêgo Raimundo Trindade — *A arquidiocese de Mariana.* — S. Paulo, 1928, I vol. pg. 105 e tambem *Instrução e Norma do Conde de Bobadela a seu irmão para o governo de Minas* — Rev. do Arquivo Público de Minas — IV vol. pg. 727).

Parece que já vinha das raizes portuguesas este espírito combativo que havia de marcar os Queirozes de S. Paulo. Já em Amarante vivia a família em luta com a dos Magalhães, "as duas mais dilatadas daquela vila", em disputa pelo predomínio na *Misericórdia* local. São "tantas as diferenças que gastarão huns e outros muita parte da sua fazenda em Alçadas", diz um autor português. (P. Antônio Carvalho da Costa — *Corografia Portuguesa* — 2.ª edição — Braga, 1868, p. 126).

LUIZ ANTÔNIO DE SOUSA MACEDO E QUEIROZ, como vem por extenso no *Arquivo Heráldico Genealógico* do Visconde de Sanches-de-Baena, foi o homem mais rico de São Paulo. Or-

ganizador de uma espécie de casa bancária, deixou ao falecer em 1819, uma fortuna de 750 contos fortes, ao câmbio de 54 d. por mil réis. Só em Campinas possuia 16 engenhos de açúcar, um dos quais em 1817 chegou a render 9:000$000. A sua renda anual subia a 80.000 cruzados, quer dizer 32:000$000. (*Sob El-Rei Nosso Senhor* por Afonso de E. Taunay, in *Anais do Museu Paulista*, Vol. I, pg. 304 e vol. III, pg. 250).

O *Brazão de Armas do Brigadeiro Luiz Antônio*, passado no Rio em 1818 é o seguinte: "Escudo Esquartelado: no 1.º, as armas dos Souzas do Prado, que são esquarteladas, tendo no 1.º e 4.º as Quinas sem a orla dos Castelos e no 2.º e 3.º, as de Leão, em campo de prata, um leão rompente em góles; no 2.º as dos Macedos, em campo azul, cinco estrelas de ouro de cinco pontas, postas em santor; no 3.º as dos Teixeiras, em campo azul, uma cruz de ouro potentéia e vazia de campo; no 4.º as dos Queirozes, que são esquarteladas, tendo no primeiro e quarto, em campo de ouro, seis crescentes em góles postos em pala, no segundo e terceiro, em campo de prata, um leão de púrpura. Elmo de prata, aberto, guarnecido de ouro. Timbre, o dos Souzas do Prado: um leão rompente em góles, com uma grinalda florida de verde. Por diferença uma brica encarnada com forpão de ouro".

FRANCISCO ANTÔNIO DE SOUSA MACEDO E QUEIROZ, era cavaleiro professo na Ordem Militar de Santiago da Espada, Coronel do Regimento de Milícias da Cidade de São Paulo, filho de José Luiz de Sousa e de Ana Maria de Macedo; neto paterno de Manuel de Sousa e de Maria Sampaio; e materno de Manuel Teixeira e de Luiza de Sousa Queiroz. Eis o que consta do "Arquivo Heráldico Genealógico" de Sanches-de-Baena. Era dos mais ricos em Campinas, onde possuia cinco engenhos, onde fabricava de dez a doze mil arrobas de açucar. (A. Taunay, — *Anais do Museu Paulista*, Vol. III, pg. 251).

O Brazão de Armas de Francisco Antônio de Sousa, passado em Lisboa em 1820 é o seguinte: "Escudo esquartelado. No 1.º e 4.º quarteis, as armas dos Sousas do Prado. No 2.º as dos Macedos. No 3.º as dos Queirozes. Elmo de prata aberto, guarnecido de ouro."

NOTA II

A Bernarda de Francisco Inácio

Voltando a São Paulo, Francisco Inácio dedicou-se ao comércio em que fez prosperar a boa fortuna que herdara de seu pai, obtendo o título de coronel de Milícias. Era pessoa de grande prestígio na sociedade paulista, tanto que foi aclamado membro da Junta Governativa de S. Paulo, na eleição presidida por José Bonifácio em 23 de Junho de 1821, como deputado pelo comércio.

Em 2 de Junho foi incumbido do comando de toda a força armada da cidade; mais tarde teve essa autoridade ampliada a toda a força miliciana disponivel meia légua em circuito da cidade. Foi ainda incumbido da organização do corpo de infantaria que devia marchar para a Corte e por-se às ordens do Príncipe Regente. Isto demonstra o prestígio que desfrutava na cidade e a confiança que nele depositava a Junta.

Não tardou porém que no seio desta aparecessem as mais serias dissenções. Aos Andradas (José Bonifácio e Martim Francisco) e mais cinco membros, opunha-se o grupo formado pelo presidente João Carlos Augusto Oeynhausen (mais tarde Marquês de Aracatí), Francisco Inácio, mais seis membros da Junta e o Ouvidor, José da Costa Carvalho (mais tarde Marquês de Monte Alegre).

Vindo José Bonifácio à Corte trazer a representação da Junta sobre a permanência do Príncipe, foi nomeado Ministro, e por

um aviso de 10 de Maio tratou de chamar ao Rio o Presidente João Carlos e o Ouvidor Carvalho. O Aviso teve como consequência um movimento popular geralmente conhecido pelo nome de "Bernarda de Francisco Inácio". A 23 de Maio, crescendo a fermentação popular, tocou-se a rebate pelas ruas da cidade. Acudiu a tropa e o povo, promovendo-se imediatamente a reunião do Senado da Câmara. Uma delegação dos amotinados exigiu da junta o não cumprimento do Aviso do Rio e a expulsão de seu seio de Martim Francisco e de seu partidário, o Brigadeiro Jordão. Assentiu ela em suspender a execução da ordem ministerial. Mas entendeu que não lhe competia excluir do governo cidadãos eleitos pelo povo. A situação estava se tornando cada vez mais grave quando foi solucionada inesperadamente com a renúncia de Martim Francisco e de Jordão.

Veiu, contudo, o primeiro para o Rio, onde o prestígio do irmão lhe preparou excelente recepção. Assim é que foi feito Ministro da Fazenda. Segue-se uma azeda troca de cartas entre a Junta de São Paulo e o Ministro do Reino que exige o cumprimento das ordens anteriores. Determina este, ainda, a abertura de uma severa devassa pela qual se pudesse chamar à responsabilidade os causadores do tumulto de 23 de Maio. Foi por depoimentos neste processo que começou o governo a atribuir a Francisco Inácio e a Costa Carvalho a autoria do movimento. Não teve porém, seguimento o feito, por ordem posterior do Príncipe, que não querendo guiar-se unicamente pelos seus Ministros que sabia partes na luta, e tambem influenciado por Estevão Ribeiro de Rezende, seu Ministro Itinerante durante a viagem a Minas, concunhado e grande amigo de Francisco Inácio, determinou ir em pessoa ao local dos acontecimentos.

Foi nesta visita que reconheceu tratar-se de uma luta interna, de carater pessoal, e que não atingia o respeito e a consideração à sua autoridade. O próprio Francisco Inácio armou e aprontou à sua custa a força que devia ir ao encontro do príncipe, força que este, ainda desconfiado, recusou. Para a hospedagem do

príncipe, cedeu Francisco Inácio toda a sua rica prataria, o que causou espanto a D. Pedro, que pensava nele encontrar um inimigo, a tal ponto que lhe negara a mão quando a junta lhe viéra prestar homenagem.

Destituindo toda a junta chamou o Príncipe a ocupar a administração, os funcionários públicos, substitutos dos governadores na forma das leis antigas. Demorou-se ainda em S. Paulo, ocupado em várias medidas militares atá que a 7 de Setembro proclamou a independência.

Sobre o carater da divergência entre os membros da junta, há um longo e apaixonado debate, afirmando uns que os "bernardistas" constituiam um partido retrógrado e colonialista e sustentando outros que eles não constituiam mais que uma reação à prepotência e autoritarismo dos Andradas.

Nos Anais do "Primeiro Congresso de História Nacional", de 1914 (Vol. I, pg. 1.351) há uma importante memória do Dr. João Marcondes de Moura Romeiro: *De D. João VI à Independência.* Na 2.ª parte — Os Paulistas — estão minuciosamente relatados os acontecimentos da Independência em São Paulo, de maneira favoravel aos Andradas.

Uma excelente síntese dos fatos se encontra na *Elaboração da Independência* de Tobias Monteiro, cap. IX.

As principais peças sobre o acontecimento estão impressas nas publicações do *Arquivo do Estado de S. Paulo* Vol. I, precedidas de um estudo do Dr. Paulo do Vale, altamente favoravel aos Andradas. Em volumes seguintes estão publicadas as atas da Junta Provisória.

Em 1880 escreveu o Barão de Resende, (Estevão Ribeiro de Resende) com as iniciais E. R., pelas colunas do "Correio Paulistano", uma série de artigos sobre a política paulista no início do sec. XIX. Por essa ocasião publicou a correspondência entre Francisco Inácio e o futuro Marquês de Valença. Estes artigos foram mais tarde reunidos em livro e constituem o último volume com o sub-título — "Os Andradas" da série que, com o nome de

Estudos Históricos-Políticos publicou esse titular sobre história paulista. Este mesmo autor sustentou longa polêmica sobre o assunto com o Dr. Antônio de Toledo Piza, polêmica que se encontra no V e VII volumes da *Revista do Instituto Histórico de S. Paulo.*

Pereira da Silva (na *História da Fundação do Império Brasileiro,* Vol. VI, pg. 212) e Varnhagen (na *História da Independência* pg. 180) são acordes em afirmar que a divergência no governo paulista nada mais era que uma luta de carater pessoal, em nada atingindo a lealdade para com o príncipe e a fidelidade aos ideais brasileiros de independência.

À mesma conclusão chegou, após exaustivo exame da matéria, o Dr. Djalma Forjaz no seu trabalho sobre Vergueiro: *O Senador Vergueiro. Sua Vida e Sua Época* — S. Paulo — 1924 — I, pg. 200.

NOTA III

Morte de Francisco Inácio

Em carta ao Snr. Francisco José de Azevedo assim participava D. Francisca Miquilina o acontecimento:

"Illmo. Snr. Sarg. mor Francisco Jozé d'Azevedo.

Porto, 6 de Novbr.º de 1831.

Dou parte a Vmce., que no dia 2 do corrt.e mez p.las 8 horas e meia da manhã foi Deos servido chamar á sua Prez.sa meu prezado marido o Cor.el Fran.co Ign.io de Sza e Q.oz, q. tendo sido atacado de hum estupor no ultimo d'8br.º pº pº, apenas durou trez dias apezar dos esforços da Medecina, q. todos forão inuteis: he verdade que ele padecia e mtº á mais de anno; contudo eu tinha

toda a esperança de que ao menos voltaria em sua companhia á m.ª caza nessa cidade, mas não aconteceu assim, pois elle me falta no momento, em q. estamos a embarcar.

Nesta data escrevo a meu cunhado Conde de Valença pedindo me obtenha huma Prov.ám p.ª eu ser tutora de meus trez filhos menores: se fôr necessario dar nessa alguns passos a este respeito, espero de sua amisade, q. fará qt.º estiver de sua p.te, afim de q. tudo se arranje bem, e com brevidade afim de não sermos incomodados pl.º Juiz dos Orfãos, ou Ausentes.

Sobre minha caza nada recomendo; p. q. conheço sua amizade e zello; por isso conto q. providenciará tudo de man.ª que nella não haja a menor novida.e, ou alteração, ao menos até minha chegada a essa, q. conto seja breve, pois tenciono embarcar na mesma Gallera Com.cio Maritimo.

Eu não posso escrever aos amigos de meu falescido Marido, assim rogo-lhe, q. de minha parte dar-lhes esta triste noticia.

Com verd.e sou
D.G. V. M.ce
Mui att. Venr.ª e Cr.ª obrig.ma
D. Francisca Miquilina de Sza e Q.oz"

Na mesma data escrevia ela ao Padre João Albertino de Seixas, carta semelhante, pedindo participar o acontecimento ás pessoas amigas em São Carlos (Campinas).

NOTA IV

Inventário de Francisco Inácio

O Inventário dos bens do Coronel Francisco Inácio só foi terminado pelo Cons. Albino em 1847, por ocasião do seu casamento.

Foi inventariante o Sargento-Mór Francisco José de Azevedo, tutor das orfãs. O monte-mor subia à quantia de 218:462$670, assim discriminados:

Bens de raiz	86:620$000
Escravos	93:627$600
Animais (vaccum, cavalar e muar)	12:300$800
Joias	9:789$600
Ouro e Prata	5:814$570
Moveis e ferramentas	2:692$100
Bens vendidos e alforrias	1:136$000
Canaviais e açucar	6:482$000

Como o filho Francisco sobreviveu aos pais, foi o monte dividido em tres partes das quais duas couberam a cada uma das orfãs, e a terceira coube aos herdeiros de suas avós, paterna e materna. Ao Conselheiro Albino, portanto, como cabeça de sua mulher, coube a quantia de 80:406$399½ rs., sendo 72:820$890 rs. de legítima paterna e materna; e 6:068$407½ rs. de legítima avoenga paterna e 1:517$101¾ rs. de legítima avoenga materna.

Esta herança era representada principalmente pelos seguintes bens: 140 escravos de várias nações; máquinas de engenho de açúcar; apetrechos de lavoura; tenda de ferreiro; "huma fábrica nova deitada com casa competente, com casas de morada, grandes de mão, cobertas de telha, com moinho, com sanzallas, e as terras ao mesmo pertencentes, e pelo Norte e nascente dividem com o Morro Grande, pelo Sul dividem com Tte. Antonio Benedito de Cerqueira e Joaquim Cardoso de Gusmão, e pelo poente com o Sargento-Mor Theodoro Ferraz Leite". — avaliada em 18:200$000 — (Fazenda do *Rio das Pedras*); "huma chacra com huma casa pequena do Taipa de pilão cubertas de telhas" situada em Campinas — avaliada em 2:000$000 rs. (Atual "Bosque de Jequitibás", adquirido pela Prefeitura ao Cons. Albino); 4.200 pés de cafeeiro avaliados a cem réis cada pé; um terreno no páteo da matriz de Campinas, avaliado em 600$000 rs.; uma

morada de casas na rua do Comércio na mesma cidade, avaliadas em 6:000$000 rs.; uma morada de casas de sobrado em Santos, rua da Praia, avaliada em 8:000$000 rs.: uma morada de casas de sobrado na rua Direita em Itú, avaliada em 4:000$000 rs.; uma chácara em Água Branca, distante de S. Paulo ¾ de légua, no caminho para Jundiaí, avaliada em 600$000 rs.; e ainda outras pequenas propriedades, prataria, moveis, quadros, utensílios, gado e joias. Entre estas há a joia que figura nos retratos de D. Genebra e de D. Francisca Miquelina, sua filha: "huma pluma moderna de bom gosto, com doze hastes, botando para o lado direito tres lisos, e para o outro quatro, tendo mais entre estas cinco folhas e engastes, nascendo igualmente duas folhas de tremulo", avaliada em 1:500$000 rs.; vários hábitos pendentes da *Ordem de Cristo*, da *Torre e Espada e do Cruzeiro* e quatro medalhas da *Campanha da Pinínçula*, etc.

NOTA V

DESCENDÊNCIA DOS IRMÃOS SOUSA QUEIROZ

Manuel de Sousa cas. c. D. Maria Sampaio

Manuel Teixeira cas. c. D. Luiza de Souza Queiroz

José Luiz de Sousa cas. c. D. Anna Maria de Macedo

Manuel Caetano de Sousa morreu sem filhos em Portugal.

Francisco Antônio de Sousa veio para S. Paulo e casou com D. Isabel Inácia da Conceição

Brigadeiro Luiz Antônio de Sousa passou a S. Paulo e casou com D. Genebra de Barros Leite, a qual, viuva, casou-se com José da Costa Carvalho (depois Marquês de Monte Alegre). Filhos do 1.º casamento:

Francisco Inácio de Sousa Queiroz casou com. sua prima D. Francisca Miquilina de Sousa Queiroz.

D. Ana-Maria de Sousa casou com Joaquim Leite Pereira de Melo e Alvim de Penafiel, Portugal.

D. Maria Inocência cas. Dr. Campeão, em Portugal.

D. Francisca Miquelina casou com o primo, Coronel Francisco Inácio.

D. Ilídia Mafalda casou com o Marquês de Valença, Estevão Ribeiro de Rezende.

Barão de Sousa Queiroz casou com a prima D. Ana Vergueiro.

Luiz Antônio de Sousa Barros casou com a sobrinha Ilídia de Rezende, e, 2.ª vez, com D. Felicíssima Campos.

Barão de Limeira, Vicente de Sousa Queiroz casou com a prima D. Francisca de Paula Sousa.

D. Isabel Augusta casou com o Cons. Albino José Barbosa de Oliveira.

D. Genebra Miquilina casou com o primo Luiz Ribeiro de Rezende.

D. Maria de Sousa casou com o Marquês de Monte Alegre e, em segundas núpcias com o Dr. A. Costa Pinto.

José Maria de Sousa Queiroz.

D. Maria Nazaré cas. Dr. A. Costa Pinto.

D. Maria da Conceição cas. Cons. Antonio Prado.

D. Maria Nazaré cas. com Dr. J. B. da Rocha Conceição.

NOTA V

DESCENDÊNCIA DOS IRMÃOS SOUSA QUEIROZ

Manuel de Sousa cas. c. D. Maria Sampaio — Manuel Teixeira cas. c. D. Luiza de Souza Queiroz

↓ ↓

José Luiz de Sousa cas. c. D. Anna Maria de Macedo

Manuel Caetano de Sousa morreu sem filhos em Portugal.

Francisco Antônio de Sousa veio para S. Paulo e casou com D. Isabel Inácia da Conceição

Brigadeiro Luiz Antônio de Sousa passou a S. Paulo e casou com D. Genebra de Barros Leite, a qual, viuva, casou-se com José da Costa Carvalho (depois Marquês de Monte Alegre). Filhos do 1.º casamento:

Francisco Inácio de Sousa Queiroz casou com sua prima D. Francisca Miquilina de Sousa Queiroz.

D. Ana-Maria de Sousa casou com Joaquim Leite Pereira de Melo e Alvim de Penafiel, Portugal.

D. Maria Inocência cas. Dr. Campeão, em Portugal.

D. Francisca Miquelina casou com o primo, Coronel Francisco Inácio.

D. Ilídia Mafalda casou com o Marquês de Valença, Estevão Ribeiro de Rezende.

Barão de Sousa Queiroz casou com a prima D. Ana Vergueiro.

Luiz Antônio de Sousa Barros casou com a sobrinha Ilídia de Rezende, e, 2.ª vez, com D. Felicíssima Campos.

Barão de Limeira, Vicente de Sousa Queiroz casou com a prima D. Francisca de Paula Sousa.

D. Isabel Augusta casou com o Cons. Albino José Barbosa de Oliveira.

D. Genebra Miquilina casou com o primo Luiz Ribeiro de Rezende.

D. Maria de Sousa casou com o Marquês de Monte Alegre e, em segundas núpcias com o Dr. A. Costa Pinto.

José Maria de Sousa Queiroz.

D. Maria Nazaré cas. Dr. A. Costa Pinto.

D. Maria da Conceição cas. Cons. Antonio Prado.

D. Maria Nazaré cas. com Dr. J. B. da Rocha Conceição.

CAPÍTULO SÉTIMO

A FAZENDA DO RIO DAS PEDRAS E A CORTE.

Passou-se rapidamente, como era de esperar, a lua de mel, e estávamos ainda sem receber cartas de meu pai e família, dando-se por sabedores de se ter efetivado o casamento. Naquele tempo a comunicação era dificil e muito demorada.

Cansados de esperar, partimos para Campinas a 9 de Abril, deixando recomendação para nos ser remetida a correspondência. Com efeito, mesmo a 9 de Abril, estando nós no Juquerí, chegou o próprio com as cartas. Meu irmão estava só à espera da notícia para partir para a Europa, como efetivamente partiu no fim de Março. Continuamos a jornada para Campinas. O Major Azevedo ia conosco.

Chegamos a 11 a Campinas e fomos recebidos pelo estimavel Padre João Albertino de Seixas. (1) Quanto se mostrava ele amigo de meu sogro! Quantas delicadezas e provas de amisade! Visitamos a Fazenda da Boa Vista, e as do Rio das Pedras e Morro Grande. Toda a escravatura que estava formada, teve suelto nesse dia.

O Francisco de Paula Bueno era Administrador do Rio das Pedras desde 1846, pela vaga que deixara o Padrasto, Lourenço Francisco, e ganhava 300$000 rs. de ordenado. Era pobríssimo, e hoje possue uma grande fortuna, ganha com o meu amparo e à minha

(1) V. Capítulo VI.

sombra. Vicente da Rocha Campos e D. Querubina administravam o Morro Grande, e como no Rio das Pedras não havia casa, fomos aboletados no Morro Grande, na casa de sobrado, então por acabar, e hoje em ruinas. Conheci então em Campinas, o João Azevedo, bem moço.

Depois de visitar todos os canaviais, engenhos e plantações, voltei com os outros a Campinas, que então era uma triste povoação e daí a S. Paulo. Fizemos a jornada de Campinas a S. Paulo em dois dias, pois chegando muito cedo ao Juquerí, deliberamos seguir. Mas arrependi-me porque os animais estavam cansados, e o caminho pareceu-me muito longo. O Azevedo era um grande companheiro, folgazão e muito engraçado. Chegamos a S. Paulo já de noite. O Marquês de Monte Alegre e Família só chegaram a S. Paulo em Outubro, e só então, depois de ele ver os autos, se cuidou da partilha. Voltei em Novembro a Campinas com Isabelinha, olhei já para o Rio das Pedras como cousa minha e despedi-me do Padre João. Voltamos para S. Paulo e em meados de Dezembro de 1847, julgou-se a partilha. Nós estávamos sós em S. Paulo (2)

Meses antes, em Julho, creio eu, achando-se mal o Conde de Valença, o tio Luiz e família resolveram vir para o Rio, e minha cunhada acompanhou-os. Chegando ao Rio teve logar o nascimento da prima Isabelinha, (3) a morte da prima Ilidinha, (4) que tantas lágrimas custou a Isabel. Assim, não nos custou deixar S. Paulo.

Saimos da cidade a 19 ou 20 de Dezembro, de dia, com tenção de ficar em S. Bernardo ou na D. Maria

(2) Vide resumo no final do Capítulo VI.

(3) Filha do Comendador Luiz Antônio de Souza Barros.

(4) Filha do Marquês de Valença e mulher do Cons.º Luiz Antônio de Sousa Barros.

de Ponte Alta, duas léguas distante. Nos Campos de Piratininga apanhamos a mais horrível das tempestades. Isabelinha grávida de oito meses, eu e o criado Antônio, de Caravelas. Ficamos parados à chuva por mais de duas horas, com água acima dos joelhos dos animais e sob a mais horrorosa trovoada. Seguimos depois, muito molhados, para S. Bernardo onde achamos o Lúcio, Leonarda, Isabel etc. muito descansados e os fizemos seguir para D. Maria de Ponte Alta, onde passamos mal a noite, sem roupa para mudar e mesmo insuficiente para o frio. Em Santos fomos abrigados pelo José Vergueiro e Prima Maria Umbelina, sempre muito delicados.

A 23 seguimos para o Rio de Janeiro, onde passamos fundeados a noite de 24 para 25, ouvindo os foguetes que subiam ao ar durante as festas do Natal. No dia seguinte mandamos logo Antônio Caravelas à casa, noticiar a nossa chegada e fomos para o trapiche do Cleto. Meu pai e minha mãe chegaram com pouca demora a receber-nos com toda a alegria no seu carro novo, obra do Röhe, (5) e depois de muitos abraços sinceros e cordiais, viemos para casa, onde nos estavam preparados como quartos, as duas salas, que correspondiam à atual sala de espera e de visitas.

Minha irmã nos recebeu com muito amor, e meu irmão estava na Europa, para onde tinha ido no paquete a vela nos últimos dias de Março antecedente, como disse, pois nesse tempo, ainda não havia navegação a vapor entre a Europa e a América, bem que os Estados Unidos já a houvessem iniciado com os vapores "Great Western" e "President", que se perdeu.

---

(5) A Casa Röhe & Irmãos, na época a melhor fábrica de carruagens. (Noronha Santos — *Meios de Transportes no Rio de Janeiro* — Rio, 1934 — p. 193).

„Isabelinha começou a apreciar a sincera amisade com que era tratada e ainda hoje diz que não achou sogro e sogra, mas pai e mãe. Iamos ao teatro lírico onde brilhava a Candiani. (6)

Na noite de 18 de Janeiro, dava-se a opera *Puritanos*, e eu notei que Isabelinha dava sinais de incômodo. Entre 4 e 5 horas nasceu a minha primeira filha, tão inteligente e que infelizmente perdi com dois anos, dois meses e 20 dias!

Tratei de arranjar casa para morar, e acabada a convalescença, fomos para a rua do Costa, número 26, casa do Desembargador Francisco de Queiroz, (7) e onde hoje mora sua viuva. Para isso comprei toda a mobília e louça que era de Luiz Faro, e que ainda hoje existe em grande parte. Tratei de comprar carro e o Albino (escravo) que tinha vindo aprender no ano antecedente, e me serviu até Junho do ano passado, em que infelizmente morreu, tomou conta do governo.

Vínhamos com frequência à rua dos Inválidos, e aqui jantávamos todos os Domingos, e eu vivia de lincenças sem ordenados, que me davam os parentes de minha mulher, que estavam no ministério, (8) e que só no-

(6) Por essa época no teatro S. Pedro, funcionava uma companhia lírica italiana cuja primadona, Candiani, foi na sua época, a cantora que maiores aplausos arrancou da platéia do Rio de Janeiro. (Max Fleiuss — *O Teatro no Brasil e sua evolução* — *Dic. Hist. Geogr. Etnogr. Bras.* — I, pg. 1543). Augusta Candiani chegou ao Rio em fins de 1843 e estreou no S. Pedro em Janeiro de 1844. Aqui morreu em 1890. (Lafayette Silva — *História do Teatro Brasileiro* — Rio — 1938 — pg. 46).

(7) Francisco de Queiroz Coutinho Matoso da Câmara, irmão do Senador Eusébio de Queiroz.

(8) O nono gabinete de Pedro II (31 de maio) era presidido pelo Cons.º Francisco de Paula Sousa e Melo. O 10.º Gab. (29 de setembro) tinha como Ministro do Império, e depois presidente do Conselho, o Marquês de Monte Alegre (Costa Carvalho).

meavam os estranhos para a Relação da Corte. Assim se passou o ano de 1848.

Em 29 de Setembro mudou-se o Ministério e foi Eusébio de Queiroz Ministro da Justiça. Concebi esperanças de obter a remoção. Indo a família Valença para as Coroas, (9) levou Isabelinha; e verificando-se a minha remoção a 20 de Dezembro, parti nos últimos dias de Dezembro a buscar Isabelinha e voltei com ela nos primeiros dias de Janeiro de 1849, sendo muito custoso obter à Marquesa e família, o consentimento para trazê-la. Finalmente trouxe-a já muito adiantada na segunda gravidez, por péssimos caminhos e atoleiros, a cavalo, de sorte que gastávamos hora e meia para andar uma légua. Vinhamos acompanhados pelo Albino, cocheiro.

Entramos por S. Cristóvão e resolvemos ir para a Chácara do Engenho Velho número 65, onde então minha mãe residia para obter melhores ares, mas só achando lá a Virgínia Paula, seguimos para a Cidade, atravessando com muita dificuldade o Barro Vermelho que era um verdadeiro atoleiro.

Depois de Isabelinha ir para as Coroas, chegou meu irmão da Europa, tendo gasto vinte meses na viagem. Quando nós chegávamos à esquina da rua do Resende, meu irmão ia dobrando-a e vendo-nos, voltou conosco, ajudou Isabelinha a apear-se etc. Foi a primeira vez que a viu. Depois seguiu para a Secretaria e nós subimos. À noute fomos para a rua do Costa, continuou a minha vida regular e eu comecei os meus trabalhos na Relação, em verdade muito pesados e que me tomavam todo o tempo, porque fui sempre juiz conciencioso.

---

(9) *Fazenda das Coroas*, em Valença, Estado do Rio, de propriedade do Marquês de Valença.

A 31 de Março nasceu o meu segundo filho. Tivemos muito prazer, mormente por ser rapaz. Mal sabíamos que daí a um ano e seis dias o veríamos morrer!

Continuamos nossa vida, gozando de vez em quando o teatro lírico, a Candiani, Deperini, Marinangeli (10) e outras cantoras, que nesse ano e nos seguintes fizeram as delícias dos dilettanti.

No primeiro de Julho de 1849 foi batizado o meu filho com o nome de Luiz, pelo Abade Frei Luiz de Santa Teodora, (11) assim como minha filha o tinha sido pelo Padre Frei Rodrigo de São José, (12) ambos no Oratório da Casa do Snr. Marquês de Valença, e serviu pela primeira vez meu carro novo, fabricado pelo Röhe.

No fim do ano resolvemos ir a Campinas, fatal lembrança que me custou muitas lágrimas. Fomos a Santos e S. Paulo, onde encontramos o Padre João que viera ajustar contas com o Azevedo adivinhando a morte. Que prazer tinha aquele bom homem quando via meus filhos! Nós seguimos para Campinas com os pobres meninos tão queridos, e que lá deviam ficar enterrados.

Fomos para o Morro Grande, pois no Rio das Pedras não havia casa. O Morro era então habitado por primo Luizinho, (13) que nesse ano se tinha casado com minha cunhada Genebrinha e lá estivemos juntos até Março, em que ela veiu para Petrópolis afim de ter o seu bom sucesso, visto que no Rio de Janeiro se tinha manifestado a febre amarela, matando mais de 200 pessoas por dia.

---

(10) Marieta Marinangeli, casada com José Marinangeli.

(11) Abade do Mosteiro de S. Bento do Rio.

(12) Parente. V. Cap. I.

(13) Luiz Ribeiro de Sousa Resende, filho do Marquês de Valença.

Ficando nós sozinhos no Morro Grande, e regressando por esse tempo de S. Paulo o bom padre João, viemos para Campinas, até porque se aproximavam as festas da Semana Santa. Passamos satisfeitos esses dias. Os meninos estavam muito engraçadinhos, a menina muito inteligente, quando no Sábado de Aleluia, à tarde, o Luluzinho é atacado de convulsões. Ficamos aterrados!

Nessa ocasião veiu pela primeira vez Joaquim Bonifácio do Amaral e outro, cujo nome não me ocorre, visitar-me, e eu os recebi muito triste. Ora, já na ida para Santos, a bordo do — *Serpente* —, o menino tivera pela primeira vez convulsões. Acudiu-lhe o Dr. Ernesto Ottoni, (14) que ia a bordo, como passageiro, e o menino salvou-se.

Dois dias depois, caiu tambem a Mariquinhas com sarampos. O nosso martírio foi muito grande! Sós, abandonados, sem uma pessoa de amisade além do Padre João, velho de 85 anos, apenas achamos companhia na D. Leocádia. Os únicos médicos em Campinas eram o Gomide, (15) que para vir visitar os doentes à noite, exigia um acompanhamento de oito ou dez pessoas, armadas e com archotes e o maluco do Dr. Ricardo Gumbleton, (16) que ainda vive. Não havia uma botica regular, e para obter um remédio à noite era preciso desencantar o boticário do centro das devassidões. E todavia o Gomide morava ao pé de nós, no sobrado hoje reformado em que móra o Ferreirinha.

---

(14) Irmão de Teófilo e de Cristiano Otoni.

(15) Dr. Cândido Gonçalves Gomide.

(16) Ricardo Gumbleton Daunt, popularíssimo em Campinas, onde faleceu, muito respeitado sempre pelas suas crenças religiosas e firmeza política, nascido em Hull a 30 de agosto de 1818 e falecido a 18 de Junho de 1893. (V. de Taunay — *Estrangeiros Ilustres e Prestimosos no Brasil* — S. Paulo — 1932 — pg. 22).

A febre amarela assolava pela primeira vez o Rio de Janeiro e eu tremia por meus pais e irmãos, e tão aterrado estava que ofereci a Deus que poupasse meus pais e irmãos, e no caso de exigir um sacrifício, antes me levasse os filhos porque eram inocentes e eu podia ter outros. Ah! Eu não sabia o que dizia!

O meu filho morreu a 6 de Abril de 1850 às 11 horas da noite, e enterrou-se no dia seguinte, domingo da Pascoéla, à tarde. Passamos o dia 8 como, Deus? A minha Mariquinhas morreu a 9, às 4 horas da tarde, na presença dos médicos que diziam que eu era um visionário, e que ela não tinha nada! Na quarta feira, 10 de Abril de 1850, enterrou-se minha filha na capela do Cônego Melchior, ao lado do irmão. Poderei eu dizer a consternação em que ficamos? Minha boa mãe muito chorou. A dor do Padre João foi muito grande, e eu durante muitos anos não me lembrava sem lágrimas desta desgraça. O tempo, que breve ha-de devorar o pouco que resta de mim, foi consumindo essas memórias, e hoje acho felizes esses anjinhos que estão no ceu, ao lado de Deus. Seus ossos, não todos, pois o Bueno ou não foi diligente ou não os achou todos, foram exhumados com licença do Vigário Geral e estão guardados no nosso jazigo no cemitério de S. João Batista. (17)

Apenas saía o enterro, nós montávamos a cavalo para o Morro Grande, onde fomos desafogar a nossa dor. O Padre João foi logo ter conosco e nos fez ótima companhia, mas coitado, sofreu muito, pois só via chorar.

Dias depois resolvemos deixar esses lugares, que nos recordavam tamanhos desastres, despedimo-nos do Padre João, que não deviamos mais ver, e saimos para

(17) E' a sepultura n. 10-A concedida perpetuamente à família em 1857.

S. Paulo, passando por Campinas, como por estrada e indo dormir à Tapera.

Seguimos para a casa do Tio Luiz, onde fomos esperar notícias do Rio. O Paulino (18) deu-me nova licença. Então o tio Luiz aproveitou-nos para ficarmos tomando conta da casa e foi ajustar o casamento com D. Felicíssima, (19) que se realizou e tão feliz tem sido.

Melhorando o estado sanitário na Corte, viemos para ela por Santos nos fins de Junho e o muito trabalho com os autos pareceu distrair-me. Mudei-me para a casa fronteira nesta rua dos Inválidos, que era do Coronel Santos, e nesta, a 14 de Setembro desse ano, nasceu a minha filha Francisca.

Mas antes, nos fins de Agosto, recebi carta de Campinas, participando-me ter falecido a 11 desse mês o venerando Padre João, instituindo suas herdeiras as filhas do seu amigo Coronel Francisco Inácio, e a mim testamenteiro em primeiro logar e a meu concunhado Luiz Ribeiro em segundo. Foi grande o meu sentimento e rompi em pranto, indo logo mostrar a carta a meu pai. O Padre João era muito grato, muito honrado e tinha muita instrução. Todas as cartas que ele me escreveu, e foram muitas, existem guardadas.

Como falei na febre amarela que matava por dia mais de 200 pessoas, direi que em casa, todos a tiveram, senhores e escravos, e ninguem morreu. Só meu pai não a teve. E eu, no país da saúde, perdi ambos os filhos! Altos juizos de Deus!

Passei sem novidade o resto do ano de 1850 e parte do seguinte. Preso no Rio de Janeiro pelos pesados trabalhos da Relação, disse ao primo Luiz que aceitasse

(18) Paulino José Soares de Sousa, Visconde do Uruguai.
(19) D. Felicíssima de Campos.

a testamentaria do Padre João e cuidasse disso. Mas ele nada fez o que deu causa a uma acintosa promoção do Escrivão da Provedoria que me foi comunicada em carta pelo Bueno. Tive portanto de pedir licença em 22 de Agosto de 1851 e de seguir para S. Paulo para tomar conta da testamentaria e evitar novos aborrecimentos.

Passei em S. Paulo as festas do dia 7 de Setembro e vi pela primeira vez na casa do canto do Largo do Colégio a rara formosura de D. Maria Benedita Coutinho, que depois casou com o Dr. Mota Cunha, primo do Marquês de Olinda. Assistiu ela à parada da tropa. À noite fui com o Zuza ao baile que em Palácio dava o presidente José Tomás Nabuco de Araujo, onde se distinguiu a Senhora, filha do Manuel Francisco, da rua da Boa Morte, se me não engano. Eram relações do Zuza, ela e a família. A senhora não era uma formosura, mas nunca ví creatura mais simpática nem mais agradavel.

Dias depois segui para Campinas, aceitei a testamentaria e cuidei de por em ordem esses negócios. Entreguei a Antônio Moreira da Cruz, muitos objetos tomados ao seu devedor Francisco José de Oliveira, vulgo o *Chancham*, e cuidei em liquidar as dívidas dos tios Francisco, Luiz e Vicente ao Padre João, pois nessas dívidas ativas consistia a maior parte da fortuna. Trouxe comigo todos os cadernos e aqui tudo se liquidou com vagar, avultando a herança do Padre João a cerca de rs. 30:000$000, dos quais se retiraram 3:000$000 para a décima e o resto foi dividido por dois. Aproveitei para ir ao Rio das Pedras, onde começava a avultar a plantação de cafezais, que eu tinha feito iniciar no Xadrês e que depois tanto concorreu para ajudar-me a viver.

Em Outubro voltei para o Rio pois a 8 de Novembro nasceu a minha Isabel, a quem a irmã chamava *Bibi* e que por isso ficou conhecida por esse nome. No fim do ano fui para Petrópolis com Isabelinha e as amas Margarida e Luiza e as crianças e morávamos em casa do Snr. Marquês de Valença, junto ao Carpenter, (20) e conosco estava a prima Bárbara. Demoreime até Fevereiro e talvês até Março. Eu ia e vinha, dava faltas alternadas na Relação e Isabelinha residia em Petrópolis, onde a chuva era tanta e tão continuada, que ninguem podia por a cabeça fora da janela. Tenho diante dos olhos uma carta por mim escrita a meu pai, de Petrópolis, a 3 de Fevereiro de 1852.

Lembro-me que uma vez fui a cavalo com o Snr. Marquês de Valença, ao colégio do Köpke (21) e que fui com Isabelinha ao Paço que era muito diferente do que é hoje.

Voltamos para a Cidade. Nesse tempo subia-se o rio Inhomerim até a Estrela, onde se entrava nos carros, passava-se pela Fábrica de Pólvora e casa do Coronel Albino, (22) até Petrópolis. Foi mais tarde que se construiu a Estrada de Ferro do Mauá.

Adoeceu gravemente o estudante Manuel Antônio Alvares de Azevedo, (23) raro talento com quem eu estreitara relações em S. Paulo e morreu aos 25 de Abril desse ano de 1852. Enterrou-se a 26, e nesse dia tambem se enterrou o filho do Marquês de Olinda. (24)

---

(20) Henrique Carpenter, engenheiro de Minas, inglês.

(21) Prof. Henrique Köpke.

(22) Albino José de Siqueira. (Raffard — *Jubileu de Petrópolis* — Rev. Inst. Tomo 58 — 2.º — pg. 55).

(23) Sobre a morte de Alvares de Azevedo. V. a *Rev. Nova*, I, pg. 3.

(24) Era o único filho varão do então Visconde de Olinda. Foi vítima da febre amarela, aos 14 anos, já bacharel pelo Colégio Pedro II.

Apareci em ambos, mas só podendo acompanhar um, acompanhei o do Maneco que foi sepultado no cemitério provisório do *Hospício de Pedro Segundo*. O Doutor Macedinho, (25) há pouco falecido, recitou um belo discurso laudatório que terminou pela poesia — *Se eu morresse amanhã* — trinta dias antes feita pelo Manéco. Todos choraram.

Vim para casa muito triste. Era noite de Baile do Cassino. (26) Resolvi ir, mas não dansar. Com efeito estava eu triste a um canto, quando a Imperatriz, vendo-me, abaixou-me a cabeça. Levantei-me logo e acorri ao logar onde estava S. M., que teve a bondade de perguntar por Isabelinha e pelas meninas, o que fez que a conversação naturalmente caisse sobre o fato recente do falecimento dos meus filhos em Campinas. Ela mostrou-se muito penalizada.

Momentos depois chegou-se a mim o Veador Nicolau Antônio Nogueira da Gama, hoje Barão de Nogueira da Gama, (27) e disse-me que S. M. me tinha escolhido para dançar com a Imperatriz a seguinte contradança que era a quarta ou quinta. Fiquei satisfeitíssimo com a notícia e comuniquei-a logo a meu irmão, que tambem lhe deu subida importância. Felizmente a minha luva da mão direita estava em folha. Dado o sinal aproximei-me da Imperatriz, disse-lhe que me estava reservada a honra de dançar com S. Magestade a seguinte contradança, e Ela respondeu-me: — "Com muito gosto". Foi meu *vis-à-vis* o Dr. Carlos Bulhões e uma das cunhadas. No dia seguinte meus pais tive-

(25) Dr. Joaquim Manuel de Macedo.

(26) O "Cassino Fluminense", onde depois foi o "Clube dos Diários" e é hoje o "Automovel Clube".

(27) Depois Visconde do mesmo título e Mordomo da Casa Imperial.

ram muito prazer sabendo que eu tinha merecido tamanha honra dos Soberanos.

Hoje, 12 de Junho de 1882, estou muito doente e custa-me fazer estes rabiscos. Ontem foi publicada a minha aposentadoria, com a mercê de Grã-Cruz da Ordem de Cristo. Está acabada a minha vida pública e a outra cedo acabará. Continuemos.

No seguinte Domingo fui com Isabelinha às Aguas Férreas do Andaraí, casa do Figueredo, (28) onde moravam SS. MM. e lhes agradecemos tamanha honra. José de Sequeira (29) estava de serviço e aproveitou a ocasião para dizer bem de mim ao Imperador.

Esquecia-me de dizer que no ano antecedente, 1851, um ano depois de minha volta de S. Paulo, foi que tive a febre amarela. Construia-se a torre da Candelária do lado de S. Pedro (30) e para se assentarem os monstruosos alicerces, por um maquinismo engenhoso extraía-se do chão por meio de bombas, prodigiosa quantidade dágua. Cheguei-me para ver e demorei-me por alguns minutos. Talvês por ter absorvido alguns miasmas no dia seguinte declarou-se-me a febre amarela, que durou quatro dias e chegou ao ponto de náuseas, mas não de vômitos. Mas primo Bernardino, (31) com quem então muito conviviamos, foi quem me tratou pelo sistema homeopático.

---

(28) José Bernardo de Figueredo.

(29) Joaquim José de Sequeira, Veador. Foi mais tarde mordomo interino.

(30) Em 30 de Setembro de 1851 iniciaram-se as obras de ampliação da Igreja da Candelária.

(31) Dr. Bernardino José Barbosa de Almeida, médico formado na Baía — (*Arq. Fac. Med. Baía* — Vol. V, pg. 93).

CAPÍTULO OITAVO

O TEATRO LÍRICO NA CORTE. MORTE DO CONNS.º LUIZ ANTÔNIO BARBOSA DE OLIVEIRA. A FAZENDA DO RIO DAS PEDRAS. INAUGURAÇÃO DA CASA GRANDE.

Rio de Janeiro, 15 de Junho de 1882.

Continúo muito doente e sem esperança. Hoje fazia anos meu irmão, tão meu amigo e tão util companheiro. Deus lhe dê o ceu!

.....

Estamos a 26 de Abril de 1852, no Baile do *Cassino*. Antes de continuar a minha rapsódia, falarei dos teatros daquele tempo, que muito serviam para nossa distração, não precisando as épocas, porque não me lembro, e não tenho cabeça para consultar assentos e documentos que muito me orientariam.

Nós tinhamos então bem bom teatro lírico onde vieram cantar celebridades européias. Primeiramente tivemos a maviosa Candiani. (1) A primeira peça que lhe ouvi foi — *Os Puritanos* — com o Mazziani (2) e o Fiorito, (3) Deu-nos tambem a *Norma*, *Ana Bo-*

(1) Augusta Candiani. Provocou grande sensação por sua voz e sua beleza. Maciel Monteiro dedicou-lhe famoso soneto, distribuido pelo teatro antes do espetáculo. O *Jornal do Comércio* da época relata com minúcia estes fatos — (Edição do Centenário, pg. 263). V. nota 6 no cap. anterior.

(2) Angelo Mazziani.

(3) Arcângelo Fiorito, Mestre Particular e Compositor de Música da Imperial Casa e Capela Particular de S. M. o Imperador. Primeiro baixo profundo absoluto da Comp.ª Lírica Italiana.

lena, Safo, Sonâmbula, Torquato Tasso, e depois a *Semiramis,* quando veiu a Stoltz, (4) que deu ainda a *Favorita.* Era tenor o *Labocetta.* (5)

Veiu depois a Ida Edelvira, que nos deu o *Pirata* com o *Tatti* (6) e a *Rainha de Chipre.*

Tinhamos tido tambem a Marinangeli, (7) muito formosa e que cantava muito bem com o marido, que era bem bom tenor e deu-nos *Ernani, Elixir d'Amore,* e cantou de *Adalgisa* na *Norma,* com a Candiani.

A Mège e a Duval (8) tinham dado em 1846 e 1847, aquela *Le Postillon de Lonjumeau, La Dame Blanche, Pré-aux-Clèrcs, Les Diamants de la Couronne* etc. A Duval, *Le Domino Noir, L'Ambassatrice* etc. e ambas *Le Cheval de Bronze.* A Mège era uma formosura, alta, loura, muito elegante, muito admiravel. Era casada e foi assassinada pelo marido com dois tiros de pistola. A Duval era solteira, tinha reputação de honesta, era pequena, cabelos e olhos pretos,

---

(4) Rosina Stoltz, estreou no *Teatro Provisório,* depois chamado *Lírico Fluminense,* em 1852. (V. Lafayette Silva — *Op. cit.* pg. 45 Escragnolle Dória: *Coisas do Passado. Rev. Inst. Hist.* T. 71, 2.º, pg. 185; — V. Cernicchiaro — *Storia della Musica nel Brasile* — Milano, 1926, pg. 191).

(5) Domenico Labocetta.

(6) Filippo Tatti.

(7) José e Marieta Marinangeli vieram em 1846. Já em 1844 Margarida Deperini cantara de Adalgiza na "Norma", com a Candiani. Era casada com um tenor (Giuseppe Deperini), como se vê no "Jornal do Comércio". (Ed. Centenário, pg. 263).

(8) Desde 1841 funcionava no teatro S. Januário (*Teatro da Praça de D. Manuel*) uma companhia francesa, a que, por decreto de 30 de novembro desse ano, fora concedida uma loteria anual. (Max Fleiuss — *Páginas de História* — 2.ª ed. Rio — 1930 — pg. 559). Em 1846 e 47, duas companhias francesas deram, com sucesso uma série de óperas francesas ("Operas-comiques" e "Vaudevilles") e italianas. A primeira era chefiada por Artemise Duval e a segunda por Eugênia Mège.

muito engraçada. Eu gostava mais dela do que da Mège. Dansei com ela de *vis-à-vis* no Baile do Paca em Dezembro de 1846.

Por esses anos nós tinhamos uma bela Filarmônica (9) muito concorrida, onde cantava com admiravel graça D. Paulina Porto-alegre, (10) com rara mestria e excelentíssima voz D. Henriqueta (11) que depois casou com o Areias, (12) hoje Boronesa de Ourém e concunhada do Dr. Pertence; (13) cantava a D. Teresa, (14) mãe destas, e a cunhada, a Graça, (15) e D. Amália Lobo, depois casada com Bento Francisco da Costa Aguiar e já morreram ambos, ela antes de 1854 e ele pouco depois. Que mundo!

Tinhamos ficado em 26 de Abril de 1852. Minha mãe sofria do peito e seus males foram-se agravando. Quando na noite de 17 de Agosto desse ano se festejou o 44º aniversário do casamento, quem deu o braço a ela para acompanha-la para o chá foi o Desembargador Antônio Joaquim de Sequeira, e ela já estava muito doente. A 31 desse mês teve logar o único baile que

---

(9) A Sociedade Filarmônica era dirigida por Francisco Manuel.

(10) Filha do Barão de Santo-Ângelo (Manuel de Araujo Porto-alegre). Casou-se com o compositor Paulo Faulhaber.

(11) D. Henriqueta Carolina dos Santos, enteada de Francisco Manuel.

(12) José Carlos de Almeida Areias — Barão e Visconde de Ourem.

(13) Francisco Praxedes de Andrade Pertence, professor da Faculdade de Medicina do Rio.

(14) D. Teresa Joaquina de Jesus, viuva do Tenente Coronel Lourenço Antônio dos Santos, casada em segundas núpcias com o Maestro Francisco Manuel. (V. Testamento de F. Manuel em: E. Sena *Rascunhos e Perfis* — Rio, 1909 — pg. 564).

(15) D. Mariana Henriqueta Graça.

o Imperador deu. Foi no Paço da Cidade. Paulo Barbosa estava na Europa, e o Mordomo era José Maria Velho. (16) Foi nesse baile que José Inácio Silveira da Mota (17) requestou a Albininha, filha do Martins Pinheiro e ajustou o casamento com ela. Isabelinha foi, e levou um vestido de seda que nos custou cem mil réis na loja do Leal & Gama. Era nesse tempo o custo dos melhores vestidos. Havia dois cortes iguais na qualidade e no preço e sómente diversos na cor. A Condessa de Baependi (18) levou o azul e Isabelinha o cor de rosa. O Imperador dansou a primeira contradança com a viscondessa do Uruguai e a Imperatriz dansou uma delas com o Desembargador Coito (19) que representou a magistratura.

Minha santa mãe foi peorando e o seu estado em Outubro era desesperado. Sofreu muito e com toda a resignação. Foi sacramentada e ungida. Levou em agonia toda a noite de 22 para 23 de Outubro e às 7 horas da manhã desse dia deu a Deus aquela alma tão pura! Nessa mesma tarde enterrou-se, levando o caixão Eusébio de Queiroz, (20) e José Ildefonso, (21) então Ministro da Justiça e hoje Visconde de Jaguarí, e alguns Ministros do Supremo. A nossa dor foi grande! A missa de sétimo dia foi no Convento da Lapa e muito concorrida, assim como o préstito do enterro.

---

(16) José Maria Velho da Silva, foi mordomo interino de 1846 a 1854.

(17) É o futuro senador Silveira da Mota.

(18) D. Rosa Mônica Nogueira Vale da Gama, 2.ª Condessa de Baependí.

(19) João Lopes da Silva Coito, mais tarde Ministro do Supremo Tribunal de Justiça.

(20) Eusébio de Queiroz Coutinho Matoso da Câmara ainda não era senador.

(21) José Ildefonso de Sousa Ramos, Barão das Três Barras e Visconde de Jaguarí.

Meu pai, sempre muito honrado, falou logo em dar partilha aos filhos. Mas eu lhe respondi que morando ele com Iaiá e Zuza e comendo à sua mesa, o único filho que se poderia julgar prejudicado era eu. E que me julgava ofendido se meu pai, por minha causa cuidasse de semelhante cousa.

Eu tinha alugado no logar hoje chamado — *Largo dos Leões* — a grande casa aí existente com dois portões e imensa chácara com água, antigamente do Padre Seabra e então da sogra do primo Bernardino, para minha mãe ir convalescer. Falecendo ela fomos para lá passar o verão e o luto pesado. Essa grande casa está hoje dividida em muitas pequenas casas, habitadas pela família Leuzinger, (22) e outras. Quando fomos na noite de Natal ouvir a Missa do Galo à Freguezia de S. João Batista, e tocaram o orgão, Iaiá foi obrigada a sair da Igreja em pranto...

Estando nós na supradita chácara, nasceu nela a 10 de Fevereiro de 1853, à noite, minha filha Maria Amélia, hoje casada com o Geraldo. (23)

A minha filha Maricóta foi a primeira batizada na Igreja. Os quatro antecedentes tinham sido todos batizados no Oratório do Marquês de Valença, servindo para os tres primeiros os ricos ornamentos do Mosteiro de São Bento, pois os batizantes foram Frei Rodrigo (24) e Frei Luiz, (25) Monges Beneditinos. E para Isabel serviram os ricos ornamentos da Capela Imperial, pois o batizante foi o Bispo eleito de S. Paulo D. Antônio Joaquim de Melo, (26) nosso paren-

(22) George Leuzinger, fundador da Casa Leuzinger.

(23) Barão Geraldo de Resende, filho do Marquês de Valença.

(24) Fr. Rodrigo de S. José (V. Cap. I).

(25) Fr. Luiz de Sta. Teodora.

(26) Natural de Itú — Bispo de 1852 a 1861, Conde Romano.

te, que nos tratava com muita afabilidade e nos visitou em S. Paulo, ainda depois de sagrado.

Maricóta, porém, foi batizada na Matriz do Sacramento, à qual então pertenciamos, pois não era ainda creada a Frequezia de Santo Antônio, e esta rua dos Inválidos dividia as Freguezias, pertencendo o lado par a Sant'Ana e o impar ao Sacramento. De sorte que meu pai e eu que morávamos defronte um do outro, pertenciamos a diferentes freguezias. (27) Em todo o tempo do batizado o orgão soltou os seus sons harmoniosos. Foram padrinhos, meu pai e a prima D. Amélia. (28)

Desde a vida de minha mãe, apenas obtive a remoção para a Relação do Rio de Janeiro, tratei de ver se melhorava a aposentadoria de meu pai, obtendo-a para o Supremo Tribunal de Justiça, o que ele aliás muito desejava, para tirar de si o estigma, que imerecidamente lhe tinham lançado o Honório (29) e os *Chimangos*. (30) Quando o Eusébio (31) era Ministro da Justiça em 1849 ou 1850 (32) falei-lhe nisso mas ele dissuadiu-me disso, achando a cousa impossivel, de sorte que não pude obter essa mercê em vida de minha mãe que tanto prazer teria com isso.

Continuei depois da morte dela e achando no meu bom amigo Paulino, (33) todo o apoio, meti mãos à obra, fiz um memorial, levei-o ao Imperador a quem fa-

(27) A paróquia de St.º Antônio foi criada por Decreto Imperial de 16 de Setembro de 1854 e delimitada por outro de 13 de Dezembro.

(28) Filha do Marquês de Valença. Faleceu solteira.

(29) Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês de Paraná.

(30) Liberais.

(31) Eusébio de Queiroz.

(32) Foi de 1848 a 1852.

(33) Paulino José Soares de Sousa, Visconde do Uruguai.

lei calorosamente a esse respeito. S. M. foi muito benévolo e transformando o memorial em requerimento, entregou-o ao Ministro da Justiça Luiz Antônio Barbosa, (34) sobrinho do Paulo Barbosa, porém, seu desafeto. O Ministro deu vista, ao Procurador da Coroa, que era o Conselheiro Braga, (35) meu particular amigo, no impedimento de Francisco Gomes de Campos, depois Barão de Campo Grande. Por ele soube do andamento do negócio, que ele já tinha oficiado e que ia agora à seção de Justiça do Conselho de Estado. Falei então ao Visconde de Abaeté (36) no qual achei a melhor boa vontade e o mais decidido cavalheirismo e me disse que obtivesse do Ministro que o nomeasse relator. Por via do sempre distinto Paulino, obtive esse despacho, e o requerimento foi ao Visconde de Abaeté. No dia seguinte estava o Abaeté na minha casa fazendo-me ver a inconveniência dos termos em que era concebido o requerimento, pois o Honório, depois Marquês de Paraná, que era tambem membro da Seção do Conselho de Estado, tinha tambem de ler o requerimento e dar parecer, e não convinha exacerba-lo. Expliquei-lhe então que o papel tinha um fim diferente e que o Imperador o convertera de Memorial em Requerimento.

Deu-me então o requerimento áspero para substituí-lo por outro moderado. Mas como neste já havia despachos lançados, notas da Secretaria em tinta vermelha, e o Ofício do Procurador da Coroa, era preciso levar um outro ao Ministro, para que esse fazendo traspassar

(34) Chefe do partido conservador em Minas. Paulo Barbosa sempre foi liberal.

(35) Antônio Rodrigues Fernandes Braga.

(36) Antônio Paulino Limpo de Abreu, Magistrado. Alcançou o Supremo Tribunal onde se aposentou. Foi tambem deputado em várias legislaturas e finalmente Senador por Minas Gerais. Era Conselheiro de Estado.

todas as notas de um para outro rasgasse o primeiro. Foi necessário obter do amigo Braga, que escrevesse no segundo requerimento o ofício que escrevera no primeiro, asseverando-lhe ter sido de acordo com o Ministro. E assim levados ambos os requerimentos a este, tudo por intermédio do Paulino, e por sua intercessão, inutilizou-se o primeiro requerimento e voltou o segundo, ao poder do Abaeté, que voltara à minha casa para ver se o contexto do segundo requerimento estava conveniente, antes de se lhe dar andamento. Quantas finezas devo ao Visconde de Abaeté!

Deu o Visconde de Abaeté o seu parecer muito favoravel e para isso me pediu informações que não constavam do requerimento. Seguiu-se o Lopes Gama, (37) depois Visconde de Maranguape, que concordou inteiramente com o antecedente, e passaram os papeis ao Honório, que concordou em conclusão, pois o parecer dizia que ele, Honório, como Ministro tinha violado artigos constitucionais, e ele não podia confessar-se criminoso.

Eu esperava a decisão e nada. Eis que cái o Ministério e sobe o Honório, (38) com o Pedreira, hoje Visconde de Bom Retiro, (39) no Império, e Nabuco, (40) hoje falecido, na Justiça. Receei-me do Honório, mas o Paulino disse-me, e disse bem, que ele como Ministro não podia recusar o que aconselhara como Conselheiro de Estado. Mas a demora continuava, e estavamos em Setembro de 1853.

---

(37) Caetano Maria Lopes Gama, Visconde de Maranguape, tambem magistrado e político, Ministro do Supremo Tribunal, e finalmente Senador.

(38) É o ministério da *Conciliação*, chefiado por Paraná.

(39) Luiz Pedreira do Couto Ferraz, Visconde do Bom Retiro. Igualmente magistrado e político. Desembargador. Senador pelo Rio. Conselheiro de Estado.

(40) Cons.º José Tomás Nabuco de Araujo. Pai de Joaquim Nabuco. Foi Senador e Conselheiro de Estado.

Apareceu-me uma dor de cabeça, que surgia de diversos modos. O primo Bernardino dava-me remédios homeopáticos que não faziam efeito. A dor crescia e ia-se tornando horrivel, insuportavel. Entrou o mês de Outubro e nada de aparecer o despacho.

Até 12 de Outubro conservei-me de pé. A 13 caí de cama e nesse dia vieram o Marquês e a Marquesa de Valença despedir-se de mim. A 14, último dia em que meu bom pai fez 69 anos (e não fez os 70) já eu estava desacordado, e não soube mais de mim. Soube depois que estive dois dias entre a vida e a morte. Que o Dr. Persiani (41) foi o meu assistente, que meu tio Adriano e meu primo Bernardino passavam as noites alternadamente a meu lado e escreviam todos os acontecimentos, de sorte que quando o Dr. Persiani chegava, pegava logo no papel e lia tudo. Que o Valadão, (42) hoje Barão de Petrópolis, foi conferente, tirou os receios ao Persiani e aconselhou a Medicina que me salvou: 1.º — emissões sanguineas por meio de sangrias, bichas e ventosas; 2.º — aplicação de cautérios nas barrigas das pernas, no interior das coxas e na nuca. Não havia cautério que pegasse, pelo que se perdeu muito tempo, e o primo Bernardino, coitado, desesperado, arrancou-me com escova e água fervendo a péle da barriga da perna, dor que senti, apesar do meu estado mortal.

Com efeito, depois de dez dias de esperanças quási perdidas a 23 de Outubro, quando meu pai voltava da missa de aniversário de minha mãe, foi que meu tio, lhe disse, que apareciam sintomas fugitivos, mas favoraveis. Sofri muito, mas devo muito à caridade de meu irmão, que Deus tenha ao seu lado que enfermeiro mais dedicado e mais inteligente ninguem o teve.

(41) Dr. Cesar Persiani, médico, mais tarde Barão de Iriuba.

(42) Dr. Manuel Valadão Pimentel.

Quando estava todo chagado, cheio de dores, fui voltando a mim, numa debilidade em que nunca me vira, e então mudaram-me para o quarto de dormir comum, pois a minha grande enfermidade, sofria-a no meu quarto de vestir. Curadas as chagas, e quando eu ainda estava em extremo debil, levaram-me numa rede para o Jardim Botânico, onde o Caldas me emprestara a chácara. Trinta dias levei lá a convalescer e só em Dezembro comecei a tomar banhos de cachoeira no Jardim Botânico, por obséquio do Cândido Batista de Oliveira, (43) então diretor.

Quando voltei a mim, sabendo que o requerimento que eu fizera em nome de meu pai, sem ciência nem autorização dele, estava sem despacho, escrevi ao Paulino e ao Nabuco. O estado de que eu escapara fez-lhes impressão. O requerimento foi apresentado em fins de Novembro, e meu pai aposentado no Supremo Tribunal de Justiça. Era um sábado, e o Julio, correio da Secretaria de Justiça, levou-me ao Jardim onde eu morava, cartas de Nabuco e do Pedreira, noticiando-me o despacho favoravel e no dia seguinte o José Caboré levou-me carta do Marquês de Monte Alegre, comunicando-me a notícia por ordem do Abaeté, que tinha subido a Ministro dos Estrangeiros e dando parabens. (44)

---

(43) Foi político, deputado e Senador pelo Ceará. Conselheiro de Estado, Professor catedrático de Mecânica da Academia Militar. Matemático e financista.

(44) A carta do então Visconde de Monte Alegre é a seguinte:

"Illmo. Am.º e Snr.

Receba para apressar a convalescença, em uma só dose, o seguinte elixir confortativo.

O Sr. seu Pae foi hoje agraciado com as honras de membro do Supremo Tribunal de Justiça.

Esta notícia me foi dada pelo Snr. Limpo d'Abreu hoje em S. Christovão, e me pedio que eu lh'a communicasse. Disse-me

"Apenas soube que meu Pai tinha sido agraciado, sendo a sua anterior aposentadoria declarada no Supremo Tribunal de Justiça, e ele conseguintemente lavado de qualquer nódoa e imérita suspeita, escrevi-lhe, pedindo que fosse no dia seguinte, que era Domingo, almoçar comigo, pois tinha muito que lhe dizer. Ele estava adoentado, custou-lhe muito e todavia, foi. Contei-lhe então o que fizera em seu nome e sem ele saber, tudo minuciosamente, os obséquios do Paulino, Luiz Antônio Barbosa, Braga e Visconde de Abaeté, e pinteilhe a coisa em bom estado, sem dizer-lhe o bom êxito definitivo. Ele ficou muito apreensivo e sempre descrente desaprovou os meus passos, pois acreditava ter feito reviver uma pretensão condenada, não por injusta, mas por infeliz e desprotegida.

Levantei-me, contei o ocorrido ao Zusa que estava na chácara vizinha com Francisco Urbano, cunhado do Valdetaro. (45) Então ele me disse: "Pois vai já dizer. lhe o resto." Voltei, chamei meu Pai e mostrei-lhe sucessivamente as cartas do Nabuco, Pedreira e Mont'Alegre, e ele exclamou: — "Então está feito!" E imediatomente caindo em tristeza, disse: — "E tua mãe não viu!" Meu pai teve muita satisfação e mandou fazer

---

o mm.º Snr. Limpo que fora procurar a V. S. para lhe dar tão agradavel nova, e então é que disseram que V. S. estava para estes sitios. Cumpre entretanto não dizer nada a este respeito emquanto o decreto não estiver assignado pelo Imperador.

Saudades destas Snras. á Isabelinha e ás pequenas.

Este é feito á hora de me deitar para que o rapaz lh'o leve cedo.

Seu amº e crº

V. DE MONTALEGRE.

16 de 9brº".

(45) O Visconde de Valdetaro, mais tarde presidente do Supremo Tribunal de Justiça, residia na Gávea, numa bela chácara.

uma Béca de Capa de Setim, (46) ricamente bordada, que depois foi e ainda é minha e com ela foi ao Paço no *Beijamão* de 25 de Março de 1854, única vez que a vestiu.

Continuei na Gávea a minha convalescença, tomando sempre banhos de cachoeira no Jardim Botânico até Janeiro de 1854, em que vim para a cidade e dias depois segui com Isabelinha para o Rio das Pedras para convalescer, mas a gravidez adeantada de Isabelinha fez-nos voltar para o Rio nos meados de Março, e acompanhei meu pai ao Paço no Beijamão de 25 de Março desse ano de 1854. Com efeito a 6 de Abril seguinte nasceu minha filha Luiza, muito pouco viavel pelo que foi batizada em casa pelo Padre Joaquim da Silva Freire, da Baía, que passava pela rua nessa ocasião. (47) Recebeu depois os santos óleos na Matriz do Sacramento e foi madrinha a prima Chiquinha Valença, então muito nossa amiga e hoje Madame de Cambolas. (48) Foi padrinho meu tio Adriano, a quem eu estava muito obrigado pela sua dedicação durante minha grave enfermidade.

Eu havia recomeçado o meu trabalho na Relação e a minha saúde todos os dias se tornava mais robusta e com efeito durou ótima e magnifica até 22 de Março de 1869, em que começaram e gradualmente se têm agravado os crueis padecimentos, que hoje me afligem.

Meu pai, porém, peorava. Tinha-se manifestado a lesão orgânica do coração, e o Persiani, que o tratava, já não tinha esperanças. Com efeito a 12 de Setembro

---

(46) A *capa de setim* era o privilégio dos Ministros do Supremo Tribunal.

(47) D. Luiza Barbosa de Oliveira Bulhões Ribeiro veio a falecer em 1936.

(48) Filha do Marquês de Valença. Casou-se com o Conde de Cambolas, na França.

desse ano de 1854, sobreveiu-lhe a hemiplegia ao lado direito, perdeu a fala e os sentidos, e nesse estado desgraçado viveu até 18 de Setembro às 7 horas da manhã, em que entregou a Deus aquela alma tão generosa. Deus lhe dê o céu. Foi muito bom Pai, amigo leal, generoso e dedicado, muito inteligente e votava-me especial simpatia. E' verdade que esmerei-me por lhe dar gostos e creio ter-lhe causado só os cuidados inseparaveis da existência humana. Muito se distinguiu nas manifestações de estima o Luiz Pedreira e suas irmãs. Era ele Ministro do Império, dava partidas e suspendeu-as durante o estado perigoso de meu pai e muitos dias depois de seu falecimento. O nosso luto durou um ano. Fizemos então nossa partilha amigavel, que foi julgada por sentença, sendo escrivão Balbino José de França Ribeiro. (49)

No fim do ano fomos para o Rio das Pedras e minha irmã foi em nossa companhia. A esse tempo já o Dr. Langgaard (50) e família estavam na nossa casa em Campinas.

---

(49) Em 20 de Dezembro de 1854, o Cons.º Albino foi promovido a Comendador da Ordem de Cristo, em Abril (6) desse mesmo ano havia ele obtido o Foro de Fidalgo Cavaleiro da Casa Imperial.

(50) Dr. Teodoro Langgaard, médico dinamarquês, avô do Dr. Rodrigo Otávio de Langgaard Menezes, foi clínico de nomeada em Campinas e depois no Rio. Deixou várias obras de importância. Era muito amigo do Consº Albino, que lhe cedeu a casa de residência em Campinas, mediante tratamento gratuito de todo o pessoal de suas fazendas. Nas suas viagens a Campinas era o Cons.º Albino hospedado sempre pelo seu velho amigo.

V. Rodrigo Otávio — (*Coração Aberto* — Rio — 1928 — pgs. 16-137).

Existem várias cartas suas dirigidas ao Cons.º Albino, longas e abundantemente noticiosas. Nelas se faz referência sempre ao estado sanitário da escravaria. Tratam tambem às vezes de interesses políticos locais. Em carta de 1862 — O Dr. Langgaard comunica ao seu compadre, que não é mais "Camarista" quer

Em agosto ou Setembro desse ano de 1855 chegou-nos a invasão fatal da *cholera-morbus*, que tanto devastou esta cidade. Nenhuma pessoa branca de nossa casa a teve. Tiveram-na alguns pretos que eu salvei com os remédios então provados pela experiência. Faleceu, porém, o nosso Epifânio, de 22 anos, crioulo do Rio das Pedras que estava no Hotel Damiani à rua do Ouvidor, muito recomendado pelo Conde Fé. (51) Não quís Deus, que eu viesse a ter um bom cozinheiro.

Antes de continuar tenho que voltar atrás para consignar um fato importante de minha vida. Desde a vida do Padre João, tínhamos concordado na necessidade de fazer no Rio das Pedras uma casa cômoda para minha habitação. Fiz o risco, que o Padre João aprovou muito e cuidou-se logo em puxar as madeiras e serra-las com as dimensões convenientes para tábuas, vigotes, barrotes etc. Quando o bom padre morreu estavam levantadas as taipas e a obra começada. Quando fui lá com o Zuza em Setembro de 1851, estava coberta. E quando fui com Isabelinha em Janeiro de 1854, estava acabada, pintada por fóra a óleo, bem entendido, as portas, janelas, todas as beiras do telhado, que são de madeira, todos os tetos interiores, e as portas das duas salas sómente, por ter-se acabado o óleo, e a casa, além disso estava toda envidraçada.

Chegando nós a Campinas, achamos aí a Snra. Marquesa de Valença que nos convidou para irmos pas-

---

dizer vereador, e recomenda-lhe o mais inteligente da atual câmara, o Dr. João Ataliba Nogueira, "moço honesto e muito seu afeiçoado". Este jovem vereador foi mais tarde o Barão de Ataliba Nogueira, e duas filhas suas casaram-se com dois filhos do Cons.º Albino, como se verá adiante.

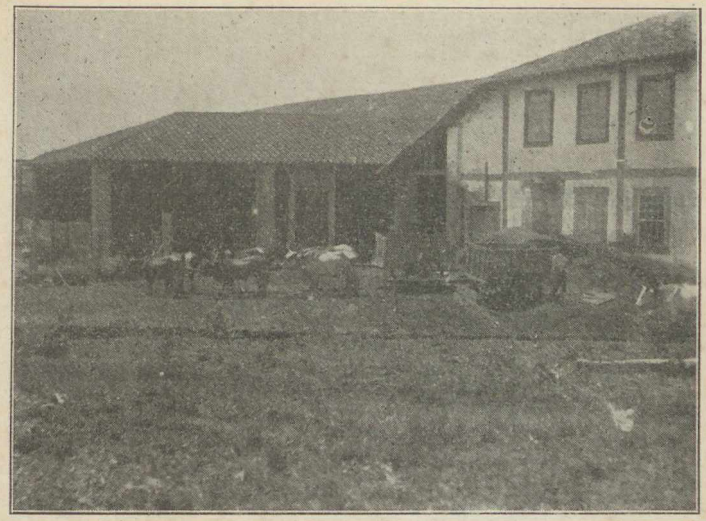
(51) Conde Alexandre Fé d'Ostiani, Encarregado de Negócios da Sardenha. Posteriormente Ministro Plenipotenciário do Reino da Itália. Famoso pelos seus conhecimentos culinários. Casou-se com uma filha do célebre fazendeiro Comendador Breves.

sar o dia seguinte com ela e a família toda, que estava em *Santo Antônio*. No dia seguinte fomos de cavalgata até a entrada principal de *Santo Antônio* na estrada real, e por ela entramos, almoçamos e jantamos alegremente, ficando ajustado que no dia seguinte jantariamos todos no Rio das Pedras. Escrevi logo ao Chico Bueno prevenindo-o de aprontar um farto e copioso jantar para o dia seguinte e à noite pela primeira vez, entramos e dormimos na nossa casa nova, que no dia seguinte foi inaugurada com um banquete e com muita alegria. O Chico preparou um farto e suculento jantar, que sobejaria para oitenta pessoas.

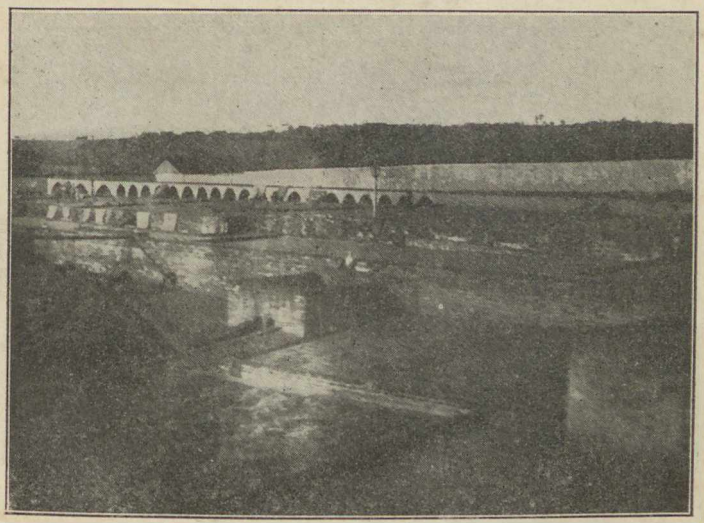
À hora competente apareceu o Snr. Marquês de Valença com a família, o tio Luiz, que já era casado segunda vez, tambem com a família, o primo Luizinho com Genebrinha, e o Desembargador Teófilo Ribeiro de Resende, (52) então casado com a primeira mulher, Eramos vinte e duas pessoas de mesa, todos parentes, exceto o amigo Fidelis, filho do Machado, que por acaso apareceu. Assim, a minha casa do Rio das Pedras foi inaugurada sob os mais felizes auspícios e com efeito ela e a fazenda têm para mim um indizivel valor de estimação. (53) Voltarei a ela ainda? Nesse tempo jan-

(52) Cons.º Teófilo Ribeiro de Resende, filho bastardo do Marquês de Valença. Magistrado em Minas e na Baía, atingiu o Supremo Tribunal de Justiça. Deixou numerosa e ilustre descendência. Artur Resende só assinala um casamento, quando o Conselheiro Albino dá a entender que se casou duas vezes. (*Genealogia dos Fundadores de Cataguazes* — pg. 301).

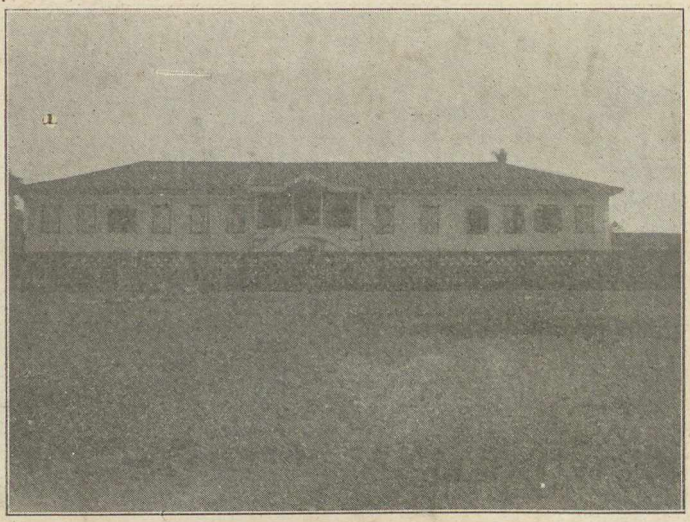
(53) Na correspondência dessa época o Cons.º Albino não se mostra tão satisfeito com a construção da Casa Grande, como nestas memórias. A colocação do prédio desgostou-o. Em carta que está em poder de seu neto e homônimo, atual proprietário da fazenda, queixa-se do administrador, que a fez muito em baixo. Elé a queria no alto, em posição mais pitoresca e além disso, com pé direito maior. Eram exigências de seu tempera-



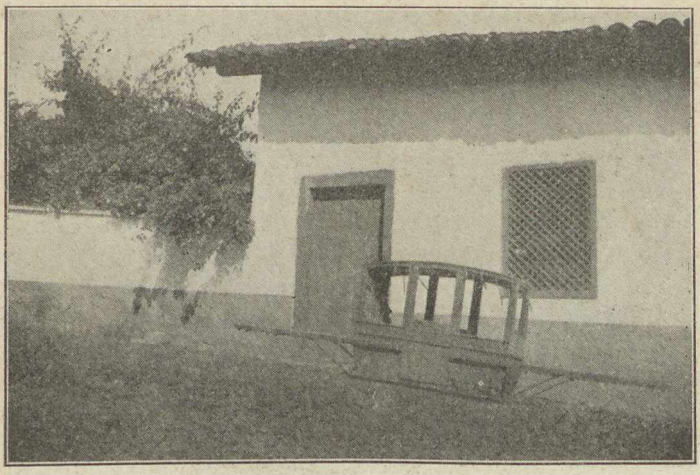
Fazenda do Rio das Pedras — O Paiol



Fazenda do Rio das Pedras — O Terreiro de Café



Fazenda do Rio das Pedras — A Casa Grande



Fazenda do Rio das Pedras — Um velho banguê

tava-se cedo, e antes da noute o Marquês retirou-se, fazendo comigo um bordo pelo Xadrês, (54) onde já estava iniciado o cafezal, plantado por minha ordem, cujo produto tanto me tem ajudado a viver.

Voltemos a Janeiro de 1855. Estavamos com Iaiá no Rio das Pedras quando a 27 ou 28, estando eu a passear com o Chico junto ao paiol, recebi carta do João Azevedo, que me noticiava o falecimento quasi repentino da minha cunhada em S. Paulo. (55) Preveni Isabelinha do perigo em que estava a irmã, concordei com ela em irmos para São Paulo, fingi dar as ordens para a jornada, mas no dia seguinte descobri-lhe a verdade, que foi-lhe, e não podia deixar de ser, muito dolorosa. Nessa ocasião Iaiá foi muito util a Isabelinha. Depois chegou meu tio Adriano ao Rio das Pedras.

Em Abril voltamos todos para o Rio num vapor que gastou no mar duas noutes, e que, seguindo depois para o sul, nunca mais se soube dele. De que escapamos! Muito devo à Misericórdia Divina! Em 1855 foi meu irmão para a Europa como já disse, de sorte que quando meu tio se casou com a minha irmã, já ele não estava presente. Se eu podesse compulsar os meus assentos e as cartas desse tempo, que estão amassadas, poderia declarar até os dias. Mas a minha saúde não o permite, e muito faço em declarar o que conservo em minha ainda feliz memória.

No fim do ano, tendo estado doente Bibi e Luizinha aconselharam os médicos, que saíssemos da cidade para convalescerem as crianças. Procurando casa em Andaraí, Manuel Pinto Torres Neves e D. Eulália nos

---

mento minucioso. A posição da casa é boa e o pé direito nada deixa a desejar. Para a época, realmente era baixo. Vide nota no fim do Capítulo.

(54) Nome de um dos cafezais.

(55) Faleceu em 25 de Janeiro de 1855.

obrigaram a aceitar a sua casa, na qual nos trataram com tanta grandeza e amabilidade que lhes somos inteiramente obrigados e cativos, e a nossa amisade perdura incólume.

Fomos para lá com toda a família; Bibi convalesceu, mas Luiza voltou como fora.

Por esse tempo havia chegado a La-Grua, (56) excelente cantora e moça admiravel de beleza e prendas, pois falava muito bem, além da língua pátria, o alemão, o francês e inglês, e com ela jantamos uma noite em casa do Pinto, em Andaraí. Era então tenor o Gentili, (57) ex-frade, feio e barrigudo, mas dotado de excelente voz.

Em Fevereiro ou Março voltamos para a cidade e em Abril ou Maio voltou o meu irmão da Europa no mesmo vapor com a Tamberlick, (58) celebridade européia, e com a Dejean, (59) muito feia, mas de voz magnífica. Pela amisade, que contraíu a bordo, pediu-nos que visitássemos tanto o Tamberlick e senhora, como a Dejean e o marido. Com efeito os visitamos. A Dejean tomou chá uma noite conosco e cantou uma ária bufa, e o Tamberlick, os Dejean, marido e senhora, estiveram aqui na *soirée*, que dei no 1.º de julho de 1856, dia do batismo do Albino.

E já que falei no teatro lírico, direi, que por esse tempo tivemos tambem a Charton, (60) ótimo soprano e muito engraçada em cena, que nos deu o *Trovador*, fazendo a Casaloni, (61) ótimo contralto, o papel da *Assucena*, cigana e Tamberlick o *Trovador*, e muitas outras

(56) Emmy La-Grua.
(57) Paolo Gentili.
(58) Enrico Tamberlick.
(59) Juliana Dejean.
(60) Hortensia Charton.
(61) Ana Casaloni.

peças. A La-Grua de quem gostava muito, que a princípio, antes de se entregar ao Tupper, gosava de excelente crédito, e com quem dansei a *vis-à-vis* no baile do Conde de Iguassú, (62) sendo ela par do Conde Fé d'Ostiani, deu-nos *Norma*, *Elixir d' Amore*, mas era admiravel no *Otelo*, com Tamberlick e nos *Horácios e Curiácios* com Giacomo Arnaud, irmão de Aquiles e das sign. Carmela e Angélica (63) que moravam ao pé de nós, e com quem nós convivíamos, frequentando-nos diariamente.

Vinham aqui sempre D. Tereza Garcez, o filho e nóra, hoje Visconde de Garcez, as Arnaud, a Viscondessa de Aljesur, (64) hoje Condessa, os Deputados Santa Cruz (65) e Peixoto (66) de Goiás e Mato Grosso, e Monsenhor Massoni, (67) então Internúncio Apostólico, e cavalheiro de fino trato, que nesse mesmo ano ou no seguinte, morreu de febre amarela, deixando-me muitas saudades. Fui ao seu enterro, que foi no Morro do Castelo. Peixoto e Santa Cruz, mais moços que eu, tambem já morreram há muito tempo. O que é a vida?!

Na noite de 23 de Abril estavamos nós na soirée do Snr. Garcez. Fazia um luar admiravel. Às 11 horas Isabelinha retirou-se comigo, e à uma hora da madrugada de 24 de Abril de 1856, nasceu com felicidade o meu filho Albino, de sorte que, quando às duas horas se recolheram as Arnaud, eu disse da janela à Carmela,

---

(62) Pedro Caldeira Brant, filho do Marquês de Barbacena, casou-se com D. Maria Isabel, filha de D. Pedro I e da Marquesa de Santos.

(63) Os irmãos Arnaud, vindos da Itália nos meados do séc. XIX foram famosos professores de música no Rio. Aquiles Arnaud foi mesmo quem apresentou maior número de alunas em concorridos concertos. (V. Cernicchiaro, *ob. cit.* pg. 392).

(64) Mulher de Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, Morgado de Marapicú e Conde de Aljesur, título português.

(65) Felipe Antônio Cardoso de Santa Cruz.

(66) Antônio Peixoto de Azevedo, militar.

(67) Monsenhor Vincenzo Massoni, Arcebispo de Edessa.

que o seu noivo (brinquedo de que usavamos para com ela) tinha nascido e a mesma notícia mandamos a essa mesma hora à casa do Snr. Garcez que ainda estava aberta, causando a notícia grande surpreza à snra. e aos outros.

Com efeito o batizado foi no dia dos meus anos, 1º de Julho, e foram padrinhos o Marquês e a Marquesa de Mont'Alegre. Tivemos reunião, estiveram tambem os marqueses de Abrantes (68) e o Marquês de Olinda, (69) e cerca de quarenta senhoras.

Para ultimar a notícia acerca dos teatros, direi que depois tivemos tambem um tenor de força que foi o Mirate (70) e a última cantora celebridade que tivemos foi a de La Granje, (71) casada com o Marquês del Grillo, a qual ganhava 13:000$000 rs. por mês. Essa deusa deu-nos a *Norma, a Traviata etc.* Depois ainda veiu a Ristori, (72) e acabou-se o teatro lírico, tendo vindo depois companhias fugitivas, como a do Torressi, (73) que com a Missorta, a Cortessi e o Spalazzi nos deram o *Rui Blas,* agradavel partitura dos irmãos Marchetti. Veiu tambem outra companhia com a Escalanti, e depois disso temos sómente a empresa Ferrari, (74) que de torna viagem do Rio da Prata, se demora aqui por

---

(68) Miguel Calmon du Pin e Almeida.

(69) Pedro de Araujo Lima.

(70) Rafaele Mirate.

(71) Ana Carolina de La Grange, (Mmᵉ Nuna). Veio em 1858 e 1859. Era filha do Barão de La Grange. Era Condessa de Stanchenwiski. Foi retratada por Luiz Augusto Moreaux no papel da *Norma.*

(72) Veio em 1860 Adelaide Ristori. Foi esta que se casou com o Marquês del Grillo Capranica. Pedro II visitou-a na Itália em 1877.

(73) Giuseppe Torressi, em 1873.

(74) Angelo Ferrari, maestro, tornou-se empresário e por 10 anos promoveu a vinda de várias companhias.

Cons^{o}. Albino José Barbosa de Oliveira — aos 47 anos
Retrato por Barandier — Em 1856

Existente na Fazenda do Rio das Pedras em Campinas, hoje pertencente a seu neto Albino José Barbosa de Oliveira.

dois meses, dando-nos de afogadilho algumas peças por muito dinheiro.

O Snr. Marquês de Valença já andava adoentado, e o seu padecimento foi longo, pois conservou-se de cama todo o mês de Julho, todo o Agosto e só veiu a morrer a 8 de Setembro desse mesmo ano de 1856, sendo embalsamado e enterrado no dia seguinte e levando-lhe eu a coroa de Marquês.

Aqui ficamos todo esse ano e em Dezembro fomos para o Rio das Pedras. Estivemos em S. Paulo com a família Valença, que estava na Consolação e depois seguimos para a Fazenda.

Em Abril voltamos para o Rio de Janeiro onde me estavam guardadas grandes dores. Com efeito nos fins de Maio ou princípios de Junho deu à luz minha pobre irmã um menino morto, depois de muitas dores e perigos, e nunca mais teve saúde. Em Junho peorou muito e fui então visitá-la com Isabelinha e no dia seguinte com os meninos que ela não pode ver, por estar nesse dia privada de ver.

Depois de ter sofrido horrivelmente durante a gravidez e depois do infeliz parto, deu minha infeliz irmã a alma a Deus às 7 horas da manhã do dia 24 de Junho de 1857. Na véspera eu lá estivera até meia-noite. Atiravam no corredor bombas que estouravam com grande estampido. Como devia ser-lhe doloroso, se ela se lembrasse de ter sido noiva nesse mesmo dia em 1846, e de estar agora próxima a hora da sua morte. E se ela podesse conhecer a armadilha em que caiu, qual não seria a sua dor! Coitadinha! Sempre tão minha amiga, criou seu marido a sizania entre nós só para apanhar-lhe o testamento e tudo conseguiu. Foi o seu cadaver fechado num caixão de zinco para ser sepultado no dia seguinte, como foi, com toda a decência, e já nesse mesmo ato, gizava o meu tio o seu terceiro casamento.

NOTA AO CAPÍTULO OITAVO

A Fazenda do Rio das Pedras

A respeito do Conselheiro Barbosa de Oliveira como *fazendeiro,* recorremos às seguintes notas fornecidas pelo seu neto, José Luiz Barbosa de Oliveira que por muito tempo dirigiu a fazenda do "Rio das Pedras":

"Como v. sabe, quando vovô faleceu eu tinha apenas tres anos de edade; portanto, não me é dado conservar qualquer lembrança da sua pessoa. Entretanto, sei de certos fatos, a meu ver interessantes, e que ouvi de meu Pai e tambem de negros velhos, antigos escravos ainda do tempo do Conselheiro, e com os quais eu conversava na época em que fui gerente do Rio das Pedras em 1908, quando, concluidos os meus estudos na Europa, passei o último ano da vida de meu Pai em sua companhia naquela fazenda. Nessa ocasião ouvi contar episódios do tempo do meu avô, denotando o seu grande coração, o seu espírito adiantadíssimo para o tempo. Você sabe que naquele tempo, a negrada, para muitos fazendeiros, não passava de simples "gado humano", que eles procuravam aumentar o mais possivel. A mais triste promiscuidade lavrava nas senzalas. "Negro não casa, junta..." era o que costumavam dizer. Nesse entender, frequentemente o senhor vendia o negro que vivia com certa negra ou vice-versa; vendia-lhe tambem os filhos.

Nosso avô, pelo contrário, estabeleceu casamento com todos os sacramentos. Os filhos dos pretos eram registrados e nunca se separaram os casais ou os pais dos filhos. Existia na Fazenda, como em todas as outras, o "quadrado"; o Conselheiro instituira um amplo dormitório para as raparigas em *cidade peri-*

gosa; e, ao chegar à idade do casamento, este só se efetuava quando o preto, ultrapassando os limites do "flirt", caía do "fio dourado, sobre o rio atravessado..." e sentia aqueles impulsos irresistiveis que levam a creatura a contrair núpcias.

Veja você que o nosso avô não fazia pura e simplesmente "criação dos negros"...

Pegado ao dormitório das raparigas, para provar mais um traço de sentimento humanitário, existia ampla enfermaria, onde eram tratados os escravos doentes.

Todos esses fatos, ouvi-os do meu Pai e foram confirmados pelos pretos, antigos escravos que ainda encontrei no Rio das Pedras, quando cheguei da Europa. Eram eles o Jorge Velho, campeiro, Eleutério, antigo pedreiro aposentado, que me contava ter sido na mocidade, cocheiro da Marquesa. Havia mais o Aurélio, o Abel, o Joaquim Velho, o mais interessante deles. Este contava as vindas anuais de vovô para a fazenda, por ocasião de suas ferias. Dizia ele que vovô vinha "carregado de presentes p'ra nós tudo..." Desses presentes era feito grande *étalage* na sala da administração. Constavam, principalmente, de peças de chita para vestuário. Lembro-me que o Joaquim Velho dizia que era feita a chamada, começando pelas pretas casadas. Respondendo à chamada, cada um se apresentava e escolhia seu presente. Este mesmo antigo escravo trabalhou na construção da casa da Fazenda e presenciou a formidavel zanga de vovô quando, vindo do Rio para sua inauguração, encontrou-a construida em local diferente ao por ele determinado e com os defeitos constantes da carta que entreguei a v. quando de minha última estada aí no Rio.

Narrado tambem pelo Joaquim, ouvi a descrição do grande banquete que vovô oferecia à negrada por ocasião de suas estadias na Fazenda. Esse banquete realizava-se no terreirinho em frente à casa. Churrasqueavam-se bois e carneiros e a negrada se empanturrava a não poder mais. Terminado o *gueuleton*, seguia-se-lhe o samba, que varava a noite toda.

O resultado prático disso tudo não sei se seria apreciavel, sei que em Campinas diziam que a "negrada do Conselheiro não prestava", e isto porque na fazenda "não cantava o couro"... Ouvi contar que certa vez indo vovô visitar o meu bisavô, Camilo Bueno, avô de minha mãe, este fez-lhe justamente uma observação neste sentido."

Sobre a casa da fazenda dizem ainda as mesmas notas:

"Naquele tempo havia a mania de se dormir em alcovas. Aí estão ainda hoje as velhas fazendas com suas amplas salas rodeadas de alcovas. No Rio das Pedras, entretanto, a construção da casa obedeceu a um plano muito mais inteligente. A casa mede 45 metros de frente, com dois grandes puxados para as dependências. Para dar luz direta, insolação e ar em profusão a todos os cômodos, a casa é dividida no sentido longitudinal, por largo corredor e os quartos distribuidos de ambos os lados. Assim, todos possuem amplas janelas. Para a casa não ser úmida, como naquele tempo não existia o cimento para impermeabilizar porões, foi ela construida a 3 metros do solo e este amplo porão aproveitado para depósito. Encontram-se ainda atualmente nesse porão os velhos banguês, as liteiras, etc."

CAPÍTULO NONO

O TRIBUNAL DE COMÉRCIO. VISITA A ITÚ. INCIDENTES COM OS VISCONDES DE MAUÁ E DE NITEROI. A PRESIDÊNCIA DA RELAÇÃO DO RIO. O SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

30 de Junho de 1882.

Estou muito trêmulo, muito doente. Ontem e anteontem passei muito mal. Amanhã devo fazer 73 anos. Farei os 74?

.....

1 de Julho de 1882.

Fiz os meus 73 anos; os meus incomodos muito me têm flagelado e isto quando espero tantas pessoas para o jantar! Poderei ainda continuar a narração começada de minha vida?

2 de Julho

Ontem pensei de morrer. Assaltou-me tal angústia que receei não pode ir à mesa. Felizmente melhorei e assisti ao jantar que foi um banquete com 26 pessoas. Graças a Deus tudo andou bem e apesar do péssimo tempo, creio que poderei ainda escrever alguma cousa.

.....

Ao triste falecimento de Iaiá seguiu-se o luto, e, acabado este, recomecei a minha vida de costume. Por

esse ano e seguinte, não posso bem precisar a época, (1) tínhamos aqui a companhia de Canto Nacional, na qual cantavam a Luiza Amat, a Carlota Milliet e José Amat, Ribas, (2) Trindade (3) e outros que nos davam o — *Brincar com Fogo — Boas noutes D. Simão — Eram Duas e já são Tres — A Corte de Mônaco — A Noute do Castelo*, (4) e algumas outras peças de canto bem bonitas. Nós tinhamos camarote efetivo.

No primeiro de Dezembro desse ano de 1857 apareceu-nos muito adoentado e nervoso o primo Desembargador Luiz Antônio Barbosa de Almeida. (5) Convidamo-lo para nosso camarote, que era então no Teatro de S. Januário, na praça de D. Manuel. A representação esteve muito bonita, Luiz Antônio achou-a muito melhor e durante ela caiu grande tempestade e chuva torrencial. Mal pensava eu que daí me proviria um enorme desgosto!

Chegando à casa achamos a nossa Bibi muito constipada e manifestou-se uma grave pneumonia, que o Martins Pinheiro, chamado para vê-la, não conheceu. Peorando a menina, chamei o Dr Fontes, hoje Barão do Rio Doce, (6) o qual me declarou que a minha adorada Bibi estava perdida! Com efeito a noute de 6 para 7, que velei junto dela foi horrivel. A 7 fui ao Tribunal do Comércio só para comparecer, e retirei-me cedo. Com efeito o Dr. Fontes veiu das 3 para 4 horas acudir à pobre Bibi, mas lia-se no rosto dele o desânimo. O Zuza estava conosco, sofrendo como nós. Às

(1) A Companhia Lírica nacional aqui referida funcionou de 1857 a 1863. (V. Cernicchiaro — *Op. cit.* pg. 209).
(2) Eduardo Ribas.
(3) Mário da Trindade.
(4) Ópera de Carlos Gomes.
(5) V. nota I, no fim do Capítulo.
(6) Dr. Antônio José Gonçalves Fontes.

4 horas Bibi disse para o tio: — "Não posso suspirar" e imediatamente, sufocada pela falta de respiração, deu a alma a Deus, deixando-nos consternados... Isabelinha, coitada!, caiu no corredor... No dia seguinte, dia de N. S. da Conceição, foi a minha filha enterrada, com muito acompanhamento e com toda a decência, levando o vestidinho com que costumava vestir-se. Os que morreram em Campinas foram o menino, de S. João, e a menina, de N. S. das Dores, e por essa razão por meses e anos eu não podia olhar para o altar de N. S. das Dores sem debulhar-me em pranto, nem mesmo ver crianças ao colo de qualquer pessoa!! Deixemos essas tristes recordações. O tempo tudo consome e até devora os próprios filhos.

Em 1855 tinha sido criado o Tribunal de Comércio, que começou a funcionar a 1º de Julho desse ano. O Nabuco designou-me para adjunto desse tribunal apesar da minha relutância. (7) Ao princípio não deixei de estimar porque agitavam-se então na Relação as questões emergentes da falsificação do testamento do Barão de Vila Nova do Minho, muito aborrecidas e comprometedoras, das quais me livrei. Mas depois vieram as questões provenientes da falência de Antônio José Domingues Ferreira, que tive de julgar e das quais provieram profundos desgostos, pela parcialidade com que o Imperador e, consequentemente, o seu Ministro da

(7) Nabuco de Araujo, ministro da Justiça do Gabinete Paraná, (Conciliação) pôs grandes esperanças na organização desses tribunais especializados. Mais tarde arrependeu-se e foi pela sua extinção. (V. Jm. Nabuco: *Um Estadista do Império* — Rio — 1.ª ed. II, pg. 273).

O Código Comercial de 1850, que criara os ditos tribunais, estabelecia que seus membros seriam exclusivamente comerciantes, eleitos por seus pares. A Lei de 16 de setembro de 1854, porém, determinou que alem de seus membros ordinários, haveria mais tres Desembargadores, na corte, e dois nas Províncias.

Justiça Saião Lobato, (8) seu lacaio e dependente, olhavam para os interesses do Barão de Mauá, a quem fui adverso. Deixemos isso para o ano de 1861 no qual sofri o mais cruel desaforo.

Todo o ano de 1858 passei no Rio de Janeiro, já procurando distrair-me do grande desgosto que tivera com o falecimento da minha Bibi, já cuidando da criação de Lúlú, que não foi livre de sustos, porque tendo-o entregue à amamentação da Rosa, linda moça, mulher do Bartolomeu, esta esquecendo dos seus deveres de mulher casada, apareceu grávida, e o menino muito sofreu por causa do leite viciado, chegando a ter convulsões, das quais felizmente o tratou o Dr. Fontes. Essas convulsões exatamente sobrevieram-lhe numa noute em que tinha a casa cheia de Senhoras pois para servir à Snra. Marquesa de Valença que desejava casar a filha Mariquinhas (9) com o Saraiva, (10) proporcionava meios de se encontrarem os dois. Esse projeto não foi avante porque o Saraiva já estava engajado na Baía, com a Sra. com que está casado. (11)

Melhorando, o menino foi batizado pelo Vigário Quintiliano (12) sendo padrinho o meu amigo Visconde do Uruguái (13) e madrinha a prima Mariquinhas

(8) Francisco de Paula de Negreiros Saião Lobato, depois Visconde de Niteroi.

(9) D. Maria de Sousa Resende, casou-se mais tarde com o Dr. José da Costa Lima e Castro. Faleceu em 1874.

(10) José Antônio Saraiva, grande político baiano, que se distinguiria principalmente nos últimos tempos da monarquia. Foi deputado de 1853 a 1867 quando foi nomeado senador. Ministro em 1857, 61, 65, 80 e 85. Aderiu à república e faleceu em 1895.

(11) Casou-se com D. Francisca Ferreira Veloso, filha de Simão Gomes Ferreira Veloso.

(12) Cônego Quintiliano José Amaral.

(13) Paulino José Soares de Sousa.

de Resende, que já estão no céu. O Paulino exigiu que o sacramento fosse administrado em casa e por isso o Vigário obteve nesse mesmo dia licença do Bispo que era o Conde de Irajá. (14) Lulú foi batizado a 10 de Fevereiro de 1858. À noite houve um modesto chá, a que assistiram o Visconde do Uruguai, Marquês de Monte Alegre e família, a família Valença e pessoas íntimas. O recente falecimento da Bibi tornava impossivel qualquer reunião ruidosa. Dois dias antes fugira o Crispim, muito comprometido em fatos anteriores, mas foi apanhado e castigado com caridade e compaixão, o que agradeceu fugindo em 1871 para sempre, de sorte que nunca mais se viu e constou-me depois que está em Hampton Roads, feito cidadão dos Estados Unidos. Que leve o Diabo!

Procurou-se nova ama de leite e apareceu a Maria Dutra, que criou bem o Lulú de leite, mas envergonhou-nos em Itú, furtando o lenço da Prima Antoninha e os hábitos de S. Tiago e outros objetos, e forçou-me no Rio das Pedras uma noute a dar-lhe dois caxações e pô-la fora da porta, readmitindo-a depois por compaixão e por intercessão duma senhora.

Ficamos no Rio de Janeiro todo o resto do ano de 1858, procurando distrair-nos e diminuir o desgosto pela morte da minha Bibi. Recebendo então convite especial do Primo Antônio de Barros (15) para assistirmos ao casamento de sua irmã Aninha com o João Tobias, (16) Isabelinha arranjou um bonito vestido cor

---

(14) D. Manuel do Monte Rodrigues de Araujo, Bispo do Rio de Janeiro.

(15) Futuro Marquês de Itú.

(16) Dr. João Tobias de Aguiar e Castro, filho do Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar e da Marquesa de Santos, sua mulher. Foi figura importante na política paulista, tendo-se destacado no partido republicano.

de rosa, enfeite de cabeça de lindas penas, e em Dezembro de 1858 fomos a Campinas por Santos, na forma do costume.

Recebendo aviso do Primo Antônio de Barros, respondi logo que seguia para Itú, mas não tendo ele recebido carta minha, e supondo que eu não ia, dispôs dos quartos que me reservava e deu-os à Marquesa de Santos, que é justamente a mãe do João Tobias. Justamente na hora em que ela tomava conta dos quartos, chegavamos nós a Itú. Era ao anoitecer, pois desta vez não paramos em Indaiatuba e fizemos a jornada em um dia. Tudo se arranjou e nós ficamos com os mesmos aposentos e a Marquesa foi para onde estava dantes. Cinco minutos depois recebia o Primo Antônio a minha carta, não sei porque motivo muito atrazada e fiquei justificado.

O casamento foi em Dezembro de 1858 e o baile esteve muito bonito, na casa da tia Leonarda, Baroneza de Itú, (17) e os oito dias que estivemos em Itú foram muito divertidos. O Primo Antônio tinha camarote efetivo e havia companhia em Itú. Quatro noites fomos ao espetáculo. Um dia fomos de cavalgata passear no salto do Itú, onde jantamos excelentes dourados e voltamos do mesmo modo. Tendo num desses dias chegado da Europa o João Tibiricá, (18) a mãe deu um bonito jantar, concorrido pela melhor gente de Itú, ao qual tambem assisti. Só me incomodava um dente que por esse tempo me doía. Em uma dessas noutes foi que a Maria Leonor Dutra, ama de Lulú, furtou o lenço rico da Prima Antoninha, que tempos depois Isabelinha

(17) O Barão de Itú falecera em 1858.

(18) Filho de Lourenço Tibiriçá e sua mulher D. Ana de Paula Sousa. Foi figura de relevo na política paulista. Republicano.

achou na caixa dela no Rio das Pedras, e foi restituído com muitas satisfações.

Acabada a festança de Itú seguimos para a Fazenda de *Monte Alegre*, (19) em Piracicaba na qual deviamos passar os dias 2 a 7 de Janeiro. Por um sol ardente chegamos a Capivarí, onde tomamos café com os primos Bento e Fernando Pais de Barros, (20) que nunca mais vi. Queriam eles hospedar-nos, mas era preciso voltarmos duas léguas para trás, pois a fazenda deles ficava equidistante de Itú e de Capivarí, e como não valia a pena, não aceitamos e fomos pousar na saída da vila, em casa de um Quadros Aranha. No dia seguinte fomos almoçar no *Taquaral*, Fazenda do tio Luiz, (21) onde vi enormes laranjeiras e cuja administradora queria que tudo se fizesse — "ligeiro". À tarde atravessamos uma mata e entramos na Fazenda de Monte Alegre pelos fundos, vendo a grande roça de milho, e quando chegávamos à porta do pomar, saíam o Marquês e as Senhoras. Apeamo-nos e entramos todos. A casa é boa e bem situada, à margem esquerda do Rio Piracicaba e o pomar muito grande e rico de frutos. Todos os meninos iam em liteiras.

Aí ficamos até aos 9 ou 10 de Janeiro, indo duas vezes em cavalgata até a cidade de Constituição, (22) onde moravam as irmãs do Marquês D. Inês e D. Ana, já velhas, e uma sobrinha. Em uma das vezes atraves-

---

(19) Pertencente aos Marqueses de Monte Alegre.

(20) V. nota 20, pg. 190, do Cap. VI. O atual trecho confirma a nossa suposição. Bento, que estava em companhia de Fernando, devia ser irmão deste. Logo não o era de D. Genebra. O Barão de Itú, de igual nome, era falecido desde o ano anterior.

(21) Comendador Luiz de Sousa Barros.

(22) Piracicaba.

sei a ponte e fui à Fazenda de *S. Pedro*, então do Marquês de Valença e hoje do Primo Etienne, (23) que fica do outro lado do Rio. E' muito bonita e domina toda a cidade.

A 10 de Janeiro de 1859, se me não engano, deixamos Monte Alegre e viemos dormir 4 léguas distantes da Freguezia de Santa Bárbara onde vimos chover destemperadamente. No dia seguinte partimos para Campinas, e como o rio Quilombo transbordava e cobrira a ponte, tivemos de dar uma grande volta, passando às vezes as liteiras à cabeça.

Chegamos de tarde a Campinas, passando pela Boa Vista, antiga fazenda da casa, mas as liteiras com as creanças só chegaram depois das nove horas da noite, pelo que já estávamos com muito cuidado. Tratamos de descançar, ir à fazenda e preparar-nos para o casamento da prima Elisma (24) com o Antônio Egídio (25) que teve logar a 19 de janeiro de 1859. O baile foi muito bonito e Isabelinha serviu-se da mesma *toillete* que usara em Itú para o casamento da prima Aninha, o que fez muito bonito efeito, porque em Campinas era novo e não visto e foi com justiça proclamada a rainha do baile. Na segunda noute ainda houve reunião e comparecemos.

Em uma das vezes que fui a Itú estive com o Desembargador Fernando Pacheco Jordão, meu contemporâneo de Coimbra, muito odiado pelos meus parentes de Itú, por ser conservador. Creio que foi da primeira vez e que na segunda já era morto.

---

(23) Estevão Ribeiro de Sousa Resende, Barão de Resende.

(24) Elisma do Amaral.

(25) Antônio Egídio de Sousa Aranha. Seu filho, Olavo Egídio, casou-se com D. Vicentina de Sousa Queiroz, filha do Barão de Sousa Queiroz.

Ficamos em Campinas até Abril. Em Fevereiro desse ano de 1859 creio ter sido o batizado da Belinha Langgaard. (26)

Estamos em Abril de 1859, mas antes de continuar farei uma vista retrospectiva. Se me não engano, veiu como internúncio apostólico o Arcebispo de Edessa, Monsenhor Massoni, cavalheiro muito amavel e de muita instrução. (27) Vindo morar na casa vizinha do Andrade, depois habitada pelo Desembargador Luiz Fortunato (28) e hoje pelo dr. Portela, (29) visitei-o, e estabeleceu-se entre nós amisade. Ele vinha tomar chá conosco, e nós uma vez almoçamos com ele, depois de ouvir missa no seu oratório. As Arnaud moravam ao pé de nós, vinham aqui quási todas as noites, vinha a Viscondessa de Aljezur, a senhora Garcez, a nora, os deputados Santa Cruz e Filinto, (30) e o Monsenhor muitas vezes ouvia cantar as Arnaud. Depois mudou-se para o Catete, apanhou a febre amarela e morreu, e muito penalizado fui ao seu enterro no Morro do Castelo.

Em 1858 veiu Monsenhor Falcinelli, arcebispo de Atenas, (31) excelente pessoa, com quem tivemos íntimas relações, aqui e em Petrópolis. Aqui almocei muitas vezes depois de assistir à missa no seu oratório com Isabelinha, Conde de Tomar, (32) Glinka, (33) etc., e

---

(26) Isabel, filha do Dr. Teodoro Langgaard. Afilhada do Cons.º Albino e Snra. Casou-se com o Snr. Henrique Gad.

(27) Monsenhor Vincenzo Massoni, Arcebispo de Edessa, veio como internúncio em 1856.

(28) Luiz Fortunato de Brito Abreu Sousa e Menezes.

(29) Dr. Francisco Portela.

(30) Filinto Henrique de Almeida, dep. pela Paraíba.

(31) Mons. Marianno Falcinelli Antoniacci, foi Cardial.

(32) Antônio Bernardo da Costa, depois Marquês de Tomar. Foi Ministro de Portugal no Rio de 1859 a 1861.

(33) Dimitri Glinka, Ministro da Rússia no Rio, de 1857 a 1871.

em Petrópolis jantei uma vez com ele em sua casa. Trouxe ele como secretário o Cônego Dom Mário (34), hoje Internúncio Apostólico, a quem já visitei o mês passado, e pagou-me logo a visita. Como auditor a Dom Luiz Bruschetti, (35) homem amavel, que depois de longa ausência aqui reapareceu em 1879, foi nessa ocasião sagrado Bispo de Abidos, *in partibus*, no Mosteiro de São Bento, e Isabelinha e eu assistimos à cerimônia e e ele veiu ao baile que dei no 1º de julho de 1879, quando fiz os meus setenta anos. Daqui foi para a sua Nunciatura em Costa Rica e agora o mês passado soube pelo Conde de Aljezur que era morto. Como capelão veiu seu sobrinho D. Antônio Falcinelli, homem agradavel, mas de poucas letras, que pela mesma fonte depois confirmada pelo Internúncio, soube ter falecido. Que cemitério! E eram mais moços que eu! O Monsenhor D. Mariano Falcinelli foi logo criado Cardial pelo Pio IX e pouco viveu depois disso. Estes padres vinham em Petrópolis à minha casa, acompanhados pelo P.e Germain, Vigário de Petrópolis, e pelo P.e Marcos Neville, (36) mestre das Princesas, e com suma bondade, aturavam os briquedos infantis de minha filha Luizinha, muito pequenita, e com eles jogava o burro, a bisca e a batalha, tudo na mesma ocasião e com as mesmas cartas

Por esse ano de 1858 vi o Hermann fazer admiraveis sortes. Eu já tinha visto muitos prestidigitadores

(34) D. Mário Mocenni. Era Arcebispo de Heliópolis e foi Cardial.

(35) Foi Encarregado de Negócios de 1875 a 1876.

(36) O Padre Marcos Neville de origem irlandesa, teve uma existência agitada. Alcançou bom conceito na sociedade, e atingiu o cargo de mestre da princesa imperial. Tomou parte ativa na campanha abolicionista, fazendo na Igreja de St.º Antônio dos Pobres, sermões exaltados. que provocaram uma questão política. Foi obrigado a defender-se valendo-se de suas amisades. Foi um dos redatores da "Opinião Liberal", orgão do Club Republicano.

e vi ainda muitos outros, mas Hermann era o cúmulo da perfeição. Tambem nesse ano vi os incriveis trabalhos dos ratos sábios indianos. Ninguem acreditará senão vendo que um bicho tão repugnante como o rato possa ser domesticado a ponto de dar fogo a uma peça sem fugir quando esta dispara, governar um carro, sendo um o dono do carro, outro o cocheiro, outro o lacaio e servindo outros de puxar o dito carro como burros.

Eu era moço, tinha saúde, e via tudo cor de rosa. Hoje... estou tão incomodado que paro por hoje.

24 de julho de 1882.

Nos últimos dias de Dezembro de 1859 fomos para Petrópolis. Moramos com a sra. Garcês, seu filho (37) e nóra, numa casa do Ratton, à rua dos Protestantes e de lá voltamos em princípio de Maio de 1860. Faziamos bolsa em comum. Nesse ano passeavamos muitas vezes a cavalo de manhã, com o Marquês de Monte Alegre e a prima Mariquinhas. Fui ao Alto do Impedor com o João Antônio de Miranda, (38) à Renânia, à Cascatinha e a todos os passeios de Petrópolis, exceto a Cascata do Itamaratí.

Em Março desse ano teve logar o pic-nic com o Conde de Tomar e família, Visconde de Aljezur e sra., Christie, Ministro da Inglaterra, (39) Comendador Guimarães, etc., etc., e afinal resolveu-se irmos todos jantar em casa do Christie, levando para lá todo o nosso farnel e jantando cerimoniosamente e aborrecidamen-

(37) Visconde de Garcês.

(38) João Antônio de Miranda, político e magistrado, foi senador do Império por Mato Grosso em 1855.

(39) William Dougal Christie, chegou em princípios de 1860. Provocou a célebre "questão Christie".

te; em vez de jantarmos no campo e ao ar livre, como tencionávamos.

O Conde de Tomar dava partidas às quintas feiras e eu, acabadas as férias, ia para Petrópolis e vinha para a Côrte, dando faltas alternadas no Tribunal do Comércio e procurando nunca deixar de subir às quintas feiras para assistir com Isabelinha às partidas do Conde. O bom Falcinelli com seus Padres nos visitava quasi quotidianamente.

Passamos o resto do ano de 1860 no Rio de Janeiro, gosando dos divertimentos que a cidade apresentava, almoçando muitas vezes com o Internúncio Falcinelli, depois de ouvir missa onde concorriam muitos diplomátas, como o Conde de Tomar, Glinka e muitas pessoas gradas. Em Petrópolis conhecemos o Conde Barbolani (40) Ministro de Nápoles, o Farquhar e o filho do Lord North, (41) adidos à Legação Britânica.

Já nesse ano começavam os insultos do Barão de Mauá por causa dos julgamentos do Tribunal do Comércio, nos quais eu me mostrava infenso a esse velhaco. (42) Em Dezembro desse ano fomos para o Rio das Pedras por Santos e voltamos em Abril de 1861. Foi nesse ano que tive a veleidade de ser deputado por São Paulo, antevendo a borrasca que me preparavam as vinganças do patife Mauá, o servilismo do miseravel Saião Lobato, e a proteção cega e parcial que votava o Imperador àquele patife. (43) Quando voltei achei para julgar em mão do Conselheiro Coito, (44) então

(40) Ulisses Barbolani, Ministros do Reino das Duas Sicílias, em 1859.

(41) Eric R. J. Farquhar e Frederico Henrique North.

(42) Vide nota II, no fim do capítulo.

(43) Vide nota III, no fim do capítulo.

(44) João Lopes da Silva Coito — mais tarde Ministro do Supremo Tribunal de Justiça.

Desembargador do Tribunal do Comércio, os autos entre o tal Mauá e Astley, Wilson & Cia., (45) estando o dia marcado já há tres meses. Desconfiei da maroteira e com efeito tudo estava preparado... O Acordão foi reformado! Coito mudou de voto e João Nepomuceno de Sá (46) tambem. Eram os prelúdios da borrasca que devia acabrunhar-me a 14 de setembro desse ano. O Imperador via-me com maus olhos. Eu o conhecia. Mas de que devia eu recear-me se cumpria o meu dever e julgava segundo o merecimento dos autos e a minha inteligência, e a minha conciência? Rosnava-se em atos de prepotência do governo contra os magistrados do Tribunal do Comércio. O Paranhos, depois Visconde do Rio Branco, então Ministro, perguntava ao Desembargador Santos (47) que efeitos causariam na magistratura aposentadorias forçadas, e eu todavia nada temia, forte na minha conciência e na minha independência de carater e de fortuna.

.....

Rio de Janeiro, 27 de Julho de 1882.

Meus filhos:

Os meus males crescem. Ante-ontem amanheci surdo do ouvido direito, do qual ouvia regularmente, sem motivo, pois me deitara bom. Do outro já estou completamente surdo. Por tanto a minha situação vai-se cada dia tornando mais infeliz, pois a tonteira não diminúe. Mas enquanto Deus me conservar a vida, irei,

(45) Importadores — (Em liquidação).
(46) Comerciante. Membro do Tribunal do Comércio.
(47) José Emídio dos Santos Tourinho.

com sacrifício, relatando a minha vida, que já vai chegando a uma época importantíssima, na qual fui vítima de grandes desaforos, que motivaram profundos desgostos.

.....

Estavamos em Setembro de 1861 e a 15 devia encerrar-se a Assembléia Geral. Na véspera à noite, estava eu com vossa mãe no Teatro S. Pedro, vendo uma representação bufa do *Otelo* pelo Vasques (48) e rindo muito, com tenção de, às 10 horas, passar-me para defronte a tomar parte no festejo dos anos da Prima Urbana Perdigão, (49) pois o primo Agostinho morava defronte. A minha Chiquinha tambem fazia 11 anos e eu estava de casaca. Antes dessa hora, chega Eusébio de Queiroz, chama-me fóra do camarote e no corredor participa-me ter eu sido demitido do Tribunal do Comércio. O Fernandes, (50) além disso, fora removido para o Maranhão. Pediu-me segredo... Não sei como não caí fulminado! Tive ainda forças para dar certas providências e fui para defronte. E como o meu semblante denunciava o estado da minha alma, interrogado pelo Agostinho, Rodrigo Silva, (51) e Chico Matoso, (52) visto serem eles próximos parentes do Eusébio, contei a história apesar do segredo pedido, não sei porque, visto

---

(48) Francisco Correia Vasques, ator e autor teatral de grande fama e popularidade.

(49) D. Urbana de Resende Perdigão Malheiro, mãe do Desembargador Agostinho Marques Perdigão Malheiro.

(50) Antônio Manuel Fernandes.

(51) Rodrigo Augusto da Silva, deputado por S. Paulo e depois Senador do Império. Ministro no Gabinete 10 de Março (1888).

(52) Francisco de Queiroz Coutinho Matoso da Câmara, desembargador.

que na manhã seguinte todas as folhas traziam a notícia, e retirei-me para casa. (53)

Passei a noute em claro, passeando ao lado da cama, e Isabelinha sentada na cama, e não me faltaram lágrimas, pois o desaforo foi muito grande e o alcance enorme, pois o Governo punha em dúvida a minha honra de Juiz, que eu velava há 30 anos. A minha conciência sustentava-me no presente. A minha fortuna no futuro. Mas vendo a minha probidade tão diretamente atacada pelo Imperador, justamente a pessoa a quem eu sempre fora tão dedicado, tão fiel, tão obrigado, pois me fora sempre favoravel às minhas pretensões e muito pronunciadamente na aposentadoria do meu pai, (alem disso conhecia-me pessoalmente, e uma vez até ouvira missa na Tribuna Imperial com Ele e a Imperatriz, tendo ido com Isabelinha ao Paço, na companhia dos Marqueses de Valença) a minha razão enlouquecia. Estou bem certo que tudo partia dele, (54) o Patife do Saião, Ministro da Justiça, foi sómente carrasco, executor material, Saião ínfimo, encarregando-se

(53) O *"Jornal do Comércio"* de 15 de Setembro de 1861 assim noticiava: "Foram desonerados o Cons.º José Inácio Vás Vieira, de Presidente do Tribunal do Comércio da Corte; de Adjuntos do mesmo tribunal Desembargador Albino José Barbosa de Oliveira e Antônio Manuel Fernandes, passando este a ter exercício na Relação do Maranhão para que foi originariamente nomeado". Na mesma data, nomeados: Presidente do Tribunal do Comércio Desembargador Manuel de Jesus Valdetaro, e adjuntos Manuel Elisiário de Castro Menezes, Firmino Rodrigues Silva e José Batista Lisboa.

(54) É pena que o Cons.º Albino não esclareça devidamente o ponto. Mas devia ter elementos para fazer estas afirmações. Este ministério, chefiado por Caxias, é o último da situação conservadora e foi derrubado pela *Liga* formada pelos Liberais e os conservadores moderados, movimento esse encabeçado por Nabuco de Araujo.

aliás, tambem de difamar-nos, com o que satisfazia os seus instintos maldizentes.

Só pela madrugada consegui dormir e quando descançava, chegou Manuel Pinto Torres Neves eram 7 horas da manhã. Fui acordado e estremunhado fui à sala. Ele vinha dar-me parabens pela minha remoção. Então soube que os jornais a tinham anunciado, e não sei qual o motivo do segredo que Eusébio me pedira. Eu estava ardendo e capaz de despropositar, mesmo porque cheguei a persuadir-me de não ser ele sincero. O tempo mostrou-me que era inocente. Respondi-lhe que não aceitava os parabens, porque, conquanto eu desejasse sair do Tribunal do Comércio, seria isso a requerimento meu e não dessa maneira insolente.

Nos dias seguintes fui, primeiro na segunda feira, entregar os autos e julgar um processo para o qual um Juiz Comerciante pedira adiamento, e imagine-se como ficaria eu, quando subindo no meu carro pela rua do Ouvidor, vi Fernando Dias Pais Leme, o único homem que eu então tinha por inimigo, rir-se quando eu passava. Depois fui ao meu bom amigo Paulino e depois ao Eusébio. Ambos me receberam com a mesma amisade e Paulino tão sentido que só faltava chorar.

Muita gente afluiu à minha casa, aturdida do destampatório ministerial, e a primeira pessoa foi o Marquês de Olinda. Fiz logo o meu plano de conduta. Não tirei o chapeu a nenhum Ministro e neguei a mão ao Taques (55) em casa do Nabuco, (56) diante do Marquês de Abrantes e do Desembargador Firmino P.

(55) Benevenuto Augusto de Magalhães Taques, magistrado e deputado pela Baía, ministro dos Estrangeiros.

(56) Taques era amigo pessoal de Nabuco. Este porém, com o seu discurso chamado "uti possidetis" ia dar o golpe de misericórdia na situação, entregando o governo aos liberais, na Liga.

Monteiro, (57) e ao Paranhos, (58) depois Visconde do Rio Branco, na inauguração do Dique, (59) que teve logar por esses dias, diante de todo o mundo, voltando-lhe até as costas. O Senador Silveira da Mota estava comigo nessa ocasião. De propósito eu não me escondia e queria ser visto por todo o mundo. Quando cheguei à Secretaria da Marinha com o fim de seguir para o Dique, estavam no saguão os meus amigos Visconde de Muritiba e Conselheiro Sérgio Teixeira de Macedo, que me receberam com a mesma amisade, mostraram-se indignados com o procedimento do Governo e entraram comigo no Dique, indo nós tres de braços dados e eu no meio dos dois, para mostrarem que não se dedignavam da honra de ombrear comigo em público. Eu estava tão indignado que a minha tenção era abandonar o lugar e retirar-me para a Fazenda, sem pedir licença, nem dar o menor cavaco.

Chegou o dia 22, anos de Iaiá Macedo e tínhamos com antecedência ajustado para esse dia que caíu em Domingo, um pique-nique a bordo dum vapor, para esse fim fretado, e que se realizou. Eu concorri com um perú e um fiambre. Eusébio de Queiroz era o presidente. O Capitão de Mar e Guerra Leitão da Cunha (60) o piloto em chefe e eramos sócios Isabelinha, eu, a família do Eusébio, as Senhoras Macedos, Correia Silveira e Snra., D. Heduviges Faria, Leão Cohn (61) um dos Northons, creio eu, depois casado com uma filha do patife do Saião, hoje Visconde de Niterói etc. O dia foi muito

(57) Firmino Pereira Monteiro.

(58) José Maria da Silva Paranhos.

(59) A 2 de Setembro inauguravam-se as obras do Dique da Ilha das Cobras.

(60) Pedro Leitão da Cunha.

(61) Tenente Coronel (da Guarda Nacional) Francisco Leão Cohn.

divertido. Não deixei a companhia das Snras. D. H. Faria e D. Ana Delfina, a quem dei o braço todo o dia. Desembarcamos na Ilha d'Água, onde almoçamos e dançamos debaixo das mangueiras, passeamos depois pela baía, fomos a Paquetá, à tardinha viemos para a Quinta do Cajú, onde jantamos muito frugalmente e sem ceremônia. À noite entramos na casa do Comendador Luiz Tavares Guerra, onde dansamos e brincamos, e eu já não podia comigo de cansado. Viemos depois pelo Largo do Paço, onde desembarcamos e nos separamos. Distraí-me muito e muito, e seria completo o dia se a cada momento não viesse acabrunhar-me a lembrança da horrorosa desfeita que a D. A. Delfina procurava energicamente dissipar.

Aparecendo então no Jornal um artigo inspirado pelo Saião, em resposta ao Desembargador Fernandes que acabava pouco mais ou menos desse modo: "a maneira pela qual os homens honestos receberam o ato do governo, de nenhum modo justifica os queixumes do Desembargador Fernandes", entendi que este enunciado se referia a todos os desembargadores enxotados, e por tanto a mim, e que neste caso a minha retirada poderia parecer uma fuga, convindo por tanto que eu me apresentasse na Relação. Esta era a opinião do Eusébio de Queirós, Sérgio e outros amigos, independentemente da nova agressão saiônica. Apresentei-me portanto na Relação a 26 de Setembro, se não me engano, mas muito acanhado e envergonhado, pois não sabia o modo de pensar dos colegas. Eusébio, Lourenço José Ribeiro, e mais alguns, me receberam brilhantemente, outros civilmente, mas sem o entusiasmo daqueles. Ninguem me recebeu mal. Mas é certo que entre eles o Saião tinha parceiros de voltarete e alguns tinham medo do Ministro que era muito desavergonhado.

Neste ano, creio eu, estava neste Porto a Fragata Francesa "La Pandora", cujo Almirante, e toda a Oficialidade nos frequentava e igualmente ao Visconde de Aljezur que então morava à rua do Príncipe, onde contradansávamos e passávamos as noutes bem como na nossa casa. Fomos convidados para ir a bordo no dia 1.º de Novembro ouvir missa. Fomos e levamos em nossa companhia Maria Gomes. Depois da missa de Todos os Santos visitamos o navio, almoçou-se lautamente e seguiu-se depois uma engraçada representação, mesmo por alguns rapazes da marinhagem. Foi um belo dia! E acabada a festa retiramo-nos bem tarde para nossas casas.

No seguinte Dezembro resolvi ir para a Fazenda e consultei o Eusébio se devia despedir-me do Imperador, cujo encontro, eu desde Setembro procurava evitar. Ele me disse, que sendo meu costume fazê-lo, fosse, e talvês tivesse oportunidade de abrir-me com ele. Assim aconteceu.

Dadas as férias em Dezembro de 1861, fui ao Paço despedir-me para S. Paulo e não levei a comenda que eu tinha desde 2 de Dezembro de 1854. De propósito fiz recair a conversa sobre os dolorosos fatos antecedentes que me obrigavam a não usar da comenda, aliás muito apreciada por mim, mormente por ser dadiva d'Ele. Que eu me espantava de ter Ele assinado o fatal Decreto, devendo conhecer-me. E como me dissesse que não estava convencido da acusação contra o Tribunal do Comércio, mas só *em dúvida*, as lágrimas me saltaram, porque essa dúvida me era muito injuriosa, e que eu podia mostrar-lhe a minha vida escrita em documentos oficiais. Aceitou e fiquei de levar-lhos. Perguntou-me então: — "Que conceito fez o Snr. dos seus colegas do Tribunal do Comércio?" Respondi que sempre estivera persuadido que serviam

como homens de bem. Perguntou: — "Que juizo faz da Relação do Maranhão?" Respondi que no meu tempo era a Relação modelo, mas que agora não a conhecia. Perguntou-me: — "E que conceito faz do Supremo Tribunal de Justiça?" Respondi que ouvia dizer mal de 4 até 5 ministros, mas que não sabia se com fundamento. O Imperador tratou-me bem.

Vindo para casa, tomei D. Isabel e fui a Nabuco despedir-me para S. Paulo, e contando-lhe textualmente o diálogo que acabava de ter com o Imperador, pois a minha memória fresca não esqueceu a mínima circunstância, exclamou: — "V. deve estar muito orgulhoso. O Imperador não trata a ninguem assim. E deu-lhe provas de muita estima. Não vá mais para S. Paulo. Colija seus documentos e leve-os ao Imperador, como prometeu". Assim fiz e como Ele fosse para Petrópolis, para lá fui e a 22 de Janeiro de 1862 entreguei-lhe a primeira coleção de documentos, precedidos duma exposição, e dias depois levei-lhe a segunda que de minha letra copiei mesmo em Petrópolis. Estive alguns dias no *Hotel Bragança* em Petrópolis e depois retirei-me para o Rio de Janeiro.

A inauguração da estátua equestre (62) estava marcada para 25 de Março desse ano. O Imperador veio para a Corte alguns dias antes e a 22 do dito Março fui ao Paço. O Imperador vendo-me disse: — "Snr. Barbosa, eu esperava esta sua visita. Vi os seus papeis e trouxe-os". Respondi: — "V. M. me anima a fazer uma respeitosa pergunta". O Imperador — "O que?" Eu — "V. M. que achou?" Ele, afagando a barba: — "Achei que os seus documentos provam bons serviços, mormente políticos". Eu: — "Mas, Senhor, que juizo merece o indivíduo que apresenta tais documentos?

(62) Estátua de D. Pedro I na praça Tiradentes.

Até ontem, bem entendido, porque dontem para cá seria conveniente que o Ministro da Justiça formulâsse a acusação para eu saber de que me devo defender". Ele: — "A esse respeito nada posso dizer". Eu — "Então não consegui nada. Eu queria só a opinião de V. M., porque a dos homens de bem eu a tenho e da dos seus Ministros não faço caso. Assim, abertas as câmaras, terei de recorrer à imprensa". Ele — "Faz bem". (N. B. Era isso mesmo que o Imperador queria) Eu: — "Mas veja V. M. que hei de ser acerbo, porque a injúria foi atrós" — Ele — "Está no seu direito". E despedindo-me para retirar-me disse-me Sua Magestade: "Espere um pouco que vou mandar-lhe os seus papeis". E, com efeito apareceu-me o Gentil-homem de semana, Jerônimo Martins de Almeida, trazendo os dois maços de documentos, e o Brasão de Armas que eu tambem levara. A propósito: Quando eu levei a primeira série de documentos ao Paço de Petrópolis, o Monsenhor Meireles, (63) vendo este brazão, admirou-se da antiguidade porque é do reinado do Snr. Dom José.

Eu estava nomeado pelas Câmaras de Alcobaça e de Mogimirim para representá-las na inauguração da Estátua, que, pela copiosíssima chuva não se fez a 25 e sim a 30 de Março, e ainda assim, com muita chuva. Eu aborrecido com o desenlace que tive com o Imperador, não compareci ao ato e limitei-me a remeter os dous discursos, dos quais fui relator, e um dos quais era muito bonito. Ainda assim a inauguração não se fez sem muita chuva e nós infelizmente nada vimos porque em vez de irmos para a casa do Agostinho Perdigão, fomos para o Clube, donde nada se via. O Clube era

(63) Mons. Lourenço Vieira de Sousa Meireles, cônego da Catedral.

o antigo palácio do Marquês de Jundiaí, hoje demolido e substituido pela atual secretaria do Império, monstruoso aleijão, que não faz honra ao aumento dos conhecimentos de arquitetura. Nesse clube havia uma sociedade de baile, à qual pertencíamos, e onde muito nos divertíamos por esse tempo, algumas vezes honrada pelas Pessoas Imperiais. Foi mesmo por esse tempo do meu ostracismo que o Rodrigo Silva (64) e o Leitão da Cunha, (65) então deputados, designados para dansarem de *vis-à-vis* ao Imperador escolheram, na mesma noute, Isabelinha para dansar com eles. Daí resultava que a opinião não me era infensa, pois todos me procuravam a mim e aos meus. E no seguinte baile fui escolhido para *vis-à-vis* da Imperatriz, que já então tinha cessado a minha excomunhão, ou parecia.

Rio de Janeiro, 4 de Agosto de 1882.

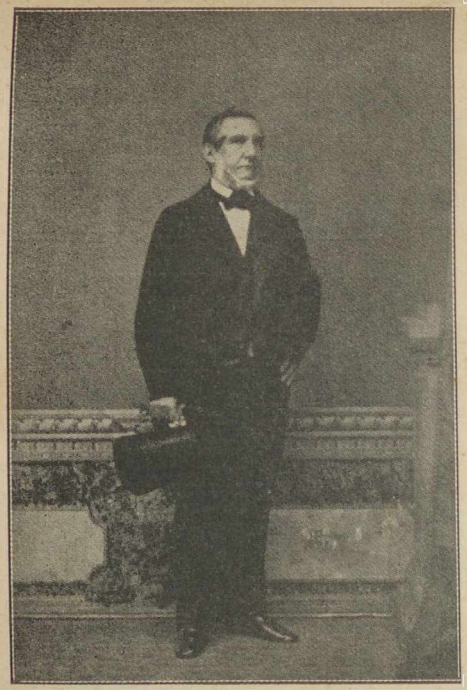
Esta narrativa é feita aos poucos, em dias diferentes e quando os meus incômodos o permitem. E como me custa ler os antecedentes, sucede que, às vezes, repito o que já disse, e outras vezes deixo de contar algum fato importante, por supor tê-lo já relatado.

Voltemos ao mês de Março de 1862. Fez-se a inauguração da estátua no Rocio, e eu, visto a excomunhão do Imperador, não voltei ao Paço. Chegou o mês de Maio, e a 4, teve lugar a abertura da Assembléia Geral, que não pôde ser a tres. A 5 foi eleito presidente o Visconde de Camaragibe, (66) por um ou dous votos, havendo tres ministros deputados, Saião, Paranhos e

(64) Rodrigo Augusto da Silva, deputado por S. Paulo.

(65) Ambrósio Leitão da Cunha, Barão de Mamoré.

(66) Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, lente de direito.



Cons°. Albino José Barbosa de Oliveira
em 1862

Fotografia de Stahl & Wahnschaffe
Fotografos de S. M. o Imperador

D. Isabel Augusta de Sousa Queiroz Barbosa de Oliveira, em 1862

Fotografia de Stahl & Wahnschaffe
Fotografos de S. M. o Imperador

Taques. Fiquei desorientado, porque eu queria desafiar o Ministério pela imprensa, como me havia comprometido para com o Imperador, e se ele fosse demitido, como era para recear, dir-se-ia que eu só brigo com defuntos e eu queria ser discutido. Felizmente no dia seguinte o Ministério declarou que estava forte, que esperava os deputados daqui e dali etc. Fiquei satisfeito. Inspirado pelo Espírito Santo e pela justiça de minha causa, escrevi o mais belo papel que jamais saiu de minha pena. Mostrei-o a meu irmão, que o achou muito bom, mas um período excessivamente forte. Mostrei-o ao Nabuco, que se mostrou entusiasmado com o papel, achou-o ótimo e disse-me que não lhe mudasse uma vírgula. Vim para casa, no dia 8 pedi a Luiz Antônio, (depois tão infeliz) que o copiasse, e no dia 9 que era uma sexta feira, levei-o ao *Jornal do Comércio.*

O Dr. Luiz de Castro, (67) muito ligado com o governo por interesses, fez suas caretas, mas consentiu em publicar o meu discurso, eliminando eu a palavra — *asco* —. Concordei e no dia seguinte saiu publicada a brilhante epístola. (68)

Quando no sábado, depois da Relação, fui pela rua do Ouvidor abaixo, para fazer publicar no *Correio Mercantil* outra cópia, que levava, de todas as partes surgiam amigos e conhecidos, que vinham felicitar-me pelo meu excelente escrito. Quando o Zuza voltou da Secretaria, disse-me, que todos os seus colegas estavam admirados de minha energia. Cheguei ao *Correio Mercantil* e quando falei ao Barreto cego (69) e ele ouviu a minha voz, recebeu-me com tanto aplauso, que me

(67) Dr. Luiz Joaquim de Oliveira Castro, redator principal do "Jornal do Comércio."

(68) V. nota IV, no fim do capítulo.

(69) Dr. Joaquim Francisco Alves Branco Moniz Barreto.

entusiasmou, e ficou muito contente quando soube, que eu ia publicar o meu discurso no *Correio Mercantil*. Com efeito saiu no dia seguinte, domingo, e não exigiu de mim, que assinasse a responsabilidade, como fizera o Dr. L. de Castro. Este papel correu o mundo e me angariou cartas de muitos amigos, muito honrosas, inclusive de Dom Francisco, que conservo. Nesse Domingo fui almoçar no *Trapicheiro* com o Francisco de Queiroz, Agostinho Perdigão e família; e encontrando o Marquês de Olinda, que descia o terreiro (70) foi notavel a conversa, que teve comigo a esse respeito. Todas as pessoas, a quem tenho mostrado ou recitado essa publicação, a têm elogiado e ainda o ano atrazado meu primo Rui Barbosa, levou-a para copia-la de sua letra, o que não podia deixar de lisongear-me muito porque Rui é contraste e muito competente. Ainda conservo um número do *Jornal do Comércio* e outro do *Correio Mercantil*, que trazem essa publicação.

A 20 de Maio falou o Saião na Câmara a respeito da demissão dos Desembargadores do Tribunal do Comércio (71) e a oposição capitaneada pelo Saraiva, (72) Fleury (73) e outros em alta vozearia exigiu do Ministério as provas de seu procedimento. Eu, sabendo disso, apresentei-me na câmara no dia seguinte, 21. E indo encetar-se a discussão da resposta à Fala do Trono, pelo Bandeira de Melo, (74) relator, que tinha a palavra, eu levantando a voz, disse-lhe: "Senhor Bandeira de Melo, justifique o seu Governo. Denuncie as minhas prevaricações". Toda a Câmara e Galerias olharam

(70) Terreiro do Paço (Praça 15 de Novembro).
(71) Vide nota V. no fim do capítulo.
(72) José Antônio Saraiva.
(73) André Augusto de Pádua Fleury, deputado por Goiaz.
(74) João Capistrano Bandeira de Melo, lente de direito no Recife, deputado pelo Ceará.

para mim, e o Bandeira voltando-se para mim disse-me: "Eu faço de V. Ex. o mais subido conceito, mas entendo tambem, que o Governo ordenando uma simples remoção estava no seu direito". Imediatamente chegou-se a mim um contínuo, intimando-me da parte do presidente Visconde de Camaragibe e o Snr. Calógeras (75) que saísse da casa visto ter ferido o regimento, falando no recinto. Respondi: "Diga ao Senhor Calógeras que antes dele nascer já eu sabia quais eram os meus deveres, mas que há casos, que podem mais que as leis; que eu mudava de logar, mas não saía da casa". E saindo de ao pé do Bandeira de Melo, fui para junto do Furtado, (76) do Maranhão. (77)

Nesse momento o Otaviano (78) propõe uma emenda hostil ao Ministério que declara considera-la questão de gabinete. Passa por dois votos. Muito barulho, muita algazarra, pede-se verificação de votação, aparece um deputado conservador que andava passeando, vota-se de novo e passa por um voto. Eu estava defronte do Saião e do Paranhos, (79) sentado um ao pé do outro, regosijando-me de vê-los cair e ao mesmo tempo calcando para baixo os ombros do Furtado, que imprudentemente queria levantar-se para melhor contar os votos. (80) Os dois patifes não olhavam para mim. Desci, e ao

(75) João Batista Calógeras, de origem grega, naturalizou-se brasileiro e foi funcionário dos Ministérios do Império e do Exterior. (V. "In Memoriam" de J. P. Calógeras — S. Paulo, 1934).

(76) Francisco José Furtado, magistrado. Foi senador.

(77) V. nota VI, no fim do capítulo.

(78) Francisco Otaviano de Almeida Rosa.

(79) José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco.

(80) — "Por um voto, diz Joaquim Nabuco, numa votação que muitos afirmavam ter empatado, o Ministério conservador viu-se sem maioria na Câmara... Pela primeira vez depois de 1848 caia um Gabinete por votação da Câmara." Este acontecimento assinala o início do prestígio da "Liga."

meter-me no carro fui aclamado por um grupo de homens brancos, vestidos decentemente. E como, dirigindo-me a eles perguntasse seus nomes para saber a quem devia essas manifestações de estima, responderam: "Não é preciso, somos brasileiros e presamos a honra, onde quer que ela exista". Segui para o Senado com o fim de dar a notícia, mas o Sousa Franco (81) que se mostrara entusiasmado com a minha publicação, disse que já o Honório Caldas me havia precedido. Encontrando o Conselheiro Vieira, Senador pelo Maranhão (82) e meu colega naquela Relação, ele mostrou-se muito magoado pelo procedimento do Saião. Entrei no salão que estava vasio, (83) pois não houvera sessão: estavam de um lado o Marquês, depois Duque de Caxias (84) e o Sousa Ramos, (85) hoje Visconde de Jaguarí, Ministros da Guerra e do Império, aos quais eu não cumprimentava desde o 14 de Setembro do ano anterior e do outro lado, o Senador Firmino Rodrigues Silva, conservador muito dedicado ao Ministério com o Melchior Carneiro, (86) cunhado do Visconde de Abaeté. Eu querendo de propósito ofender os ministros, dirigi-me ao Firmino, com quem me dava, que aliás sabia ser aferrado ministerialista e disse-lhe: "Parabens, colega, (87) caíu o Ministério". Ele respondeu, que não aceitava os parabens, e enquanto trocávamos palavras, disse-me o Melchior: "V. Ex. é que deve estar satisfeito, porque sua posição melhorou".

(81) Visconde de Sousa Franco.

(82) Joaquim Vieira da Silva e Sousa, nomeado em 1859.

(83) O Senado funcionava então no velho palácio do Conde dos Arcos, à rua do Areal, hoje Moncorvo Filho, onde está hoje a Faculdade Nacional de Direito.

(84) Luiz Alves de Lima e Silva.

(85) José Ildefonso de Sousa Ramos.

(86) Melchior Carneiro de Mendonça.

(87) O Senador Firmino era tambem magistrado.

Respondi-lhe: "Está enganado: a minha posição era ótima ontem, é ótima hoje, e ha-de ser ótima amanhã". E retirei-me e vim para casa, tendo notado que o Caxias olhava-me muito despeitado.

Eu tinha jogado uma cartada arriscada, porque se o Ministério não fosse demitido, eu teria de sofrer novos desaforos, porque até o amor próprio dos Ministros estava individualmente ofendido. Mas o Imperador aceitou a demissão, (88) e foi nomeado Zacarias, (89) José Bonifácio, Furtado, Conde de Porto Alegre, etc. Este Ministério durou só 6 dias, durante os quais houve cortejo de pêsames no Paço de São Cristovão, e eu fui com minha béca de lila, e tive o gosto de ver lá o Saião de casaca preta. Falei ao Joaquim José Inácio, porque deixara de ser Ministro e ele falou-me com lágrimas nos olhos. O cortejo fora por causa da morte do Conde de Siracusa (90) se me não engano. Eu me explico. Sempre fora afeiçoado a Joaquim José Inácio, depois Visconde de Inhaúma, mas como ele era Ministro com o Saião, eu deixei de lhe falar, não porque ele tivesse tomado parte na afronta, que me fizeram, mas por fazer parte desse ministério, e não quisera que o público me visse falando com um membro do ministério que me injuriara. Deixando de ser Ministro,

(88) O Ministério pediu a dissolução da Câmara que o Imperador recusou. Pediu então Caxias, a demissão que foi aceita.

(89) Zacarias de Góis e Vasconcelos, presidente do Conselho. E' o primeiro ministério da *Liga*. Os outros ministros são: José Bonifácio (o Moço) na Marinha; Francisco José Furtado, na Justiça; Manuel Marques de Sousa (Conde de Porto Alegre), na Guerra; Carlos Carneiro de Campos (3.º Visconde de Caravelas), nos Estrangeiros; José Pedro Dias de Carvalho, na Fazenda, e Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, na Agricultura.

(90) Equívoco. O Conde de Siracusa, irmão da Imperatriz, falecera no ano anterior. Em 22 de Maio de 1862, faleceu outro irmão, Príncipe de Cápua.

podia falar com ele, porque ninguem atribuiria a cobardia o meu procedimento. Ele mostrou-se muito pago e chorou.

Quando descia as escadas do Paço, encontrei em baixo o Dr. Meireles, (91) médico, Monsenhor Meireles, e o Cavaleiro de Saint-Georges, Ministro da França, que se dava muito comigo, desde a Baía, quando aí estivera, como consul, depois da *Sabinada*. (92) Os dois primeiros deram-me parabens pela minha recente publicação de 10 e 11 do mês corrente, e o Saint-Georges quando me viu, disse: "Oh! Senhor Desembargador, sempre estimei a V. Ex. mas agora respeito-o muito". Perguntei-lhe se estava gracejando comigo. Respondeu: "Não senhor; porque um homem que com uma bomba derruba um Ministério! é de certo respeitavel". Perguntei-lhe: "E V. Ex. acha que eu tive alguma parte nesse acontecimento?" Respondeu-me: "De certo; quando um homem provoca desse modo um ministério e este não lhe responde com os documentos na mão, metendo-o pelo Inferno a dentro, este Ministério está derrocado e não pode continuar".

Agradeci-lhe muito o bom conceito e retirei-me.

Pouco depois adoeceu a Imperatriz de sarampo, apanhado na visita ao hospital em 2 de Julho. Fui ao Paço, saber de sua saúde e aproveitei a oportunidade para perguntar ao Imperador se estava satisfeito e se exigia de mim mais alguma demonstração da minha

(91) Dr. Joaquim Cândido Soares de Meireles. Médico da Imperial Câmara, chefe do Corpo de Saúde da Armada. Deputado por Minas de 1845 a 48. Foi um dos primeiros negros a ocupar distinta posição social. Tinha brazão darmas registrado no Cartório da nobreza.

(92) Cavaleiro L. de St. Georges, era Ministro da França desde 1853.

inocência. Respondeu que não, mas conhecia-me que ele guardava-me certo desagrado.

Continuei na Relação, como disse, até o fim do ano de 1863. Tinha subido o Ministério do Marquês de Olinda, sendo o Cansansão (93) Ministro da Justiça e este aposentou forçadamente quatro Ministros do Supremo e tres desembargadores da Relação da Baía. E como já havia uma vaga no Supremo, entraram para ele os Desembargadores Cerqueira Leite, (94) João Joaquim (95), Joaquim Vieira (96), Vilares (97), e Eusébio, que era o presidente da Relação do Rio. Como este era Conselheiro de Estado teve de aposentar-se.

Este Ministério que fora de transição deu subida aos liberais. (98) Subiu este partido (99) e foi Zacarias (100) presidente do Conselho, com a pasta da Justiça. Preenchidas as vagas abertas pelo despotismo, assumi eu a presidência da Relação em Março de 1864, porque o Barão de Campo Grande (101), único Desembargador mais antigo que eu, era procurador da Coroa. Tratei então de obter do Zacarias, de quem era amigo desde 1844 no Maranhão, quando ele fora como presidente para o Piauí, a nomeação efetiva de presidente da Relação, como reparação ao insulto imérito que eu sofrera em 14 de Setembro de 1861, mas debalde! Nunca obtive do Zacarias uma só palavra a este respeito.

---

(93) João Lins Vieira Cansanção de Sinimbú, Visconde de Sinimbú.

(94) Francisco de Paula Cerqueira Leite.

(95) João Joaquim da Silva.

(96) Joaquim Vieira da Silva e Sousa.

(97) Manuel Rodrigues Vilares.

(98) Foi o chamado Ministério dos Velhos, que assegurou o domínio da *Liga*.

(99) Ou melhor, firmou-se a *Liga*.

(100) Zacarias de Góis e Vasconcelos.

(101) Francisco Gomes de Campos.

Ele nunca se abriu comigo, sempre reservado. Mas era facil de conhecer que a oposição ao meu despacho vinha toda do Imperador. Parece que o despeito Imperial ainda durava contra mim apesar da escolha no Clube para *vis-à-vis* da Imperatriz, que conheci então ser mais devida à escolha do Visconde de Sapucaí (102), camarista nessa noute, do que à ciência Imperial.

Anos depois, na Misericórdia, estando nós reunidos para uma sessão, pois ele era Provedor e eu Mordomo dos Presos, conversando-se sobre estes fatos, e dizendo eu que não lhe perdoava a preterição que me fizera sofrer, ele deixou cair a viseira e calou-se.

Com efeito foi nomeado o Valdetaro (103), e então obteve o Coito, (104) o seu desideratum, sendo nomeado Presidente do Tribunal do Comércio. Se ele para esse fim concorrera para difamar-nos, por desejar o Logar de Presidente, Deus lhe perdôe! Com efeito, mesmo demitido o V. V. (105), que era o Presidente, eu podia fazer-lhe sombra e conseguintemente convinha arredar-me.

Tive muitas suspeitas de traição. Um desembargador dissera mal de mim, até de minha honestidade, à Snra. Baronesa de Muritiba. (106) Ela contou-me

---

(102) Cândido José de Araujo Viana, depois Marquês de Sapucaí.

(103) Manuel de Jesus Valdetaro era desembargador quatro anos mais novo que o Cons^{o} Albino.

(104) João Lopes da Silva Coito tinha 6 anos menos de desembargador.

(105) José Inácio Vás Vieira. Aposentado violentamente em 1863 por Sinimbú, o Cons.^{o} Vás Vieira abandonou a vida pública e faleceu em Paris em 1878. O Cons.^{o} Albino, que nunca deixou de procura-lo, comenta em carta ao genro Dr. Jacobina, a missa de 7.º dia: "Havia muitas senhoras e alguns homens parentes. O único magistrado era eu. Fui ao Tribunal chorando e indignado."

(106) Morreu Viscondessa em 1873. O marido foi Marquês.

o fato, mas nunca quís denunciar-me o miseravel. Fazia desfilar ante mim um sem número de nomes, perguntando-me quais minhas relações com cada um deles. Entre esses estava o do infame e ela mostrava-se pasmada, quando me ouvia dizer bem de todos eles e relatar circunstâncias minuciosas de amisade, quando se falava do autor da calúnia. Eu desconfiei sempre daquele, já pelo interesse que ele tinha em ser Presidente do Tribunal, já pelo procedimento dele no julgamento do processo de Astley, Wilson & Cia., com o Banco Mauá, Mac Gregor & Cia. O interesse, a filáucia e a injúria produzem muitos delitos e infâmias, e o baixo e nojento procedimento de F. S. em Novembro de 1880 por causa da minha nomeação para Presidente do Supremo Tribunal de Justiça é uma prova das vilezas de que é capaz o coração do homem.

Antes de continuar, voltarei ao ano de 1862. Tinha-se feito em 30 de Março a inauguração da Estátua Equestre, e em 10 e 11 de Maio tinha eu publicado no *Jornal do Comércio* e no *Correio Mercantil* a minha explosão de indignação. Nesse mesmo ano, em Agosto, creio eu, chegou de Caravelas minha afilhada D. Teodora Moniz de Almeida, que ficou em minha companhia até 8 de Dezembro de 1864. Tambem por esse tempo veio para minha casa, como mestre dos meninos Mlle. Sofia de Lippe.

Em Novembro de 1862 fomos todos para Santos e de lá para S. Paulo. Já existia Estrada de Ferro de Santos a S. Paulo e daí em diante fomos todos a cavalo, exceto Mlle. de Lippe e as Meninas que iam na liteira nova, comprada ao Trindade, e em banguês.

Em Abril de 1863 regressamos ao Rio de Janeiro com a Família, Teodorinda, Mlle. de Lippe, e continuei até o fim do ano a servir na Relação. Em Novem-

bro fomos todos para Petrópolis e fomos morar na casa da Viuva Rangel, na então rua dos Protestantes, última casa ao sair para o Rio Piabanha, Ponte Mauá, Praça de Coblentz e aí ficamos. Vinha eu e voltava alternadamente daqui para Petrópolis, até que dadas as férias, lá fiquei.

No fim do ano propalou-se a aposentadoria forçada de quatro Ministros e tres Desembargadores, por decreto de 28 de Dezembro de 1863. Eram estes Cornélio França, (107) Pantoja, (108) Sequeira, (109) e Tibúrcio; (110) e Neto, (111) Teixeira Peixoto (112) e Tourinho. (113)

Estavam em Petrópolis o Internúncio Falcinelli, o Conde de Tomar e outros, com cujas relações nos entretinhamos. O Ministro do Perú, (114) deu por esses tempos um bonito baile.

Acabadas as férias em 8 de Maio de 1864 descemos todos de Petrópolis, deixando Albino no Colégio Köpke. No dia 10 de Maio foi despedida a mestra Mlle. de Lippe. Valdetaro, então *Água de Colônia*, nomeado Presidente da Relação, não podia vir exercer o cargo porque era deputado, e conseguintemente eu o exerci, como Desembargador mais antigo.

A 11 de junho chegou vapor do Maranhão e Zuza, meu saudoso irmão entrou nesta minha casa anunciando o falecimento do Conselheiro Joaquim Vieira da Silva e Sousa. Tocava-me por vaga dele subir ao Tri-

---

(107) Cornélio Ferreira França.
(108) Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.
(109) José Antônio Sequeira Silva.
(110) Tibúrcio Valeriano da Silva Tavares.
(111) José Antônio Coelho Neto.
(112) Joaquim Teixeira Peixoto de Abreu Lima.
(113) José Emídio dos Santos Tourinho.
(114) Buenaventura Seoane, Ministro residente.

bunal de Justiça. Fui com efeito logo nomeado, a minha carta foi passada a 20, e tomei posse a 23 de julho, se me não engano. (115) Nessa tarde mesmo, se bem me lembro, fui de beca ao Paço, por serem anos do Conde d'Àquila, (116) agradecer ao Imperador, que ainda não estava corrente comigo, e por muito tempo se conservou como desconfiado.

Não posso continuar porque estou muito incomodado.

(115) Tomou posse a 23 segundo consta da Carta Imperial.

(116) Cunhado do Imperador. Príncipe das Duas Sicílias, casado com a Princesa D. Januária.

NOTAS AO CAPÍTULO NONO

NOTA I

Cons.º Luiz Antônio Barbosa d'Almeida

V. Cap. I. Importante político baiano. Chefe liberal na Baía. Inimigo político e rancoroso de João Barbosa, seu primo e cunhado. O sobrinho de Luiz Antônio, Antônio Eusébio, foi *leader* liberal na Assembléia Provincial e mais tarde, um dos vice-presidentes da Constituinte Republicana. Teve muitas vezes pela frente, o filho de João Barbosa, Rui que sucedeu ao pai na política e na família com todas as prerrogativas e regalias mas tambem com todos os onus e precalços. Os discursos de Rui na Assembléia da Baía, não passam às vezes, de um diálogo, ora calmo, ora violento, com o primo irmão. (Veja-se por exemplo o discurso proferido em 27 de junho de 1878, mandado imprimir por seus amigos).

Ao Cons.º Albino acabrunhavam imensamente estas dissidências de família. A sua correspondência registra várias vezes sua intervenção para apaziguar os ânimos, muitas vezes sem resultado. Nunca, porém, deixou de ser acatado por todos os parentes, e conseguiu sempre não ser envolvido nas questões que os dividia. A sua casa era uma espécie de território neutro onde todos eram bem recebidos.

A sua amisade com o ramo de João Barbosa, já foi por nós estudada na introdução da correspondência de Rui com o Cons.º Albino e com o seu genro Dr. Jacobina. (Rui Barbosa — *Mocidade e Exílio* — Comp. Ed. Nacional — S. Paulo, 1934). Com o Des. Luiz Antônio tambem manteve o Cons.º

Albino boas relações, como se vê desta referência. O sobrinho deste, Antônio Eusébio, era encarregado pelo Cons.º Albino de entregar as pensões que este fornecia aos parentes pobres da *Baía*.

NOTA II

Visconde de Mauá

Refere-se à primeira questão do Visconde de Mauá no Tribunal do Comércio. A causa está estudada minuciosamente por Alberto de Faria — (*Mauá* — Rio — 1926, pg. 418). Tratava-se de um complicadíssimo caso surgido na falência de Domingos Ferreira. As partes eram de um lado Mauá, Mac Gregor & Cia, de outro Rodrigues de Moura. Os advogados foram dois dos maiores nomes do foro brasileiro: por Mauá, Augusto Teixeira de Freitas, pela parte adversa, o Cons.º Nabuco de Araujo. A questão foi julgada pelo Tribunal em 1859 e Mauá perdeu-a. Não se encontra nenhum documento sobre o caso no arquivo do Cons.º Albino, salvo o seguinte bilhete de Nabuco de Araujo:

"Meu caro Am.º e Sr. Des. Albino

10 9bro 1859.

Remetto a V. S. o incluso folheto em que vem as razoens de appellação do Mauá, as razoens de Appellação dos Administradores da Massa fallida e Duas palavras em resposta ás allegações do Teixeira de Freitas. Peço por tudo a attenção e justiça e V. S. a bem do Moura que apesar da consciencia do seu direito está aterrado pelo muito que pode e vale o Mauá.

Sou de V. S.
Am.º Obr.º Collega
J. T. NABUCO D'ARAUJO"

Indignado com o resultado, Mauá leva a questão para o Parlamento onde explode em acusações a Nabuco e aos Juizes. Referindo-se a Nabuco, acusa-o de dominar o Tribunal com o seu prestígio: "O homem... que no exercício do alto cargo de Ministro da Justiça, organiza um Tribunal, nomeia os juizes e que está no caso de ser chamado novamente a qualquer momento para o Ministério, exerce necessariamente, uma grande influência, com grave perigo para a boa administração da Justiça. E se esse homem logo após o exercício do poder e em circunstâncias de tornar a exerce-lo de um momento para outro, *vem negociar não só os seus serviços de jurisconsulto mas a sua influência...*"

Nabuco repeliu a injúrias num enérgico discurso, da tribuna do Senado.

Mauá contudo ofendera tambem duramente os magistrados: "É hoje desgraçadamente um fato reconhecido no Brasil e fora dele, que algumas decisões no Tribunal do Comércio não estão caracterizadas pelos princípios de retidão e imparcialidade". E adeante: "Ultimamente, um processo da maior transcendência foi decidido com a mais revoltante injustiça." (A. Faria — *op. cit. pg.* 423).

Mauá saiu, afinal vencedor, o Supremo Tribunal de Justiça concedeu-lhe a *revista* por "injustiça notória" e designou a Relação da Baía para novo julgamento. Veja-se, sobre esta fase da luta, a significativa carta de Nabuco a Cotegipe. (Wanderley Pinho — *Cotegipe e seu tempo* — S. Paulo, 1937, I, pg. 643). Pedindo ao Barão que se interessasse junto aos desembargadores pela causa, avança Nabuco: "O Baía é todo teu *porque o despachaste, assim o Espínola;* influes muito sobre o Godinho e Cesimbra, podes tudo." O Tribunal baiano deu ganho de causa a Mauá. É a vez de Nabuco desabafar-se contra os magistrados. Prende-se a este fato a sua célebre frase, tão comentada: que

preferia o juiz venal, mas instruido, ao honesto, mas ignorante. (Jm. Nabuco — *Op. cit.*, II, pg. 43) A atitude insólita de Mauá porém, creara-lhe um ambiente desagradavel nos tribunais. Uma nova causa julgada pelo Tribunal do Comércio, ocasionou nova borrasca. Não há, talvês, demonstração mais expressiva do que este episódio do quanto é dificil a um personagem do drama histórico julgar os demais.

NOTA III

Mauá e o Imperador

É interessante contrapôr estas queixas contra a proteção imperial a Mauá, à tese sustentada por Alberto de Faria: do abandono do grande industrial por Pedro II. Que o imperador recusou empregar o seu prestígio francamente em favor de Mauá a quem nunca olhou com especial simpatia, parece coisa fóra de dúvida. Resta saber até que ponto apoiou os seus ministros nestes incidentes acima referidos.

O fato é que o Cons.º Albino conservou graves e profundos ressentimentos dos termos agressivos de Mauá para com os magistrados e nunca mais o perdoou.

Já em 1879, ainda a ele se referia cheio de amargor em carta ao Dr. Jacobina:

> "O Mauá, numa publicação recente diz cousas que parecem entender comigo. Tenho estado desorientado e desejoso de tomar-lhe contas pela imprensa quando regressar ao Rio de Janeiro. Depois de 19 anos... vem entender comigo! Oh!" (Carta de 18-IV).

NOTA IV

O "*Jornal do Comércio*" de 10 de Maio de 1862 traz a seguinte carta nas "Publicações a Pedido":

O Desembargador Albino José Barbosa de Oliveira

"Quamquam animus meminisse horret,
Luctuque refugit,
Incipiam."
(VIRG. — *Aeneida*).

Estão reunidos os nobres representantes da nação! É tempo de chamar a sua atenção e a do público para o ato revoltante e despótico praticado pelo Sr. Saião contra o Tribunal do Comércio, do qual eu fazia parte, e, bem que os oito meses, tão lentamente decorridos desde o fatal 14 de Setembro do ano passado, não diminuissem um ápice a indignação que me causou tão inqualificavel procedimento, todavia, tendo de falar perante o público, a quem todo o respeito é devido, a minha linguagem será pautada pela prudência, e conveniente a minha educação, à minha idade e à minha posição social.

Em um país de publicidade e discussão todos devem ter a coragem de seus atos; mas o Sr. Saião, esperando o encerramento das câmaras para realizar um projeto no qual, já se rosnava desde Julho, deu provas de nefanda cobardia, incongruente com o carater audacioso, que ostenta.

Que o ato foi atentatório da divisão e independência dos poderes é da mais intuitiva evidência: não discutirei. porém, esta questão, inutil em um país em que o executivo é *de fato* onipotente: deixo-a para os nobres representantes da nação, não para a impossivel responsabilidade, mas ao menos para a censura constitucional...

Neste país o governo só tem poder para duas cousas: 1.º para dar honra e vergonha aos que a não têm; 2.º para tirar a honra e a vergonha aos que a têm.

No primeiro caso, a despeito das honras a opinião ri-se... E o mesmo acontece infelizmente no segundo, quando o governo, descendo da alta posição que lhe reservou a Constituição, e tornando-se capanga de algum improvisado figurão, abaixa-se a ponto de apanhar lama para atira-la sobre vultos respeitaveis.

Com efeito todas as circunstâncias, que desfiarei se for necessário, revelam que o fim do Sr. Saião foi unicamente sacrificar à vingancinha de alguem os tres juizes que tiverão a infelicidade de desagradar-lhe no Tribunal do Comércio...

Se foi esse o motivo, o ato do Sr. Saião foi mais que um crime... foi uma vileza!

E se foi para influir de um modo eficaz sobre a decisão dos pleitos pendentes... oh! nesse caso o ato do Sr. Saião está abaixo de toda apreciação.

Não permita Deus que fossem essas as causas de tão imprudente medida! Eu o desejo por honra de meu país. Dos meus dois ilustres colegas, *enxotados*, como eu, do Tribunal do Comércio, um já discutiu nobremente os seus direitos pela imprensa, e o outro, fá-lo-á quando o entender conveniente. Eis-me pois sózinho diante dos Srs. Ministros, *meus bons amigos*, que me apertavam a mão, e alguns dos quais me visitavam, tratando-me até com familiaridade.

Eia, Srs. Ministros! A minha dignidade de homem e a minha respeitavel posição de magistrado exigem uma explicação a meu respeito diante das câmaras e diante do país.

Sou magistrado há trinta anos, desembargador há vinte: o meu caminho foi sempre semeado de flores, a minha carreira uma série de triunfos; recebi sempre as mais honrosas manifestações dos subalternos, dos iguais e dos superiores; fui sempre muito rico, porque as minhas aspirações nunca se elevaram além das minhas posses; e quando em 1847 uma aliança matrimonial, fazendo a minha felicidade doméstica, me constituiu tambem senhor de uma boa fortuna, sucessivamente aumentada por volumosas heranças, julguei-me acima da malevolência, e até da

calú ia, mesmo para os incrédulos, que não dão nada pela honra dos pobres.

Mas o ato de 14 de Setembro de 1861, desiludiu-me, e com surpresa e dor conheci e conheceu todo o mundo que a seta vinha hervada!

A que motivo pois deverei eu atribuir semelhante destemperamento?

Eia! Sr. Saião! qualquer crime, ou mesmo falta, por pequena que seja, que eu tenha cometido, quer na vida privada, quer na pública; quer como filho, esposo, pai, parente ou amigo, quer como cidadão em todos os atos da vida civil, e principalmente como magistrado: eia! venha tudo à discussão.

Se eu sou um hipócrita, arranque-me a máscara, e por bem da moralidade não consinta que eu goze dos apanágios só devidos à virtude: mas, se eu sou um homem de bem, como me diz a conciência: se mereço a estima de tantos cidadãos conspícuos, que afluiram à minha casa, aturdidos do destampatório ministerial e tantos outros, que das províncias me escreveram indignados pela tal celebreira, com que direito e para que fim veio o governo tão cruelmente molestar-me?

Ouçam — Havia o Sr. Saião dito no senado que sendo a magistratura respeitavel em sua quasi totalidade, tinha todavia raras porém tristíssimas exceções, as quais S. Ex. prometeu fulminar dentro da órbita da constituição.

Passou-se quasi um ano, e o Sr. Saião só *fulminou* o Tribunal de que eu fazia parte.

Isto exige uma explicação categórica, e o público tem direito a saber se há alguma relação entre aquele dito e este fato.

Espero que os nobres representantes da nação, mormente os que me conhecem (e são quasi todos), chamem a contas o Sr. Ministro da Justiça e seus colegas, que muito sinto ver envolvidos neste desagradavel episódio, porque lhes votava sincera estima, e lhes supunha, a par de outras qualidades, juizo e consenso.

A minha questão é só com o ministério, de quem espero lealdade, sem a qual não há discussão possivel.

Cá estou na tribuna universal, da qual, ou hei de ser expulso coberto de ignomínia, e convencido de crimes, ou hei de deixá-la (e Deus o há de permitir) radiante de júbilo e repetindo triunfante as palavras do venerando Simeão: *Nunc dimittis servum tuum, Domine.*

Dando expansão aos sentimentos que me abafam, Sr. Redator tenho a honra de ser seu, etc.

ALBINO JOSÉ BARBOSA DE OLIVEIRA.

S. C. 9 de Maio de 1862.

NOTA V

Saião Lobato perante a Câmara dos Deputados

Nos Anais da Câmara (1862), sessão de 20 de Maio, está o discurso de Saião Lobato.

Discutia-se a resposta à fala do trono. A oposição a aproveitava para criticar severamente os relatórios ministeriais. Saião toma a palavra e passa a defender a sua administração ponto por ponto.

Chegando à remoção dos desembargadores do Tribunal do Comércio defende preliminarmente a legalidade do ato, historiando longamente a organização do Tribunal e citando a legislação. Até aí a câmara se mantem calma. Demonstrando que podia remover os juizes, passa aos motivos dessa remoção. Surge o primeiro aparte de *Justiniano Batista Madureira,* magistrado: — "Hei de provar que reduziu o Tribunal do Comércio a uma mera comissão." E logo outros oposicionistas: *Saraiva* — "V. Ex. poderia dizer os motivos por que removeu os magistrados, se esses motivos pudessem ser ditos ao corpo legislativo."

Zacarias: "Esta é que é a questão, as razões de interesse público que levaram a praticar esse ato."

Faião continua: "As razões são óbvias, compreendi que o bem do serviço exigia a mudança do pessoal do Tribunal do Comércio dessa capital, e porque tinha a faculdade de deliberar e resolve-la, assim o pratiquei.

Não fiz injúria a ninguem, porque usei de uma faculdade que a lei dá ao governo; e se essa faculdade fosse prejudiciai à reputação, à honra individual dos homens colocados de modo permanente, por serem juizes perpétuos, em uma altura em que lhes é mister todo o prestígio e toda a força moral, a lei não a daria. E, cumpre atender, que, sendo o princípio regulador o melhor desempenho do serviço público, este tem uma escala ascendente, tem sua natural gradação; tal indivíduo presta bom serviço, tal outro presta-o melhor; e por que razão não se há de preferir o melhor ou o ótimo, se o houver?

O Sr. Saraiva — V. Ex. atacando a honra dos magistrados, não tem coragem de exibir perante o parlamento os motivos que determinaram o seu ato.

O Sr. Ministro da Justiça — Esses motivos são os que naturalmente deviam determinar a discreta apreciação das conveniências do importantíssimo ramo de serviço a que tinha de prover, procedi como cumpria, tenho conciência de que cumpri o meu dever, e não me perturbam as censuras e as invetivas do nobre deputado. (Há vários apartes. O Sr. Presidente reclama a atenção). Deixo ao juizo da Câmara, à opinião esclarecida do país, a apreciação do feito que pratiquei, das censuras que me dirigem...

Um Sr. Deputado — O que diz V. Ex. dos motivos que se atribuiram pela imprensa a esse ato?

O Sr. Ministro da Justiça — Eu não tenho conhecimento de semelhante cousa.

O Sr. Zacarias — Foram publicados pelo "Jornal do Comércio".

O Sr. Ministro da Justiça — Ora, meus senhores!

O Sr. Saraiva — V. Ex. se há de arrepender de ter injuriado a honra alheia, porque não há ninguem que não se arrependa de haver atacado sem razão o que há de mais sagrado no homem."

NOTA VI

O Discurso de Bandeira de Melo

O discurso de Bandeira de Melo, no capítulo referente ao Tribunal do Comércio foi a continuação da discussão da véspera. "Se estivesse nas circunstâncias do nobre ministro," dizia o orador, "pelo conceito que formo desses magistrados, os conservaria no seu lugar, se razões de interesse público não determinassem o contrário. E demais, a retirada desses membros do Tribunal do Comércio não importa a idéia de que são menos dignos.

O Sr. Saraiva — Mas importam as circunstâncias que a acompanharam...

O Sr. Bandeira de Melo — Os motivos que determinaram o nobre ministro a praticar esse ato lhe pertencem. Não podemos chama-los para a discussão.

O Sr. Zacarias — Pertencem ao Público.

O Sr. Bandeira de Melo — Não pertencem; pertence ao público sómente a legalidade; não tem que dar à câmara satisfação dos motivos que o determinaram (aplausos) porque de outra maneira não era governar.

Um Sr. deputado — Não é isto uma questão diplomática.

O Sr. Vilela Tavares — Ele receia dar os motivos...

O Sr. Bandeira de Melo — Póde haver nisto inconveniente".

CAPÍTULO DÉCIMO

O SUPREMO TRIBUNAL. A CASA DA RUA DOS INVÁLIDOS. ÚLTIMOS ANOS.

13 de setembro de 1882.

Tenho ido de mal a peor e acho-me próximo ao túmulo. Já perdi a esperança de acabar estas memórias! A 2 do corrente fui operado de iridectomia no olho direito e quasi nada vejo! Operaram um cadaver!

.....

O ano de 1864 foi muito notavel. Nele tomei posse no Supremo Tribunal de Justiça. Nele comecei em Julho a obra desta casa nova, que é um palácio de formosura e sólido, para o que, muito concorreu a perícia e honradez do Mestre José Gandolfo, que já me precedeu no túmulo. (1) Para isto mudei-me para a casa n.º 169 B da rua do Lavradio, onde estive logo muito doente, pela imprudência de ir ao Cassino só para me encontrar com o Imperador que aliás continuou a tratar-me com toda indiferença. Nesta ocasião esteve tambem doente ao meu lado o Zuza, do primeiro ataque de cabeça, proveniente das tintas, o que depois foi repetido até causar-lhe a morte em 1.º de dezembro de 1876. Verei se posso continuar.

.....

(1) V. nota I, do fim do capítulo.

Rio, 14 de Outubro de 1882.

Que série de horriveis dias tenho passado! A 2 de Setembro p. p. fui pela segunda vez operado de iridectomia, agora no olho direito pelo Dr. Moura Brasil. Diz ele que agora a minha vista está garantida, mas como é fraca! Como vejo pouco! Entretanto este mal, aliás importantíssimo, é secundario a par da tonteira eterna que me acabrunha, das insônias e das angústias mortais que me flagelam. Sou um desgraçado e nunca pensei que a misericórdia divina me abandonasse.

.....

Estava a minha narração em 1864, ano muito notavel de minha vida. Comecei-o em Petrópolis. Desci para tomar conta da presidência interina da Relação, depois da aposentadoria do Eusébio (2) e promoção do Cerqueira (3) ao Supremo. A minha presidência interina durou até Junho. A 11 deste chegou a notícia do falecimento do Conselheiro Vieira (4) no Maranhão, eu fui logo promovido, e a 23, se não me engano tomei posse. Nesse mês comecei as obras desta casa nova, que com a mobília e o valor dos terrenos e materiais aproveitados da casa de meu pai e obras posteriores, orçam por 200:000$000 rs.

Teodorinha (5) estava comigo e Mlle. Lippe fora despedida. A 10 de Outubro desse ano deu-se a falên-

(2) Eusébio de Queiroz.
(3) Francisco de Paula Cerqueira Leite.
(4) Joaquim Vieira da Silva Sousa.
(5) Teodora Moniz de Almeida, sua afilhada, natural de Caravelas.

cia de Souto (6) que tanto mal me fez e a tanta gente. Essa falência, a do Gomes, (7) a fraude do Coutinho Viana na "Companhia de Refinação", onde eu tinha 13:000$000 e a de outros velhacos, que disso se aproveitaram, elevaram a minha perda a 45:000$000.

A 10 de Novembro, morando eu na rua do Lavradio, mesmo por causa das obras, teve logar a horrorosa tempestade que inundou a cidade e quebrou todos os milhões de vidros que olhavam o poente. E o meu incômodo proveiu de ter eu ido ao Cassino só para estar lá à chegada do Imperador que estava zangado comigo por causa do julgamento contra o Mauá no Tribunal do Comércio e a quem eu queria desarmar. Mas debalde porque só o tempo que tudo revela — o dia depois do outro — como dizia o Saraiva, produziu esse efeito de congraça-lo comigo. Ainda não estava acabado o importante ano de 1864 na minha vida. Teodorinha retirou-se para Caravelas a 8 de Dezembro e nós, dadas as férias, fomos por Santos a S. Paulo.

A 28, dia notavel na minha vida, saimos para Campinas, nós com Chiquinha e Geraldo (8) que estava conosco, fomos pelo O', e Maricóta, Luizinha e os negrinhos em duas liteiras, pelo Anastácio. Deu-se então o desastre de cairem as meninas com a liteira no rio Tietê e de se salvarem milagrosamente. Como este fato é muito sabido das meninas e do Geraldo, que de Juquerí, onde estava conosco, voltou a acompanha-las, não o repito. (9)

---

(6) Visconde de Souto, chefe da casa bancaria A. J. A. Alves Souto e Cia. A quebra de Souto em Setembro de 1864 foi o primeiro sinal da famosa crise comercial de 1864.

(7) Gomes & Filhos.

(8) Geraldo Ribeiro de Sousa Resende, Barão Geraldo de Resende, primo e futuro genro do Cons.º Albino.

(9) V. nota II, no fim do capítulo.

No dia 29 jantamos em Jundiaí, com o meu amigo José Manuel da Fonseca e com a Prima D. Ana, que pasmaram ao ouvir o acontecimento. Chegando à Fazenda, lá estava o Fernando Costaneira que tinha cometido toda a sorte de infâmias e latrocínios e eu tudo ignorava. Foi só depois de sair acompanhado de sua barregã que me fora apresentada como prima, que eu, vendo os livros, conheci ter sido roubado em mais de 8:000$000. Despedi o Fernando e entrou o Nicoláu, tão infame como o Fernando, e que só esteve na Fazenda 14 meses e enterrou-me 14 escravos.

Na casa da rua do Lavradio moramos só ano e meio e fomos morar no Flamengo, na casa do Costa Pinto, pagando eu os alugueres, já se sabe. Tinham já vindo denúncias de S. Paulo acerca do desregrado procedimento do Nicolau. Quís ir só, nas férias do Natal, mas Isabelinha opôz-se. Continuando as denúncias, fui eu sozinho em fins de Março ao Rio das Pedras e voltei em Abril.

.....

Na mesma tarde da chegada chegava o Bueno de Mogí, e no dia seguinte despedi o Nicoláu e, à tarde, chegou o Vicente, que esteve sete anos na minha Fazenda.

A tia D. Ana (10) veiu ficar comigo no Rio das Pedras todos os 15 dias que lá estive. Começou a aparecer a imensidade de negros que haviam fugido desde as barbaridades do Nicoláu e do bárbaro feitor José Gordo, e retirei-me para o Rio em Abril, deixando o Vicente na Fazenda. Em Dezembro voltei só à Fazenda que achei muito bem dirigida, todos os fugidos aparecidos, exceto alguns que morreram por moléstias apanhadas. Então

(10) Irmã do Coronel Francisco Inácio, V. cap. I.

fui encontrar muribunda a tia D. Ana na casa do tio João Gabriel, e com efeito morreu. Assisti ao ato de ser sacramentada, e aos seus últimos momentos. Lá estava tambem a tia D. Maria Inocência que morreu no ano seguinte.

Depois de ver que a Fazenda ia bem, retirei-me para o Rio de Janeiro, e vindo em diligência com o Dr. Upper e outros, trazendo Leodoro como pagem, por misericórdia divina não rolamos todos por um precipício na nova estrada, feita então pelo José Vergueiro, de S. Paulo para Santos. Louvado seja Deus! Deu-se este fato em Janeiro de 1867.

Em Dezembro de 1867, dadas as férias, fui então com toda a família por Santos, S. Paulo e Jundiaí até onde já funcionava o caminho de ferro, mas o estalajadeiro da Ponte ainda mandava os seus troles à vila receber os hóspedes, e nós fomos assim. Creio que os meninos ficaram no Rio e só levei as meninas. Em junho de 1866 deixamos a casa do Flamengo e viemos morar definitivamente nesta casa-palácio à rua dos Inválidos número 82, cujo gás se acendeu pela primeira vez na noite de São Pedro, 29 de Junho. As obras continuaram na frente da casa, salões etc. A casa ficou pronta em 1867 e só dependente de diversas ferragens e botões que se mandaram vir de Paris. Vieram errados, encomendaram-se segundos. Em 1870, chegou a mobília e no 1.º de Julho de 1870 dei o primeiro baile ao qual veiu o Ministro de Portugal Matias de Carvalho (11) e que foi muito concorrido e brilhante. Voltamos ao fim de 1867.

---

(11) Cons.º Matias de Carvalho Vasconcelos, Ministro de Portugal de 1869 até 1877. O Imperador era padrinho de um de seus filhos. Teve preponderante papel como mediador na questão Christie. Acolheu Thornton, quando veiu reatar as relações com a Inglaterra.

Estava ajustado o casamento de Chiquinha com o Jacobina (12) Nos primeiros meses de 1868 aprontaram-se as cousas e a ceremônia teve logar no Rio das Pedras a 27 de Abril e o Zuza nessa mesma noite regressou para o Rio. Foram padrinhos o Major João Martins de Azevedo, o Dr. Langgaard, o Zuza e eu. Gastou-se tempo com o registo da escritura (13) e só voltamos em Maio, tendo ficado um próprio em Campinas para nos trazer a escritura da qual ficou incumbido o pobre Rodrigo Otávio, ora falecido. (14) Houve no dia 27 grande banquete, mas sem ceremônia, ao qual assistiram o Vicente e D. Leopoldina que começava a ser muito estimada por nós. Na volta estivemos em Jundiaí, no Hotel da Estação e por Santos chegamos ao Rio de Janeiro creio que a 5 de Maio de 1868.

Ficamos todos no Rio o resto do ano. Chiquinha morava com D. Francisca (15) na rua de Santa Cristina, perto da casa do Fialho, (16) e a 17 de Fevereiro de 1869, nasceu Belinha.

Eu em Dezembro de 1868 fui a Santos, S. Paulo e Rio das Pedras e voltei em Janeiro, segundo vejo dos assentos de despeza, mas não me lembro qual o motivo que me obrigou a essa viagem, visto estar a Fazenda entregue ao Vicente desde 1866 e ter-se este portado muito bem nos primeiros anos. O certo é que fui, e só. En-

---

(12) Vide nota III, no fim do capítulo.

(13) A escritura ante-nupcial feita em Campinas a 24 de Abril.

(14) Dr. Rodrigo Otávio de Oliveira Menezes, genro do Dr. Langgaard, pai do Dr. Rodrigo Otávio Langgaard de Menezes.

(15) D. Francisca de Paula Barbosa da Silva, viuva do Cons.º Paulo Barbosa, falecido em 1868, pouco antes do casamento do Dr. Jacobina. A casa era a de n.º 2 A e até hoje não foi alterada.

(16) O escrivão Francisco José Fialho — *residia na rua do Fialho* — em belo palacete, hoje incorporado à *Beneficência Portuguesa.*

tão eu era feliz e a minha saúde invejavel. Hoje sou um desgraçado! Sofro horrivelmente e só espero alívio na morte.

Passei no Rio o resto do ano e cuidei em acabar a minha casa. Foi a 22 de Maio de 1869 que tive na Praça da Constituição a congestão na orelha, donde têm resultado, sempre crescendo, todas essas vertigens que se têm sucessivamente mostrado de mil maneiras até me colocarem no desgraçado estado em que estou!

Em Dezembro de 1869 voltei ao Rio das Pedras com a família. Voltamos em princípio de Maio de 1870. No dia 1.º de Julho dei o primeiro baile nesta casa nova número 82, que esteve brilhante, muito concorrido, e onde o Ministro Português Matias de Carvalho e Vasconcelos se encontrou com o Jacobina, seu condiscípulo de Coimbra.

Passei no Rio o resto do ano de 1870 e nesse ano aqui esteve o Carlos Gomes, (17) deu-se o *Guaraní* etc. Do meu rol de despesas consta tudo em que gastei o meu dinheiro.

Em Dezembro de 1870 fomos todos para o Rio das Pedras e levamos D. Francisco Barbosa, (18) que passou lá muito bem e voltou antes de nós com o Jacobina e Chiquinha. Nós viemos em Maio de 1871. Em 30 de Julho nasceu Paulo, (19) e D. Francisca já estava adoentada, foi peorando e apesar de muito trato e cuidado, morreu a 6 de Outubro.

No fim desse ano voltamos todos ao Rio das Pedras, por Santos, mas em Maio de 1872 o Jacobina ficou no Rio das Pedras com Chiquinha e os filhos e eu vim

---

(17) Vide nota IV, no fim do capítulo.

(18) D. Francisca de Paula Barbosa da Silva, viuva do Cons.º Paulo Barbosa.

(19) Paulo Barbosa de Oliveira Jacobina, 2.º filho do Dr. Jacobina, faleceu em 1917.

A casa da família Barbosa de Oliveira à rua dos Invalidos, no Rio de Janeiro

com a minha família propriamente dita e chegamos em Maio de 1872 ao Rio. Foi nesse ano que para fazer a vontade a Isabelinha, fiz com ele o ajuste de dar-lhe metade do excedente de mil arrobas de açucar, e metade do excedente de 6.000 arrobas de café, ajuste que foi muito vantajoso para ele e muito prejudicial a mim, mas como foi para a minha Chiquinha que tudo me merece, foi muito bem empregado. Plantou o Jacobina, muita cana de diversas qualidades e nasceu a mais linda cana que tenho visto na minha vida. E todavia perdeu-se tudo, tudo, como veremos.

Passei o resto do ano no Rio, gozando da vida, quanto podia.

Voltando para a Fazenda, quís o Vicente sair a 27, devendo-me muito dinheiro, e saiu, por não querer ser inferior ao Jacobina e para não ser fiscalizado o seu procedimento que já não era muito honesto. O engenho estava desconcertado. Ele o sabia, mas de propósito ocultou. Jacobina não foi previdente. A consequência foi não moermos a cana que tinhamos para mais de tres mil arrobas, perder-se tudo, e ser cortado e atirado no chão como estrume! Quando no ano seguinte vi os altos montes de palha seca de minha excelente cana, tive grande sentimento!

O Jacobina é muito habil para outras cousas, mas tem negação para administrar uma Fazenda. Cuidando só no Xadrez, descurou o cafezal das Palmeiras que podia ter produzido alguma cousa, quando o café tinha preço e que só agora é cafezal pelos cuidados do Albino.

Em Maio de 1873 voltamos para o Rio. E em Dezembro tornamos a ir para o Rio das Pedras. Então, que precisava de licença, ia todos os anos, e agora, que não preciso dela, a maldita doença me priva de fazer o que quero!

Rio de Janeiro, 30 de Outubro de 1882.

Não dormi um só momento em toda a noute! Estou escangalhado! E todavia, para fugir a angústia, que me oprime, quando estou deitado, vim escrever. Em Dezembro de 1873 voltamos a Santos, São Paulo e Campinas, onde nos chamavam a nossa Chiquinha e família e lá estivemos até Maio de 1874. Tinha o Jacobina cuidado em tirar do Xadrez a imensa quantidade de madeiras que o obstruia e ficou quasi limpo. Neste ano, em Novembro, por conselho do Snr. Sousa Barros, dei 7:124$880 para a minha remissão no Monte Pio Geral, supondo assegurar um óbolo para os meus filhos. E agora o Monte Pio está quasi perdido! (20) Louvado seja Deus! Foi isso a 28 de Novembro de 1874.

A 17 de Setembro desse ano tinha eu comprado a Bastos & Souza onze escravos por 21:000$000, entre os quais o Rafael, que depois me foi tão fatal, fugindo a 29 de Junho de 1879 e arrastando consigo mais seis, dos quais se perderam absolutamente Adão, Casimiro e o mesmo Rafael. E depois, em Dezembro desse mesmo ano, comprei o Lourenço ao Cotia por 1:750$000. E em Dezembro de 1874 voltamos todos para o Rio das Pedras por Santos. (21) Meu irmão, coitado! Já estava aposentado. Se não me engano, nos acompanhou. Ou talvês fosse esse o ano em que indo para as Caldas, teve em Campinas esse ataque de estupor, que depois repetido o levou ao túmulo, depois de martiriza-lo. (22)

---

(20) Reorganizou-se o Montepio e as pensões foram pagas à sua família.

(21) Vide nota V. no fim do capítulo.

(22) Faleceu a 1.º de dezembro de 1876.

E antes de continuar, voltemos a 2 de Junho de 1872. Nesse dia embarcou no *Chimborazo*, meu filho Albino, deixando-me cheio de saudades. (23) Fui leva-lo a bordo com o Dr. Langgaard e à noute fui primeiro aos anos do Dr. Luiz A. da Silva Nunes (24) e depois aos de Joaquim Marcelino, mas o Marcelino notou que eu estava muito choroso. Felizmente ele ganhou com a viagem e agora quer se casar. Deus o abençoe e felicite!

Quando o Vicente saiu a 27 de Abril de 1873, entrou Carlos Morato de Carvalho e D. Amélia que se conservaram 3 anos e quasi meio.

Mas a maior asneira foi a compra da *Boa Vista* e do *Tijuco*, (25) que está hoje em mais de 80:000$000 a cada um de nós e que não dá lucros correspondentes. Nesse ano de 1875 compramos para a sociedade 22 escravos.

No 1.º de Julho houve baile concorrido, na forma do costume e depois, a 26 de Setembro dei outro baile à mãe e irmã do Jacobina, que de Santos regressavam e

---

(23) Albino José Barbosa de Oliveira (2.º), fez o curso de agricultura em Gembloux, na Bélgica. De volta ao Brasil, dirigiu até o seu falecimento (18 de fevereiro de 1908) a Fazenda do Rio das Pedras. Casou-se com D. Luiza de Ataliba Nogueira, filha do Barão de Ataliba Nogueira, tendo numerosa descendência.

(24) Luiz Antônio da Silva Nunes, político espírito-santense. Presidente da Baía em 1875.

(25) Em 1.º de Maio de 1875 o Cons.º Albino e o seu genro Dr. Jacobina compraram de sociedade, ao Dr. Antônio Pinheiro de Ulhoa Cintra, uma fazenda situada na Freguezia de Mogiguassú, termo de Mogi-Mirim, denominada *Boa Vista*, com todas as plantações, escravos e animais, por 76:000$. Agregou-se tambem logo a Fazenda do Tijuco. Ambas confinavam com a fazenda do Morro, de Francisco de Paula Bueno.

A direção destas fazendas coube ao Dr. Jacobina, que as visitava frequentemente.

iam para Pernambuco. (26) Nós as tinhamos visitado em Santos, na Barra. A esse baile foi que o Cansansão (27) trouxe as filhas, e as senhoras que a ele vieram eram quasi todas diversas das que tinham vindo ao baile de 1.º de Julho. Passou-se todo o resto do ano de 1875 no Rio, sem novidade, a não ser a moléstia de meu irmão, que avançava.

.....

Tenho peorado muito física e moralmente. O meu desânimo é extraordinário. Querem que eu vá a Campinas assistir ao casamento do meu filho; eu tanto o desejava! Mas não posso... Valha-me Deus! Os meus tres amigos que adoeceram estão todos enterrados, sendo dois deles bons moços; e eu vivo só para padecer... Eram Rodrigo, Daniel e São Diogo. (28)

.....

Continuemos. No fim do ano de 1875 fomos para a Fazenda e lá ficamos até Junho de 1876. Voltamos a 5, creio eu, tendo-nos demorado por causa da febre amarela. Este ano foi de novidades. Em Março Geraldo pediu a mão de Maricóta. (29) Em Abril fomos à Fazenda da *Boa Vista* e em 20 de Junho teve logar o

---

(26) D. Maria Benedita Mascarenhas Jacobina, mãe do Dr. Jacobina, natural de Figueira da Foz, em Portugal, nascida nos últimos anos do sec. XVIII, faleceu em 1901, vendo pois raiar dois séculos, com uma saude a toda prova. Teve 10 filhos. Sua filha mais moça, Amélia, que havia sido colega de D. Francisca Jacobina, casou-se mais tarde com o Eng.º Jaime Romaguera.

(27) João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú foi político de relevo.

(28) Rodrigo Otávio de Oliveira Menezes, acima referido. Faleceu em 1882. — Daniel Acioli de Azevedo, bacharel. Barão de S. Diogo, (Diogo Teixeira de Macedo). Faleceu a 19 de Novembro de 1882.

(29) V. nota VI, do fim do capítulo.

casamento nesta cidade do Rio de Janeiro. Meu irmão foi peorando e no 1.º de Dezembro faleceu pouco depois de meio dia, deixando um vácuo imenso na minha vida.

Dos assentos de 1876 vejo que viemos a Santos pelo trem de ferro e para aqui no vapor *Santos*. A 25 de Dezembro desse ano de 1875 voltamos para Santos no Vapor *Santa Maria* e lá ficamos até Maio de 1877, voltando a 16 ou 17.

Nesse ano de 1877 não dei baile de 1.º de Julho e fomos passar esse dia na *Ilha das Flores* com o Silveira da Mota. Passamos um dia agradavel, como nunca mais passarei, pois perdi a minha saúde e estou condenado ao martírio. No fim desse ano de 1877 fomos a S. Paulo pela estrada de Ferro do Norte que começou a funcionar, e paramos em Taubaté, em casa do primo Antônio Augusto (30) que já morreu, com 36 anos. Na noute seguinte chegamos a S. Paulo, esperados sempre pelo carro do tio Luiz que sempre nos hospedou com a maior bizarria.

Demorei-me pouco em S. Paulo e fui para o Rio das Pedras. Os meus rendimentos desses anos todos constam dos meus assentos de Receita e Despesa e das Contas Correntes com a casa Sousa Queiroz & Vergueiro. A novidade foi a viagem do Jacobina e Chiquinha com dois filhos, para a Europa em 24 de Abril desse ano de 1878, viagem que me fez saudades, mas que foi muito util ao Jacobina. (31) Em Maio, de 9 a 13 fui à Fazenda da *Boa Vista* e a 30 do mês de Maio de 1878 viemos todos para o Rio de Janeiro e chegamos nesse dia ou a 31.

---

(30) Antônio Augusto Barbosa de Oliveira, médico, filho mais velho de Antônio Américo Barbosa de Oliveira.

(31) Vide nota VII, no fim do capítulo.

A minha memória já falha e por isso não falei na chegada do meu filho Albino a 31 de Agosto de 1877. Tive muito prazer com isso e ele ganhou muito com a educação recebida na Suiça, Bélgica e Alemanha. Quando chegou já estava muito doente a Marquesa de Monte Alegre, sua madrinha, e com efeito morreu pouco tempo depois.

Tinha saido da administração da Fazenda o Isidoro Hirth e era administrador o José Silveira de Freitas Leitão, muito inteligente, mas muito vicioso de beber. Pouco tempo este se demorou na fazenda. Despedi-o, se não me engano no fim de Dezembro de 1878 e meu filho Albino tomou conta da administração do Rio das Pedras que nunca foi tão bem administrada como agora.

Voltamos a S. Paulo e Rio das Pedras no fim de Dezembro de 1878 e foi nesse mês, a 29 que despedi o Leitão que já se tinha feito incompativel com o meu filho. Foi em 4 de Novembro do ano de 1878 que se formou em Direito meu filho Luiz. (32)

Demoramo-nos na Fazenda até Maio de 1879 (33) e nos primeiros dias desse mês voltamos para o Rio de Janeiro, e no 1.º de Julho desse ano de 1879 dei um dos mais bonitos e concorridos bailes, já para festejar os meus 70 anos de idade, e já por ter Chiquinha voltado da Europa e estar tambem aqui Maricóta que viéra para dar a luz. (34) Com efeito a 11 e 15 de Agosto de 1879 nasceram os meus netos Eduardo e Elisa. O baile foi muito concorrido, tivemos 48 senhoras e mais de cem cavalheiros. Estiveram o Barão e Baronesa de São Diogo (ele hoje está no céu), o Visconde de Borges de Castro, Ministro de Portugal e família, D. Emerenciana

(32) Vide nota VIII, no fim do capítulo.
(33) Vide nota IX, no fim do capítulo.
(34) Vide nota X, no fim do capítulo.

com 7 senhoras da sua família, D. Maria de Castro que cantou, e foi nesse baile que o Artur Napoleão se deu por convidado para festejar os meus oitenta anos. Nesse tempo achei boa lembrança, hoje, sofrendo horrivelmente, se a Providência me condenasse a viver 80 anos, martir e sem remédio... oh! Deus tal não permita e me abrevie os dias e os sofrimentos!

Tambem veiu ao baile D. Josefina Bulhões por convite do Geraldo, e eu por isso convidei o Oscar, (35) que veiu com duas irmãs. Talvês a esse fato se prenda o pedido de mão de Luiza por ele. Teve isso logar a 16 de Agosto desse ano de 1879. Mas não antecipemos. Todos os meus filhos assistiram ao baile de 1.º de Julho, e por tanto tambem Albino. O preto Rafael aproveitando-se dessa ausência, seduziu mais seis, e fugiram 7, os quais perdi inteiramente 3, e por ser fato muito recente, não falo mais nele.

Concedi a mão de Luiza pois sempre gostei muito do Oscar e a 11 de Outubro seguinte fez-se o casamento na freguezia de Santo Antônio, e depois almoçamos aqui em família e os noivos foram para a Tijuca. Depois disso tem continuado a haver entre as duas famílias a mais bela harmonia.

---

(35) O Dr. Oscar Adolfo Bulhões Ribeiro, depois um dos primeiros vultos da Cirurgia brasileira, foi apresentado ao Cons. Albino pelo seu amigo Visconde do Bom Retiro. O Cons. Albino tinha certa prevenção com a carreira de cirurgião, considerada pouco nobre, exercida como era em outros tempos, (e no Brasil até bem tarde), pelos barbeiros. Mas nada opoz ao casamento. A personalidade notavel de seu genro dissipou os seus últimos escrúpulos como se vê destas suas expressões.

O Prof. Bulhões natural da Província do Rio, nascido a 1.º de Março de 1846, faleceu a 1.º de Novembro de 1898. Doutourou-se em 1870. Foi Prof. substituto em 1882 e catedrático em 1889. Tomou parte na Guerra do Paraguai como cirurgião do exército, de que era coronel honorário com a Medalha da Campanha.

Pelo Natal voltei com Isabelinha ao Rio das Pedras pela Estrada de Ferro do Norte e nunca mais embarquei. A 26 estava na Fazenda e na noite de 27 para 28 acordei pelas duas horas da madrugada com angústias, que nunca tivera e sofri o primeiro ataque dos que denominei — *dos caminhos de ferro* — porque tudo parecia voar em turbilhão diante de mim. Pensei de morrer! Supondo-se ser mal de estomago, deram-me chá de maséla, que lancei fora. A tonteira começou a apresentar-se de maneira nova, e continuou por muito tempo a apresentar-se assim.

No 1.º de Janeiro de 1880 depois do jantar, e estando na rede de palha do Pará, do Gabinete, sofri segundo ataque de — *caminho de ferro* — dificilmente tomei o quarto e a cama. Fizeram vir o Rodrigo (36) de Campinas, que chegou à noute, quando eu já estava livre do ataque, e lá dormiu; receitou-me agua de Friedrichshall. Enganou-se e por agora já todos os médicos conhecem a moléstia que nenhum deles descobrira nem conhecera desde 1869. Estes ataques duravam menos de uma hora, acabavam por suór e sono profundo e passado isso eu ficava bom, montava a cavalo etc.

Viemos pela Estrada de Ferro do Norte a 28 desse mesmo Abril de 1880 ou a 29 desse.

Não houve baile no dia 1.º de Julho de 1880, e vieram ao jantar diversos amigos e senhoras. Mas a 11 de Outubro, aniversário do casamento de Luiza, tivemos um lindo e concorrido baile, que acabou dia claro. Tivemos 80 senhoras, vieram 13 senhoras da Família Bulhões, inclusive Luiza e D. Josefina, a Baro-

(36) Rodrigo Barbosa de Oliveira, seu primo, médico em Campinas.

neza da Penha (37) e filhas, e muitos médicos convidados por Oscar. O baile esteve brilhante, teve excelente orquestra, e o costumado serviço. Estava decidido que seria o último, pois a doença vinha apoderar-se de mim e desgraçar-me! E que doença, meus Deus! Estiveram no baile, o Paranaguá e família, Dantas, Ministro da Justiça e Snra.

Rio de Janeiro, 27 de Novembro de 1882.

Logo em Novembro seguinte, a 21, faleceu o Conselheiro Vasconcelos, (38) Presidente do Supremo Tribunal de Justiça. A 27, sábado, teve logar a missa de sétimo dia em São Francisco de Paula e pela primeira vez D. F., que eu supunha meu amigo desde 1824, aceitou um logar na minha vitória, mas vendo aproximar-se o bonde, quís fugir, e eu segurei-o. Achei extravagante, mas como não tenho malícia, não desconfiei. Na noute desse mesmo dia fui nomeado Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, (39) e a inveja apoderou-se mormente de D. F. e Valdetaro. (40) Este, depois de algumas imprudências,

---

(37) D. Maria da Penha de Miranda Montenegro da Fonseca Costa.

(38) Cons. João Antônio de Vasconcelos, pertencera à primeira turma de bachareis de Olinda. Ministro do Supremo Tribunal em 1875.

(39) Consta no arquivo da *Casa de Rui Barbosa* o seguinte bilhete do Cons.º Manuel Dantas (então Ministro da Justiça) a Rui: "Respondo-te agora, dizendo-te em confiança, que ontem à noite, em despacho, propuz e ficou resolvida a nomeação do Cons.º Albino p.ª Presidente do Supremo Tribunal de Justiça". Chegara a oportunidade do primo, ainda tão novo, valer ao velho amigo da família.

(40) Manuel de Jesus Valdetaro, depois Visconde de Valdetaro. Ministro do Supremo Tribunal desde 1867. Era político militante, prestigioso membro do partido liberal.

caiu em si e moderou-se, pois viu o papel ridículo, que fazia, mas D. F. excedeu-se e cometeu mil torpezas. A 29 de Novembro de 1880 deu o *Jornal do Comércio*, notícia oficial do meu despacho, e logo depois do almoço anuncia-se D. F. Corri à sala, cuidando ir receber os parabens dum dos meus melhores amigos, e fiz que D. Isabel me seguisse, mas fui logo recebido com insultos, que continuavam depois da chegada de D. Isabel. Não se contentando com estas explosões de inveja, insultou-me depois em pleno Tribunal e depois pela *Gazeta de Notícias*. Forte miseravel! Depois, talvês refletindo sobre o que fizéra, procurou o Rui para afirmar não ter sido autor do "Falava-se ontem", da *Gazeta de Notícias*, como se não bastassem as explosões pessoais aqui e no Tribunal. Deixemos isso e Deus lhe perdoe.

A 19 de Dezembro segui com Isabelinha para S. Paulo porque iamos sómente ficar as férias na Fazenda e com efeito a 3 de Fevereiro de 1881 estávamos aqui de volta. Fui logo ao Imperador. Todo esse ano de 1881 presidi ao Supremo Tribunal de Justiça.

Em Março teve logar a contestação com o Valdetaro, por causa do julgamento de pronúncia do Bispo de Mato Grosso, que felizmente não foi pronunciado. A consequência foi a inflamação do olho esquerdo agravar-se e ser necessário a operação da iridectomia no olho esquerdo, que foi praticada pelo Dr. Pires Ferreira. Fiquei muito doente todo o mês depois de ter sofrido ferro no meu pobre olho. Acabou-se a minha vida!

Voltemos ao meu despacho de presidente do Supremo Tribunal de Justiça. Este despacho, era verdade, foi uma reparação... O Governo tendo-me removido acintosamente do Tribunal do Comércio, a 14 de Setembro de 1861, obrara injustamente... O tempo clareou tudo, a verdade apareceu, o Imperador conheceu a sua falta de razão e reparou a injustiça. Graças

a Deus! Mas estava acabada a minha vida. O glaucoma fez-me perder o olho esquerdo, que, operado a 4 de Abril de 1881, ficou de todo cégo, fazendo-me grande falta.

Porém maiores desgraças me estavam reservadas. A tonteira foi crescendo e em 8 de Outubro desse ano, o Dr. Moura Brasil me levou ao Dr. José Silva (41) e o Oscar ao Dr. Magalhães (42) e foram estes que conhecereram a minha fatal e incuravel moléstia. Até então a vertigem não era permanente, vinha e ia. A 21 de Dezembro, dadas as férias, fui ao Paço despedir-me e na volta veiu a vertigem para nunca mais me deixar! Então ainda não era tão forte, mas cada vez se tornou mais insuportavel! Meu Deus! E não me mandais a morte, não me chamais a Vós?!

A 23 de Dezembro de 1881 fui para Campinas e estava tão abatido, que se não fosse o Jacobina, voltava para casa, por não ter ânimo de pagar os fretes, bilhetes etc. Ficamos na Cachoeira num máu hotel e a 24 chegamos a São Paulo esperados pelo bondoso Luiz Antônio de Sousa Barros. Aí passamos o dia de Natal, e a 26 fomos para Campinas onde ficamos alguns dias antes de seguirmos para o Rio das Pedras.

.....

Estou horrivelmente tonto e levantei-me da rede porque já não podia estar deitado. A anciedade já me sufocava... vim escrever, como um refúgio, apesar de não me poder ter em pé! Que desgraça!

.....

(41) Dr José Joaquim da Silva, professor da Faculdade de Medicina do Rio.

(42) Dr. Pedro Severiano de Magalhães (Flexão), médico baiano de grande nomeada. Professor da Faculdade do Rio.

Continuemos. Enganei-me. Seguimos logo para a Fazenda e achando-me muito doente e nervoso, receando a morte a cada momento, fiz o meu testamento, voltamos para Campinas a 29 de Dezembro de 1881 e a 31 foi aprovado o dito testamento. Não sei porque o meu horror era tão grande que a cada momento receava morrer. Fiquei em Campinas até 3 de Janeiro de 1882 corrente para ser examinado pelo Rodrigo (43) e Barata, (44) porque então eu ainda ignorava que o meu mal era incuravel, e a 4 ou 5 voltei para o Rio das Pedras.

A 17 ou 18 chegou Oscar com Luiza e as duas irmãs. Chiquinha chegou depois com tres filhos além de Totom, e Dr. Francisco Bulhões chegou com a Snra. D. Josefina, sogra e sobrinha, no 1.º de Fevereiro. Maricóta, Geraldo e as meninas estiveram sempre conosco. Passamos agradavelmente e eu com algum alívio, todo o mês de Fevereiro porque eu ao menos dormia e comia, mas de tonteiras nunca melhorei.

A companhia era muito agradavel e vivemos fraternalmente. Mas este mundo é inconstante. A 2 de Março deste ano, quando Josefina se despedia para se retirar com o marido, mãe e sobrinha, a minha netinha Maria Isabel estava com convulsões e de fato morreu a 3 desse mesmo mês! Está no Céu. Foi mais feliz do que eu... Não há de sofrer da cruel enfermidade que me flagela e que Deus me reservou para deixar esta vida sem saudade. Se eu estivesse bom teria sido inesquecivel este tempo, passado na companhia de todos os

(43) Dr. Rodrigo Barbosa de Oliveira.

(44) Dr. Cândido Barata Ribeiro, médico baiano, clinicou em Campinas onde dirigiu a Escola de Crianças pobres e o Hospital de Caridade. Foi professor da Faculdade do Rio e, mais tarde, prefeito da Capital Federal e Ministro do Supremo Tribunal Federal.

meus filhos, e de toda a família Bulhões, que na verdade é apreciavel em todo o sentido e muito estimavel.

Passei sofrivelmente até 10, tonto sim, mas dormia e comia bem, tanto que a mulher do feitor me disse "Então vassuncê está bom". A 28 de Março fomos para São Paulo e a 29 chegamos aqui. No dia 31 de Março veiu o Moura Brasil ver meus olhos e a operação foi adiada.

Presidi, com grande energia de vontade, ao Supremo Tribunal o mês de Abril, porque as férias da Pascoa davam-se a 2 e iam até 21, mas em Maio resolvi pedir a minha aposentadoria. Presidi à primeira e 4.ª sessão de Maio e não pude mais lá ir. O meu requerimento foi apresentado em Junho e a aposentadoria concedida por decreto de 14 de Junho deste ano, juntamente com a Gran-Cruz da Ordem de Cristo, tardia graça, concedida a um moribundo. (45)

Com efeito nunca pude ornar-me com essa alta condecoração que eu sempre muito desejara. Altos juizos de Deus!

. . . . . .

(45) Nessa ocasião o governo fez saber ao Cons. Albino que ele poderia obter um título. Realmente os presidentes do Supremo Tribunal, desde a sua origem, e com poucas exceções, receberam o título de viscondes. Foram eles os viscondes de Congonhas do Campo (Lucas Antônio Monteiro de Barros), de Monserrate (Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos), de Valdetaro (Manuel de Jesus Valdetaro), de Sabará (João Evangelista de Negreiros Saião Lobato). Ao Cons. Albino porém não empolgou esta distinção. Sua mulher principalmente não viu com bons olhos a honraria que lhe faria deixar o apelido de família. A vista disso o governo concedeu-lhe a gran-cruz da Ordem de Cristo, mercê que o Conselheiro muito desejava e que, de fato, não era nada comum. Ainda que não a tenha usado em nenhuma ceremônia, o Conselheiro fez-se retratar com ela por Papf, no quadro a óleo ainda existente.

Estas últimas treze linhas têm sido escritas hoje, 30 de Novembro, dia de muitos sofrimentos para mim... O Jacobina chegou ontem 29, e veiu achar-me outra vez peor. Meu Deus!

Tenho tido todos estes dias contestações com Isabelinha porque declarei não poder ir a Campinas. Eu realmente não posso, Deus o sabe, e é com grande sentimento, que me vejo obrigado a ficar neste forno, quando desejava assistir ao casamento do meu Albino. E tenho toda a liberdade de sair independente de licença. E a primeira vez que na minha vida tenho essa liberdade, veiu a cruel enfermidade, tornar-me um desgraçado.

Rio de Janeiro, 1.º de Dezembro de 1882.

.....

Continuemos. No 1.º de Julho deste ano amanheci muito doente. Esperava-se muita gente para jantar e eu receava não poder aparecer. Felizmente um gole de água de melissa fez-me bem. Desci e assisti ao jantar sentado entre Iaiá Macedo e D. Josefina de Carvalho, e tendo defronte D. Josefina Bulhões. O banquete esteve explêndido e eramos 26 comensais. Iaiá e o Alfredo, (46) Bento de Paula Sousa e Isabelinha afilhada, (47) D. Josefina e neta, a amavel Josefina e o marido, (48) a família Bulhões, Rui e Maria

(46) Alfredo Sérgio Teixeira de Macedo, filho do Cons. Sérgio Teixeira de Macedo, diplomata, foi ministro em várias cortes, casado com D. Ana Francisca Teixeira de Macedo.

(47) Cons. Dr. Bento de Paula Sousa, casado com sua prima D. Isabel de Sousa Barros, afilhada do Cons. Albino.

(48) Dr. Francisco Bulhões, irmão do Dr. Oscar Bulhões.

Augusta, (49) Estevão Barros, (50) nós e nossas duas filhas Chiquinha e Luizinha e seus maridos, Dr. Langgaard, Eugênio etc. Tudo correu muito bem e eu antes das 10 horas subi. Nesse tempo não tinham começado as insônias, ainda eu saía raras vezes, ia à Guanabara etc. Hoje estou peor e a minha tonteira é excessiva. Creio ter chegado ao ápice da desgraça...

7 de Dezembro de 1882.

Continuemos. Em um dia de Agosto p. p. anunciou-se a *Semiramis* com a Borghi-Mamo. Fui vê-la, porque eram recordações de Lisboa e de minha mocidade. Fez-me mal aos olhos a aplicação, queixei-me ao Moura Brasil, que a 2 de Setembro p. p. veiu operar-me de iridectomia no olho direito sem me prevenir. Assistiram o Oscar e João Paulo. (51)

Até então eu saía alguma vez de carro, dava algum giro, ou ia a alguma casa íntima, como a do chorado São Diogo etc. Desde a operação em 2 de Setembro p. p. recrudesceram todos os meus incômodos, a vista diminuíu cento por cento, e a tonteira tem crescido a ponto de ser intoleravel. Já não saía a parte alguma, e toda e qualquer companhia me é indiferente e até incômoda: não desejo ver ninguem, a conversação incomoda-me, não posso falar, nem ouvir falar, e a única cousa, que me agrada, é ler novelas, quando o posso fazer, pois às vezes sofro ataques nervosos, angústias,

(49) Rui Barbosa e D. Maria Augusta Viana Bandeira Rui Barbosa, parentes e hóspedes.

(50) Estevão de Sousa Barros foi mais tarde Conde de Barros.

(51) Dr. João Paulo de Carvalho. Professor da Faculdade de Medicina.

torpôr por horas e horas, tudo isso alem da tonteira, que é permanente, insuportavel, horrivel! Peço a Deus a morte, como único lenitivo, visto ser o meu mal incuravel, mas a minha doença só há de matar depois de longos e medonhos padecimentos.

Não tenho ânimo de acabar, e peço a Deus paciência e resignação, que me faltam, já que não me chama a si, com tanto lhe peço. O meu filho Albino vai casar-se e é tal a minha desgraça que não posso ir a Campinas assistir ao ato! Que desgosto tenho quando vejo que privo Isabelinha de ir, como ela tanto e tanto deseja! Sou muito desgraçado!

16 de Dezembro

Talvês pela última vez escreva neste papel. Falam em ir para Campinas depois de amanhã. Deus queira que eu possa acompanha-los. De certo não voltarei mais, por lá fico, e Deus o permita, porque a minha vida é um fardo muito pesado. Deixo com muita saudade minha mulher e meus filhos, mas prefiro essa dor aos sofrimentos que me martirizam. Adeus, adeus, adeus para sempre! Que dor sinto, meu Deus!

ALBINO JOSÉ BARBOZA DE OLIVEIRA.

NOTAS AO CAPÍTULO DÉCIMO

NOTA I

A Casa da Rua dos Inválidos

A antiga residência do Cons.º Luiz Antônio Barbosa de Oliveira que coube ao Cons.º Albino era constituida pelo prédio então n.º 78 da rua dos Inválidos, depois 82, e hoje 152. A documentação completa sobre a compra deste e de outros prédios do Cons.º Albino acha-se muito deteriorada. Há porem um manuscrito do punho do Cons.º Luiz Antônio intitulado pomposamente: *História da compra da casa da rua dos Inválidos, seu preço e o mais.* Por ele se vem a saber que o prédio pertencera primitivamente a Aleixo Pais Sardinha, capitão, segundo se vê de uma ordem régia de 18 de Maio de 1801. (Pub. Arqu. Nac. *V*, 76). Falecendo este, a sua viuva D. Joaquina Bernarda Sardinha, vendeu-o, ainda não terminado, em hasta pública, a 31 de Julho de 1819, por quatro contos de réis, para pagar várias dívidas constantes do inventário. Arrematou-o o Visconde do Rio Seco, depois Marquês de Jundiaí, (Joaquim José de Azevedo) grande proprietário português, e figura de importância no mundo, político e financeiro de então. Era Senhor de Macaé e Alcaide-mór de Santos, Escrivão dos filhamentos, Tesoureiro da Casa Real, Comendador de Cristo e da Torre e Espada, no reinado de Dom João VI. Aderindo à independência recebeu de Pedro I, alem do Título de Marquês, o cargo de Porteiro-mór e as comendas do Cruzeiro e da Rosa.

Alugou o Marquês, o prédio, ao Encarregado de Negócios de Portugal, Carlos Matias Pereira, e em seguida, depois que este se retirou para a Itália, à família Barbosa de Oliveira, em Se-

tembro de 1831. Caindo o genro do Marquês de Jundiaí, (o façanhudo Tenente-General Luiz do Rego Barreto), no ostracismo, e estando mesmo proibido de desembarcar no Rio por duas portarias do ministro da Justiça, ficou toda a família em grande desgosto. Resolveu o Marquês retirar-se para a Europa e vender as suas propriedades. No dia 23 de Setembro o Cons.º Luiz Antônio fechou o negócio da compra da casa da rua dos Inválidos. O preço era de 12:000$000 rs., seis imediatamente e seis em letras pagaveis em seis meses, com hipotéca até final pagamento. Dias após, contudo, desanuveava-se o horizonte político da família Azevedo (o Marquês de Jundiai era genro do Marquês de Inhambupe) com a promessa, por parte de um membro da regência, de revogação das portarias contra Luiz do Rego. A palavra empenhada no ajuste com o Cons.º Luiz Antônio, porém foi mantida. A compra se fez na base estabelecida. O prédio era foreiro de D. Bernarda Vitória da Horta Forjaz Pereira, pagando de foro anual 4$885 rs., e somados o preço da venda, foros em atrazo, laudêmio, siza, décimas etc., importou a casa em 12:405$314 rs.

Para habilitar-se a esta compra, o Cons.º Luiz Antônio, vendera a Firmiano de Sousa Velho, a casa que herdara de seu pai na Baía por 8:000$000 rs., e desfizera-se de muitas moedas antigas que tinha em reserva (patacões etc.) "Vi-me atônito por dinheiro," diz ele no manuscrito referido, "e não tive socego enquanto não me vi com a escritura, tal era o empenho e o gosto de possuir uma casa para morar, como a que por fortuna obtive. Deus permita que a gozemos com socego e felicidade." A escritura foi lavrada a 22 de Outubro de 1831.

O prédio se valorizou notavelmente com as obras nele feitas e com o progresso da cidade. Em 1854, no inventário do Cons.º Luiz Antônio, foi avaliado em 25:000$000 rs. Mudou, depois disso, o número, passando a 82.

Foi este prédio que o Cons.º Albino aumentou e reformou consideravelmente, ampliando-o com a aquisição de vários edi-

fícios vizinhos. O prédio n.º 80, pertencente a Antônio José de Morais Farias, foi assim incorporado ao prédio 78. Foi adquirido pelo Cons.º Albino em 6 de Março de 1861 por 6:000$000 rs.

Tambem o prédio primitivamente n.º 96, depois 82, pertencente aos herdeiros de D. Maria Clara de Jesus, e que havia Antônio da Costa Leal sucessivamente, foi adquirido pelo Cons.º Albino em 1.º de Dezembro de 1856 por 6:000$000 rs. Esse prédio era foreiro da Câmara Municipal. Foi demolido e nele se construiu um terraço ligado ao prédio principal.

Pelo outro lado tambem cresceu a sua propriedade incluindo o prédio 76, de Aureliano Augusto da Silva (que tambem o adquirira do Marquês de Judiaí), por 3:700$000 rs. em 19 de Junho de 1848.

Esta casa da rua dos Inválidos, a que se refere com tanto carinho o Cons.º Albino, era a menina de seus olhos. Veio a ser um casarão triste onde o Governo da República, que o adquiriu de sua viuva, aboletou a Justiça. Nele funcionou o *Forum*. Depois lá estiveram algumas pretorias que não couberam no novo *Palácio da Justiça*. Foi depois a sede do Juizo de Menores.

Está hoje demolido.

A reforma a que se refere o Cons.º Albino, deu ao prédio o tom aristocrático que ele, apesar dos insultos do tempo e do mau trato ainda conservava até o fim: vastos salões e corredores, grande escadaria, entre-solo com quartos para hóspedes, boas cocheiras etc. A rua dos Inválidos era então habitada pela melhor sociedade. Já vimos que possuia nela um palacete, o Marquês de Valença, no local onde depois se ergueu a *Vila Rui Barbosa*. Vizinhos do Cons.º Albino eram muitos titulares e altos funcionários do Império. Alem disso ficava próxima a Relação (onde hoje fica o Instituto de Identificação da Polícia). Mas nem por isso o Cons.º Albino julgava poder dispensar o carro para comparecer ao Tribunal. Era uma questão de dignidade do cargo.

NOTA II

A Marquesa de Santos

Este desastre impressionou vivamente as relações da família. Virou dentro do Tietê a liteira em que iam as duas filhas do Cons.º Albino, Maria Amélia e Luiza. Felizmente caíu para o lado de cima do rio e as pilastras da ponte impediram que as águas as arrastassem na correnteza. Acudiu logo gente da fazenda do Anastácio, de propriedade da Marquesa de Santos, então viuva e respeitavel matrona. As meninas foram içadas e carinhosamente acolhidas na casa da fazenda. O fato consta da obra *D. Pedro I e a Marquesa de Santos* de Alberto Rangel (1.ª ed. pg. 283).

O susto levado pelo Cons.º Albino, que marchava muito adiante da liteira, a cavalo, com a mulher, a filha mais velha e o seu futuro genro Barão Geraldo de Resende, foi muito agravado pelo aviso que lhe mandou a toda pressa, o fiscal da estrada de S. Paulo a Jundiaí. A carta, com ortografia e caligrafia que tornavam a leitura lenta e dificultosa, dizia:

> "Houve um desastre na bagagem de V. Ex. o banguê caíu no Rio Tietê, na frente do O', morreram os burros, os arreios ficaram perdidos, mas as meninas se *sarvaram.*"

NOTA III

O Dr. Jacobina

DR. ANTÔNIO D'ARAUJO FERREIRA JACOBINA, era natural de Cabrobó em Pernambuco onde nascera em 1829. Seu pai, Antônio d'Araujo Ferreira natural de Sto. Antônio de Jacobina, na Baía, filho de Manuel Ambrósio Martins Ferreira e de sua mu-

lher D. Ana Rosa do Espírito Santo, formara-se em leis na Universidade de Coimbra. Aí se casou com D. Maria Benedita Mascarenhas, filha de José Pinto Mascarenhas e D. Rosa Ricarda dos Reis moradores em Figueira da Foz. Mas como brasileiro que era, ficou retido em Portugal por ocasião da Independência. (1) Deve ter sido nessa ocasião que acrescentou ao apelido de família o nome de sua terra — "Jacobina". De volta ao Brasil seguiu a magistratura onde alcançou o posto de Ouvidor em Pernambuco. Por isso, quasi todos os filhos são naturais desta província toda ela percorrida pelo Ouvidor Jacobina em suas correições. Foi ele ainda Chefe de Polícia no Recife e deputado por Pernambuco em 1833. O filho Antônio obteve como prêmio de seus primeiros sucessos escolares uma pensão da Província de Pernambuco, com a qual cursou a Universidade de Coimbra onde se doutourou em ciências físicas e matemáticas. Seguiu depois para Paris, onde se bacharelou em filosofia e se especializou na Escola de Pontes e Calçadas. Aí travou conhecimento com o Cons.º Paulo Barbosa da Silva, mordomo da Casa Imperial, em missão diplomática na Europa. Com ele veio para o Brasil, sendo nomeado ajudante de mordomo da Casa Imperial. Não se afez, porém, à vida palaciana abandonando ruidosamente a carreira da corte quando tudo parecia indicar-lhe um futuro esperançoso. Dedicou-se ao comércio e à política. Foi deputado liberal pela Província do Rio de Janeiro de 1864 a 66. Foi-se extremando, porém, e terminou republicano. Em 1873 tomou parte no Congresso Republicano Provincial, de S. Paulo representando o Município de Serra Negra (2). E' facil compreender a dificuldade que creou no seio da família esta sua conversão ao republicanismo, dada a fidelidade inquebrantavel do Cons.º Albino ao regime monárquico, apesar de todos os seus aborrecimentos com o governo.

Jacobina fora colega, na Câmara, de João Barbosa (pai de Rui) então deputado pela Baía. Por intermédio dele se apro-

(1) Publicações do Arquivo Nacional, *V*, 185.

(2) A. Brasiliense — *Os Programmas dos Partidos e 2.º Imperio* — S. Paulo — 1878 — pg. 129.

xir ou da família Barbosa de Oliveira e obteve a mão da filha mais velha Francisca Ilídia. Há ainda entre as cartas de João Barbosa bilhetes à sua prima dando recados de Jacobina. Faleceu a 1.º de Novembro de 1896, de um colapso cardíaco.

Sobre as dificuldades surgidas na família com a adesão do Dr. Jacobina à República nada fala mais eloquentemente do que a seguinte carta do Cons.º Albino a sua filha:

"Chiquinha

Rio, 8 de julho de 1873.

Minha querida Filha do C.

Hontem recebi a tua carta de 1.º do corrente e agradeço-te os bons desejos e orações a Deus pela minha felicidade. Mas, se verdadeiramente me desejas esses bens, bastará, que obtenhas de teu marido a mercê, que lhe pedi encarecidamente, de se deixar de republicanices, que só prestão para causar-me o mais profundo desgosto. Não evitei o que tanto temia. Já a — *República* — de hoje, dando noticia desse Club Republicano, que teve lugar em S. Paulo, menciona o nome do digno representante da Serra Negra. Está immortalizado teu Marido, tomando assento entre os F. Quirinos, (3) Jorges, (4) Glycerios, (5) cuja amisade e cujos pedidos lhe merecem mais, do que a minha amisade leal, sincera e dedicada, e as minhas rogativas instantes, tão convictas e tão encarecidas! Paciencia. Estou reservado para tudo neste vale de lagrimas, que devo chorar, já pelas injustas perseguições e calumnias de inimigos, já pelas punhaladas, que recebo dos amigos, dos quaes só devia esperar gratidão e reciprocidade.

Desde hontem nesta infeliz casa só se vê o pranto e a desolação. Tua pobre mãe, já não sei como tem olhos; tuas irmãs a acompanhão: a noticia do máo estado de saúde de teo marido, a opinião desse medico a respeito da doença delle, e o estado de

(3) Dr. Francisco Quirino dos Santos — advogado em Campinas.

(4) Dr. Jorge Miranda idem.

(5) Francisco Glicério de Cerqueira Leite, idem, mais tarde Ministro na República.

dor, de magua, e abatimento e ao mesmo tempo de desespero, em que ellas me vêem, são a causa destas lagrimas.

Agora vejo que ellas tem razão, e a causa voluntaria e involuntaria de tamanho desgosto he teu marido que ellas amão, adorão quasi e por quem têm a maior dedicação. Não pude dormir esta noite, e agora estou atordoado, tremulo e não sei o que escrevo. De balde pego n'hum Jornal, ou abro hũs autos, não posso ler: o pensamento está em outra parte. Já vês que a tal reunião em S. Paulo não foi tão innocente, como tu finges crer. Digo — finges — porque tens bastante intelligencia para conhecer as cousas.

Não desisto de meu pedido, antes o renovo. Para o céu ha dois caminhos, o da innocencia e o do arrependimento. Se a innocencia perdeu-se, resta o arrependimento. Se se fez hũa asneira, não se repita, não se torne a fazer. A Serra Negra pode ser representada por outro individuo, vg, pelo Luiz Gama, (6) que tambem he negro. Ah! Minha Filha, porque será atribulada a minha velhice, quando eu tinha todos os motivos para crer, que ella seria feliz e tranquilla...

.....

Se amas tua pobre Mãy, vê se concorres para lhe diminuir os desgostos: bem bastão os que vem, sem culpa nossa e inevitavelmente.

Teu amante Pai
ALBINO JOSÉ BARBOSA DE OLIVEIRA".

NOTA IV

Carlos Gomes

O Conselheiro Albino orgulhava-se de ter valido ao grande compositor campineiro que ele recebeu no Rio quando o artista abandonou a casa paterna para iniciar a carreira em que havia de vencer.

(6) Grande vulto na propaganda abolicionista, negro, antigo escravo.

Luiz Guimarães Junior no seu perfil biográfico de Carlos Gomes (Rio, 1870) assim narra este episódio da vida do artista:

"Chegando à cidade, consultou os novos amigos e camaradas, dirigindo-se em seguida à casa do seu bom protetor o Snr. Conselheiro Albino José Barbosa d'Oliveira, cavaleiro distinto e duma amabilidade rara, que disse pouco mais ou menos o seguinte ao jovem *maestro*: — Convem em primeiro logar, meu amiguinho, que o senhor seja apresentado ao diretor do Conservatório, admitido às lições dos mestres, e depois, sim, poderá pedir a proteção do monarca, que a sabe dar a quem a merece com justiça!

Assim foi. O mesmo Snr. Conselheiro Barbosa de Oliveira apresentou a Francisco Manuel o futuro autor da *Joana de Flandres*, recomendando-o especialissimamente".

A seguinte carta é a confirmação destes mesmos fatos pelo próprio artista:

"Sr. Dezembargador:

Campinas, 25 de Abril de 1860.

Antes de partir de lá no dia 21 do mes p.p. procurei V. Ex. para receber suas ordens, muito sentido fiquei não encontral-o pois julgo que estava em Petropolis. Faço esta tão somente para saber de sua saude e tãobem da Exma. Sra. D. Isabel e toda ilustre familia, pois eu logo que aqui cheguei e comecei a gozar este bello, e encomparavel clima deixei de sofrer emcomodos que lá muito sofri no tempo do calor. Tenho tão bem de participar a V. Ex. que de lá sahi com licença por dois mezes da Academia, e este tempo vence-se pelo Espirito Santo justamente o tempo em que meu Pai quer que eu fique por ter de executar algumas composições minhas. Rogo então a V. Ex. participar ao Sr. Dionizio Vega como secretario, e ao Sr. Francisco Manuel como Diretor para que não contem essa diferença de poucos dias como falta minha, que julgo me resultará grande

prejuizo. Desejava que V. Ex. fale pessoalmente a esse negocio, pois que elles me tomarão em consideração por eu ser protegido por uma pessoa como V. Ex. etc. Espero tão bem que não se esquecerá dar alguns paços sobre a minha hida para Europa que V. Ex. poderá obter do Imperador por intermedio da Sra. Condeça do Barral a quem eu fui recommendado. De tantos favores que de V. Ex. tenho recebido sou e serei muito e muito reconhecido pois de muito me servirão, pois se nunca poder retribuir Deus o fará no reino da Gloria.

Aqui fico esperando suas ordens athé o E. Santo pois logo que se passe a festa parto para lá.

Sou de V. Ex. o mais umilde Cr.º obr.mo

ANTONIO CARLOS GOMES

N. B. — Espero que V. Ex. dê-me a honra de participar a recepção desta, (caso não seja muito emcomodo)".

Já na Itália com o nome aureolado Carlos Gomes não deixa de pôr o seu amigo ao par de sua carreira. E' o que revela o seguinte documento publicado por Alberto Pizarro Jacobina na *Revista Brasileira de Música* (*Número Comemorativo do Centenário de Carlos Gomes*).

"Milano 20 de Março de 1881.

Illm.º Exm.º Snr. Conselheiro.

Meu velho amigo

O nosso Dr. Langgaard fará chegar ás mãos de V. Exa. estas minhas poucas linhas. A primeira coisa que fis chegando a Genova foi entregar a carta que V. Excia. me confiou ao nosso amigo Persiani. Elle ficou muitissimo contente ao receber de V. Excia. noticias directas. Creio que já terá respondido a carta que eu fui portador.

D'aqui a dous ou tres annos irei ao Rio de Janeiro para fase² representar uma minha nova opera, que conto escrever expressamente p.ª essa Capital. Eu vivo, como sempre, cheio de trabalhos e contrariedades. mas já ando acostumado, isto é cheio de callos pelos espinhos que constantemente me ferem... Mas eu faço como o caipira quando quer por força traçar uma estrada no matto: com a faca vou cortando os cipós e espinhos que me embaraçam o caminho designado, não pretendo derrubar *Perobas* nem *Giquitibás*, porque a faca é pequena para cortar os gigantes, mas com tudo vou indo devagarzinho sempre pela mesma estrada!...

Oh! se tantos moços brasileiros de talento imitassem o velho caipirinha de Campinas?!

Por aqui não ha cobras, urutús, ou cascavel das nossas mattas, mas conheço cada bicho medonho que faz arripiar! Alguns desses bichos ferozes tem por nome — Imprensa!

Desculpe, meu amigo, uma tirada que não serve senão para enfadal-o; fallemos de coisas mais allegres.

Como vão de saúde a Exma. Sua Senhora, Jacobina e familia com a criançada toda? Eu os recordo sempre e sempre com sincera amizade e gratidão.

Estou certo de abraçar a V. Excia. no Rio brevemente como já dice, tanto mais que lá chegarei no mez de junho epoca que, creio, V. Excia. acha-se na Corte.

Até breve pois; acredite, meu velho amigo, que eu o tenho gravado no meu coração de amigo muito e muito grato. Se V. Excia. puder me honrar com suas boas noticias, ao receber suas cartas darei um salto de alegria, pois sou deveras como torno a repetir

O ANTONICO DE CAMPINAS
conhecido por
A. Carlos Gomes e
muito, muito amigo de V. Ex."

NOTA V

A Questão dos Bispos

O estado de saúde em que o Cons. Albino redigiu nervosamente este último capítulo, é responsavel por várias falhas relativas a acontecimentos da mais alta gravidade ocorridos no período de sua permanência no Supremo Tribunal de Justiça.

Assim olvidou-se de tratar da célebre questão religiosa, ou "Questão dos Bispos", que em 1874 levou à barra do tribunal duas grandes figuras do episcopado nacional.

E' interessante primeiro observar que o Cons. Albino ingressara na Maçonaria quando estudante, em Coimbra, naturalmente influênciado pelas lutas liberais da época. Mas chegando ao Brasil, apresentado pelo próprio pai, como se vê dos diplomas, manteve-se maçon e frequentou a Loja *União e Tranquilidade*.

O seu diploma desta loja diz o seguinte:

"Nós, o Ven. e mais Membros que compoem a R.·. L.·. de S. João com o Titulo distinctivo UNIÃO E TRANQUILIDADE ao Or.·. o Rio de Janeiro e do Circulo do Gr.·. Or.·. do Brasil. Fazemos saber que o nosso muito amado I.·. Albino José Barbosa de Oliveira de idade, 24 annos, natural de Portugal he membro da mesma R.·. L.·. e que por seus serviços e virtudes foi condecorado com o Grao de Mestre Maç.·. segundo o Rito Francez com todas as formalidades delle. Rogamos, portanto, a todos os Maç.·. Regulares o reconheçam nesta qualidade e lhe prestem todos os soccorros que necessitar possa, á cuja reciprocidade firmemente nos obrigamos. Dado em logar coberto ao Or.·. do Rio de Janeiro aos 14 dias do 9.º mez do anno da V.·. L.·. 5833.

Ven.·.
J. J. de Gouvêa
C.·. R.·. + .·.

C.·. R.·. +
Luiz Ant.º Barb. de Oliv.
2.º Vig.·.

1.º Vi.·.
José Joaquim de Gouvêa Jr.
C.·. R.·. + .·."

Mais tarde obteve do Grande Oriente documento ainda mais solene.

E' um importante pergaminho com selo pendente e no qual se lê:

"A G.·. do G.·. A.·. do U.·.
A todos os MM.·. do Universo
S.S.S.

Novae sed antiquae
Gr.·. Or.·. do Brasil.·.

Nós Gr.·. Dignitarios, Gr. Off.·. e Membros do Gr.·. Or.·. do Brasil ao Valle do Rio de Janeiro, annuindo á solicitude, e reconhecido zelo do M.·. C.·. Or.·. Albino José Barbosa d'Oliveira Membro de uma Off.·. regular por nós constituida com o titulo distinctivo de *Un.·. e Tranquil.* ao Or.·. do Rio de Janeiro, e convencidos das suas virtudes, e bons costumes, e certificados de commum accordo lhe havemos conferido o Gr.·. do *Sob. Principe C. R.* + segundo o Rito francez. Por tanto lhe expedimos o presente Breve assignado pelos Membros da nossa camara de Ritos, timbrado e sellado com o Gr.·. Sello do Gr.·. Or.+ do Brasil, e igualmente assignado em nossa presença pelo referido Ir. Albino José Barbosa d'Oliveira para evitar qualquer fraude. Dado e passado ao Valle do Rio de Janeiro dos 3 dias do 7.º mez do Anno da V. L. 5837 — Ne varietur

L. S. (a) José Bonifacio de Andrada G.·. Me.·.

A.F.P. e Hollanda Cavalcanti d'Albuqe G.·. M.·. Ad.·.
A. I. da Veiga Gr.·. Inspect.·.
B. S. Lisboa 1.º .·. Gr.·. Vig.·.
C. A. d'A. Pantoja 33.·.
B. B. de Gouvêa S.·. P.·. do R.·. S.·. 32.·. Gr.·. O
C.·. Caldeira de Souza 1.º Gr.·. Exp.·.
Agostinho Petra de Bettencourt — 2.º Gr.·. Exp.·.
M. J. de Oliveira Ir.·. M.·. Hon.·.
M. J. Nogueira da Gama C.·. R.·. C.·.
Maximiano de Souza Valente C.R. + .·.
Manuel Moreira Lirio da Silva Carneiro C.·. R.·. + .·.
S. A. da Camara C.·. K.·. S.·.
L. F. Leal C.·. K.·. S.·.
Pedro José da Camara C.·. K.·. S.·. Gr. 30
Joaquim José Lopes C.·. R.·. + .·.
Antonio Alves Maximo de Carvº C.·. K.·. S.·. Gr.·. Thez.·.
José Antonio Maya S.·. P.·. R.·. S.·.
Domingos Roiz Guimarães C.·. K.·. S.·.
Francisco Antonio Pereira de Mesquita C.·. R.·. C.·.
José Joaquim de Gouvêa S.·. P.·. do R.·. S.·. 32
Luiz Antonio Barbosa de Oliveira C.·. R.·. +
Francisco de Paula Vieira de Azevedo 32.·.
Felippe de Barros Correia C.·. R.·. +
Bento Francisco da Costa Aguiar d'Andrada C.·. A.·. Sob.·.
Por madº do Gr. O. Ruy Germak Possolo

C.·. K.·. S.·. e Gr.·. Secret.·. intº.·.

Mas ao que parece não prosseguiu no fiel cumprimento de seus deveres maçônicos. A família jamais supoz a sua qualidade de pedreiro livre.

E quando a luta rompeu entre a Maçonaria e a ortodoxia — representada pelos bispos de Olinda e do Pará — o então Minis-

tro do Supremo Tribunal de Justiça não se julgou preso a nenhuma autoridade que não a sua conciência. O chefe do Governo, então o Visconde do Rio Branco, chefe do partido de suas preferências, era o Grão Mestre da Maçonaria Brasileira. Todas as forças maçônicas foram ativamente recrutadas. Mas no acordão que condenou à prisão com trabalhos D. Antônio de Macedo Costa, só há uma voz discrepante *"Barbosa, vencido — Votei pela absolvição do acusado"*. (*Processo e Julgamento do Bispo do Pará* segundo a compilação feita para *O Direito* — Rio 1874 pg. 173).

O Cons. Albino não tomou parte no julgamento de Dom Vital. Mas é evidente que votaria nos mesmos termos. Com os dois Bispos após o julgamento manteve relações. Dom Antônio visitou-o em Dezembro de 1878. Quanto a Dom Vital encontra-se a seguinte referência em carta dirigida a sua filha no mesmo ano. (17.XII.78):

"Acabo de chegar das exéquias de Dom Vital, que se fizerão com muita pompa na Igreja do Sacramento, oficiando o Bispo do Pará, e assistindo muita parte do Clero, e alguns homens de posição, não muitos, porque hoje a moda é o materialismo e a descrença. Fui escolhido para, no fim da solenidade, ir entregar ao Bispo hũa bonita coroa de saudades, por ser a pessoa mais qualificada que lá estava, o que aliás não é exato, porque lá estava o Visconde de Tamandaré, Senador Cândido Mendes etc."

NOTA VI

O Barão Geraldo de Resende

O Barão Geraldo de Resende, filho do Marquês de Valença, casou-se com D. Maria Amélia, filha do Cons.º Albino em 20 de junho de 1876. Nascido no Rio a 19 de abril de 1847, faleceu na sua fazenda de Santa Genebra em Campinas em 1.º de Outubro de 1907. Foi deputado por São Paulo, pelo partido conser-

vador. Sobre a sua fazenda, disse Coelho Neto, em artigo publicado na *A Imprensa* do Rio, a 2 de Janeiro de 1907:

"Santa Genebra era um mostruário do labor agrícola. Alí ensaiavam-se todos os processos de lavoura, espalhavam-se todas as sementes, experimentavam-se todos os instrumentos rústicos. Não vinha extrangeiro ao Brasil, interessado pela lavoura que o governo não encaminhasse a Campinas, com uma carta para o fidalgo fazendeiro, etc.

O nome de Santa Genebra era levado para a Europa, citado, proclamado, e a fazenda modelo, afixada como reclamo, fazia a propaganda do Brasil em todo o mundo".

O Brasão de Armas de Barão Geraldo de Resende, difere do de seu pai, o Marquês de Valença, tendo-se acrescentado as armas dos Sousas, do lado materno. Assim é esquartelado, em vez de partido em pala. No primeiro e quarto quarteis, as armas de Damião Dias Ribeiro: em campo azul, um leopardo de prata passante, e um chefe de oiro, carregado de tres estrelas de góles; no segundo as armas dos Sousas, já descritas nos Brasões dos Sousas-Queirozes e Barbosas-de-Oliveira; no terceiro as armas dos Resendes, em campo de oiro, duas cabras de sable, gotadas de oiro. Diferença — uma brica de azul com uma flor de oiro. (V. Artur Resende — *Genealogia dos Fundadores de Cataguazes* — Rio — 1934 — pg. 296).

Sobre a figura desse fidalgo publicou sua filha D. Amélia de Rezende Martins um formoso, emocionante e documentado volume: *Um Idealista Realizador — Barão Geraldo de Rezende* — Rio, 1939 — 764 pgs.

NOTA VII

O Ano de 1878

Dr. Jacobina seguiu com a senhora e dois filhos mais velhos, deixando os demais com os avós. A correspondência desse período completa uma grande lacuna dessas memórias, re-

sultante da pressa com que o Cons.º Albino as terminou, preocupado com a diminuição gradual de sua vista. De suas longas e noticiosas cartas, porém, extraimos a narração de vários acontecimentos de grande interesse para a sua biografia.

As cartas de Julho (78) narram a reunião, na côrte, de um Congresso Agrícola, convocado pelo Presidente do Conselho Cons.º João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú (Visconde de Sinimbú) que, reunido evidentemente com o fim político de obter para o governo a simpatia da lavoura, terminou com a simples convicção um pouco vaga, por parte dos fazendeiros de que o problema do elemento servil seria resolvido com prudência.

Já a campanha abolicionista assumia vulto notavel e preocupava os fazendeiros. É interessante notar como o *"Club da Lavoura"* de Campinas, orgão de classe, tem à sua frente a mocidade republicana.

A correspondência revela a tensão de espírito dos proprietários em face da marcha do abolicionismo. Há um tópico, porém, na carta de 12 de Novembro de 1878, bem característico dos sentimentos de profunda caridade que presidiam às relações entre senhor e escravos no Rio das Pedras:

"Saberás que comprei dez escravos e hũa preta e nenhum delles é criança; nove são moços e robustos, um é velho, *porem tive pena de separa-lo de outro de quem era amigo. Coitados!* Parece muito bom preto, não tem o mínimo signal de castigo nem de doença."

Eis algumas referências ao congresso:

7-VII-1878

"Amanhã temos o grande congresso agrícola, convocado pelo Sinimbú, que reunirá, de certo, numeroso concurso de lavradores. O *Clube de Campinas* nomeou seis representantes a saber, a mim, os Barões de Indaiatuba (7) e de Atibaia (8) e os Drs.

(7) Joaquim Bonifácio do Amaral.
(8) Joaquim Antônio de Arruda.

Ataliba (9), Jorge (10) e Ferraz Sales (11). Tem vindo muita gente de Minas, S. Paulo e desta Provincia do Rio. Além da nomeação do *Clube de Campinas*, fui tambem convidado por um ofício especial do Sinimbú, incluindo o programa das questões que se devem agitar no seio do Congresso. Em que dará isto? Eu lá vou amanhã e lhes contarei o que houver".

Em 12-VII-1878:

"O *Congresso Agrícola* tem tido sessões desde 8 do corrente e hoje fecha-se. O Sinimbú tem presidido. No dia, 9 vierão aqui reunir-se os Fazendeiros de S. Paulo em número maior de 50, e combinar as respostas, que devião dar ao questionário do Ministro da Agricultura, que aliás o Campos Sales e Jorge Miranda já trazião feitas. Eu fui nomeado presidente e entrei na festa como Pilatos no Credo; todavia sempre protestei contra o casamento civil obrigatório para os Católicos."

No ano seguinte era ainda o problema do trabalho servil que o preocupava:

Rio das Pedras, 3-1-1879

"Não deseje tanto mal para o sul do Brasil: já cá temos demais. Tenho em Santos 49.500 quilos de café, e não se vende nem bem nem mal; afinal ha-de vender-se desgraçadamente, apesar do câmbio de 21, por causa das loucuras do Sr. Silveira Martins, que para desacreditar o partido conservador rebaixa o Império, e dos internacionalistas e regicidas de lá, que provocam as reações de Bismarck, e dos exércitos descomunais etc. Pela necessidade de *"chair à canon"* é que se dificulta a emigração para cá, e que o Chico Krug tem quasi arruinado o Barão de Indaiatuba, que está quasi doudo com os prejuizos sofridos na colônia de Salto Grande, abandonado pelos colonos, quando

(9) João de Ataliba Nogueira, futuro Barão de Ataliba Nogueira.
(10) Jorge Miranda, irmão de Francisco Glicério.
(11) Manuel Ferraz de Campos Sales, futuro Presidente da República.

estava pendurada a safra, que se perdeu toda. É isso o que não desejo na "Boa Vista" e por isso tendo de plantar este ano 2.300 pés de café achei conveniente comprar dez bons negros e uma boa negra... Agora pela sua carta vejo os seus receios de perda total pela próxima emancipação.

O Cansansão comprou o ano passado hũa fazenda ao Barão de Nova Friburgo, com escravos por Rs. 300:000$000, é de crer que o Sinimbú esteja no segredo do Imperador. De certo este não estingue já a escravidão porque não póde; continúa a comutar as penas aos escravos e a facilitar os assassínios dos senhores. Agora veiu-lhe em auxílio da Baía o Dep. Zama, que já apresentou um projeto de lei, abolindo a pena de morte, e a de açoutes para os escravos, deixando-nos de todo sem garantia alguma de vida e à mercê do punhal do negro! Eu endoudeço quando vejo dislates de tal jaez! Assim vamos vivendo no meio de perigos, e só nos sustenta a esperança na Bondade Divina! E não há outro remédio. Geraldo já não quer comprar negros e espera remediar-se com colonos. Pois bem, quando vier, engage colonos e salve os cafezais de Boa Vista que este ano ficarão elevados a 58.000 pés. Aliás perder-se-á tanto trabalho".

E no mês seguinte insiste na tecla dos escravos:

"Continuam os assassínios de senhores pelos escravos, e na semana passada o Dr. João Dias Ferraz, estimado médico de Itú, advertindo brandamente por ser já tarde e ele estar ainda rachando lenha para o almoço, foi atacado pelo negro, que o matou com 7 machadadas: e em seguimento o negro entrou no aposento das senhoras moças de 17 a 18 anos, matou-as, matou a dama de companhia, mulher já idosa, e para remate matou a mocamba, que estava engomando, e depois bebeu um copo de cachaça e foi triunfante entregar-se à prisão. O povo de Itú indignado, atacou a cadeia, arrancou o negro, matou-o a pedradas, e arrastou-o pelas ruas. Eis em que deu os perdões acintosos do poder moderador!"

No correr deste ano iniciou-se uma questão que muitos dissabores lhe havia de trazer: a prisão do Tesoureiro das loterias, Saturnino da Veiga, por ordem do Ministro da Fazenda, Gaspar da Silveira Martins:

Em 22-VII-78

"Foi preso o Saturnino, tesoureiro das loterias, por ordem do Chefe de Polícia, à requisição do Silveira Martins. Pediu *Habeas-Corpus* ante-ontem ao meu Tribunal, e este nem quís ao menos esclarecer-se e negou perentoriamente a ordem por 8 votos contra 7. Eu fui vencido. Pelo meu voto não queria eu solta-lo já, nem a isso era obrigado; mas queria que o Juiz que decretou a prisão desse os motivos, e eu à vista deles, competentemente esclarecido e dando a palavra ao defensor do Paciente, resolveria, ou solta-lo, ou faze-lo voltar para a cadeia. A maioria porem, levou-se pelos boatos, talvês pelo medo, pois aqui o executivo é sempre onipotente, e achou que o Governo tinha razão, mesmo sem pedir esclarecimentos."

Em 13-VIII-1878 a questão ainda o preocupava:

"Os magistrados tem sido muito maltrados no *Diário Oficial* em artigos que são atribuidos ao Silveira Martins, só porque a minoria, aliás vencida, se julgou com direito a conceder *Habeas-Corpus* ao Saturnino, tesoureiro das loterias preso por ordem do Gaspar. A maioria já por tres vezes tem negado o *Habeas*. Eu tenho sido sempre vencido. Cabe-me, portanto, a classificação de ignorante ou patronateiro, com que ele obsequiou os que, fundados na expressa disposição de Lei, entenderam, que a prisão é ilegal. Mas os liberais que ameaçavam com a revolução, se não obtivessem reformas, tendo obtido a amplitude e alargamento do *Habeas-Corpus*, agora no Poder recusam a sua conquista e preferem o regime da Turquia. Eu não dou cavaco. Depois do destampatório do *Diário Oficial*, já votei duas vezes concedendo o *Habeas-Corpus* e fui vencido, porque os meus colegas teem medo. E teem razão".

Em 22 de Agosto de 1878 narra a sessão do Tribunal de 17:

..."O Procurador da Coroa, por ordem do Silveira Martins, M. da Fazenda intimou ao Presidente do Supremo Tribunal de Justiça o conflito, que este Ministro da Fazenda levantava, para que o Supremo Tribunal de Justiça não pudesse conhecer da prisão por ele feita ao Saturnino, tesoureiro das loterias alcançando em Rs. 280:000$000, nem conceder-lhe *Habeas-Corpus*, se achasse injusta a prisão. O Tribunal tem sempre negado o *Habeas-Corpus*, mas reconhece-se competente para conhecer das prisões ordenadas pelos Ministros de Estado. Basta isto para revoltar o orgulho dos nossos Ministros de Estado, que na oposição ameaçam com revolução, se não obtiverem reformas, e obtendo as reformas, ultra-liberais, como é o art. 18 da Reforma Judiciária, mas subindo ao poder, renegão o seu passado, aspiram à onipotência, e revoltam-se contra quem ousa defender os direitos do povo, que eles na oposição fingiam defender. Joaquim Marcelino, com hũa ombridade, que nunca esperei de seu carater fraco, e imprópria da sua idade, não respondeu ao Ofício do Procurador da Coroa, e declarando por despacho no mesmo ofício, como se fosse um requerimento de parte, que não tinha lugar o conflito, mandou o Ofício para a Secretaria e submeteu ao Tribunal um novo requerimento do Saturnino. O Tribunal negou o *Habeas-Corpus* por 7 votos contra 6, sendo eu um dos vencidos; mas discutiu de novo a questão da competência, julgando-se competente para conhecer das prisões feitas por ordem dos Ministros de Estado. O Silveira Martins está furioso: o *Jornal do Comércio* diz que está doente de cama, e proibido de todo trabalho intelectual. A *Gazeta de Notícias* de hoje diz que falou-se muito ontem na saída do Silveira Martins e do Marquês de Herval, pois o Silveira Martins exige a *aposentadoria* de todos os Ministros do Supremo Tribunal de Justiça, exceto a do Vasconcelos, irmão do Zacarias, único que julga o Tribunal incompetente, e, se não são aposentados, é porque o Sinimbú se opõe. Se eu, no fim da vida, depois de 44 anos de serviço,

obtenho como prêmio de tantos sacrifícios hũa aposentadoria acintosa, muito tenho que rir! Ontem, porém, ouvi dizer que a maior cólera é contra Joaquim Marcelino. Pobre velho, a quem os Rs. 3:000$000 de gratificação farão falta! Quanto ao mais, como não se invocam peitas, nem infâmias, não hei-de chorar.

Eu andava já com idéia de aposentar-me depois das férias, porque estava muito vertiginoso, não posso discutir, vou fazer 70 anos, e queria ver se me davão a Gran-Cruz, único prêmio, a que aspiro. Assim serei aposentado por castigo. É o mesmo. Cada vez dou mais graças a Deus de ter meia dúzia de arrobas de café, para não depender só de ordenado!"

Em carta de 20-VIII-78 ainda comenta o caso:

..."Entretanto o Saturnino jaz na cadêia, sem culpa formada. Disto não tem culpa o Imperador, inteiramente passivo nestas cousas, e pelo contrário deve ter-se afligido, pois é compadre do Saturnino."

.....

"Estive ontem à noite com o Cansanção... e aproveitei a ocasião para falar de negócios meus... Falei nessas cousas e achei nele a melhor boa vontade, a par da mais fina delicadeza. Falou ele sobre as questões do *Habeas-Corpus*, que eu queria evitar; à vista do que, disse o que pensava: ele dizia ser da opinião do Silveira Martins, mas até certo ponto, e eu nem até esse ponto lho concedia. Não sendo porem ocasião de discutir, porque a casa estava cheia de gente, e nós num canto da varanda, isso mesmo disse, e fui falando no meu projeto de aposentadoria no fim deste ano, ao qual ele mostrou opôr-se, mas hei-de insistir, porque não se pode servir neste país, e basta de sofrer. Tocando ele na ferida, não pude deixar de mostrar-me magoado por terem sido os Ministros do Supremo chamados de ignorantes e patronateiros no *Diário Oficial*. Ele sacudiu isso

de cima do Governo, mas toda a imprensa do Rio atribuia esses artigos à pena do Gaspar. Não insisti por prudência e tornei a falar na aposentadoria no fim do ano. Realmente, sinto-me inválido, minha memória fraca, minha cabeça tonta, meu ânimo desgostoso. Basta".

Só em Setembro se encerrou este rumoroso incidente, segundo narram as cartas de 14 e 22 desse mês.

"Finalmente concedeu-se o *Habeas-Corpus* ao Saturnino que deve comparecer 4.ª feira seguinte perante o Tribunal, e veremos então se deverá ser solto, prestando fiança."

E finalmente:

"Saturnino obteve a fiança, mas não conseguiu fiador para tão avultada quantia" e "assim fica inutilizado tanto barulho, tanto trabalho, tanta descompostura e ameaça aos magisrados. Lá se avenham!"

O ressentimento contra o ardoroso tribuno gaúcho revela-se nas cartas seguintes. Referindo-se à crise financeira — o câmbio caíra a 21! — tem estes comentários:

"O Silveira da Mota que aqui jantou ontem, diz que o culpado é o *Silveira Martins*, que não conhece a praça, nunca lidou com ela etc."

"A Relação deu provimento ao recurso do Saturnino e anulou o processo feito perante o Juiz de Direito por ordem do *Silveira Martins*, porque não sendo o tesoureiro das loterias empregado público, deve responder perante o *Juri*. Assim tinha opinado a flor dos advogados, consultada a este respeito. Foi portanto novo cheque que levou o *Silveira Martins*, que aliás a ninguem concede saber e trata a todos de burros."

Ao mesmo tempo procurava ainda reconciliar o genro com a Familia Imperial, baldado intento, mas tão grato ao seu temperamento. Para isso servia-se da chamada boa intriga: transmitia recados e apelava para o cavalheirismo de Jacobina. Em carta de 23 de Julho:

"Na noute de 25 do corrente estive no concerto da Filarmônica, que agora se reune no salão do *Cassino Fluminense*. Quando fui cumprimentar a Imperatriz, S. M. me perguntou por ti e pelo Jacobina. Quando lhe disse que estaveis em Auteuil, S. M. teve um estremecimento, e disse-me com voz muito branda — "Lá tambem está minha filha" — não disse — " Princesa" — disse — "minha filha."

Quisera pois merecer de ti e de teu marido a fineza de irdes visitar a Princesa e o Conde d'Eu. Nem isso é só civilidade, é dever. Quando D. Francisca Barbosa faleceu, a Princesa, então Regente, mandou visitar o Jacobina, que em minha companhia foi agradecer-lhe a honra. É portanto um pagamento de dívida. A Imperatriz perguntou por ele: ele deve agradecer-lhe deste modo. São todos brasileiros e estão fora do país. Se não fossem esses aborrecimentos passados, que tanto me tem afligido e afligem, era agora ocasião de ser ele promovido a Veador Honorário, o que lhe traria uma Excelência *de jure*, que eu tanto aprecio. Leva os teus dois interessantes filhos e mostra-os a ela e ao Conde. Então? Serei atendido?"

Pelo que parece não o foi. O fato é que se confessava vencido a 27 de Setembro:

"A respeito de sua visita aos Príncipes, fico ciente, e não direi palavra."

Em compensação vingava-se do genro dando más notícias do movimento republicano, em 7 de Outubro:

"Fui assinar a *República*, segundo a sua ordem, mas já tinha morrido: se ressuscitar segunda vez, assinarei. Agora já não há republicanos: uns estão deputados, outros apresentam-se às senatórias, outros ocupam as posições de confiança e de rendimento, para que mais repúblicas? A *Reforma* defende a dissolução da câmara e os direitos do Poder Moderador. Eu acho que vamos muito bem, e que sob qualquer forma de governo o povo pode ser feliz, e que o povo tem sempre o governo que merece. Nós temos mais do que mereciamos a Deus".

NOTA VIII

O Dr. Luiz Albino Barbosa de Oliveira

Dr. LUIZ ALBINO BARBOSA DE OLIVEIRA — o segundo filho do Cons.º Albino, Luiz Albino, formou-se em direito na Faculdade de S. Paulo, tendo pertencido a uma turma famosa, como a de 1874-78. A ela se refere longamente Almeida Nogueira nas *Tradições e Reminiscências* (vol. IX). S. Paulo, 1912.

Tratando do Dr. Luiz Albino diz este autor: "Alto, esbelto, tez clara, cutis finíssima, olhos grande e negros, cabelos castanhos". "Fisionomia gentil, de esmerada educação e trato amabilíssimo". "De posse do pergaminho de bacharel, o Dr. Barbosa de Oliveira por pouco tempo esteve residindo no Rio de Janeiro. Logo foi nomeado promotor público da comarca de Campinas, cargo este em que se conservou até fins de 1886, exercendo-o com brilho e exação. Era tão devotado ao culto do seu ministério, que em família o designavam pelo apelido de *Lulú Justiça*. Mais tarde, dedicou-se à vida agrícola, assumindo a direção de importante fazenda de café, que possuia no município, de sociedade com um seu irmão, no delicado período que antecedeu a abolição do elemento servil."

A fazenda a que se refere Almeida Nogueira é a de *Morro Alto* doada por seu sogro, em Amparo, até hoje pertencente aos seus descendentes.

"O Dr. Luiz Albino, continua Almeida Nogueira, de espírito elevado e bondoso coração, sabia conciliar com a imprescindivel disciplina da fazenda, um regime brando e humanitário para com os escravos. Era, por isso, muito estimado deles".

Casou-se com D. Camila de Ataliba Nogueira Barbosa de Oliveira, filha do Barão de Ataliba Nogueira.

Foram seus colegas de turma Pinheiro Machado, Sampaio Ferraz, Carlos Ferreira França e muitos outros que se distinguiram mais tarde. Mas os seus amigos, com os quais manteve

sempre uma explêndida amisade, foram o Dr. Júlio Benedito Ottoni e o primo José de Sousa Queiroz.

NOTA IX

A Presidência do Supremo Tribunal

Já nessa época, sentindo-se doente e cançado o Conselheiro pensava abandonar a vida pública.

Assim, em carta de 3 de Fevereiro de 79 escrevia à filha Francisca:

"Até agora não me consta que esteja nomeado o Presidente do Supremo. A minha resolução está tomada: Se for eu, aceito, tomo posse e aposento-me com toda a honra, pois terei obtido a satisfação, pela qual espero desde 1861 e 1864; se for preterido, aposentado estou, porque então bastará de aturar desaforos. Mas Lafayette, que mal me conhece, é íntimo de Valdetaro, seu vizinho na Gávea, republicano etc."

A 17 já sabia ter sido nomeado o Cons.º João Antônio de Vasconcelos. Mas persistia na idéia de aposentar-se. Fala mesmo na carta de 24 de fevereiro em ir à Europa, passar uns tempos em Paris com o seu filho mais moço. "Perco 3:000$ por ano, e a importância que dava o cargo, aliás elevado; mas talvês ganhe por outro lado."

Os vencimentos dos magistrados eram realmente insuficientes. Em carta de 9 de Fevereiro escrevia:

"Eu tenho agora de ordenado Rs. 475$000; é quanto a nação dá aos ministros do mais alto Tribunal do Império para todas, todas as despezas suas e da família, e S. M. acha que as viuvas dos magistrados não ficam ricas, porque eles não economizam; mas só um filho gasta mais que todo o ordenado; que comerão o pai; que é o único que trabalha, a mãe, os outros filhos, os fâmulos, os protegidos, os sangue-sugas etc?"

APÊNDICE

Em 16 de Dezembro de 1882 encerrou o Cons°. Albino, como vimos, as suas memórias. Pela correspondência quer sua, quer dos filhos, obtêm-se os dados sobre os últimos anos de sua vida.

Em fins de dezembro de 1882 segue finalmente para Campinas. A viagem foi regular. Em S. Paulo o Comendador Luiz de Sousa Barros, esperava-o com a costumada e cordial recepção. Já de Campinas escreve à filha Francisca, pelo Natal:

> "É hoje o dia do nascimento do Salvador, e Ele me tem abandonado; hoje como ontem, e amanhã como hoje!"

E passa a narrar os preparativos para o casamento de seu filho Albino: "O Ataliba chegou ante-ontem. A nossa gente foi espera-lo à estação e à tarde cá veiu a família toda". Em 7 de Janeiro noticía o casamento realizado na véspera:

> "Está casado o nosso Albino e Deus o felicite por muitos anos. Assisti à festa até meia noite, conservando-me sentado e às vezes de pé e andando, sem sentir incômodo invencivel, mas muito contrariado pela minha falta de vista, que é extraordinária e quasi total. Raras pessoas conheci, mesmo estando ao pé de mim. Paciência!"

Em 11 já noticiava o noivado do seu caçula com outra filha do Barão de Ataliba:

"A novidade mais nova é que o Snr. Luiz Albino quer se casar com a 2.ª filha do Ataliba. A moça está pedida e dada, creio eu, e tudo feito e a fazer-se o mais breve possivel. Todos querem, todos querem, e até a Snra. D. Isabel quer."

Em 20 de Janeiro já dava as providências para a ceremônia que se realizou a 26 de Março:

"Escrevi... a 16 e fiz as encomendas para o casamento de Camila. Deve ser hũa pulseira de gosto e feitio diverso da que demos a Lalá, mas do mesmo preço... e quanto ao anel de brilhante solitário, que o noivo deve dar de presente à noiva, marquei de 800$ a 900$000... A Albino demos o brilhante que fora de meu sogro e que o ourives... avaliou em um conto de réis".

O Cons.º Albino permaneceu no Rio das Pedras até fins de Maio de 1883, para nunca mais aí voltar. A fazenda ficou entregue ao filho Albino que a administrou até falecer, em 18 de Fevereiro de 1908.

O Dr. Luiz Albino passou a residir na Fazenda de *Morro Alto* em Amparo, doada pelo Barão de Ataliba a suas filhas. Pelo falecimento de seu irmão, passou para a Fazenda do Rio das Pedras.

O Cons.º Albino, de volta ao Rio, quasi cégo, pode-se dizer que nada mais fez que esperar a morte, que aguardava como alívio dos seus sofrimentos. Esta agonia se arrastou por seis longos anos. De sua rêde, em seu gabinete de trabalho, na rua dos Inválidos, acompanhava a vida da família que o cercava de todo o carinho.

Tentava rabiscar alguma carta. Não chegava ao fim. A vista lhe faltava e a mão de uma filha a termi

nava sob ditado. Não são cartas. São antes gritos de socorro, como este bilhete, de 5 de Outubro de 1883, ao seu genro Jacobina; então na Fazenda da *Boa Vista*":

> "Eu estou aqui morrendo todos os dias, e não acabo de morrer. Esta noite foi perdida, em claro, e estou escangalhado! A vista então chegou à última desgraça; com mais um passo estarei cego de todo, mormente para ler e escrever!
>
> Não posso mais..."
>
> Seu do C.
> A.
>
> P. S. — A vista fugiu-me de todo. Já não leio! Volte quanto antes; preciso de seu auxílio. Acuda-me."

A 20 de Outubro, últimas letras suas. E' uma carta à sua filha mais velha. ("Minha Chiquinha do Coração") seguida de uma outra ao genro: "Meu bom amigo Dr. Jacobina" mas não pode terminar, tem um desfalecimento e termina ditando à sua filha Luiza. Mal pode rubricar o papel com um *A*, sem caligrafia. No entanto continua a acompanhar a vida da família.

Em carta de 1.º de Fevereiro de 1884 o Barão de Ataliba, comunicava-lhe: ... "constituido seu procurador para levar à Pia Batismal os nossos netinhos venho dar parte que foram ambos batizados a 30 de Janeiro último, na Matriz da Conceição". Eram seus netos Albino e Luiz Albino.

O Barão de Ataliba comunicava ainda que se haviam reunido para a festa os irmãos vindos das tres fazendas próximas do "Rio das Pedras", do "Morro Alto" e de "Santa Genebra" e que ainda estivera presente o primo Rui Barbosa e Senhora.

A sua vida agora era esta, a de presidir a sua gente que crescia, e havia de crescer tanto ainda, e manter

no Rio um centro onde todos se reunissem, vendo nele o símbolo vivo das tradições de família.

A sua cegueira total obrigava-o agora a ter sempre junto de si alguem que lhe fizesse companhia. A mulher e as filhas revezam-se, mas a prima Mariana Barbosa de Oliveira, ficou com o encargo efetivo de lêr-lhe jornais e novelas. Qualquer outra leitura fatigava-o sobremaneira.

No entanto sempre fora amigo das belas letras. Versejava mesmo, com certa elegância. Durante a vida acadêmica compuzera muitos poemas que cuidadosamente reunira em um caderno que denominou "Obras Minhas". Mas um dia sentiu um ar de mofa em um colega e destruiu toda a sua produção. Sempre se arrependeu desta fraqueza e jamais se perdoou o acesso de respeito humano.

Mais tarde, no entanto, teve ocasião de compor outros poemas. Nos serões da rua dos Inválidos era uma das ocupações prediletas a composição de charadas. Todos tomavam parte nas tertúlias. Ainda estão no arquivo de família vários rascunhos e originais destas composições.

Esta é dedicada à sua afilhada, Sabina Keller-Leuzinger:

Nobre apelido de família egrégia — 1
No lácio idioma tudo exprimo aos pares — 2
A 1.ª e 3.ª um verbo formam
Que males cura, remedeia azares
Meu findo nome, nas remotas eras
Marcou um fasto da Romana história
Começou desde então p'ra grão cidade
O lustre. a povoação, o brilho e a glória.
Elas roubadas forão por conquista
Eu roubo o coração a quem me avista.

Mas não foram só deste gênero as suas composições. Eis um poema, oferecido a D. Ana Garcez.

Anália Mimosa — Quem há que te vendo
Não fique morrendo d'amores por ti,
Meu fado pr'a ti puxou-me fatal
Foi para meu mal que teu rosto vi

Se o talhe garboso no baile meneias
Os olhos te seguem sem mais te deixar
Se dansas, da valsa no crú rodopio,
Os corações todos tu fazes girar

Se a lira sonora com graça dedilhas
A ouvir-te preparão-se mil atenções
Se lindos romances cantando gorgeias,
Cativas nos peitos fieis corações.

Ah! Não me apareças, não toques, nem cantes
Não danses, não fales diante de mim:
Ver o ceu aberto, e não poder gosa-lo
É dor muito grande: não pensas assim?

Rio de Janeiro, 9 de Junho de 1861.

E ainda este, dedicado a D. Carlota Alvares de Azevedo Japiassú:

Sílfide minha, vaporosa e bela
Rosa singela de imortal jardim
Não és simples mulher, és diva, és nume
Sem teu perfume, que será de mim?

Se longas horas 'stou de ti distante
O teu semblante não me sai da mente

Mitigo, crendo ver tua beldade
Viva saudade que meu peito sente.

Mas porque, tendo tanta formosura
Te mostras dura, desdenhosa, escassa,
Porque repeles, caprichosa e fera
Paixão sincera que de mim não passa?

Basta de acintes, da amorosa chama
Que o peito inflama, que recebo em paga?
Ingrata! Que me dás em recompensa?
— Escárneo, ofensa, tão cruel que esmaga.

Minh'alma é triste como a noite escura
Na espessura de caudal floresta
E o meu amor é como a lava ardente
Que jorra ingente do vulcão na fresta.

Porém que importa, se já nada quero
Se nada espero, se me curvo à sorte
Sem esperança, de que vale a vida?
Ela perdida, só desejo a morte.

Mas, nos últimos tempos, o sofrimento terrivel não lhe desperta nenhuma inspiração. Limita-se a ouvir as gazetas, romances e cartas dos parentes. De longe descrente e desanimado acompanhava os acontecimentos. O movimento abolicionista apavorou-o, como uma catástrofe. Ainda estava debaixo da emoção do 13 de Maio quando arrebenta inesperadamente o golpe de 15 de Novembro. O abalo foi tremendo. Para quem acompanhou estas memórias desde o início é facil compreender o que representava para o velho magistrado a queda do Regime. Ele que chorara no Largo do Paço

aclamado Pedro II, em 1840; ele que conservara pelo Monarca, não o temor ou a servilidade, mas o respeito atávico e profundo, quase religioso, da velha lealdade lusitana, através de tantos incidentes com os poderosos do momento; ele que conservara sempre viva a fé nas instituições, descrendo dos seus homens; tinha agora, — suprema incompreensão —, de ver no novo regime o nome de sua gente, representado por alguem, cuja carreira acompanhava com tanto carinho e cujo talento tanto o envaidecia: Rui Barbosa, membro do Governo Provisório.

O Cons.º Albino passou os últimos dias de novembro em grande aflição: "Minha filha, dizia a D. Francisca Jacobina, mande chamar o Rui, quero lhe dizer umas tantas cousas". Está claro que este não foi chamado. Seria o debate entre o espírito monárquico que desaparecia, representado por quem o encarnava com tanta dignidade, a crença nas instituições que se esbatiam, e a alma da geração que subia cheia de esperanças em novas fórmulas. Que poderia responder o moço ao amigo de seu pai, ao velho que sempre tivera como chefe de sua família?

A sete de Dezembro faleceu o Conselheiro Albino. A oito se enterrava no Cemitério de S. João Batista. Sobre o seu túmulo que mandara preparar para ele e para a mulher, gravara como derradeira homenagem à sua felicidade conjugal o verso de Vergílio (Aen. IX — 446):

Fortunati ambo! Si quid mea carmina possunt
Nulla dies unquam memori vos eximet ævo!

ÍNDICE ONOMÁSTICO

A

Abaeté Visconde de — 143, 229, 231, 232, 233, 235, 236, 274.
Abel (Escravo) — 247.
Abrantes, Marquês de — 131, 132, 244, 264.
Abreu Lima, Joaquim Teixeira Peixoto de — 280.
Accioli de Azevedo, Daniel — 148, 166, 302.
Accioli de Azevedo, Felicia — 166.
Accioli de Azevedo, Leonor — 166.
Accioli de Cerqueira e Silva, Inácio — 10, 52.
Accioli de Vasconcelos, José Inácio — 154, 162.
Adalberto, Príncipe (da Prússia) — 160.
Adão — 300,
Afonso, Príncipe Dom — 32.
Aguiar, Ana de — 191.
Aguiar, Bento Francisco da Costa — 228.
Francisco Xavier da Costa — 187.
Aguiar, Gertrudes Eufrosina de 190, 191.
Aguiar, João Xavier da Costa (coronel) — 187.
Aguiar, Leonarda de — 191.
Aguiar, Rafael Tobias de (Brigadeiro) — 187, 190, 191, 253.
Aguiar Rosa de 191.
Aguiar de Andrada — Bento Francisco da Costa de — 187, 327.
Aguiar de Andrada — Francisco Xavier da Costa de — 187.
Aguiar de Andrada — Francisco Xavier da Costa de — (2.º) V.
Aguiar de Andrada — Barão de Aguiar de Andrada — 187.
Aguiar de Andrada — José Ricardo da Costa de — 163-187.
Aguiar e Barros — Antônio de — V.: Itú, Visconde, Conde e Marquês de.
Aguiar e Barros — Antônia de — 188, 190.
Aguiar e Barros — Maria Rafaela — 191.
Aguiar e Castro, João Tobias de — 187, 188, 191, 259, 254.
Alagoinhas, Barão de — 126.
Albino (escravo) — 184, 215, 217.
Albuquerque, Antônio José de — 61.
Albuquerque, Visconde de — 327,
Alcoforado, (comandante) — 171.
Alencastro (família) — 197.
Aljezur, Visconde e Conde de — 243, 257, 258, 259, 267.
Almeida, Batista Caetano de — 116-133.

Almeida, Caetano Silvestre de — 12.
Almeida, Caetano Vicente de — (Major) — 12, 13, 121, 166, 179.
Almeida, Caetano Vicente de (2°) — V: Mucuri, Barão de.
Almeida, Filinto Henrique de — 257.
Almeida, Francisco de Assis e — 116.
Almeida, Frederico Miguel de — 12, 13.
Almeida, Jerônimo Martins de — 269.
Almeida, João Vicente de — 126.
Almeida, Joaquim Manuel Gaspar de — 112.
Almeida, José Inácio de (Cap. Mór) — 126, 128, 136, 144.
Almeida Galeão, Baronesa de — 54.
Almeida Magalhães, Francisco de Paula de — 114.
Almeida Nogueira, José Luís de 71, 79, 113, 173, 338.
Alvarenga, Manuel de — 23.
Alvaiazere Barão de — 199.
Alvares de Azevedo, Manuel — 125,
Manuel Antônio — 223, 224.
Alves, Tomaz Luís — 192.
Alves de Brito, Francisco — 78.
Alves de Brito, João — 78.
Alves de Magalhães Caetano — 115.
Alves de Souza, Inácio José — 164.
Alvim, João de Souza Melo e — 60.
Amado e Vasconcelos, Jacinto Luís — 56.
Amaral, Braz Hermenegildo do — 10, 13, 23, 35, 37, 47, 52, 71.
Amaral, Elisma do — 256.
Amaral, Joaquim Bonifácio do — V: Indaiatuba, Barão de.
Amaral, Quintiliano José (Pe) — 252.
Amarante, Condes de — 201 — V. tambem: Chaves, Marquês de.
Amat, José — 250.
Amat, Luisa — 250.
Anadia, Visconde de — 17.
Andrada — (família) — 22, 187, 189, 205.
Andrada, Bárbara Joaquina de — 187.
Andrada, Martim Francisco Ribeiro de — 203, 204.
Andrada e Silva, José Bonifácio de — 19, 120, 203, 327.
Andrada e Silva, José Bonifácio (o moço) — 275.
Andrade, Joana de — 191.
Andrade, João Pereira de — 109, 110, 151, 155, 183, 297.
Andrade Pinto, Sérgio de — 123,
Antônio (boleeiro) — 185.
Antônio (de Caravelas) — 142, 215.
Anunciação, Miguel da (Dom) — 69.
Antunes, Antônio Lousada — 196.
Aracati, Marquês de — 203, 204.
Aranha, Antônio Egidio de Sousa — 256.
Aranha, Nenem — 193.

Aranha, Olavo Egídio de Sousa — 256.
Aranha, Quadros — 255.
Araripe, Tristão de Alencar — 51, 52, 121.
Arcos, Conde dos — 43, 125.
Areias, José Carlos de Almeida. V.: Ourém, Visconde de.
Argolo, Gomes Ferrão, João de Araújo — 149.
Arnaud, Angélica — 243, 257.
Arnaud, Aquiles — 243.
Arnaud, Carmela — 243, 244, 257.
Arnaud, Giacomo — 243.
Arruda, Joaquim Antônio de. V: Atibaia, Barão de.
Astley, Wilson & Cia. — 261, 279.
Ataliba Nogueira, Barão de — 172, 238, 301, 331, 338, 340, 341, 342.
Atibaia, Barão de — 330.
Aurélio (escravo) — 347.
Aveiro, Duque de — 69.
Azevedo, Antônio Inácio de — 20, 161, 166.
Azevedo, Bento de — 175.
Azevedo, Francisco José de (Sarg.to Mór) — 174, 182, 198, 206, 208, 213, 214, 218.
Azevedo, João Martins de — 214, 241, 297.
Azevedo, Joaquim José de — V: Jundiaí, Marquês de.
Azevedo Barros, Miguel Antônio de (Cap.) — 188.
Azevedo Veiga, Miguel Antônio de — 188,

B

Babo, Carlos — 70, 77.
Bacalhau, João Batista — 128, 136.
Baependi, Condessa de — 229.
Baependi, Marquês de' — 111, 327.
Baía, Desemb. — 284.
Baía, José Inácio — 137.
Baiense, Filipe Carlos — 57.
Baiense, Geraldo José Vitor — 57.
Baiense, Matilde Cândida de S. José — 57.
Baiense, Rosa Cândida, 57.
Balsemão, Visconde de — 98.
Bandeira, Pedro Ferreira — 21.
Bandeira, Pedro Rodrigues — 121.
Bandeira de Melo, João Capistrano — 272, 273, 291.
Banha, Antônio Rodrigues — 54.
Barata Ribeiro, Cândido — 310.
Bárbara — 223.
Barbacena, Marquês de — 96, 101, 102, 243.
Barbolani, Ulisses — Conde de — 260.
Barbosa, Antônio Teixeira de Freitas — 98.
Barbosa, Brites — 14.
Barbosa, Luís Antônio — 232, 236.
Barbosa, Maria Augusta Rui — 313.
Barbosa, Rui — 13, 14, 136, 148, 161, 169, 199, 272, 282, 307, 308, 312, 313, 317, 343; 346.
Barbosa de Almeida, Bernardino José — 13, 225, 230, 234.

Barbosa de Almeida, Hermenegildo — 13, 113, 119, 121, 166.
Barbosa de Almeida — Luís Antônio — 13, 119, 136, 166, 250.
Barbosa de Almeida, Maria Adélia — 13, 148, 166, 179.
Barbosa Freitas, Casimiro — 27.
Barbosa de Oliveira (família) — 9, 12, 13, 314, 320, 329.
Barbosa de Oliveira, Adolfo — 14.
Barbosa de Oliveira, Agostinho — 14, 33.
Barbosa de Oliveira, Albino José (2°) — 242, 301, 304, 305, 312, 314, 340, 341.
Barbosa de Oliveira, Ana — 13.
Barbosa de Oliveira, Americo Leonides — 14.
Barbosa de Oliveira, Antônio — 9, 11, 13, 29.
Barbosa de Oliveira, Antônio Américo — 14, 166, 177, 303.
Barbosa de Oliveira, Antônio Augusto — 14, 303.
Barbosa de Oliveira, Antônio José — 18,
Barbosa de Oliveira, Camila de Ataliba Nogueira — 338, 341.
Barbosa de Oliveira, Estanislau — 14.
Barbosa de Oliveira, Eugênio — 313.
Barbosa de Oliveira, Felícia — 21, 161, 166, 167.
Barbosa de Oliveira, Francisca Ilídia — V.: Jacobina.
Barbosa de Oliveira, Francisco — 16.
Barbosa de Oliveira, Francisco José — 18.
Barbosa de Oliveira, Gertrudes Sebastiana — 16, 17, 24, 111.
Barbosa de Oliveira, Ildefonso — 13.
Barbosa de Oliveira, Isabel (Bibi) — 222, 250, 252.
Barbosa de Oliveira, Isabel Augusta de Sousa Queiroz — 169, 172, 173, 181, 185, 211, 217, 223, 224, 229, 239, 251, 253, 256, 265, 295, 305, 308, 311, 314.
Barbosa de Oliveira, Joana — 14.
Barbosa de Oliveira, João — 9, 29.
Barbosa de Oliveira, João Antônio — 148, 151, 158.
Barbosa de Oliveira, João José — 14, 136, 161, 167, 177, 178, 180, 282, 319, 320,
Barbosa de Oliveira, José — 9, 13, 15, 17, 23, 29, 30, 33, 35, 36, 49, 89.
Barbosa de Oliveira, José (2°) — 113, 129, 179, 180, 182, 183, 185, 230, 236, 280, 292, 297, 303, 239, 250, 271.
Barbosa de Oliveira, José Felix — 14.
Barbosa de Oliveira, José Luís — 33, 37, 246.
Barbosa de Oliveira, Júlio — 18.
Barbosa de Oliveira — Leôncio — 14.
Barbosa de Oliveira, Leonor — 14, 119, 161.
Barbosa de Oliveira, Luiz Albino — 252, 253, 254, 304, 338, 341.
Barbosa de Oliveira, Luiz Albino (2°) — 31, 157.

Barbosa de Oliveira, Luiz Antônio — 9, 12, 20, 36, 50, 51, 53, 104, 128, 226, 235, 238, 315, 316, 326, 327.
Barbosa de Oliveira, Luiz Antônio (2°) — 219.
Barbosa de Oliveira, Luiz Carlos — 14.
Barbosa de Oliveira, Luiza — 12, 13, 23.
Barbosa de Oliveira, Luiza Adelaide — V.: Bulhões Ribeiro.
Barbosa de Oliveira, Luiza de Ataliba Nogueira — 341,
Barbosa de Oliveira, Maria — 13, 17, 29.
Barbosa de Oliveira, Maria Amélia. V.: Resende, Baronesa Geraldo de.
Barbosa de Oliveira, Maria Felícia — 16, 24.
Barbosa de Oliveira, Maria Isabel — 20.
Barbosa de Oliveira, Maria Luiza — 110, 230, 245.
Barbosa de Oliveira, Maria Luiza (2ª) — 219.
Barbosa de Oliveira, Mariana Augusta — 18, 343.
Barbosa de Oliveira, Rita — 13.
Barbosa de Oliveira, Rodrigo — 14, 161, 177.
Barbosa de Oliveira, Rodrigo (2°) — 14, 166, 306, 310.
Barbosa da Silva, Francisca de Paula — 297, 298, 337.
Barbosa da Silva, Paulo — 50, 229, 232, 297, 319.
Barradas, Manuel da Costa — 163.
Barradas, Sousa — 300.
Barral, Condessa de — 323.
Barreto, Joaquim Francisco Alves Branco Moniz — 271.
Barreto, Luís Antônio Moniz — 146.
Barros (família) — 188.
Barros, Ana de — 253, 256,
Barros, Ana de (2ª) — 187.
Barros, Ana Joaquina de — 186, 187.
Barros, Ângela de — 186, 187.
Barros, Antônio Pais de — V.: Piracicaba, Barão de
Barros, Bento Pais de — V.: Itú, Barão de.
Barros, Bento Xavier de — 1x90, 191.
Barros, Escolástica de — 186, 187, 188.
Barros, Estevão de Sousa — Conde de Barros — 313.
Barros, Fernando Pais de — 186, 190, 255.
Barros, Francisca de Sousa — 190.
Barros, Francisco Xavier de — 186, 187, 190, 191.
Barros, Genebra Leite de — 181, 186, 187, 192, 194, 197, 211.
Barros, Joaquim Floriano de — 187.
Barros, Maria Pais de — 186, 187, 190,
Barros Penteado, Antônio de — 186, 190, 192, 194.
Barros Penteado, José de — 190.
Barroso, Zózimo — 196.
Bartolomeu (escravo) — 252.
Basson — 167.
Bastos, Luís Paulo d'Araujo — 91.
Bastos & Sousa — 300.
Beijú, Joaquim Alves Saião — 115.

Beirão, Caetano Maria Ferreira da Silva — 77.
Beirão, Manuel Maria Ferreira da Silva — 70, 77.
Bélico, Antônio Dias dos Santos — (Tte.) — 126, 137, 139.
Belo, Wenceslau de Oliveira (Brigº) — 168.
Bento, São — 188.
Berenguer de Bittencourt, Júlio Cesar — 148.
Berlinck, Eudoro — 122, 127,
Berlinck, Joaquim Pedro, 122, 126, 127.
Bernardes, Manuel Emídio (Cônego) — 174, 193.
Beserra, José Vicente de Amorim — 130.
Beserra de Menezes, Teófilo Rufino — 164.
Bevilaqua, Clovis — 67, 84, 124.
Bibi, Chico da — 139.
Bismarck, Principe de — 331.
Bittencourt de Abreu, Gregório — 77.
Bittencourt e Accioli, José de Sá (Coronel) — 140.
Bittencourt e Câmara, José de Sá (Brig.º) — 140, 148.
Bittencourt e Câmara, Tácito de Sá — 140.
Bittencourt e Sá, Manuel Ferreira da Câmara — 140.
Blake, Sacramento — 32, 136.
Boa-Vista, Conde da — 150.
Bobadela, Conde de — 201,
Boccaciari, José Tomaz (Brigadeiro) — 10, 15, 40, 43, 47.
Boccaciari, Lucrécia — 10, 15.
Boiteux, Henrique — 104, 123.
Boiteux, Lucas Alexandre, 88.
Bom Retiro, Visconde — 19, 106, 233, 235, 238, 305.
Borges de Barros — 54.
Borges de Castro, Visconde de — 304.
Borges de Figueiredo, A. O. — 26.
Borges de Figueiredo, Francisco — 84.
Borghi-Mamo — 313.
Boto — 78.
Bottentuit, Eugênio — 152.
Braga, Antônio Rodrigues Fernandes — 170, 232, 236,
Bragança e Bourbon, José de — 50.
Branco, Domingos Alves — 40, 43, 48.
Brandão, Caetano da Costa — 11.
Brandão de Faria, Ana — 75.
Brant, Felisberto Caldeira — V.: Barbacena, Marquês de.
Brant, Pedro Caldeira — V.: Iguassú, Conde de.
Brasiliense, Américo — 319.
Breves, Joaquim José de Sousa — 239.
Brício, Jaime — 160.
Brício, Marcos Antônio — V.: Jaguararí, Barão de
Brito, Carlota — 78.
Brito, Francisco Alves da Silveira — 79, 109.
Brito, Joaquim Marcelino de — 183, 301, 334, 335.
Brito, Luís Fortunato de [Abreu Sousa e Menezes] — 257,
Bruschetti, Luís (Mons.) — 253.
Bueno, Antônio Manuel da Silva — 190.
Bueno, Francisco de Paula — 213, 220, 222, 240, 295, 301.
Bueno da Silveira, Camilo Xavier — 172, 248.

Bulhões (família) — 311, 312.
Bulhões, Carlos — 224.
Bulhões, Francisco — 310, 312.
Bulhões Ribeiro, Josefina — 305, 306, 310, 312.
Bulhões Ribeiro, Luisa Adelaide Barbosa de Oliveira — 237, 294, 306, 310, 313, 318.
Bulhões Ribeiro, Oscar Adolfo — 305, 307, 309, 310, 312, 313.
Burgos, Joaquim — 164.
Burton, Richard Francis — 111.
Bush — 140.

C

Cabral, Luís Manuel de Moura — 71.
Cabral, Pedro Álvares — 138, 139,
Cachoeira, Visconde da — 196.
Cairú, Visconde de — 128.
Caldas, (professor) — 58.
Caldas, Honório — 274.
Caldeira, Felisberto Gomes — 47, 52, 60.
Caldeira de Souza, C. — 327.
Calmon du Pin e Almeida Miguel — V.: Abrantes, Marquês de.
Calógeras, João Batista — 273.
Calógeras, João Pandiá — 273.
Camamú, Visconde de — 47, 102.
Câmara, Pedro José da — 327.
Câmara, S. A. da — 327.
Camaragibe, Visconde de — 270, 273.
Cambolas, Conde de — 175.
Cambolas, Condessa de — 175, 237.
Camilo (escravo) — 117, 118, 142.
Campbell, Mr, — 62, 64.
Campeão (Dr.) — 195, 211.
Campeão, Maria Nazaré — 195.
Campo-Grande, Barão de — 232, 277.
Campos, Cândida — 188.
Campos, Felicíssima de — 194, 221.
Campos, Filipe Rodrigues de — 31.
Campos, Querubina — 214.
Campos, Vicente da Rocha — 214.
Campos Sales, Manuel Ferraz de — 331.
Candiani, Augusta — 216, 218, 226, 227.
Cansansão de Sinimbú, João Lins Vieira — V.: Sinimbú, Visconde de.
Cápua, Príncipe de — 275.
Caravelas, Marquês de — 52.
Caravelas, Visconde de — 176, 275,
Cardoso (tipógrafo) — 185.
Carlos (escravo) — 117, 113, 142.
Carneiro, Manuel Moreira Lírio da Silva — 327.
Carneiro de Campos, Carlos — V.: Caravelas, Visconde de.
Carneiro de Campos, Carlos — V.: Caravelas, Visconde de.
Carneiro de Campos, Joaquim — V. Caravelas, Marquês de
Carneiro Leão, Honório Hermeto — V.: Paraná, Marquês de.
Carneiro de Mendonça, Marcos 140.
Carneiro de Mendonça, Melchior — 274.

Carneiro da Silva Rego — Emília — 25.
Carneiro da Silva Rego — Guilhermina — 25.
Carneiro da Silva Rego, João — 12, 16, 40, 43, 45, 49, 135, 136.
Carneiro da Silva Rego, João — (2°) 24, 25, 101, 135, 136, 161,
Carneiro da Silva Rego — Libânia — 24.
Carneiro da Silva Rego, Severiano — 25.
Carpenter, Henrique — 223.
Carvalho, Amélia de — 301.
Carvalho, Antônio Alves Máximo de — 237.
Carvalho, Carlos Morato de — 301.
Carvalho, Casemiro de — 23.
Carvalho, Guilherme Henriques de (Cardial Patriarca) — 67, 76, 99.
Carvalho, J. E. de — 27.
Carvalho, João Paulo de — 313.
Carvalho, Josefina de — 312.
Carvalho da Costa, Antônio (P.e) — 201.
Carvalho Vasconcelos, Matias — 296, 298,
Casaloni, Ana — 242.
Casimiro (escravo) — 300.
Castelo, Alexandre José Ferreira — 29.
Castelo-Branco, Camilo — 104.
Castelo-Branco, Uunhão (Des) — 54.
Castro (escrivão) — 176.
Castro, Francisco José da Silva — 47.
Castro, Luís Joaquim de Oliveira — 271, 272.
Castro, Maria de — 305.
Castro e Almeida, Luís de — 65.
Cavalcanti de Albuquerque, Antônio Francisco de Paula e Holanda — V.: Albuquerque, Visconde de.
Cavalcanti de Albuquerque, Pedro Francisco de Paula e Holanda — V.: Camaragibe, Visconde de.
Caxias, Duque de — 122, 127, 150, 175, 194, 263, 274, 275,
Cernicchiaro, Vicenzo — 168, 227, 243, 250.
Cerqueira, Antônio Benedito de — 208.
Cerqueira, Antônio de [Carvalho da Cunha Pinto J.or] — 78, 79.
Cerqueira de Faria, Alberto Carlos — 70.
Cerqueira Leite, Francisco de Paula — 293.
Cesar, Caio Júlio — 60.
Charton, Hortensia — 242.
Chaves (Capitão) — 142.
Chaves, Antônio José de Carvalho — 65.
Chaves, José Manuel — 65.
Chaves, Marquês de — 100, 102, 104, 105.
Chichorro da Gama, André Carneiro Pinto — 145.
Chichorro da Gama, Antônio Pinto — 166.
Christie, William Dougal — 259, 296.
Cod, Florêncio José de Morais — 125.
Cid, José Feliciano de Morais — 125.
Cintra, Antônio Pinheiro de Ulhoa — 301.

Coelho de Carvalho, Francisco — 36.
Coelho de Magalhães, José Estevão — 70.
Coelho Neto, José Antônio — 280, 329.
Coelho de Sousa, João — 151.
Coelho de Sousa, Manuel — 151.
Cohn, Francisco Leão. (Tte. Coronel) — 265.
Coito, João Lopes da Silva — 68, 229, 260, 278.
Conceição, Antônio da — 60.
Conceição, Isabel Inácia da — 192, 198, 211.
Conceição, João da Rocha — 195, 211.
Congonhas do Campo, Visconde de — 311.
Correia, Felipe de Barros — 327,
Correia Botelho, Visconde de — V.: Castelo-Branco, Camilo.
Correia de Brito — 25.
Correia de Brito, José — 36.
Correia Silveira — 265.
Correia de Vasconcelos, Inácio — 165.
Corte-Real, José Bernardo — 67, 99.
Cortessi — (Mons.) — 244.
Corvo, Dr. — 68.
Costa, Afonso — 125.
Costa, Antônio Bernardo da. — V.: Tomar, Conde de.
Costa, Jesuino Lamego — V.: Laguna, Barão da.
Costa, Luiz da — 77, 104.
Costa, Manuel Ricardo da — 128.
Costa, Maria da Silva — 29.
Costa, Salvador Pereira da — 47.
Costa Carvalho, Ana da — 255.
Costa Carvalho, Inês da — 255.
Costa Carvalho, José da — V.: Monte-Alegre, Marquês de.
Costa Pereira — 125.
Costa Pinto, Antônio da — 171, 182, 193, 195, 200, 211, 295.
Costa Pinto, Maria Catarina — 195.
Costa Pinto, Maria Luiza — 172.
Costa Pinto, Maria Nazaré — 195, 211.
Costaneira, Fernando — 295.
Cotegipe, Barão de — 119, 284.
Cotia — 300.
Cousié, Antônio Estanislau (Mestre de Campo) — 36.
Coutinho, Aureliano de Sousa e Oliveira — V.: Sepetiba, Visconde de.
Coutinho, Francisco de Lemos de Faria Pereira — V.: Aljesur, Conde de.
Coutinho, Lino — 45, 71, 97, 98, 125, 126.
Coutinho, Maria Benedita — 212.
Coutinho, Mateus de Sousa — 103,
Coutinho Viana — 294.
Couto Ferraz, Luiz Pedreira do — V.: Bom-Retiro, Visconde de.
Crispim (escravo) — 253.
Cunha, Manuel Inácio da — 44.
Cunha, Pedro Paulo da (Cardial) — 73.
Cunha e Sousa, Antônio da — 76.

Custódio, José Luís Dias — 114, 118.

D

Daltro, José Gabriel da Silva — 47.
Dantas, Ana Carolina — 126.
Dantas, Manuel Ladislau Aranha — 167.
Dantas, Manuel Pinto de Sousa — 126, 307.
Debret, Jean Baptiste — 110.
Dejean, Julienne — 242.
Deperini, Giuseppe — 227.
Deperini, Margherita — 218, 227.
Dias, Antônio de Sousa — 121.
Dias, Luiz de Sousa — 121.
Dias de Carvalho, José Pedro — 275.
Dória, Franklin Américo de Meneses — V.: Loreto, Barão de.
Duprat, Luiz — 77.
Dutra, Maria Leonor — 253, 254.
Duval, Artemise — 227.

E

Edelvira, Ida — 227.
Eleutério (escravo) — 247.
Epifânio (escravo) — 239.
Escalanti — 244.
Escolástica (Santa) — 188.
Escragnolle Dória, Luiz Gastão de — 227.
Espínola (Desemb.) — 289.
Espírito-Santo, Ana Rosa do — 319.
Esteves, (1.º Tenente) — 121.
Eu, Conde d' — 337.
Euclides — 61, 94, 96.
Eutrópio — 58.

F

Falcão, Jacinto — 62.
Falcão, José Maximo Coelho — 61, 63, 64.
Falcinelli, Antônio (Mons.) — 258.
Falcinelli, Antoniacci, Mariano (Mons.) — 257, 258, 260, 280.
Faria, Alberto de — 283, 284, 285.
Faria, Heduviges — 265.
Farias, Antônio José de Morais 316.
Faro, Luís — 216.
Farquhar, Eric J. — 260.
Faulhaber, Paulo — 228.
Fazenda, José Vieira — 110.
Fé d'Ostiani, Conde — 239, 243.
Feijó, Diogo Antônio (Pe.) — 112, 131, 132.
Fernandes, (2º Tente.) — 121.
Fernandes, Antônio Manuel — 262, 263, 266.
Fernandes Joaquim — 74, 75.
Ferreira (familia) — 9,
Ferreira, Adriano — 23, 24, 26, 65, 77, 141, 234, 237, 241.
Ferreira, Ambrósio Martins — 318.
Ferreira, Ana — 26, 65.
Ferreira, Antônio José Domingos — 251.
Ferreira, Antônio Salustiano — 130.
Ferreira, Belmira Cândida — 82.
Ferreira, Domingos — 283.
Ferreira, Emília — 26.

Ferreira, Faustino Simões — 67, 99.
Ferreira, Filipe Justiniano da Costa — 47.
Ferreira, Francisca — 23,
Ferreira, João Teotônio da Mata — 26.
Ferreira, José — 68.
Ferreira, José Antônio — 27.
Ferreira, Leonor — 27.
Ferreira, Libânia — 26, 27, 65, 76, 141.
Ferreira, Lucrécia Rosa da Costa — 81.
Ferreira, Manuel Joaquim da Costa — 27,
Ferreira, Maria José — 27.
Ferreira, Maria Rosemunda da Mata — 18, 26, 51.
Ferreira, Maria Urbana — 26.
Ferreira, Rita — 27.
Ferreira de Aguiar, João José — 84, 123.
Ferreira de Barros, Bernardo José — 63.
Ferreira de Brito, Antero José — V.: Tramandaí, Barão de.
Ferreira da Costa, Antônio Joaquim — 316.
Ferreira França, Carlos — 338.
Ferreira de Moura — 70.
Ferreira de Oliveira, Pedro — 121.
Ferreirinha — 219.
Fialho, Francisco José — 297.
Figueira de Melo, Jerônimo Martiniano — 156.
Figueredo, José Bernardo de — 225.
Figueredo, Manuel Bernardino de Sousa — 156,
Fiorito, Arcângelo — 226.
Flack, João Martinho — 139.
Fleiuss, Max — 122, 216, 227.
Fleury, André Augusto de Pádua 272.
Fomm — 187.
Fonseca, Ana da — 295.
Fonseca, José Manuel — 199, 295.
Fonseca Costa, Maria da Penha de Miranda Montenegro. V.: Penha, Baronesa da.
Fontes, Antônio José Gonçalves — V. Rio Doce, Barão do
Fontes, José Pinto — 73.
Forjaz, Djalma — 172, 189, 206.
Fornelas, Baronesa de — 196.
Forte, Inácio Gonçalves — 18, 57,
Fortes de Bustamante, Antônio Joaquim — 114, 117, 133, 134.
Fortes de Bustamante, Carlos — 117.
Fortes de Pina, Antônio Camelo — 66.
França, Clemente Ferreira — V.: Nazaré, Marquês de
França, Cornélio Ferreira — 280.
Franco, Antônio Pereira — 54.
Franco, Joaquim Pereira — 54.
Franco, Maria da Glória Pereira — 54.
Franco de Sá, Filipe — V.: Sá, Filipe Franco de Franco de Sá, Joaquim Franco de V. Sá, Joaquim Franco.
Freire, Joaquim da Silva — (Pe.) — 237.
Freire, José Fernandes da Silva — (Deão) — 22, 23.
Freire, Pascoal José de Melo — 106.
Freire de Carvalho, Francisco — 116.
Freyreis — 140.

Frois, Joaquim José Ribeiro — 84.
Fulgosa, Barão de — 70.
Furtado, Francisco José — 273, 275.
Furtado de Mendonça, Luís Joaquim Duque-Estrada — 22, 97.

G

Gabriel, João — 296.
Gad, Henrique — 257.
Galvão, Inácio Aprígio da Fonseca — 37.
Galvão, Manuel da Fonseca Colaço — 44.
Gama, Luíz — 321.
Gama, Rosa Mônica Nogueira Vale da — V.: Baependi, Condessa de
Gandolfo, José — 292.
Garcês, Ana — 344.
Garcês, Teresa — 111, 243, 257, 259,
Garcês, Visconde de — 111, 243, 244, 257, 259.
Garcês Pinto Madureira, José — V. Garcês, Visconde de
Garcia, Rodolfo — 82, 160.
Garcia de Almeida, Tomás Xavier — 136, 137, 168, 171.
Garcia de Almeida, Carlota Xavier — 168.
Gato (família) — 78.
Gato, Adelino Huet Forte — 23, 58, 100.
Gato, AntônioJoaquim — 56, 57.
Gavião Peixoto, Maria Umbelina — 172.
Gentili, Paolo — 242.
Genuense, Antônio — 91, 93.
Geremoabo, Tomaz Pereira — 119.
Germain (Vigário) — 258.
Glicério, Francisco [Cerqueira Leite] — 320, 331,
Glinka, Dimitri — 257, 260.
Godinho (Des.) — 284.
Godofredo Filho — 53, 54.
Gomensoro, Vitória — 150.
Gomes, Carlos — 250, 298, 321, 322, 323.
Gomes, Feliciano Antônio — 78.
Gomes, Francisco Agostinho — 35.
Gomes, João Batista — 142.
Gomes, Maria — 267.
Gomes de Campos, Francisco — V.: Campo Grande, Barão de
Gomes de Carvalho, Manuel Emílio — 189.
Gomes & Filhos — 294.
Gomes de Sousa — Francisco Rodrigues — 47.
Gomide, Cândido Golçalves — 219.
Gonaz — 167.
Gonçalvez, Luisa Marcelina Nunes — 164,
Gonçalves de Almeida, Antônio Eusébio — 282.
Gonçalves de Andrade, Joaquim Manuel (Cônego) — 174.
Gonçalves de Andrade, Manuel Joaquim (Dom) — 175.
Gonçalves de Oliveira, Vital (Dom) — 328.
Gonçalves Roque — 15.
Gonçalves da Silva — Bento — 127.
Gordilho de Barbuda, José Egídio — V.: Camamú, Visconde de
Gordo, José — 295.
Gouveia — B. B. de — 327.
Gouveia, José Joaquim de — 327.

Gouveia, José Joaquim de (Junior) 326.
Graça, Mariana Henriqueta — 228.
Gravatá, Antônio Gonçalves — 13.
Grilo Capranica, Marquês del — 244.
Guatemozim — Narciso José de Almeida — 137, 138, 139.
Guedes, João Francisco — 40.
Guedes de Carvalho, Joaquim José — 13.
Guerra, Agostinho Moreira — 113.
Guerra, Luís Tavares — 266.
Guilherme (Escravo) — 110.
Guimarães (Com.) — 259.
Guimarães, Domingos Rodrigues — 327.
Guimarães, Joaquim Frutuoso Pereira — 158.
Guimarães, José da Silva — 191.
Guimarães, Luís (Junior) — 322.
Guimarães, Manuel Pedro de Freitas (Brig.°) — 10, 20, 59.
Guimarães, Manuel Ribeiro — 63, 64, 68, 77.
Guimarães, Pedro Pereira da Silva — 151.
Gumbleton Daunt, Ricardo — 219.
Gusmão, Joaquim Cardoso de — 208.

H

Hall, Thomas Wright — 152.
Handelmann — 120.
Heinécio — 67.
Henrique, João Militão — 165.
Hermann — 258, 259.
Herval, Marquês do — 334.
Herweg, Ada — 192.
Hirth, Isidoro — 304.
Horta, Luiz Antônio da Silva — 47,
Houdain, João Custódio d' — 123.

I

Iguassú, Conde de — 243.
Iguassú, Condessa de — 243.
Imbassaí, Henrique Teixeira dos Santos — 128.
Inácio, Joaquim José — V.: Inhauma, Visconde de
Indaiatuba, Barão de — 219, 330, 331.
Inhambupe, Marquês de — 45, 316.
Inhauma, Visconde de 275.
Irajá, Conde de (Bispo) — 147, 253.
Iriuba, Barão de — 234, 237, 323.
Isabel (Escrava) — 184, 215.
Itaboraí, Visconde de — 122.
Itamaracá, Barão de — 226.
Itaparica, Barão de — 11, 98.
Itú, Barão de — 186, 187, 188, 191, 254, 255.
Itú, Baronesa de — 254.
Itú, Visconde, Conde e Marquês de 188, 253, 254.
Itú, Marquesa de — 254.

J

Jaboatão, Antônio de Santa Maria (Frei) — 125.
Jacarépaguá, Marquês de — 122.
Jacinto, Antônio — 135.
Jacobina, Alberto Pizarro — 323.

Jacobina, Amélia — 302.
Jacobina, Antônio d'Araujo Ferreira — 49, 278, 282, 285, 297, 298, 299, 300, 301, 303, 309, 311, 313, 318, 320, 324, 329, 336, 342.
Jacobina, Eduardo — 304.
Jacobina, Francisco Ilidia Barbosa de Oliveira — 23, 186, 221, 262, 294, 297, 298, 300, 303, 304, 310, 313, 346.
Jacobina, Maria Benedita Mascarenhas — 302, 319.
Jacobina, Paulo Barbosa de Oliveira — 298.
Jaguarari, Barão de — 120, 159.
Jaguari, Visconde de — 229, 274,
Jansen, Ana — 164.
Januária, Princesa — 170, 218.
Japiassú, Carlota Alves de Azevedo — 344.
Javari, Barão de — 189.
Jesus, Carlos de — 139.
Jesus, Maria Clara de — 316.
Jesus, Joana Angélica de (Madre) — 10.
Jesus, Salvador de — 139.
Jesus, Teresa Joaquim de — 228.
Joaquim, Velho (Escravo) — 247.
Joana (Escrava) — 195.
João VI (Dom) — 10, 18, 49, 50, 54, 66, 95, 100, 140, 199, 205, 315.
João (escravo) — 142.
Jordão, Fernando Pacheco — 256.
Jordão, Manuel Rodrigues — 204.
Jorge, velho (escravo) — 247,
José I (Dom) — 29, 69, 269.
Jundiaí, Marquês de — 270, 315, 316, 317.

K

Köpke, Henrique — 223, 280.
Krug, Francisco — 331.

L

Labocetta, Domenico — 227.
Lacombe, Américo Jacobina — 115.
Lacombe, Isabel Jacobina — 297.
Lafayette Silva — 216, 227.
Lago, Laurênio (Coronel) — 10, 58, 60, 123, 154.
La-Grange, Ana Carolina de — 244.
La-Grange, Barão de — 244.
La-Grua, Emmy — 242, 243.
Laguna, Barão da — 123.
Langgaard, Isabel — 262.
Langgaard, Teodoro — 238, 262, 297, 301, 313, 323.
Langgaard Menezes, Rodrigo Otávio — 238,
Leal, Alexandre Teófilo de Carvalho — 164, 165.
Leal, Ana Amélia — 164.
Leal, Antônio Henriques — 82.
Leal, Aurelino — 100.
Leal, Gaspar Antônio da Costa — 317.
Leal, L. F. — 327.
Leal, Lourença — 164.
Leal & Gama — 228.
Leão, Agostinho Hermelino de — 165.
Leão, Antônio Rodrigues de — 31.
Leão, Manuel Messias de — 165.
Leão, Maria José de — 166.
Leitão, Ana — 192.
Leitão, Anastácio Álvares — 192.

Leitão da Cunha, Ambrósio. V.: Mamoré Barão de
Leitão da Cunha, Pedro (Comte.) — 265.
Leite, Antônio Craveiro de Barros — 58.
Leite, Antônio Luís Dantas de Barros — 149.
Leite, Francisco de Paula Cerqueira — 277.
Leite, Teodoro Ferraz — 208.
Leme, Luiz Gonzaga da Silva — 168, 186, 190.
Lemos, José Antônio de Azevedo. V.: Setubal, Visconde de
Lemos, Luiz José de — 144. 145.
Lemos, Margarida — 164.
Leodoro (escravo) — 296.
Leonarda — 215,
Leopoldina — 297.
Leuzinger — 79.
Leuzinger, Georges — 230.
Leuzinger, Sabina Keller — 343.
Lima, Antônio José de — 15, 60.
Lima, Francisco José de — 15 e 60.
Lima, José Joaquim da Fonseca — 130, 136.
Lima e Castro — José da Costa — 175, 252.
Lima e Silva — Carlota Guilhermina — 175.
Lima e Silva, Francisco de — 175.
Lima e Silva, Luís Alves de — V.: Caxias, Duque de.
Lima e Silva, Manuel da Fonseca — V.: Suruí, Barão de.
Limeira, Barão da — 174, 190, 191, 194, 222.
Limpo de Abreu, Antônio Paulino — V.: Abaeté, Visconde de,
Lippe, Sofia de — 279, 280, 293.
Lisboa, Bento da Silva — 327.
Lisboa, Francisco José — 39.
Lisboa, Inácio Joaquim Ferreira — V.: Pitombo.
Lisboa, Joaquim Teixeira — 36.
Lisboa, José Batista — 263.
Lisboa, José da Silva — V. Cairú, Visconde de.
Lobato, Francisco de Paula de Negreiros Saião — V.: Niteroi, Visconde de.
Lobato, João Evangelista de Negreiros Saião — V.: Sabará, Visconde de.
Lobo, Amália — 228.
Lobo, Américo — 152,
Lobo, Ana — 152.
Lobo, Antônio José de Sousa — 67, 99.
Lobo, Bartolomeu da Costa — 73.
Lobo, José Manuel de Sousa — 74.
Lobo, Manuel Teles da Silva (Brig.º) — 151, 156, 165.
Lobo, Maria Luiza de Sousa — 76.
Lobo de Moura, João Antônio — 70, 74.
Lodi, Maria José — 125 .
Lopes, Joaquim José — 327.
Lopes, José Joaquim Rodrigues — V.: Matoso, Marão de.
Lopes Gama, Caetano Maria — 19, 20.
Lopes de Oliveira, Andresa — 190, 191.
Lopes de Oliveira, Antônio — 191.
Lopes de Oliveira, Manuel, 191,
Lorena, Visconde de — V.: Jacarépaguá, Marquês de.
Lourenço (escravo) — 300.
Lourenço Francisco — 213.
Lousada — 117.

Lúcio (escravo) — 215.
Luisa — 223.

M

Macedo (família) — 202.
Macedo, Ana Maria de — 202, 211.
Macedo, Ana Matoso da Câmara de — 131.
Macedo, Joaquim Manuel de — 224.
Macedo, Maria de — 162.
Macedo Costa, Antônio (Dom) — 328.
Macedônia, Leonardo — 14.
Machado — 59.
Machado, Antônio José — 151, 165,
Machado, Fidelis — 240.
Machado, Joaquim José.
Machado, José Antônio da Fonseca — 47.
Machado, Manuel de Serpa — 66.
Machado, Matilde — 151.
Maciel da Costa, João Severiano — V.: Queluz, Marquês de.
Maciel Monteiro, Antônio Peregrino — V.: Itamaracá, Barão de.
Madeira, Filipe Carlos — 57, 58, 60, 126.
Madeira de Melo, Inácio Luiz (Brig.°) — 10, 20, 21, 23, 59, 71.
Madureira, Casimiro — 150.
Madureira, Justiniano — 289.
Magalhães (família) — 201.
Magalhães, Basílio de — 120, 127,
Magalhães, José de Moura — 86.
Magalhães, Pedro Severiano de — 309.
Maia, José Antônio da — 327.
Malheiro, Agostinho Marques Perdigão — 20, 262.
Malheiro, Agostinho Marques Perdigão (2.°) — 170, 181, 262, 269, 272.
Malheiro, Ana Perdigão — 27,
Mamoré, Barão de — 270.
Maranguape, Visconde — 19, 124, 233.
Marchetti — 244.
Mareuil, Visconde de — 171.
Margarida — 223.
Maria I, (Rainha) — 11.
Maria, João Antônio — 47.
Marin, Carlos — 170.
Marinangeli, José — 218, 227.
Marinangeli, Marieta — 218, 227.
Marinho, Gonçalo — 126,
Marques, Cesar Augusto — 58, 152.
Marques de Sousa, Manuel — V.: Porto-Alegre, Conde de.
Marrocos, Luís Joaquim dos Santos — 22.
Martini, Carolus Antonius de — 67.
Martins, Antônio Gonçalves — 61, 63.
Martins, Francisco de Sousa — 84.
Martins Pinheiro — 229, 250.
Mascarenhas, José de (Dom) — V.: Aveiro, Duque de:
Mascarenhas, José Pinto — 319.
Massoni, Vincenzo (Mons.) — 243, 257.
Matos, Manuel Joaquim de Sá — 84.
Matoso, Barão de — 150,
Matoso da Câmara, Eusébio de Queiroz Coutinho — 154, 155, 159, 162.

Matoso da Câmara, José de Queiroz — 22.
Matoso da Câmara, Luisa, de Queiroz — 174.
Mauá, Barão e Visconde de — 223, 252, 260, 261, 279, 282, 285, 294.
Mauá, Mac. Gregor & Cia. — 279, 283.
Maximiliano I (Imp. do México) — 119.
Mazziani, Ângelo — 226.
Mecejana, Morgado de — 62.
Medelo, Joaquim da Silva (Cap.-Tte. 223, 124.
Mège, Eugênia — 227.
Meireles, Joaquim Cândido Soares de — 276.
Meireles, Lourenço Vieira de Sousa (Mons.) — 269, 276.
Meireles, Maria — 165,
Melchert — 187.
Melchert, Adolfo Júlio de Aguiar — 188.
Melchior (cônego) — 220.
Melgaço — 128.
Melo, Afonso de Albuquerque — 153.
Melo, Antônio Joaquim de (Dom) — 230.
Melo, Manuel José de — 10.
Melo e Alvim, Joaquim Leite de — 195, 211.
Melo [Freire], Pascoal José de — V.: Freire.
Melo e Matos, Cassiano Espiridião de 99, 103, 110.
Melo Morais, Alexandre José de 50, 54, 189, 199.
Melo e Sousa, Manuel Inácio de — V.: Pontal, Barão do.
Mendes de Almeida, Cândido — 328.
Mendonça, Principal — 66.
Meneses, Arquias do Espirito Santo — 128.
Meneses, Elisiário de Castro — 263.
Meneses, Maria Clara Rufina de Argolo e — 33.
Meneses, Mariana de — 122.
Meneses, Rodrigo José de (Dom) — 11.
Meneses, Rodrigo Otávio Langgaard de — 297.
Meneses, Rodrigo Otávio de Oliveira — 297, 302.
Mesquita, Barão de — 19.
Mesquita, Francisco Antônio Pereira de — 327.
Mesquita, José Manuel de (Cap.) — 187, 194.
Mesquita Barros Luiz de — 190.
Miguel I (Dom) — 28, 70, 72, 75, 78, 102, 103, 104, 106, 195.
Milliet, Carlota — 250.
Miranda, Antônio Lopes de — 12.
Miranda F. 78.
Miranda, João Antônio de — 259.
Miranda, Jorge — 320, 331,
Mirate, Rafaele — 244.
Missorta — 244.
Mocenni, Mário (Mons.) — 258.
Moniz, Ângelo Carlos, 164.
Moniz de Almeida, Teodora — 279, 293, 294.
Monte [Rodrigues de Araujo], Manuel do (Dom) — V. Irajá, Conde de.
Monte-Alegre, Marquês de — 172, 176, 186, 193, 195, 198, 199, 203, 204, 211, 214, 216, 235, 236, 244, 253, 255, 259.
Monte-Alegre, Marquesa de — 171, 198, 244, 253, 255, 259.
Monte-Serrate, Visconde de — 120, 125, 147, 311.

Montenegro, Caetano Pinto de Miranda — V.: Praia Grande, Visconde da.
Monteiro, Firmino Pereira — 265.
Monteiro, Tobias — 50, 112, 205.
Monteiro de Barros, Lucas Antônio — V,: Congonhas do Campo, Vde. de. .
Monteiro Sampaio, Antônio Joaquim — 84.
Morais, Evaristo de — 81.
Morais, Felícia Maria da Penha de França de 16, 36.
Morais, José Maria de — 16.
Morais, Quitéria Avelina de — 18, 72.
Morais Rego, Altino Lelis de — 167.
Moreaux, Luíz Augusto — 167, 244.
Moreira, Francisco Inácio de Carvalho, V.º Penedo, Barão de.
Moreira da Cruz, Antônio, 222.
Moretszohn de Castro, L. P, — 186, 190.
Mós, Marqueses de — 201.
Mosqueira, José de Oliveira Pinto Botelho e — 18, 19, 45, 49, 50.
Mota, Bento Antônio da — 78.
Mota Cunha — 222.
Moura, Visconde de — 70, 74.
Moura-Brasil — 293, 309, 311, 313.
Mucuri, Barão de — 12, 119, 138, 139, 166.
Muritiba, Barão, Visconde e Marquês de — 61, 78, 79, 121, 265, 278.
Muritiba, Baronesa e Viscondessa de — 278.

N

Nabuco, Joaquim — 251, 263, 285.
Nabuco de Araujo, José Paulo de Figueroa — 111.
Nabuco de Araujo, José Tomás — 222, 233, 235, 251, 263, 264, 268. ,271, 283, 284.
Napoleão, Artur — 305,
Nazaré, Marquês de — 21, 22, 52, 95, 98.
Neville, Marcos (Pe.) — 258.
Neves, prof. — 103.
Nicolau — 295.
Niemeyer, Conrado Jacó de — 120.
Niteroi, Visconde de — 252, 263, 665, 266, 270, 272, 273, 275, 286, 287, 288, 289, 290.
Nogueira, José Antônio da Costa — 36.
Nogueira, Luisa de Ataliba — 301.
Nogueira da Gama, Antônio Joaquim — 115.
Nogueira da Gama, Luíz Joaquim — 115.
Nogueira da Gama, Manuel Jacinto. V.: Baependí, Marquês de.
Nicolau Antônio V.: Nogueira da Gama, Visconde de,
Nogueira da Gama, Visconde de — 115, 224.
Noronha Santos — 215.
North, Frederico Henrique — 260.
North, Lord — 260.
Northon — 265.
Nova-Friburgo, Barão de — 332.
Nunes, Luíz Antônio da Silva — 301.

O

Oca, Viscondes de — 201.
Oeynhausen - Gravenhurg, João Carlos Augusto — V.º Aracati, Marquês de.
Olinda, Marquês de — 57, 131, 132, 222, 223, 244, 264, 272, 277.
Oliveira, Cândido Batista de — 235.
Oliveira, Francisco José de — 222.
Oliveira, João Francisco de — 48.
Oliveira, José Fernandes de — 12.
Oliveira, Luíz José Fernandes de — 120.
Oliveira, M. J. de 323.
Oliveira Mendes, Luíz José de — V.: Monte-Santo, Barão de
Oliveira e Silva, José Antônio de — 27.
Onofre, Luíz — 135.
Osório, Antônio José — 167, 180.
Manuel Luiz — V.: Herval, Marquês de.
Ottoni, Cristiano — 219.
Ottoni, Ernesto — 219.
Ottoni, Jorge Benedito — 121.
Ottoni, Júlio Benedito — 338.
Ottoni, Teófilo — 219.
Ourém, Visconde de — 228.

P

Paca, Manuel Joaquim Pinto — 137, 141, 146, 171, 228.
Pacini — 68.
Paço, José Jansen do — 156.
Paganini — 168.
Paim, Fernando Álvaro da Câmara — 149.
Pais de Barros, Rafael de Aguiar — 188.
Pais Leme, Fernando Dias — 264.
Palarin, Marquês de — 175.
Palma, Conde de — 71.
Pamplona — 146.
Pantoja, Gustavo Adolfo de Aguilar — 20, 129, 153, 280, 327.
Papf — 311.
Paraiso, Francisco de Sousa — 138.
Paraná, Marquês de 64, 65, 117, 118, 120, 231, 232, 233, 251.
Paranaguá, Visconde de — 307.
Paranapiacaba, Barão de — 173.
Paranhos, José Maria da Silva (1º) — V.: Rio Branco, Visconde de.
Paranhos, José Maria da Silva (2º) — V. Rio Branco, Barão de.
Pati do Alferes, Barão de — V.: Jacarépaguá, Marquês de,
Paula, Maria — 186.
Paula, Virgínia — 217.
Paula, Virgínio — 139.
Paula e Oliveira, Francisco de — 38, 39, 44, 71.
Paula Sousa, Ana de — 250.
Paula Sousa, Antônio Francisco de — (1º) — 191.
Paula Sousa, Antônio Francisco de — (2º) — 192.
Paula Sousa, Bento Francisco — 312.
Paula Sousa, Francisca de — 174.
Paula Sousa, Isabel — 312.
Paula e Sousa e Melo — Francisco de — 189, 190, 191, 215.
Paulo (escravo) — 195.
Peçanha da Silva — 131.

Pedreira do Couto Ferraz, Luíz — 19.
Pedro I (Dom) — 10, 21, 40, 45, 50, 96, 97, 101, 187, 243, 268, 315, 319.
Pedro II (Dom) — 57, 118, 142, 190, 225, 229, 231, 232, 236, 244, 251, 260, 261, 263, 267, 268, 270, 271, 275, 278, 285, 292, 294, 296, 308, 323, 332, 335, 346.
Pedroso de Albuquerque, Antônio José — 148.
Pedroso de Albuquerque, Conde de — 61, 148.
Peixoto, (Comte,) — 146.
Peixoto, Floriano — 192.
Peixoto de Azevedo, Antônio — 243.
Penedo, Barão de — 187.
Penha, Baronesa da — 307.
Pereira, Albina dos Santos — 168.
Pereira, Albino do Santos — 168.
Pereira, Bernarda Vitória da Horta Forjaz — 316.
Pereira, Carlos Matias — 315.
Pereira, Francisco José — 38, 39, 70, 71.
Pereira, Jerônimo Sodré — 54.
Pereira, Joaquim Inácio da Silva — 10.
Pereira, João Nuno Álvares — 10.
Pereira, José — 148,
Pereira, José Clemente — 19.
Pereira, Lafayette Rodrigues — 339.
Pereira, Marcelino da Silva — 32.
Pereira, Maria Clementina — 32.
Pereira, Rodrigo de São José da Silva (Frei) — 10, 32, 218, 230.
Pereira de Brito, Francisco Xavier — 168.
Pereira da Cunha, Antônio Augusto — 14, 15, 166.
Pereira da Cunha, Antônio Luíz — V.: Inhambupe, Marquês de.
Pereira da Cunha, Herculano Antônio — 15.
Pereira Lisboa da Cunha, José Herculano — 14, 15, 137, 166.
Pereira de Macedo, Joaquim — 159,
Pereira de Melo, José Cardoso — 24, 60, 61.
Pereira da Silva, João Luíz Ferreira Tavares — 68.
Pereira da Silva, João Manuel — 206.
Perry — 75.
Persiani, Cesar — V.: Iriuba, Barão de.
Pessoa de Melo, Urbano Sabino — 150.
Pessoa da Silva, José Eloi — 47.
Petersen — 132, 135.
Petra de Bittencourt, Agostinho — 327.
Petrópolis, Barão de — 234.
Peyckle — 140.
Pigott (Brigadeiro) — 27,
Pinheiro, Carlos José — 71, 072.
Pinheiro, Constantino Dias — 77.
Pinheiro Machado, José Gomes — 338
Pinheiro da Silva, Custódio — V.: Vila Verde, Visconde de.
Pinheiro de Vasconcelos, Joaquim José — V.: Monte Serrate, Visconde de.
Pinho e Lima, José Moreira de — 65.
Pinto, Albano da Silveira — 196.
Pinto, João Pereira — 196.

Pinto da Fonseca, Manuel da Silveira. V.: Chaves, Marquês de.
Pinto de Fontes, José — 76.
Pinto Lima, Francisco — 118,
Pinto Lima, Francisco Xavier — Barão de Pinto Lima — 119.
Pio IX, papa — 258.
Pio dos Santos, Antônio Rodrigues — 73, 104.
Piracicaba, Barão de — 186, 187, 189, 191.
Pires Ferreira — 308.
Pitanga, Praxedes — 144.
Pitombo, Inácio Joaquim, 16, 17.
Piza, Antônio de Toledo — 206.
Pombal, Marquês de — 11, 15, 26, 27, 69.
Pontal, Barão do — 116.
Ponte, Conde da — 101.
Pontes, Rodrigo de Sousa da Silva — 153, 154.
Portela, Francisco — 257.
Porto, Manuel José da Silva — 87.
Porto-Alegre, Conde de — 275.
Porto-Alegre, Manuel de Araujo — V.: Santo Ângelo, Barão de.
Porto-Alegre, Paulina — 228.
Possolo, Rui Germak — 327.
Prado, Antônio — 195, 211.
Praia Grande, Visconde de — 79.

Q

Quadrado, Dr. 13.
Queiroz — (família) — 193, 203.
Queiroz, Adelaide de Sá — 25.
Queiroz, Agostinho Maria da Rocha — 25.
Queiroz, Francisco Sírceu Marinho de Sá — 25.
Queiroz e Azevedo — Luís Soares de — 67, 91.
Queiroz Coimbra e Vasconcelos, Lourenço José de — (P.) — 201.
Queiroz Coutinho Matoso da Câmara, Eusébio de — 217, 229, 231, 262, 264, 265, 266, 267, 268, 293,
Queiroz Coutinho Matoso da Câmara, Francisco dé — 216, 262, 272.
Queluz, Marquês de — 51, 96.
Quintela, Barão de — 63.
Quintiliano — 91, 93.
Quita, Reis — 142.

R

Rafael (escravo) — 300, 305.
Raffard, Henri — 223.
Ramiz, Barão de — 32, 113.
Ramiz Galvão, Benjamin Franklin — V.: Ramiz, Barão de.
Ramos, Ângelo Francisco — 149.
Ramos, João Fortunato — 76.
Ramos, José Ildefonso de Sousa — V.: Jaguari, Visconde de.
Ramos de Azevedo — 198.
Rangel, Alberto — 101, 187, 318.
Rangel, viuva — 280.
Ratton, 259.
Rego, João Carneiro da Silva — V.: Carneiro da Silva Rego, João.
Rego Barreto, Luiz do — 316.
Rego Barros, Francisco do — V.: Boa-Vista, Conde da.
Reis, Fábio Alexandrino de Carvalho — 84.
Reis, Rosa Ricarda dos — 319.
Rensburg — 197,
Resende (família) — 329.
Resende, Amélia de — 182, 231.

Resende, Artur — 168, 174, 246, 329.
Resende, Barão de — 197, 198, 205, 256.
Resende, Barão Geraldo de — 176, 230, 294, 302, 305, 310, 318, 328, 329, 332.
Resende, Baronesa Geraldo de — 294, 302, 304, 310, 318, 328.
Resende, Conde de — 199.
Resende, Elisa de — 304.
Resende, Estevão Ribeiro de — V.: Valença, Marquês de.
Resende, Estevão Ribeiro de Sousa — V.: Resende. Barão de.
Resende, Francisca de Sousa — V.: Cambolas, Condessa de.
Resende, Geraldo Ribeiro de Sousa — V.: Barão Geraldo de Resende.
Resende, Ilídia Ribeiro de — 170, 214.
Resende, Luíz Ribeiro de Sousa — 196, 211, 218, 221, 240.
Resende, Maria de Sousa — 175, 252, 253.
Resende, Severino Ribeiro de Sousa — 169.
Resende, Teófilo Ribeiro de — 240.
Resende, Urbana de — 20, 174, 262.
Resende Martins, Amélia de — 329.
Ribas, Eduardo Alexandrino — 250.
Ribeiro, Antônio de Sousa — 167.
Ribeiro, Balbino José de França — 238.
Ribeiro, Damião Dias — 329,
Ribeiro, Domingos (filho) — 148.
Ribeiro, Francisco Joaquim Gomes — 84, 149.
Ribeiro, José — 137.
Ribeiro, Lourenço José — 86, 206.
Ribeiro de Castro, José Manuel — 75.
Ribeiro de Faria, Bento — 74.
Ribeiro de Faria, Tomé — 75.
Ribeiro de Oliveira, José Antônio — 61.
Ricco — 164.
Rio Branco, Barão do — 189.
Rio Branco, Visconde — 110, 112, 261, 265, 270, 273, 328.
Rio Doce, Barão do — 250, 253.
Rio das Contas, Barão do — 21, 51.
Rio Vaz, Visconde do — 19,
Ristori, Adelaide — 244.
Robbio, Agostinho — 168.
Rocha, Tomásia — 56, 65.
Rocha Faria — 121.
Rocha Martins — 69.
Rocha Pombo, José Francisco — 22.
Rodrigues, Cipriano Antônio — 29.
Rodrigues de Araujo, Manuel do Monte (Dom) — V.: Irajá, Conde de.
Rodrigues de Moura — 283.
Rodrigues Silva, Firmino — 263, 274.
Rodrigues de Sousa, Joaquim — 84, 132, 152.
Röhe — 215, 219.
Romaguera, Jaime — 302,
Romeiro, João Marcondes de Moura — 209.
Rosa (ama) — 252.

Rosa (boticário) — 194.
Rosa, Francisco Otaviano de Almeida — 273.
Roussin, Almirante — 77.

S

Sá, Antônio Raimundo de — 71.
Sá, Esequiel Franco de — 82.
Sá, Francisco Cândido de — 71.
Sá, João Garneiro Marinho de — 25.
Sá, João Nepomuceno de — 261,.
Sá, Joaquim Franco de — 62, 81, 85, 87.
Sá, José Bernardino de — V.: Vila Nova do Minho, Visconde de.
Sá e Albuquerque, Antônio Coelho de — 275,
Sá Earp, Maria de — 140.
Sabará, Visconde de — 311.
Sacra-Família, José da (Frei) — 68.
Sacramento, Antônio Julião do — 135.
Saint-Georges, L. de — 276.
Sampaio, Manuel Inácio| de| — 143.
Sampaio, Maria de — 211.
Sampaio Ferraz — 338.
Sanches de Baena, Visconde de — 188, 196, 201, 202.
Santa Sruz (coronel) — 171, 192.
Santa Cruz, Felipe Antônio Cardoso de 243, 257.
Santa Cruz, Marquês de 145, 148.
Santa Escolástica, José de (Frei) — 17, 34,
Santa, Teodora, Luiz de (Frei) — 113, 218, 230.
Santarém, Visconde de — 122, 123.
Santiago, Caetano José da Silva — 123, 124.
Santo Angelo, Barão de — 228.
Santos (coronel) — 221.
Santos, Francisco Quirino dos — 320.
Santos, Henriqueta Carolina dos — 228.
Santos, Lourenço Antônio dos — 228.
Santos, Marquesa de — 101, 187, 243, 253, 254, 318.
Santos, Presalindo Leri — 84.
Santos, Tristão Pio dos — |62,| 73, 87, 98, 104, 105, 112.
Santos, Tristão Pio dos — 62, 73, 87, 98, 104, 105, 112.
São Dâmaso, Francisco de (D. Frei) — 34,
São Diogo, Barão de — 131, 302, 304, 313.
São Lourenço, Visconde de — 61, 41.
Sapucaí, Marquês de — 122, 278.
Saraiva, José Antônio — 15, 149, 252, 272, 289, 290, 291, 294.
Sardinha, Aleixo Pais — 315.
Sardinha, Joaquina Bernarda — 315.
Seabra (Pe.) — 230.
Seixas, Antônio de Ataide — 13.
Seixas, João Albertino de (Pe.) — 175, 186, 195, 197, 207, 213, 218, 219, 220, 221, 239.
Seixas, José Vitorino de — 197.
Seixas, Romualdo Antônio de (Dom) — V,: Santa Cruz, Marquês de.
Sena, Ernesto — 228.
Sena, Nelson de — 189.
Seoane, Buenaventura — 280.
Sepetiba, Visconde de — 122, 123.
Serpa, Inácia Soares — 13.

Sequeira, Albino José — 223.
Sequeira, Antônio Joaquim de — 78, 79, 228.
Sequeira, Joaquim José de — 225.
Sequeira Silva, José Antônio de — 280.
Setubal, Visconde de — 28.
Silva, Antônio Joaquim da — 175.
Silva, Antônio José da — 64, 68, 77,
Silva, Aureliano Augusto da — 317.
Silva, — Bento José da 154.
Silva, Catarina Maria da — 10.
Silva, Francisco Manuel da — 228, 322.
Silva, Inácia da — 192.
Silva, João Joaquim da — 60, 277.
Silva, Joaquim Caetano da — 32.
Silva, José Joaquim da — 60, 309.
Silva, Manuel de Santo Antônio e (Frei) — 31.
Silva, Margarida da — 192.
Silva, Rodrigo Augusto da — 262, 270.
Silva Gomes — 71.
Silveira, Francisco Baltasar da (Dom) — 60, 71, 84, 152, 272,
Silveira de Freitas, José — 304.
Silveira Martins, Gaspar da — 331, 333, 334, 335, 336.
Silveira da Mota, Inácio Francisco — 15, 64, 88, 89.
Silveira da Mota, Joaquim Inácio — 88, 89, 171.
Silveira da Mota, João Inácio — 64, 89, 171.
Silveira da Mota, José Inácio — 15, 64, 88, 89, 176, 229, 265, 303, 336.
Simas, Luisa Soares — 177.
Simeão — 289.
Simões, José — 61, 63, 91.
Simões da Silva, Antônio — 78.
Sinimbú, Visconde de — 277, 278, 302, 330, 331, 332, 334, 335.
Siracusa, Conde de — 275.
Smith de Vasconcelos, Barão de — 188,
Soares, Manuel de Jesus Maria — 56.
Soares da Rocha, José Ribeiro — 24, 60, 112.
Soares de Sousa, Álvaro Paulino — 79.
Soares de Sousa, Paulino José — V.: Uruguai, Visconde do.
Sobral (juiz) — 132, 135.
Sodré, Francisco Pereira — V.: Alagoinhas, Barão de.
Sodré Pereira, Francisco Maria (1°) — 125.
Sodré Pereira, Francisco Maria (2°) — 126.
Sodré Pereira, Jerônimo — 126.
Sodré Pereira, Maria Augusta — 125.
Soledade, Vicente da (Dom Frei) — 23.
Soriano, Simão José da Luz — 70.
Sousa (familia) — 329.
Sousa, Alberto — 189.
Sousa, Aprígio José de — 145.
Sousa, Bernardino José de — 10.
Sousa, Caetano Abreu — 166.
Sousa, Francisco Antônio de — 192, 194, 195; 203; 204; 212.
Sousa, Irineu Evangelista de — V.: Mauá, Visconde de.
Sousa, Joaquim — 139.
Sousa, João — 139.
Sousa, José de — 48.

Sousa, José de (Neto) — 48.
Sousa, José Libânio — 149,
Sousa, José Luís de — 202, 211.
Sousa, Luís Antônio de (Brig.°) — 173, 174, 192, 193, 194, 197, 211.
Sousa, Manuel de — 202. 211.
Sousa, Manuel Caetano de — 192, 199, 211.
Sousa Barros, Isabel de — 214.
Sousa Barros, Luís Antônio de — 170, 173, 176, 181, 182, 194, 199, 214, 221, 222, 240, 255, 203, 309, 340.
Sousa e Castro, Ana Maria de — 29.
Sousa e Castro, Antônio de — 10.
Sousa e Castro, Manuel de — 29.
Sousa Franco, Bernardo de — Visconde de Sousa Franco — 153, 154, 274.
Sousa Franco, Viscondessa de — 153,
Sousa Macedo e Queiroz, Luíz Antônio — V.: Sousa, Luíz Antônio de.
Sousa do Prado (família) — 202.
Sousa Queiroz (família) — 201, 211, 329.
Sousa Queiroz, Ana Maria de — 193, 195, 211, 295, 296.
Sousa Queiroz, Francisca — 196.
Sousa Queiroz, Francisca Miquelina — 171, 181, 194, 196, 206.
Sousa Queiroz, Francisco — 196, 197.
Sousa Queiroz, Francisco-Barão de Sousa Queiroz — 173, 174, 190, 222, 256.
Sousa Queiroz, Francisco Inácio de — 169, 171, 174, 182, 186, 193, 195, 196, 198, 199, 203, 204, 206, 207, 211, 295, 341.
Sousa Queiroz, Genebra de — 170, 172, 196, 218, 240, 241.
Sousa Queiroz, Ilídia Mafalda de — V.: Valença, Marquesa de,
Sousa Queiroz, José de — 338.
Sousa Queiroz, José Maria de — 195.
Sousa Queiroz Luís — 196.
Sousa Queiroz, Luisa de — 202, 211.
Sousa Queiroz, Maria Inocência (de Fco. Ant.° — 193, 195, 211, 296.
Sousa Queiroz, Maria Inocência (de Luíz Ant.°) — 195.
Sousa Queiroz, Vicente de V.: Limeira, Barão da.
Sousa Queiroz, Vicentina — 256,
Sousa Queiroz & Vergueiro — 303.
Souto, A. J. A. Alves & Cia. — 294.
Souto, José Ferreira — 60, 143, 146, 146, 147, 149, 166.
Souto, Visconde de — 294.
Spalazzi — 244.
Stanchenwiski, Condessa de — 24.
Stoltz, Rosina — 227.
Surui, Barão de — 175.

T

Taboada, Condes de — 201,
Tamandaré, Marquês de — 328.
Tamberlick, Enrico — 242, 243.
Taques, Benevenuto Augusto de Magalhães — 150, 264, 271.
Tatti, Filippo — 227.
Taunay, Afonso d'Escragnolle — 125, 192, 202.
Taunay, Visconde de — 71, 219.

Tavares, Caetano Monteiro Alexandrino — 137.
Tavares, Tibúrcio Valeriano da Silva — 280.
Tavares de Almeida, Antônia — 14.
Tavares de Almeida, Domingos — 12, 13, 14.
Tavares de Almeida, Genésio — 14.
Tavares de Almeida, Joana — 13.
Tavares de Almeida, José — 10, 13.
Tavares de Almeida, Ursula — 14.
Tavares de Lira, Augusto — 106,
Taveira, Morgado de — 75.
Teixeira (família) — 202.
Teixeira, Manuel — 211.
Teixeira de Freitas, Augusto — 98, 283.
Teixeira de Freitas Barbosa, Antônio — V.: Barbosa, Ant.° Teixeira de Freitas.
Teixeira de Macedo, Alfredo Sérgio — 312.
Teixeira de Macedo, Álvaro — 84, 131.
Teixeira de Macedo, Ana — 265, 312.
Teixeira de Macedo, Diogo (major) — 131.
Teixeira de Macedo, Diogo — V.: São Diogo, Barão de.
Teixeira de Macedo, Sérgio — 84, 131, 265, 266.
Teles, Jaime da Silva — 193,
Teresa Cristina (Imperatriz D.) — 224, 229, 270, 276, 278, 337.
Terra — 117.
Thornton — 296.
Tibiriçá, João — 254.
Tibiriçá, Lourenço — 254.
Titara, Ladislau dos Santos — 17.
Tito Lívio — 66, 92.
Tobias, João — V.: Aguiar e Castro, João Tobias de.
Tomar, Conde de — 257, 249, 260, 280.
Tomás, Manuel José — 85.
Torquato, Joaquim — 167.
Torres, Antônio Maria da Silva — 47.
Torres, José Joaquim Fernandes — 183.
Torres, José Joaquim Rodrigues — V.: Itaboraí, Visconde de.
Torres Neves, Eulália — 241.
Torres Neves, Manuel Pinto — 241, 242, 264.
Torressi, Guiseppe — 244,
Tosta, Manuel Vieira — V.: Muritiba, Visconde de.
Tota, Henrique,
Tourinho, Francisco Álvares — 129.
Tourinho, Joaquim Álvares — 129.
Tourinho, José Emídio dos Santos — 261, 280.
Tramandaí, Barão de — 123.
Três Barras, Barão das — V.: Jaguari, Visconde de.
Trindade, Mário da — 250.
Trindade, Raimundo (Cônego) — 187, 201.
Tupper — 243.
Tuvo, Josefina — 68,

U

Upper — 296.
Upton, Benjamim — 155.
Uruguai, Visconde do — 78, 146, 147, 154, 162, 198, 221, 231,

232, 233, 235, 252, 253, 264.
Uruguai, Viscondessa — 229, 236.

V

Valadão, Alfredo — 106.
Valadão Pimentel, Manuel — V.: Petrópolis, Barão de.
Valdetaro, Manuel de Jesus — Visconde de Valdetaro — 122, 236, 263, 278. 280, 307, 308, 311, 339.
Vale, Paulo do — 205.
Valença, Barão de — 251.
Valença, Marquês de (de Portugal) — 66.
Valença, Marquês de (do Brasil) — 20, 168, 170, 171, 173, 174, 175, 181, 182, 194, 197, 198, 204, 205, 207, 211, 214, 217, 218, 223, 230, 231, 234, 237, 240, 241, 245, 256, 263, 317, 328, 329.
Valença, Marquesa de — 169, 194, 217, 239, 252, 253.
Valente, Maximiano de Sousa —327.
Vampré, Spencer — 113,
Vandelli — 128.
Varnhagen, Francisco Adolfo de — 84, 189, 206.
Vasconcelos, João Antônio de — 84, 307, 334, 339,
Vasconcelos, Zacarias de Gois e — 275, 277, 289, 290, 291, 334.
Vasconcelos de Drummond, Antonio de Meneses — 22.
Vasques, Francisco Correia — 262.
Vega, Dionisio — 322.
Veiga, A. I. da — 327.
Veiga, Saturnino da — 333, 334, 335, 336.
Velho, Firmiano de Sousa — 316.
Velho, Francisco Gonçalves — 192.
Velho da Silva, José' Maria — 229.
Veloso, Cipriano José — 58.
Veloso, Francisco Ferreira — 252.
Veloso, Sérgio José — 58,
Veloso, Simão Gomes Ferreira — 252.
Veloso de Barbuda, Francisco Maria Gordilho — V.: Jacarépaguá, Marquês de,
Vergilio — 66, 92, 346.
Vergueiro, Antônia Eufrosina — 173.
Vergueiro, José Pereira de Campos — 172, 215, 296.
Vergueiro, Maria Umbelina — 215.
Vergueiro, Nicolau Pereira de Campos — 172, 206.
Viana, Cândido José de Araujo — V.: Sapucaí, Marquês de.
Viana, Francisco Vicente — 21, 22, 39, 140.
Viana, João Antônio de Sampaio — 144.
Viana, Paulo Fernandes — 194.
Viana de Lima, Joaquim Pedro — 125, 126.
Vicente — 295, 297, 299.
Vidal, João José d'Oliveira — 99.
Vieira, Francisco de São Dâmaso Abreu (Dom) — 23, 34.
Vieira, José Estanislau — 66.

Vieira, José Inácio Vaz — 263, 278.
Vieira de Azevedo, Francisco de Paula — 327.
Vieira da Silva [e Sousa], Joaquim — 274, 277, 280, 293.
Vila Franca, Barão de — 88.
Vila Nova do Minho, Barão de — 251.
Vilaça, Antônio Gomes — 84.
Vilar de Perdizes, Visconde de — 71.
Vilares, Manuel Rodrigues — 277.
Vilela Tavares — 291.
Visgueiro, José Cândido de Pontes — 59, 80, 81.

W

Wanderley, João Maurício — V.: Cotegipe, Barão de.
Wanderley Pinho, José — 61, 119, 284.
Waldeck, Petrus — 67.
Wygnen, Carlos — 168.

Z

Zama, Aristides Cesar Espínola — 332.

ÍNDICE GERAL

Explicação prévia, do anotador 5

CAPÍTULO I

A Família Barbosa de Oliveira, na Baía. O Cap.m de Mar e Guerra Antônio Barbosa de Oliveira. O Dr. José Barbosa de Oliveira. A Família Ferreira, de Portugal 9

NOTAS AO CAP. I

I — Carta de Brasão d'Armas do Dr. José Barbosa de Almeida 29
II — Frei Rodrigo de S. José da Silva Pereira 32
III — Agostinho Barbosa de Oliveira 33
IV — O Dr. José Barbosa de Oliveira 33
V — Assento de Batismo do Cons.º Luiz Antônio Barbosa de Oliveira 36
VI — O Arcediago José Barbosa de Oliveira e as Lutas da Independência 36
VII — O Conselheiro Mosqueira 49
VIII — O Cons.º Luiz Antônio 51
IX — A Casa dos Sete Candieiros 53

CAPÍTULO II

Infância. Primeiras Letras. Os Preparatórios. A Universidade de Coimbra 55

NOTAS AO CAP. II

I — Assassínio praticado pelo Des. Pontes Visgueiro .. 80
II — Joaquim Franco de Sá 81
III — Morte de Tristão Pio dos Santos 87

IV — Chegada a Lisboa 88
V — Chegada a Coimbra 90
VI — Exames 92
VII — Matrícula na Universidade 94
VIII — Boatos do Brasil 101
IX — O Curso Jurídico 101

CAPÍTULO III

Chegada ao Rio. Início de Carreira. S. João d'El-Rei. Cachoeira. Caravelas 103

NOTA AO CAP. III

O Cons.º Albino na Imprensa S. Joanense 133

CAPÍTULO IV

A Sabinada — Nazaré — Belém do Pará — A Relação do Maranhão 135

NOTAS AO CAP. IV

I — O Cons.º Albino no Pará 157
II — O Conflito com Silva Pontes 158

CAPÍTULO V

Maranhão — Crescimento — Transferência para o Rio .. 164

NOTAS AO CAP. V

I — João Barbosa 177
II — Casamento 181

CAPÍTULO VI

As Famílias Barros e Sousa-Queiroz 186

NOTAS AO CAP. VI

I — Os Sousa-Queiroz 201
II — A Bernarda de Francisco Inácio 203
III — Morte de Francisco Inácio 206
IV — Inventário de Francisco Inácio 206
V — Descendência dos irmãos Sousa-Queiroz 211

CAPÍTULO VII

A Fazenda do Rio das Pedras e a Corte 213

CAPÍTULO VIII

O Teatro Lírico na Corte — Morte do Cons.º Luiz Antônio Barbosa de Oliveira. A Fazenda do Rio das Pedras. Inauguração da Casa Grande 226

NOTAS AO CAP. VIII

A Fazenda do Rio das Pedras 246

CAPÍTULO IX

O Tribunal de Comércio — Visita a Itú — Incidentes com os Viscondes de Mauá e de Niteroi. A Presidência da Relação do Rio — O Supremo Tribunal de Justiça 250

NOTAS AO CAP. IX

I — Cons.º Luiz Antônio Barbosa de Almeida 282
II — O Visconde de Mauá 285
III — Mauá e o Imperador 285
IV — O Dez. Albino José Barbosa de Oliveira 286
V — Saião Lobato perante a Câmara dos Deputados 289
VI — O Discurso de Bandeira de Melo 291

CAPÍTULO X

O Supremo Tribunal. A Casa da Rua dos Inválidos. Ultimos anos 292

NOTAS AO CAP. X

I — A Casa da rua dos Inválidos 315
II — A Marquesa de Santos 318
III — O Dr. Jacobina 318
VI — Carlos Gomes 321
V — A Questão dos Bispos 325
VI — O Barão Geraldo de Resende 328
VII — O ano de 1878 329
VIII — O Dr. Luiz Albino Barbosa de Oliveira 338
IX — A Presidência do Supremo Tribunal 339

APÊNDICE 340

Índice onomástico 347

★ Este livro foi composto e impre
nas oficinas da Empresa Gráfica
"Revista dos Tribunais" Ltda., à r
Conde de Sarzedas, 38, S. Paulo,
a Companhia Editora Nacio
outubro de 1943.